

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFORMAÇÃO:

Práticas Informacionais no contexto de Organizações Não-Governamentais/ONGs brasileiras

Eliany Alvarenga de Araújo

Tese de Doutorado em Ciência da Informação

Área de Concentração: Transferência de Informação

Orientadores: Prof. Dr. Marcílio de Brito

Prof. Dr. Emir José Suaiden

Brasília, 1998

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFORMAÇÃO:

**Práticas Informacionais no contexto de Organizações
Não-Governamentais/ONGs brasileiras**

Eliany Alvarenga de Araújo

Tese de Doutorado em Ciência da Informação

Área de Concentração: Transferência de Informação

Orientadores: Prof. Dr. Marcílio de Brito

Prof. Dr. Emir José Suaiden

Brasília, 1998

Tese apresentada ao Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Brasília, 10 de março de 1998.

Aprovado por:

Prof. Dr. Emir José Suaíden - Presidente

Prof. Dr. Gilvando Sá Leitão Rios - Membro

Prof. Dr. Luis Antonio Gonçalves Silva - Membro

Prof. Dr. Luis Martins da Silva - Membro

Prof. Dr. Sergio Dayrell Porto - Membro

DEDICAO

À minha família, que em todos os momentos sempre me apoiou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram na realização desse trabalho e, em particular,

aos meus pais, irmãs e irmão, pois sem seu auxílio, compreensão e carinho eu não conseguiria continuar tendo persistência e força de vontade para finalizá-lo;

ao Prof. Dr. Marcílio de Brito, pela orientação, boa vontade, paciência, incentivo e amizade, que sempre me levaram adiante;

ao Prof. Dr. Gilvando S. L. Rios, cuja atenção e amizade foram essenciais para que eu pudesse concluir este trabalho;

a Marlene, Vladimir e Ducky (a minha família de Brasília) pela amizade e carinho;

ao Guilherme, pelo carinho, amor e paciência;

a Anna Menezes, pela amizade e carinho que sempre me dedicou;

as Organizações Não-Governamentais/ONGs pesquisadas, pela atenção e boa vontade com que me receberam e colaboraram sempre;

as amigas Maria Júlia, Suely, Margareth, Adélia, France e todos que sempre estiveram comigo;

a Branca e Catarina, que me acompanharam com amizade e paciência;

a Solange Moreira, pela competência e paciência na revisão do texto;

ao Leonardo, pela eficiência e "dedicação" na digitação do texto;

aos colegas e funcionários do Departamento de Biblioteconomia e Documentação|DBD-UFPB pelo apoio e amizade;

ao Departamento de Ciência da Informação e Documentação|CID-UnB, em especial ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação|Curso de Doutorado, pela competência no desempenho de suas atividades de ensino e pesquisa;

aos alunos do Curso de Mestrado em Ciência da Informação|CMCI-UFPB, pela amizade e respeito;

aos funcionários do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia|IBICT|Brasília, e em especial as bibliotecárias Regina Márcia e Matie pela simpatia, competência profissional e no auxílio e suporte bibliográfico;

à Capes, pelo auxílio financeiro.

*"A ciência não corresponde a um mundo a
descrever,*

ela corresponde a um mundo a construir."

Gaston Bachelard

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
PRIMEIRA PARTE: CIDADANIA E INFORMAÇÃO.....	05
CAPÍTULO 1 - CIDADANIA E INFORMAÇÃO: ASPECTOS TEÓRICOS.....	06
1.1 - CIDADANIA.....	06
1.2 - INFORMAÇÃO	15
1.3 - CIDADANIA E INFORMAÇÃO.....	33
1.3.1 - CIDADANIA E INFORMAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA AÇÃO POLÍTICA	34
CAPÍTULO 2 - CIDADANIA E SOCIEDADE BRASILEIRA - ASPECTOS	
HISTÓRICOS.....	47
SEGUNDA PARTE- ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS-ONGS - UM	
PENSAMENTO GLOBAL PARA UMA AÇÃO LOCAL.....	70
CAPÍTULO 1- ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS/ONGS - ASPECTOS	
GERAIS.....	71
CAPÍTULO 2 - ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS/ONGS NO BRASIL	89
TERCEIRA PARTE : DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA,	
FORMULAÇÃO DE QUESTÕES E DE CATEGORIAS DE ANÁLISE	98
3.1 - PROBLEMA DE PESQUISA	98
3.2- QUESTÕES DE PESQUISA	100
3.3-TRABALHANDO COM CATEGORIAS.....	101
QUARTA PARTE: ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	103
CAPÍTULO 1 - O CAMPO DE PESQUISA- DELIMITAÇÃO.....	106
CAPÍTULO 2 - ETAPAS E TÉCNICAS	108
2.1-ETAPA 1 - PRIMEIROS CONTATOS	108
2.2- ETAPA 2 - COLETA DOS DADOS.....	108
2.3- ETAPA 3 - ORGANIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS	110

2.4- ETAPA 4 - ANÁLISE DOS DADOS	110
QUINTA PARTE - PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: RECEPÇÃO, GERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO	113
CAPÍTULO 1- CAMPO DE PESQUISA: CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	114
1.1- HISTÓRICO	114
1.2 - PERFIL DAS ONGS	128
1.3 - PERFIL DOS DIRIGENTES.....	136
1.4 - CONSIDERAÇÕES	142
CAPÍTULO 2 - ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS/ONGS, PRÁTICAS INFORMACIONAIS E PRÁTICAS DE CIDADANIA.....	145
2.1-CIDADANIA E INFORMAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS.....	145
2.2- CONSIDERAÇÕES	153
CAPÍTULO 3 - PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS/ ONGS: RECEPÇÃO, GERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO	160
3.1- RECEPÇÃO DE INFORMAÇÃO	160
3.2 - GERAÇÃO DE INFORMAÇÃO.....	162
3.3 - TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO.....	165
3.4 - CONSIDERAÇÕES	167
3.4.1 - RECEPÇÃO DE INFORMAÇÃO	167
3.4.2 - GERAÇÃO DE INFORMAÇÃO	178
3.4.3 - TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO - RECONCEITUAÇÃO.....	185
3.4.4 - TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO COMO PRÁTICA DE SOCIALIZAÇÃO	185
SEXTA PARTE: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	192
6.1 - PRÁTICAS INFORMACIONAIS E PRÁTICAS DE CIDADANIA: DIMENSÕES E CONSEQUÊNCIAS	194
6.2 - RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS.....	197
SÉTIMA PARTE:ANEXOS	199
OITAVA PARTE: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	211

LISTA DE QUADROS

QUADRO DA EQUAÇÃO FUNDAMENTAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	17
QUADRO DO MODELO PARTICIPATIVO COMUNICACIONAL I.....	42
QUADRO DO MODELO PARTICIPATIVO COMUNICACIONAL II	44
QUADRO DA CONJUNÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO	65
QUADRO DOS TIPOS DE REDE ENTRE ONGS	79
QUADROS DOS TEMAS TRABALHADOS PELAS ONGS PESQUISADAS	95
QUADRO DE CARACTERÍSTICAS DAS ONGS PESQUISADAS - CUNHÃ	116
QUADRO DE CARACTERÍSTICAS DAS ONGS PESQUISADAS - GRUPO DE MULHERES DA ILHA	118
QUADRO DE CARACTERÍSTICAS DAS ONGS PESQUISADAS - TRANSAS DO CORPO	121
QUADRO DE CARACTERÍSTICAS DAS ONGS PESQUISADAS - CFÊMEA	123
QUADRO DE CARACTERÍSTICAS DAS ONGS PESQUISADAS - ECOS	125
QUADRO DE CARACTERÍSTICAS DAS ONGS PESQUISADAS - CEMINA	127
QUADRO GERAL DE CARACTERÍSTICAS DAS ONGS PESQUISADAS	128
QUADRO GERAL DE CARACTERÍSTICAS DOS DIRIGENTES	141
QUADRO DE EVOCAÇÕES SOBRE INFORMAÇÃO E CIDADANIA	145
QUADRO DE CATEGORIAS SEMÂNTICAS SOBRE INFORMAÇÃO	145
QUADRO SOBRE PERCEPÇÃO DA INFORMAÇÃO	147
QUADRO DE CATEGORIAS SEMÂNTICAS SOBRE CIDADANIA	147
QUADRO SOBRE PERCEPÇÃO DA CIDADANIA	149
QUADRO DE EVOCAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO - PRÁTICA INFORMACIONAIS E PRÁTICAS DE CIDADANIA	149
QUADRO DE CATEGORIAS SEMÂNTICAS SOBRE A RELAÇÃO - PRÁTICA INFORMACIONAIS E PRÁTICAS DE CIDADANIA	150
QUADRO SOBRE A PERCEPÇÃO DA RELAÇÃO - PRÁTICAS INFORMACIONAIS E PRÁTICAS DE CIDADANIA	151
QUADRO DE EVOCAÇÕES SOBRE A RECEPÇÃO	160

QUADRO DE CATEGORIAS SEMÂNTICAS SOBRE RECEPÇÃO DE INFORMAÇÃO..	160
QUADRO SOBRE PERCEPÇÃO DA RECEPÇÃO DA INFORMAÇÃO	161
QUADRO DE EVOCAÇÃO SOBRE GERAÇÃO DE INFORMAÇÃO	162
QUADRO DE CATEGORIAS SEMÂNTICAS SOBRE GERAÇÃO DE INFORMAÇÃO...	162
QUADRO SOBRE PERCEPÇÃO DA GERAÇÃO DA INFORMAÇÃO	163
QUADRO DE EVOCAÇÕES SOBRE TRANSFERENCIA DE INFORMAÇÃO	164
QUADRO DE CATEGORIAS SEMÂNTICAS SOBRE TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO	164
QUADRO SOBRE PERCEPÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO	165
QUADRO DE CARACTERÍSTICAS DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS EM AMBIENTE DE DISSEMINAÇÃO E DE TRANSFERENCIA DE INFORMAÇÃO	189

LISTA DE FIGURAS

FIGURA DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS - RECEPÇÃO	167
FIGURA DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS - RECEPÇÃO	169
FIGURA DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS - RECEPÇÃO	170
FIGURA DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS - RECEPÇÃO	171
FIGURA DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS - RECEPÇÃO	175
FIGURA DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS - GERAÇÃO	183
FIGURA DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS - TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO	186

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 - DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO	199
ANEXO 2 - LISTA DE ENDEREÇOS DAS ONGS PESQUISADAS	202
ANEXO 3 - MODELOS DE QUESTIONÁRIOS	204
ANEXO 4 - MODELO DE ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	208

RESUMO

Este trabalho de pesquisa analisa a relação entre práticas informacionais (*ações de recepção, geração e transferência de informação que se desenvolvem através de circuitos comunicacionais ocorridos nas formações sociais*) e práticas de cidadania (*ações sociais desenvolvidas por um indivíduo ou por grupos de indivíduos que têm como base teórica a crença na igualdade de todos os homens perante a lei e no reconhecimento público de que a pessoa humana e a sociedade são detentoras de direitos e deveres, tendo como base prática a implementação de ações políticas em diferentes níveis*) no contexto de Organizações Não-Governamentais-ONGs brasileiras que trabalham com a questão do gênero e dos direitos da mulher. O modelo participativo-comunicacional foi utilizado como referencial teórico para este trabalho, a partir do momento em que ele considera a importância da participação igualitária de emissores e receptores nas práticas informacionais. Foram escolhidas para compor a amostra seis ONGs brasileiras, localizadas nas regiões sudeste, centro-oeste e nordeste. Como técnica de coleta de dados foram utilizados o questionário, a entrevista semi-estruturada, a história oral, a coleta de publicações editadas pelas ONGs. Para a análise dos dados coletados foi utilizada a técnica de evocação livre.

Os principais resultados da pesquisa demonstram que a informação é um processo aberto, no sentido de que ela não garante a transformação, apenas oferecendo ao sujeito do conhecimento a possibilidade de operá-la transformação ou não. O modelo participativo-comunicacional é parcialmente implementado, pois evidenciou-se que as ONGs pesquisadas têm dificuldade em avaliar o impacto e o nível de utilidade das informações transferidas para os grupos sociais com os quais trabalham. No nível da relação entre práticas informacionais e práticas de cidadania, temos que a informação, num contexto de cidadania, não deve apenas informar o sujeito do conhecimento sobre ele

mesmo e sobre a realidade que o cerca. Ela deve, além disso, através de um processo educacional co-participativo, possibilitar a formação desse sujeito, no sentido de que ele tenha possibilidade de desenvolver consciência de si e consciência do mundo, e a partir daí, possa implementar ações políticas em diferentes níveis, desenvolvendo, assim, uma cidadania ativa, ou seja, lutando pela possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder, ou os poderes. As práticas informacionais, por sua vez, caracterizam-se através das seguintes ações: recepção (como uma ação de seleção), geração (como uma atividade de reapropriação, no sentido de agregar valor à informação) e transferência de informação (como uma ação de socialização).

ABSTRACT

This research work analyzes the relation between information production (*reception actions, generation and transference of information that develop through a communication process occurred in the society*) and citizenship practices (*social actions develop by a person or a group of people that have as theoretical basis the belief in the equality of all men in the presence of law and in the public recognition that the person and the society are detainees of rights and duties, having as practice basis, the implementation of politics actions in different levels*), in the context of No-Governmental Organizations/ brazilians NGOs that work with the point of the gender and women's rights. It was utilized that theoretical regard for this work a model of communication that thinks over the importance of egalitarian participation of transmitters and receivers in the information production. It was chosen to compose the sample brazilians NGOs, localized in the southeast, middle - west an northeast.

As data collect technique was utilized the questionnaire, the half-structured interview, the oral history an the collect of publications published by NGOs. For the analysis of the collected data was utilized the free evocation technique.

The principal results of the research prove that the information is an open process, in the effect that is does not guarantee the transformation of the structures (individual and social), it just offers to the social person, the possibility of work on it or not. In this way, the relation has it basis in a specific communicative context. This context has its basis according communication model that has its characteristics as an educational process. In a citizenship context the information is supposed to make possible the formation of the social person in the way to give him possibility to develop a self-conscience and a world one, and since this to implant political actions in different levels

developing active citizenship, in other words, struggling for the possibility of creation, transformation and control upon the power or powers.

The information production that for instance are characterized through these actions: reception (as a selection action), generation (as a reappropriation activity, in the way of value added to the information) and information transference (as a socialization action).

RÉSUMÉ

Ce travail de recherche analyse la relation entre pratiques informationnelles (*actions de réception, production et transférence d'information qui se déroulent à travers des circuits communicationnels survenus dans les formations sociales*) et pratiques de citoyenneté (*actions sociales développées par un individu ou un groupe d'individus qui ont comme base théorique la croyance de l'égalité des hommes devant la loi et la reconnaissance publique que l'être humain et la société sont détenteurs de droits de devoirs à différents niveaux*) dans le contexte des Organisations Non-Gouvernementales - ONGs brésiliennes qui travaillent sur la question du genre et des droits de la femme. Le modèle participativo-communicationnel a été utilisé comme référentiel théorique pour ce travail à partir du moment qu'il considère l'importance de la participation égalitaire d'émetteurs et de récepteurs dans les pratiques informationnelles. Six ONGs brésiliennes, dans les régions Sud-Est, Centre-Ouest et Nord-Est, ont été choisies pour composer l'échantillon de cette recherche. Comme technique de levée de données, ont été utilisés le questionnaire, l'interview demi-structurée, l'histoire orale, la collecte de publications éditées par les ONGs. Pour l'analyse des données collectées, la technique de l'évocation libre a été utilisée.

Les principaux résultats de la recherche montrent que l'information est un procès ouvert dans le sens qu'elle garantit une transformation, offrant à peine au sujet de connaissance la possibilité de l'opérer ou non. Le modèle participativo-communicationnel est partiellement implanté car il est évident que les ONGs auprès desquelles a été réalisée la recherche ont des difficultés pour évaluer l'impact et le niveau d'utilité des informations transférées aux groupes avec lesquels ils travaillent. Au niveau de la relation entre pratiques informationnelles et pratiques de citoyenneté, l'information dans un contexte de citoyenneté, ne doit pas à peine informer le sujet de la connaissance sur lui-même et sur la

réalité qui l'entoure. Elle doit, en plus de cela, à travers un procès d'éducation participatif, possibiliter la formation de base de ce sujet dans le but de lui offrir la possibilité de développer une conscience de soi-même et du monde et à partir de là, qu'il puisse implanter des actions politiques sur différents niveaux, développant ainsi une citoyenneté active, c'est-à-dire en luttant pour une possibilité de création, transformation et contrôle sur le pouvoir ou les pouvoirs. Les pratiques informationnelles, à leur tour, se caractérisent à travers les actions suivantes: réception (comme action de sélection), génération (comme activité de réappropriation dans le sens d'agréger une valeur à l'information) et transférence d'information (comme une action de socialisation).

INTRODUÇÃO

Algumas análises¹ consideram que a informação tem se tornado o principal elemento de produção, modificando o comportamento das populações economicamente ativas e os fluxos de investimentos, principalmente nos países desenvolvidos economicamente. Esta dinâmica foi denominada de “sociedade de informação”. Este termo representa uma nova etapa de desenvolvimento das sociedades, que se caracteriza pela abundância de informações organizadas. A sociedade de informação estrutura-se em três bases. Assim, temos que a base teórica se direciona a um só ponto - a substituição da produção industrial pela informação, da experiência profissional pela ciência, do trabalho operário pelo trabalho dos engenheiros. Estaríamos presenciando uma substituição das atividades industriais - fundadas na manipulação da matéria - por atividades fundadas no tratamento da informação, tal como aconteceu no processo de substituição da agricultura pela indústria. Este processo de substituição caracteriza-se pela valorização dos ofícios informacionais. Outra base da sociedade de informação é a base material, que converge para as novas tecnologias de informação. De uma forma muito ampla, podemos conceituar tais tecnologias como equipamentos que podem desempenhar tarefas que envolvem como elemento principal o processamento e a transmissão de informações. A partir dessas tecnologias, tem-se a possibilidade de armazenar, acessar, usar e transferir uma imensa gama de informações de forma extremamente rápida (velocidade eletrônica) e a um custo relativamente baixo. Tal fato cria possibilidades de se reduzir os monopólios informacionais controlados por um reduzido número de grupos/instituições. Mas, por outro lado, essas mesmas tecnologias podem fortalecer tais monopólios, ampliando ainda mais o fosso entre

¹ LYOTARD, J. F. O que é pós-moderno? 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

MASSUDA, Y. A sociedade da informação como sociedade pós-moderna. Brasília: ESAF/Ed. Universidade de Brasília, 1982.

MATTOS, J. M. A sociedade do conhecimento. Brasília: ESAF/Ed. da Universidade de Brasília, 1982.

países detentores de informação organizada e países carentes de informação organizada. As possibilidades, são imensas, tanto para o aspecto da democratização da informação como para o fortalecimento das ditaduras informacionais. A partir dessas possibilidades, estrutura-se a base política da sociedade de informação, na qual se discute a questão da informação como elemento de poder. Algumas análises consideram que o desenvolvimento sócio-econômico e cultural está condicionado à criação, ao acesso/uso e à circulação de informação e que essa informação estará ao alcance de todos através, principalmente, das redes de comunicação eletrônica. Assim, neste estágio, a informação estará ao alcance de todos, chegando inclusive até o homem comum. Quando tal estágio for atingido, ocorrerá a “desmassificação da informação”, ou seja, haverá uma distribuição mais personalizada da informação, ao contrário do que acontece atualmente, quando ocorre a massificação da informação.

Consideramos que este panorama da sociedade de informação possa se concretizar. Por outro lado, essas colocações podem se constituir apenas em um exercício de futurologia extremamente ingênuo. Enquanto profissional de informação, posicionamo-nos a favor do estabelecimento de uma “democracia informacional”, no sentido de que o cidadão tenha um maior acesso/uso de informação e que se constitua num gerador/disseminador de informação. Entretanto, consideramos que tal democracia não se dará apenas em decorrência do uso das redes de comunicação eletrônica ou ainda em decorrência de uma ampliação no acesso à informação. A instauração dessa democracia dar-se-á, pelo menos no nível da sociedade brasileira, através do desenvolvimento de práticas informacionais² que venham, através de um processo educativo, a constituir-se em um recurso para práticas de cidadania.³

A partir dessas considerações, surgiu esta proposta de estudo, que se caracteriza como uma pesquisa exploratória que objetiva, num primeiro momento, analisar a relação entre práticas de cidadania e práticas informacionais a partir da percepção dos dirigentes de Organizações Não-Governamentais - ONGs brasileiras que trabalham com a questão do gênero e dos direitos da mulher. E num segundo momento, objetiva apreender as características das práticas informacionais desenvolvidas neste mesmo contexto. Vale

² **Práticas Informacionais** : ações de recepção, geração e transferência de informação que se desenvolvem através de circuitos comunicacionais ocorridos nas formações sociais.

³ **Práticas de cidadania** : ações sociais desenvolvidas por um indivíduo ou por grupos de indivíduos que têm como base teórica a crença na igualdade de todos os homens perante a lei e no reconhecimento público de que a pessoa humana e a sociedade são detentoras inalienáveis de direitos e deveres, tendo como base prática a implementação de ações políticas em diferentes níveis.

salientar que, no contexto da Ciência da Informação, este estudo filia-se ao grupo de pesquisas que partem do pressuposto de que a informação é uma construção social, no sentido de que os sujeitos sociais, localizados num determinado contexto sócio-histórico e a partir de determinada situação, atribuem sentido(s) à informação e através da ação comunicacional se transformam (consciência em si) e podem transformar o contexto (consciência do mundo).

A partir da definição desse campo de pesquisa e do objeto de estudo, espera-se ampliar a compreensão da Ciência da Informação sobre o fenômeno informacional, em especial sobre a relação entre informação e contexto social e, de forma mais específica, sobre a questão da informação como elemento de mudança social. Tal compreensão estrutura-se na caracterização dos elementos que compõem as práticas informacionais e na inter-relação que os sujeitos comunicantes (emissores e receptores de informação) estabelecem para a implementação de tais práticas. Espera-se também que esta proposta de pesquisa apresente novas conceituações para termos e expressões de uso corrente na Ciência da Informação, tais como informação, recepção, geração e transferência de informação, e acrescente novos conceitos, tais como práticas informacionais e práticas de cidadania. Consideramos que essas contribuições justificam a realização da presente pesquisa.

Esta proposta de pesquisa constitui-se em mais um passo para a formação de um perfil de profissional da Informação, que se baseia nas categorias informação/conhecimento e cidadania/sociedade brasileira. Assim, se nos for perguntado o porquê da escolha desse tema de pesquisa, ou ainda como tal proposta de pesquisa se estruturou, responderíamos como o poeta:

(...) utilizo para me expressar , as coisas do meu ambiente, as imagens de meus sonhos é os objetivos de minhas lembranças. (...) Nada poderia perturbar mais agora do que olhar para fora e aguardar de fora respostas a perguntas que talvez somente meu sentimento mais íntimo possa responder.⁴

Assim, tanto esta proposta de pesquisa como o nosso perfil profissional representam nossa visão de mundo, nosso ambiente de vida e de trabalho. Por essa colocação, percebemos que o processo de trabalho de um pesquisador contém, não apenas

⁴ RILKE, R. M. Cartas a um jovem poeta. 16. ed. Rio de Janeiro: Global, 1989, p. 20

decisões teórico-metodológicas, mas também as vivências, as emoções e os sentimentos do autor e que é através da inter-relação entre esses dois momentos que se produz conhecimento e se avança na produção teórica de qualquer campo de conhecimento, científico ou não.

Este estudo está organizado em oito partes. Na primeira parte (capítulo 1), analisamos os aspectos teóricos dos conceitos de cidadania e informação, estabelecendo a inter-relação entre eles. No capítulo 2, apresentamos, através de uma visão histórica, a questão da cidadania na sociedade brasileira. Na segunda parte desse texto, analisamos as Organizações Não-Governamentais - ONG, tanto em nível mundial como no nível da sociedade brasileira. Na terceira parte, apresentamos a delimitação⁴ do problema e das questões de pesquisa, bem como as categorias de análise que serão utilizadas. Na quarta parte, tratamos dos aspectos metodológicos da pesquisa através da delimitação do campo de pesquisa e da apresentação das etapas de trabalho e das técnicas utilizadas em cada etapa. Na quinta parte, caracterizamos o campo de pesquisa, analisamos as práticas informacionais num contexto de práticas de cidadania e analisamos as práticas informacionais desenvolvidas no contexto das Organizações Não-Governamentais/ONGs brasileiras pesquisadas. Na sexta parte, apresentamos as considerações finais e as recomendações para estudos futuros. Na sétima parte, apresentamos os anexos e na oitava estão as referências bibliográficas.

⁴ RILKE, R. M. Cartas a um jovem poeta. 16. ed. Rio de Janeiro: Global, 1989, p. 20

PRIMEIRA PARTE: CIDADANIA E INFORMAÇÃO

Aqui, são analisados os aspectos teóricos dos termos cidadania e informação. Estes, uma vez reunidos, compõem o tema de nossa pesquisa. Assim, no capítulo 1, conceituamos o termo cidadania (item 1.1) e o termo informação (item 1.2) e analisamos a inter-relação existente entre cidadania e informação (item 1.3). No capítulo 2, é analisado o desenvolvimento histórico da relação cidadania/sociedade brasileira.

CAPÍTULO 1 - CIDADANIA E INFORMAÇÃO: ASPECTOS TEÓRICOS

1.1 - Cidadania

Conscientização é um processo pelo qual o homem compreende o que ele é e como se estrutura a realidade que o cerca. Só o homem é capaz de assumir seu destino conscientemente, destino que é também o de seus semelhantes e do mundo. Assim o homem é um ser aberto, insatisfeito, não completo, que aspira e busca sempre melhores condições de existência. Diante disso o homem não aceita *conscientemente* condições subumanas de vida. Assim, a partir do momento em que toma consciência de um processo de opressão ele inicia um movimento em busca de liberdade de expressão/ação que se denomina de conscientização. O desejo de libertar-se de estruturas sociais, que não permitem viver uma vida verdadeiramente humana é o passo inicial no processo de conscientização do homem. Entretanto esta consciência crítica/transformadora não se constrói espontaneamente, a partir meramente da existência dos problemas. Neste sentido, opressão/ consciência crítica/ conscientização/ transformação da condição de opressão são passos fundamentais na caminhada pela conquista de condições humanas de vida. Estes passos se relacionam diretamente com o desenvolvimento de um processo de busca por direitos de cidadania. Os direitos de cidadania são elementos que estimulam e orientam o sujeito social em sua luta por condições dignas de existência. Mas, em que consiste a cidadania? O que significa ser cidadão?

Etimologicamente a palavra deriva da noção de cidade. Originalmente cidadão é o burguês, isto é, o habitante do burgo (cidade). Assim cidadão é aquele que, por morar no burgo, está capacitado a participar da vida neste contexto e, por consequência, da sociedade. Ser cidadão significa ser sujeito de direitos e deveres.

Politicamente a concepção deste conceito, concretiza-se de maneira emblemática, com a Revolução Francesa (1789), através dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade proclamados pela mesma através da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (ver texto completo nos anexos). A concepção de que o ser humano é portador de direitos universais, que antecedem a instituição do Estado é uma das bases desse texto, que acabou por influenciar outro texto - a Declaração dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas/ONU, promulgada em 1948. Assim, o primeiro artigo desse texto coloca que: *"Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos."* Arendt,⁵ salienta que, na verdade, os homens não nascem iguais, mas tornam-se iguais como membros de uma coletividade, em virtude de uma decisão conjunta que garante a todos direitos iguais. Essa colocação de Arendt, ressalta o fato de que, a igualdade não é algo dado mas, é algo construído, elaborado convencionalmente pela ação dos homens, enquanto cidadãos, na comunidade política.

Um quadro de referência importante para compreender a natureza e a evolução dos direitos de cidadania nos contextos sociais é o apresentado pelo autor inglês Marshall,⁶ que apontou seus três componentes principais:

- **o elemento civil** que é composto dos direitos necessários à liberdade individual - liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e a de concluir contratos válidos e o direitos à justiça;
- **o elemento político** que é composto pelo direito de participar no exercício do poder político, como membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo;
- **o elemento social** que é composto pelo direito de um mínimo bem estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, da herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais.

Citar Marshall, é optar pela análise da cidadania no contexto da modernidade. É verdade que várias formas e conteúdos já habitaram o conceito de cidadania, em outros tempos. Entretanto, nos basearemos em estudos que tratam da cidadania no contexto da era

⁵ ARENDT, H. A condição humana. 8. ed. Rio de Janeiro : Ed. Forense Universitária,1997.

⁶ MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro:Zahar,1967. cap. 3, p.57-107: Cidadania e classe social.

moderna(século 18), ou seja, a partir do contexto da Revolução Francesa(1789)./Assim temos que, conforme Vieira,⁷ a construção da cidadania moderna enfrentou três problemas que a diferenciaram da cidadania antiga. “(...) *O primeiro problema é o da edificação do Estado, a separação das instituições políticas e da sociedade civil no interior de territórios mais vastos, com população muito mais numerosa do que a das repúblicas antigas. Lembremos de que na Atenas dos séculos 5 e 6 A.C. o número de cidadãos oscilava entre 30.000 e 60.000. O segundo problema é o regime de governo. O ideal republicano, ambiente propício a cidadania moderna, só se realiza em governos democráticos ou em governos mistos, onde existe um certo arranjo entre a aristocracia e a democracia, como ocorreu nas cidades gregas. Ora, o ideal republicano da modernidade foi retomado em meio a sociedades que, em sua maioria, possuíam governos monárquicos e aristocráticos. O terceiro problema é que a sociedade pagã, politeísta e escravagista da Antigüidade nunca inscreveu o Homem no direito: os direitos humanos são inexistentes. A escravidão é incompatível com os princípios cristãos da dignidade igual dos homens perante Deus e com os direitos do homem que surgiram no século 18 no bojo das Revoluções Francesas e Americanas.*” Assim essas três questões - do Estado, do Governo e do Homem obrigam os modernos a redefinirem a cidadania. Em termos do Estado, Rousseau⁸ propõe o deslocamento da soberania, que estava depositada nas mãos do monarca, para o direito do povo, mudando o conceito de vontade singular do príncipe para o de vontade geral do povo. Conforme consagrado na Declaração dos Direitos do Homem da Revolução Francesa, todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Daí irradiaram as liberdade civis de consciência, de expressão, opinião e associação, bem como com direito à igualdade e o direito de propriedade que está na base da moderna economia de mercado. O problema do governo foi resolvido através da doutrina da representação fundada na soberania popular. Assim devido ao tamanho das repúblicas fica dificultado a exercício direto do poder pelo cidadão. Para evitar o despotismo, o princípio republicano consagra a idéia do controle popular pelo sufrágio universal, inspirando-se na visão de soberania popular defendida por Rousseau. Assim o cidadão não pode mais exercer em pessoa o poder, mas escolhe por seu voto seus representantes. Esta é a democracia representativa. Em relação ao conceito de homem e sua natureza, a república moderna custou muito a reconhecer que a pessoa humana é dupla, ou

⁷ VIEIRA, L., Cidadania e Globalização. Rio de Janeiro: Record, 1997. 142 p.

⁸ Cf. VIEIRA, op. cit., p. 29.

seja, que compreende o homem e a mulher. De um modo geral, foi somente no século 20 que o sufrágio universal se estendeu às mulheres.

Assim a cidadania moderna, em relação a cidadania antiga, ampliou-se e estendeu-se a um número maior de membros de uma mesma nação. Mas, por outro lado, teve seu raio de ação reduzido pois a decisão política foi transferida aos eleitos e representantes.

As categorias que estruturam o conceito de cidadania apresentadas por Marshall, representam uma visão liberal de cidadania. Existem outras visões, tais como a visão do “*Welfare State*”, cuja prática se concretiza nos países mais desenvolvidos economicamente. Neste tipo de prática de cidadania, entende-se o êxito material (emprego, renda, consumo, liberdades democráticas, direitos sociais) como o verdadeiro exercício da cidadania. Existe ainda uma terceira visão de cidadania, que considera a sociedade dividida em duas em duas classes: a dominante e a tutelada. À primeira caberia encaminhar os processos de desenvolvimento da sociedade, e à segunda, caberia seguir os passos estabelecidos pela primeira. Um dos processos a serem encaminhados pela classe dominante é o da cidadania. Este processo se dá principalmente através de políticas sociais assistencialistas que apenas reforçam a condição de dependência dos indivíduos. Esta é uma visão conservadora de cidadania.

De maneira ampla, pode-se definir a cidadania como o conceito que expressa o conjunto de direitos e deveres do indivíduo no contexto da sociedade. A partir desta definição pode-se criar uma dupla interpretação para este conceito. Assim temos que a cidadania pode ser compreendida como:

- o estatuto oriundo do relacionamento existente entre uma pessoa natural e uma sociedade política; conhecida como Estado, pela qual a pessoa deve a este obediência e a sociedade lhe deve proteção. Este estatuto, nascido de um relacionamento entre o indivíduo e o Estado é determinado pela lei do país e reconhecido pelo direito internacional(sendo este de uso predominante nos contextos legais);
- como estatuto de cidadão numa sociedade, estatuto baseado na regra da lei e no princípio da igualdade.^{9/}

⁹ DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

Ainda em relação ao conceito de cidadania, Demo,¹⁰ elaborou uma definição que ressalta o caráter de ação política inerente ao mesmo. Segundo este autor a cidadania é “(...) o processo histórico de conquistas populares, através das quais a sociedade adquire progressivamente, condições de tornar-se sujeito histórico consciente e organizado, com capacidade de conceber e efetivar um projeto próprio de desenvolvimento social. O contrário significa a condição de massa de manobra, de periferia de marginalização.”

Da definição elaborada por Demo, apreende-se que, a base prática do conceito de cidadania se apoia nas ações organizadas por grupos sociais, ou seja, na sociedade civil organizada e que a base teórica deste conceito se apoia na crença da igualdade de todos os homens perante a lei e o reconhecimento de que a pessoa humana e a sociedade são detentoras inalienáveis de direitos e deveres. Assim ser cidadão significa poder gozar plenamente de direitos civis, políticos e sociais, ou seja, ter direito a um emprego e a um salário capazes de garantir um padrão de vida digno e ter acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade. É, também, poder votar e ser votado, opinar, informar e ser informado, poder participar com liberdade e consciência crítica, ter capacidade de intervir nas decisões que dizem respeito aos interesses individuais e coletivos. Ser cidadão significa ser sujeito emancipado. A emancipação, por sua vez, seria “(...) a competência teórica e prática de formular e executar projetos próprios de desenvolvimento.”¹¹ A emancipação não é possível sem a construção de um espaço próprio de atuação que, por sua vez, se confrontará com outros espaços já constituídos. Assim tanto a emancipação, como a cidadania podem ser compreendidos como conceitos inter-relacionados e podem ser caracterizados como processos de confronto entre iguais e desiguais (no sentido de excluídos).

Mas como se constrói a emancipação e a cidadania? Como o indivíduo se torna cidadão? Como se aprende a ser cidadão? Conforme Jelin,¹² para se chegar a ser cidadão/cidadã ativos/ativas e responsáveis faz-se necessários contar com oportunidades e espaços que permitam (e promovam) o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades e idéias muito especiais, ou seja , a cidadania é uma prática que se aprende através da

¹⁰ DEMO, P. Cidadania menor; algumas indicações quantitativas da nossa pobreza política. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 17.

¹¹ DEMO, P. Cidadania e emancipação. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n.º 100, p. 53-72, jan./mar., 1990.

¹² JELIN, E. Construir a cidadania : uma visão desde baixo. Revista Lua Nova, n.º 33, p.39-57, 1994.

participação em experiências concretas, A cidadania é uma prática educacional. É certo que, nesta prática o fator primordial é a formação de um sujeito social capaz de gestar sua própria emancipação rumo a uma sociedade rica e livre. Tal emancipação se dá através do agir comunicativo. Este, por sua vez, se constrói num contexto amplamente democrático, onde todos os participantes detêm os mesmos direitos de se manifestarem, desde que de modo argumentado, ou seja, através de um agir comunicativo. Este tipo de agir comunicacional se baseia na oportunidade de discurso para todos os sujeitos sociais, bem como, no amplo acesso às informações pelos mesmos. Neste contexto social emancipado os conflitos são momentos de troca de informações e de geração de novos arranjos sociais, onde busca-se a melhor forma de distribuir as riquezas geradas pelo trabalho de todos e de solucionar os problemas sociais. Isto é sinônimo de sociedade emancipada, ou seja, sinônimo de sociedade que é capaz de gerenciar sua própria desigualdade e isto possibilita a construção de um caminho que pode levar a cidadania como prática social essencial e cotidiana.

Através de uma perspectiva analítica ampla o conceito de cidadania refere-se também a uma prática conflituosa vinculada ao poder, que reflete as lutas sobre *quem poderá dizer o que*, ao definir quais são os problemas comuns e como serão tratados. Tanto a cidadania, como os direitos estão sempre em processo de construção e de mudança. Mais que uma lista de direitos que é mutável e historicamente específica, essa perspectiva implica que o direito básico é o “direito de ter direito”.

Uma compreensão mais completa do conceito de cidadania deve analisar, além dos direitos, a esfera das responsabilidades; ou seja, dos deveres dos cidadãos. Esta dimensão da cidadania se relaciona diretamente a esfera pública. Conforme ARENDT, citada por Jelin,¹³ “(...) a privação fundamental dos direitos humanos manifesta-se sobretudo na privação de um lugar no mundo (um espaço político) que torna significativa as opções e efetivas as ações. (...) O homem, segundo parece, pode perder todos os assim chamados Direitos do Homem sem perder sua qualidade humana essencial, sua dignidade humana. Só a perda da comunidade política o expulsa da humanidade.” A questão dos deveres confere um sentido de comunidade ao tema da cidadania, ou seja, confere ao indivíduo um sentido/consciência de ser um sujeito inserido em um contexto sócio-histórico. Essa dimensão da cidadania se relaciona diretamente aos sentimentos que unem ou ligam o sujeito a

uma

¹³ JELIN, E. Op. cit. p.45.

a uma coletividade. Assim os deveres do cidadão lembram o compromisso cívico, centrado na participação ativa no processo público.

Com relação a questão da responsabilidade cívica nos dias atuais Jelin,¹⁴ tece um comentário importante. Conforme esta autora “(...) *na pólis clássica a responsabilidade cívica manifestava-se num compromisso intenso e direto do indivíduo com os assuntos sociais e políticos da coletividade. Os movimentos nacionalistas modernos tentaram construir o compromisso cívico mediante a identificação com o Estado-Nação moderno. O resultado histórico nem sempre foi bem sucedido : o nacionalismo intolerante, a rigidez e o racismo fora, alguns dos desenvolvimentos nesse âmbito.*” O atual desafio em termos de compromisso cívico consiste em como ancorar o sentido da comunidade e de pertença em princípios éticos de equidade associados à preocupação humana pelos outros e à preocupação pelos direitos e pelo reconhecimento recíprocos. Aqui se faz presente a questão da igualdade e de diferença; ou seja; uma noção renovada e atual de cidadania deve ser capaz de manter tanto a noção de igualdade (direitos iguais) já defendida historicamente, como a noção da diferença (direito a diferença, respeito a diversidade). Como coloca Dagnino,¹⁵ “*não se trata de recusar a diferença, mas de entender o que ela designa. Eu gostaria de afirmar(...) a existência de um vínculo intrínseco entre a igualdade e a diferença.(...) No campo da cidadania, a diferença emerge enquanto reivindicação precisamente na medida em que ela determina desigualdade. A afirmação da diferença está sempre ligada à reivindicação de que ela possa ser vivida sem que isso signifique, sem que se tenha como consequência, o tratamento desigual, a discriminação. (...) O direito a diferença, específica, aprofunda e amplia o direito à igualdade.*”

Outra questão atual envolve a análise da inter-relação da cidadania com a globalização. Giddens¹⁶, considera que a globalização é um processo de intensificação de relações sociais em escala mundial que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. A globalização tem uma natureza dialética, no sentido em que acontecimentos locais podem ter como elemento constitutivo fatores/situações com características globais. Assim, a prosperidade crescente de uma área urbana na Ásia pode estar ligada, através de

¹⁴ JELIN, E. Op. cit. p.46.

¹⁵ DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. IN: Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994 p. 103/115.

¹⁶ GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

uma complicada rede de laços econômico-políticos, ao empobrecimento de uma área urbana nos Estados Unidos, cujos produtos não são mais competitivos nos mercados mundiais. Outro exemplo é a questão dos nacionalismos locais na Europa. O desenvolvimento de relações sociais globais pode servir para diminuir alguns aspectos de sentimento nacionalista ligado aos estados-nação, mas pode também causar a intensificação desse mesmo sentimento, pois ao mesmo tempo em que as relações sociais se tornam lateralmente esticadas e como parte de um mesmo processo, vemos o fortalecimento de pressões para autonomia local e identidade cultural regional. A partir desses exemplos, podemos perceber que dois pontos se destacam em relação a globalização. Um primeiro ponto evidencia que a globalização não se restringe a esfera econômica, mas que descreve também fenômenos da esfera social, cultural, política e ambiental. Um segundo ponto se relaciona a questão da cidadania e globalização. Tal inter-relação tem evidenciado que questões de cidadania a nível local estão se tornando questões globais. Conforme Vieira,¹⁷ no contexto da globalização, as questões deixam de ser apenas nacionais e se tornam transnacionais. Assim podemos citar como questões dessa natureza as seguintes: migrações, pobreza, danos ambientais, capital financeiro, informatização, desemprego, telecomunicações, epidemias, tráfico de drogas, violência nos grandes centros urbanos, o uso destrutivo da ciência e da tecnologia, entre outras. É nesse contexto de inter-relação - cidadania e globalização - que surgem os conceitos de cidadão global e de cidadania planetária. Tais conceitos vem se estruturando paulatinamente, através de ações a nível da sociedade civil de todos os países, em contraposição ao poder político do Estado e do poder econômico do mercado. Em torno dessas e de outras questões estaria surgindo uma sociedade civil planetária que tem como sujeitos, cidadãos globais. Esses cidadãos agem como representantes da sociedade civil global em instituições internacionais. Assim a relação: cidadania e globalização é um fato social em construção e pode significar o avanço dos direitos de cidadania para um número maior de seres humanos..

Retomando a análise da cidadania como um campo social de direitos e deveres, vale salientar que, apesar de evidenciar uma complementaridade entre as duas faces da cidadania, tal posição evidencia também tensões e ambigüidades intrínsecas. Um exemplo de tensão é a questão do cidadão e do sujeito autônomo. ou seja, *"o ideal de cidadão como elemento igualitário e consensual; elemento ao qual correspondem as virtudes cívicas, os deveres e responsabilidades; contrasta irremediavelmente com o elemento da asserção*

¹⁷ Cf. VIEIRA, op. cit., p. 42.

autônoma de cada membro da coletividade."¹⁸ Outro elemento ambíguo na questão direitos/deveres do cidadão é o grau em que o desenvolvimento do direito de cidadania social; através do Estado de bem estar social(Welfare State), tende a substituir o ideal do cidadão responsável pela realidade do "cliente". Assim o Estado age através de relações clientelísticas e populistas. Tal relação boicota o desenvolvimento de um sentimento pleno de cidadãos como sujeito de direitos. Nesse sentido, temos vários exemplos históricos na América Latina, e no Brasil , de forma particular, em cujo contexto sócio-político desenvolve-se uma cultura política clientelística que dificulta o desenvolvimento de uma cultura de cidadania.

As indagações de: *como se constrói a cidadania? Como se aprende a ser cidadão/cidadã?* estão no centro das atuais discussões sobre a democracia como um caminho de desenvolvimento econômico, social e humano. *"Dadas as esperanças e as expectativas que forma depositadas no vínculo entre a democratização política e a democratização social, a recente experiência dos países latino-americanos do cone sul revela que não há um relação linear automática entre o funcionamento formal das instituições democráticas e a democratização da sociedade."*¹⁹

A construção da cidadania passa por duas áreas de fenômeno. Assim, por um lado temos um processo de aprendizagem (prática educacional) de direitos e deveres, por outro lado, temos a criação de um quadro institucional democrático, tanto a nível das estruturas do Estado, com a nível das outras instituições da sociedade civil. Em relação ao aprendizado dos direitos/deveres as questões a serem analisadas seriam: que direitos tem o cidadão/cidadã? Quais são seus deveres/responsabilidades? Esse processo implica em um duplo jogo, no qual simultaneamente o indivíduo reconhece quais são as responsabilidades em relação a ele(seus direitos) e aprende quais são as suas responsabilidade em relação ao outro (seus deveres). Este processo implica em aprendizado de expectativas e condutas responsáveis e na definição da amplitude do espaço de responsabilidade de cada sujeito.

Deve ser salientado que estes processos não se dão no vazio, mas em quadros institucionais concretos; quadros que devem ser construídos na transição democrática. Assim, a tradição para a democracia (no caso dos Estados latino-americanos) envolve a reconstrução das instituições do estado e a transformação das instituições da sociedade civil.

¹⁸ JELIN, E. op. cit. p.46.

¹⁹ JELIN, E. op. cit., p. 42.

Tal processo se justifica a partir do momento em que, *“os regimes políticos ditatoriais e o terrorismo de Estado tiveram uma forte penetração social, invadindo âmbitos e espaços cotidianos e privados que no imaginário social não correspondem à política. (...) As ditaduras duraram muito, de modo que, os grupos geracionais mais jovens não tiveram oportunidade de exercer práticas políticas democráticas (votar ou funcionar em governos eleitos), nem experiência de afirmação da cidadania no cotidiano. Além disso, mesmo em países onde a democracia política funcionou anteriormente, a ética e a cultura da democracia não foram tão fortes e prevalecentes. Décadas ou mesmo séculos de governantes arbitrários e um padrão cultural de submissão em relações interpessoais hierárquicas deixaram um legado que não é fácil de mudar com rapidez.”*²⁰ Assim o quadro de construção da cidadania implica em um desmantelamento de formas anti-democráticas de exercício do poder (autoritárias, corporativas e/ou baseadas na pura força) dentro e fora das instituições diretamente políticas. Tal processo implica em mudanças nas regras que governam a distribuição do poder, o reconhecimento e vigência dos direitos e da legitimidade dos atores sociais. Por sua vez, as pessoas têm que adotar comportamento e crenças adequadas ou coerentes relativamente à noção de democracia, aprendendo a atuar dentro do renovado sistema institucional. E os líderes políticos e as classes dominantes tem que aprender a reconhecer e levar em conta os direitos e as identidades de atores sociais diversos, renunciando à arbitrariedade e à impunidade. Assim, uma sociedade de cidadãos/cidadãs pressupõe a construção de uma cultura cidadã. Tal cultura deve permear as relações entre os indivíduos e destes com as instituições estatais e vice-versa. Tal cultura se constrói através de práticas sociais²¹ de cidadania, ou, práticas de cidadania.

1.2 - Informação

A informação é um conceito que tem várias definições. Um dos sentido deste conceito pode ser buscado através de sua origem etimológica. Assim, temos que informação é uma palavra de origem latina, do verbo *“informare”*, que significa dar forma , colocar em forma , criar, representar, construir uma idéia ou uma noção. A partir de sua origem etimológica podemos perceber dois sentidos complementares para este conceito. Assim

²⁰ JELIN, E. op. cit., p.55.

²¹ **Práticas sociais** : ações desenvolvidas por um indivíduo ou grupo de indivíduos localizados em determinada formação social. Cf.: HANECKER; M. Os conceitos do materialismo histórico. São Paulo: Global, 1982. p.141.

temos que, a informação pode ser compreendida como processo de atribuição de sentido. Em termos de práticas informacionais diríamos que esse processo se dá através das ações de recepção/seleção das informações recebidas. Outra compreensão pode ser formulada se considerarmos a informação como processo de representação, objetivando com isso comunicar o sentido dado à mesma. Este processo ocorre através das ações de codificação, emissão, decodificação/uso de informação. Em termos de práticas informacionais diríamos que este processo estrutura-se através das ações de geração e transferência de informação. A partir de uma visão etimológica a informação pode ser conceituada como *uma prática social que envolve ações de atribuição e comunicação de sentido*.

Através da análise etimológica do termo informação, um ponto se destaca. Temos que, seja como processo de atribuição de sentido, seja como processo de representação para a comunicação, a informação comporta um elemento de sentido, ou seja, o objetivo do ato de informar é o envio e a apreensão de sentido. Podemos considerar que se não ocorre atribuição de sentido e processo de representação do fenômeno informacional não se desenvolve.

Podemos buscar outra compreensão para o termo informação. Conforme Brookes,²² a *informação é um elemento que provoca transformações nas estruturas*. Assim, quando se envia uma mensagem (conjunto de informações) a um ser consciente, baseada num código conhecido, tanto pelo sujeito-emissor, como pelo sujeito-receptor, esta mensagem pode ser interpretada e, a partir daí adquirir sentido. Ao utilizar esta informação (com sentido) para resolver determinado problema ou se informar sobre qualquer situação o sujeito social produz conhecimento. Tal conhecimento pode ser a simples identificação de determinado objeto ou a compreensão exata e completa deste mesmo objeto. Assim, quando se afirma que existe uma relação entre informação e conhecimento e que estes elementos podem provocar transformações nas estruturas, estamos nos baseando na idéia de que o nosso estado (ou nossos estados) de conhecimento sobre determinado assunto, em determinado momento, é representado por uma estrutura de conceitos ligados por suas relações, isto é, a nossa imagem do mundo, ou a nossa visão de mundo/ Quando constatamos uma deficiência ou uma anomalia desse(s) estado(s) de conhecimento(s), encontramos-nos em estado anômalo de conhecimento. Ao tentarmos obter uma informação ou informações que

²² BROOKES, B. C. The foundations of Information Science. Journal of Information Science. v.2, p.209-221, 1980.

corrigirão essa anomalia, criaremos um novo estado de conhecimento, que uma vez aplicado a determinada situação problemática, pode provocar uma nova situação ou uma transformação de estruturas. A visualização desta afirmação pode ser feita através da equação fundamental da Ciência da Informação elaborada por Brookes, 1980, assim representada:

$$K(S) + @K = K(s+@S)$$

↑
@I

Fonte: BROOKES, 1980

Esta equação exprime a passagem de um estado de conhecimento $K(S)$ para um novo estado de conhecimento $K(S+@S)$ devido a contribuição de um novo conhecimento $@K$, extraído de uma informação $@I$; sendo que o termo $@S$ indica o efeito dessa modificação. Assim ocorre a transformação do estado de conhecimento e se tal transformação for aplicada ao nível das relações dentro de um contexto social, pode-se ter a transformação deste contexto. Este processo tem características transformadoras pois possibilita uma revisão do conhecimento estabelecido e/ou criação de novos conhecimentos.

A partir das considerações feitas compreendemos que a *informação é uma prática social que envolve ações de atribuição e comunicação de sentido que, por sua vez, pode provocar transformações nas estruturas pois gera novos estados de conhecimento.*

Entretanto para que a nossa compreensão do fenômeno informacional seja mais representativa do real devemos considerar também o sujeito do conhecimento, ou seja o sujeito/usuário de informação e/ou sujeito/gerador de conhecimento. A nível do campo da Ciência da Informação percebemos, de um modo amplo, três tendências acerca desse tema. Assim temos:

- *informação como produção de um sujeito universal*: Esta abordagem considera que o sujeito do conhecimento é um sujeito universal pois é portador de categorias e operações estabelecidas “a priori”. Tais categorias e operações que se caracterizam como sendo

formas racionais, universais e transculturais, estariam presentes de modo “virtual” em cada sujeito particular, e são anteriores e independentes de cada ato particular de conhecer e representar determinada situação ou objeto. Conforme Gomez,²³ esta forma de pensar o sujeito cognitivo aparece nos estudos informacionais. *“Encontramos, por exemplo, em Austin, o autor do PRECIS-Preserved Context Index System. Assim aquele modelo “virtual” universal de categorias e relações proporciona um saber antecipatório sobre a estruturação da informação para se usar como esquema prévio para a construção de instrumentos e arquivos, no escopo da recuperação da informação. Para Austin, todos os produtos da classificação - ou seja - todo tipo de proposições e enunciados, estão compostos de certos tipos básicos de conceitos ligados por um conjunto comum e limitado de relações primitivas. O projeto de organização da informação proposto por Austin, aponta identificar uma base inter-linguística, a fim de construir um instrumento de processamento da informação com a maior potência de controle, capaz de atravessar as barreiras linguísticas geradas pela diversidade das línguas naturais e das linguagens especializadas ou técnicas. Para isso, procura aquele “a priori” lógico-sintático, um sintagma universal”.* Esta abordagem considera que, através de princípios universais e de “n” operações individuais feitas a partir de categorias colocadas “a priori”, o sujeito do conhecimento/usuário/gerador de informação desenvolve práticas informacionais. Esta interpretação do fenômeno informacional nos parece de difícil aceitação pois, na verdade o sujeito do conhecimento não é um ente a-histórico, um ente abstrato. Tal sujeito é histórico e conseqüentemente, inserido socialmente numa relação tempo-espço. Aceitar esta consideração significa romper com o “a priori” lógico-sintático universal. Este rompimento nos leva a buscar uma outra abordagem teórica, que caracterize de forma mais completa a ação do sujeito do conhecimento;

- *informação como produção de um sujeito cognitivo-individual* : Para esta abordagem é a partir de experiências que o sujeito do conhecimento combina percepções elementares e as generaliza, dando lugar a produtos mais complexos, tais como o conhecimento científico. Tendo este ponto como fundamento as operações cognitivas elementares são reconstituíveis a partir da observação do comportamento dos indivíduos. Esta abordagem enfatiza a dimensão subjetiva do processo informacional, ou seja, para a mesma as práticas informacionais (recepção, geração e transferência de informação) são ações que ocorrem no

²³ GOMEZ, M. N. G. de. Informação e conhecimento. Brasília: Ciência da Informação, v.13, n.º 2, p.107-14, jul./dez. 1984.

“interior” de um sujeito cognitivo individual. Encontramos em Farradane,²⁴ um exemplo do uso dessa abordagem no campo da Ciência da Informação. Este autor parte do pressuposto de que, diferentes assuntos não comportam diferentes operações de pensamento. Assim, diante da multiplicidade dos conteúdos e das linguagens ou “sistemas de significação”, ele contrapõem a unidade psicológica do processo de informação. Para Farradane, não haveria categorias “a priori”. Os sujeitos realizam simples operações de união/separação dos conceitos para elaborar representações de informação. Esta operações se fundamentam em “operadores relacionais”, que são utilizados como elementos de ligação.

Farradane, discorda de que o sujeito do conhecimento seja universal, no sentido de que o mesmo teria categorias e operações estabelecidas “a priori” e tenta criar um outra interpretação para o fenômeno informacional. Entretanto, se na abordagem do sujeito universal o indivíduo elabora a representação a partir de “princípios universais”, na abordagem do sujeito cognitivo-individual, ele o faz a partir de “princípios relacionais mecânicos”. Consideramos que a abordagem do sujeito cognitivo-individual, tanto quanto a abordagem do sujeito universal acabam por aprisionar o sujeito do conhecimento num universo de escolhas mecânicas ou não lhe permitem escolha, pois já existem princípios universais que orientam as práticas informacionais do mesmo. Estas abordagens desconsideram que além do sujeito do conhecimento e da informação existe um terceiro elemento no fenômeno informacional. Este terceiro elementos é a realidade que expressa a complexidade das relações sociais de produção instadas a atender às necessidades de sobrevivência da humanidade, embutidas no sistema econômico; as relações entre as instituições políticas e administrativas que compõe o sistema político-administrativo e, por fim as tradições culturais e as instituições que dão força normativa a estas tradições que formam o sistema sociocultural. Assim, devemos buscar uma abordagem que leve em consideração todos esses aspectos inerentes ao fenômeno informacional.

- ***informação como produção de um sujeito cognitivo-social***: Esta abordagem considera que o sujeito do conhecimento é também um sujeito social. Um dos fundamentos dessa abordagem é que as práticas informacionais são mediadas por um sistema de conceitos, que constituem um “modelo” de mundo para o sujeito do conhecimento. Este modelo opera como uma unidade de seleção na “filtragem” e estruturação , tanto na emissão, como na

²⁴ FARRADANE, J. Relational indexing; part. I. Journal of Information Science. v.1, p. 267-76, 1980.
FARRADANE, J. Relational indexing ; part. II . Journal of Information Science. v.1, p. 313-24, 1980.

recepção da informação. Mas, como esse “modelo” conceitual se diferencia das categorias e operações estabelecidas “a priori” da abordagem do sujeito universal ou dos operadores relacionais da abordagem do sujeito cognitivo-individual? O elemento diferenciador é o ponto de vista que relaciona o sujeito do conhecimento com seu contexto social. Assim, conforme Gomez, *“uma das conseqüências dessa abordagem é que esse modelo conceitual depende das experiências anteriores de um indivíduo ou grupo, sendo afetado pelos processos de socialização que recebem os indivíduos e pela vivência histórica dos grupos sociais. São, como preferimos dizer, modelos sócio-cognitivos.”*

Estão se desenvolvendo no campo da Ciência da Informação, estudos que incorporam a dimensão sociocultural das práticas informacionais. Assim temos que, Hjørland e Albrechtsen,²⁵ desenvolvem sua abordagem denominada de análises de domínio, a partir de um enfoque sócio-cognitivo. Conforme esses autores *“(...) o paradigma orientado à análise de domínio em Ciência da Informação afirma que o melhor caminho para compreender a informação é estudar os domínios de conhecimento como comunidades de pensamento ou de discurso. Estas, por sua vez, são divisões da sociedade do trabalho. A organização do conhecimento, sua estrutura, seus padrões de cooperação, suas formas de comunicação e linguagem, seus sistemas de informação e seus critérios de relevância são reflexos dos objetos de trabalho dessas comunidades e de seu papel na sociedade.”*

A abordagem desses autores considera que, o sujeito do conhecimento não é nem sujeito universal, nem sujeito cognitivo-individual. Este sujeito é cognitivo, pois produz conhecimento e é também social, pois participa de uma comunidade de discurso, que se estrutura a partir da socialidade. Neste contexto o sujeito partilha seu conhecimento e incorpora no mesmo elementos comunitários. Assim, o universo de conhecimento desse sujeito é dinâmico e implica em intercâmbios constantes entre estruturas individuais e coletivas.

As considerações de Hjørland e Albrechtsen, representam um avanço importante, pois através delas a realidade social se faz presente nas análises do campo da Ciência da Informação. A única ressalva a ser feita sobre esta abordagem é que ela enfoca tal realidade de uma maneira extremamente funcionalista.

²⁵ HJORLAND, B. ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science : domain analyses. *Journal of American Society of Information Science*. v. 46,n. 6, p. 400-425, 1995.
Socialidade: Experiência Coletiva. Cf.: TEIXEIRA, M. C., *Antropologia, Cotidiano e Educação*. Rio de Janeiro, Imaja, 1983. P. 25.

Wersig,²⁶ também considera a realidade social em seus estudos sobre a informação. Para este autor as práticas informacionais acontecem sempre entre sujeitos duplamente geradores e receptores de informação, a partir de um “equipamento prévio” que os capacita para a comunicação e para a ação. Esse equipamento inclui além de uma memória de formas simbólicas que age como unidade de codificação e decodificação, um modelo interno do contexto social e um inventário de programas e estratégias para operar e representar o meio. Este equipamento delimita, orienta a atividade consciente e intencional do sujeito e, conseqüentemente faz a intermediação entre o campo da consciência e o campo da ação/execução. Neste contexto surge uma situação problema quando uma incerteza se estabelece entre o sujeito (seus modelos cognitivos e seu repertório de ações possíveis) e as demandas de uma situação concreta. Neste caso o equipamento prévio é insuficiente para resolver esta situação. Para ultrapassar essa situação de incerteza se faz necessário a informação, ou seja, se faz necessário um elemento que reduz a incerteza. Assim, para Wersig, a informação é um elemento que resolve uma situação-problema.

A abordagem de Wersig, representa um grande avanço para o campo da Ciência da Informação. Entretanto, deve ser salientado que este autor desconsidera a possibilidade da informação ser um gerador de incertezas, através de um processo de não entendimento ou de sobrecarga de informação. Conforme Gomez, 1984 esta ausência é um indicador de que a vertente naturalista ainda se faz presente nas análises do campo da Ciência da Informação. Tal vertente tem a tendência de reduzir o papel do sujeito do conhecimento, que neste contexto, apenas gera, recupera e dissemina a informação. Assim é negado ou reduzido, de forma excessiva, a dimensão ativa e intencional do sujeito, a partir de situações sociais de cooperação e conflito. A conseqüência mais imediata desta postura teórico-metodológica é o “tratamento naturalista” do fenômeno informacional. Tal tratamento submete o fenômeno informacional a um conjunto de ações desenvolvidos por sujeitos a-históricos e desvinculados da realidade social.

Consideramos que esta abordagem não represente de forma completa a dinâmica do fenômeno informacional. Assim as práticas informacionais constroem um discurso meta-informacional que é social, não apenas porque tal discurso tem um embasamento cultural específico, nem porque são um dos elementos constitutivos de um

²⁶ WERSIG, G. Information Science needs a theory of a information actions. Social Science Information Studies. v.5, p. 11-23, 1985.

projeto social dominante mas, principalmente, porque tais práticas são sustentadas por sujeitos sociais concretos que se representam e representam grupos e instituições sociais.

O fenômeno informacional não é algo “natural”. Certamente que este fenômeno se dá a partir de um sujeito cognitivo. Mas este sujeito é também social, pois está inserido numa determinada realidade social e, conseqüentemente, é influenciado por esta realidade. Assim, a informação é uma construção do sujeito cognitivo-social.

Retomando a conceituação do termo *informação* temos que esta pode ser compreendida *como prática social de um sujeito cognitivo-social que desenvolve ações de atribuição e comunicação de sentido que, por sua vez, podem provocar transformações nas estruturas (tanto individuais, como sociais), pois geram novos estados de conhecimento.*

Considerar o fenômeno informacional sob esta perspectiva é admitir que o mesmo é um processo constantemente reconstruído pelo sujeito do conhecimento, a partir de uma determinada realidade social e de significativos pessoais. Informar-se, portanto não é um processo finalizado quando o sujeito do conhecimento recebe/usa informação. Tal processo é algo aberto/inacabado e ,como tal, sempre propício a reestruturações; caso contrário não poderíamos criar novas informações, uma vez que, as informações já existentes representariam a realidade de forma completa e satisfatória.

Uma vez analisados aspectos conceituais do termo informação, bem como caracterizado o sujeito do conhecimento, podemos tratar de outro aspecto do fenômeno informacional. Tal aspecto diz respeito a função da informação na atual sociedade. Foi colocado anteriormente que a informação transforma estruturas individuais e sociais. Mas qual a natureza dessa transformação na atual sociedade? Para responder a esta indagação devemos compreender os referenciais teóricos que apoiam as abordagens utilizadas no campo da Ciência da Informação. A nível dos referenciais teóricos temos a visão sistêmica, a visão crítica e a visão pós-moderna, sendo que cada um desses referenciais teóricos origina variadas abordagens.

Conforme a visão sistêmica as ações humanas constituem sistemas, que por sua vez compõem a sociedade, o sistema maior. A nível do fenômeno informacional a finalidade do sistema é atingir um nível ótimo de performance nos processos de comunicação, fazendo com que um informação emitida por um sujeito X chegue até um sujeito Y com um mínimo de tempo e de perda de energia. Assim estes sujeitos encontram-se

no meio ambiente do sistema de informação. Neste ambiente se um processo de comunicação não se realiza, modificações/correções deverão ser introduzidas no sistema (realimentação), e esse continuará operando enquanto sistema, ou seja, qualquer falha no sistema é atribuída a um mau funcionamento em algum de seus componentes e não a utilização do modelo sistêmico. Em outras palavras, o que ocorre no plano técnico da operacionalização do sistema passa a ser utilizado como modelo para se entenderem os processos sociais e humanos de comunicação entre as pessoas. Vale salientar que neste contexto a função da informação é garantir a estabilidade dos sistemas.

A maior parte dos estudos no campo da Ciência da Informação tem como referencial o modelo sistêmico. Neste campo de conhecimento várias abordagens teóricas surgiram, tendo como paradigma a visão sistêmica. Assim temos :

- *abordagem centrada na mensagem ou teoria matemática da informação*: Oriunda da teoria matemática de Shannon & Weaver, esta teoria descreve um sistema rigoroso, onde as mensagens emitidas pela fonte são transmitidas por um canal a fim de serem recebidas com um mínimo de deformações por um destinatário. Trata-se de um sistema mecânico, onde a importância está centrada no canal e na sua capacidade em veicular uma mensagem a um custo baixo. Embora não possa explicitar as dimensões psicossociais e sociológicas da informação, em razão de seu estatuto físico ela tem sido largamente utilizada na Ciência da Informação.
- *abordagem pragmática*: Parte do pressuposto de que a informação é um elemento que auxilia o sujeito a tomar uma decisão, centrando-se na influência da mensagem no receptor. Para esta abordagem o fenômeno informacional ocorreria como resultado da união entre dado + estado de incerteza (dúvida) no receptor. Assim a informação é considerada como um redutor de incertezas e as práticas informacionais seriam processos de comunicação desenvolvidos para reduzir incertezas.
- *abordagem estruturalista* : Conforme esta abordagem toda a estrutura do mundo, percebida ou não constitui uma informação. Neste contexto estrutural a informação nos sistemas de significado corresponde ao advento das estruturas semióticas (a informação surge na interface da formação individual de conceitos e a comunicação inter-humana) e continua na aproximação da interface das estruturas conceituais e sociais e o conhecimento formalizado. Esta parte do espectro seria caracterizada ainda por uma estruturação deliberada da mensagem pelo emissor, com o objetivo de atingir a estrutura deliberada da

mensagem pelo emissor, com o objetivo de atingir a estrutura da imagem do receptor. O receptor seria aquele que busca a informação no momento em que percebe uma anomalia na estrutura do seu conhecimento - a informação seria então modificadora de estruturas cognitivas.

- **abordagem centrada no significado:** Oriunda da lingüística centra-se na organização da mensagem, que pode ser :

a) de predominância sintática (informação científica);

b) de predominância semântica (informação artística);

c) de predominância pragmática (informação que visa a formação ou a direção do comportamento público. Neste contexto a força da experiência de vida é o elemento formulador de sentido).

- **abordagem centrada no processo:** Considera que a informação não é um dos componentes do processo comunicacional mas, ela seria o próprio processo. Assim a informação é um processo que ocorre na mente humana quando um problema e dado útil para sua solução encontram-se numa união produtiva. Este processo se baseia nos seguintes elementos: geração, transmissão, e armazenamento e demanda de informação.

- **abordagem cognitivista :** Conforme esta abordagem a informação e o conhecimento são elementos diferentes. O conhecimento é um registro de memória de um processo no cérebro, algo portanto avaliável somente a nível mental e a informação é o substituto físico do conhecimento usado para a comunicação. Sendo o conhecimento um fenômeno subjetivo interessa estudar o aspecto objetivo do processo de comunicação : os processos cognitivos do emissor e do receptor ao produzirem informação. Para esta abordagem, no processo de comunicação, o emissor/gerador de informação pode acionar três diferentes fontes de conhecimento para o *output* da informação:

- estímulos de origem externa;

- conceitos extraídos de seu repertório de conhecimento;

- estímulos de origem interna como os sentimentos, emoções e outros fatores psicológicos.

A parte selecionada destes conhecimentos é então traduzida em informação de diferentes maneiras. O receptor , por sua vez, reagirá a informação de duas maneiras diferentes:

- somando-a ao seu conhecimento sem modifica-la, preenchendo uma lacuna na sua estrutura cognitiva;
- mudando sua estrutura prévia do conhecimento;

Nos dois pólos (emissor ou receptor) a abordagem cognitiva considera que ocorrem processos mentais lógicos.

A visão sistêmica, apesar de ser muito utilizada no campo da Ciência da Informação, não contempla a influencia do contexto social nas práticas informacionais do sujeito do conhecimento. Existem outras visões que consideram este aspecto e, a partir do mesmo, colocam que a informação pode se constituir num elemento de mudança social. Para fazer tal afirmação a visão crítica parte do pressuposto de que a informação é um fenômeno social, pois ela é gerada, organizada, disseminada e utilizada por sujeitos que estão inseridos num determinado contexto social. Assim, a informação possui dimensões políticas, econômicas, culturais e históricas que devem ser analisadas, para que se possa compreender o fenômeno informacional de forma mais completa. Essa visão gerou várias abordagens. Uma dessas abordagens é a teoria crítica desenvolvida, entre outros, pelo filósofo alemão Jurgen Habermas. Segundo Habermas o fenômeno informacional é um produto das relações sociais, seja para criar condições de diálogo entre os cidadãos (agir comunicativo), entre as instâncias científicas e políticas (agir racional), ou ainda entre o campo científico e o grande público. Não pretendemos apresentar uma panorâmica do complexo temático da obra desse autor. Objetivamos tão somente uma breve aproximação de sua Teoria Crítica no sentido de evidenciar aspectos que nos auxiliem a compreender a questão da relação entre o contexto social e as práticas informacionais. Para tanto, procuraremos compreender as categorias denominadas de “mundo da vida” e “contexto comunicativo”.

A teoria crítica se origina, inicialmente na Escola de Frankfurt²⁷ e tem em Habermas um de seus fundadores, tanto que este autor é considerado o último representante

²⁷ A **Escola de Frankfurt** foi fundada em 1924, se vinculava a Universidade de Frankfurt e reuniu intelectuais com origens filosóficas diversas, como Horkeimer, Adorno, Benjamin, Marcuse e Habermas, mas com uma preocupação comum: compreender o enigma da “servidão voluntária”. Cf.: MATOS, O.C.F. A escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo. São Paulo: Moderna, 1993.

dessa escola. Nos anos 70, Habermas se desvincula dos intelectuais ligados a Escola de Frankfurt. Um dos motivos dessa desvinculação é a discordância de Habermas em relação a consideração do grupo frankfurtiano sobre a alienação do homem moderno. Segundo este grupo o sistema envolve ideologicamente o indivíduo gerando a alienação. E, atualmente tal envolvimento se daria em todos os âmbitos da vida cotidiana. Partindo da mesma premissa, Habermas se distancia desse grupo, quando considera que existe uma saída para a alienação fundamentada no próprio agir cotidiano, que é produto do “mundo da vida”. Assim se faz necessário compreender o que é o “mundo da vida” e como o sujeito do conhecimento inserido neste contexto, pode romper com a alienação. Para Habermas, a sociedade atual está essencialmente composta de três sistemas: o econômico, o político-administrativo e o sociocultural. Diante desses sistemas o “mundo da vida” expressa a própria complexidade das relações que se estabelecem entre estes três sistemas constitutivos da realidade social, ou seja, as relações sociais de produção instadas a atender às necessidades de sobrevivência da humanidade, embutidas no sistema econômico; as relações entre as instituições políticas e administrativas que compõem o sistema político-administrativo e, por fim, as tradições culturais (morais) e as instituições que dão força normativa a estas tradições e que formam o que Habermas chama de sistema sociocultural. Assim, ao empregar o termo “mundo da vida”, este autor se refere ao homem e seu mundo, ou seja, ao espaço vital, o espaço de formação e de compreensão do homem. Significa portanto, o mundo humano, a sociedade e a vida pública e, ao mesmo tempo as maneiras e as formas de pensar e de agir que nele atuam, bem como o espaço vital humano do ponto de vista social, político, cultural e técnico, que no seio da sociedade capitalista atual assumem características específicas e bem delimitadas de opressão do homem, mediante a sofisticação da ciência e da técnica.²⁸ Essa sociedade que funciona aparentemente a partir de relações livres e justas, mas que na verdade é opressora, se baseia na perda de autonomia do sujeito e/ou na predominância da “racionalidade prático-moral” absorvida pela “racionalidade instrumental” que leva o sujeito do conhecimento a alienação. Como se pode romper com esses processos? Considerando que, o “bem viver” do homem não pode constituir-se a partir da racionalidade técnica, Habermas coloca que tal rompimento baseia-se na reconstituição de um contexto comunicativo que se caracteriza por ser um contexto onde o agir se estrutura a partir de uma moral universal baseada em normas fundamentais inseridas na própria estrutura da

²⁸ BOVONE, L. Teorias da cotidianidade: busca de sentido ou perda de sentido? Trad. M.C.S. Teixeira. *Revista Studi di Sociologia*. Milão, v.24, jan./mar., 1986. p.20-36.

linguagem e que tal agir deve ser livre da dominação e prenunciador de novos valores comuns. Conforme Bovone, a teoria crítica de Habermas preocupa-se em resgatar a supremacia da dimensão social sobre a técnica, com o intuito de orientar uma práxis libertadora do “supertecnicismo desumanizante”.

No campo da Ciência da Informação consideramos que, o contexto comunicativo proposto por Habermas possa ser interpretado como uma proposta de socialização da informação e que esta se baseia na constituição de circuitos comunicacionais, onde os sujeitos do conhecimento (produtores/usuários) definem conjuntamente as necessidades de informação e as metodologias mais adequadas para atender às mesmas. Assim, *“o que se propõe é um procedimento argumentativo no grupo, em que todos os pontos de vista precisam ser respeitados, prevalecendo o melhor argumento”*²⁹.

Consideramos que, a Teoria Crítica cria novas possibilidades para o campo da Ciência da Informação, no sentido de que através da mesma pode-se analisar a inter-relação entre o contexto social/ mundo da vida e as práticas informacionais, a partir do momento em que o contexto comunicativo, que deve se estabelecer no mundo da vida, se estrutura através da linguagem e esta, por sua vez estrutura as práticas informacionais.

A visão pós-moderna é outra interpretação da função da informação no atual contexto social e, como tal, se constitui em uma possibilidade a mais de se inovar/ampliar os enfoques teórico-metodológicos da campo da Ciência da Informação.

Vários estudiosos se dispuseram a estudar o fenômeno pós-moderno. Assim surgiram várias e diferentes definições para este fenômeno. Apesar das diferentes interpretações dois pontos de vista são considerados como comuns a todas: o fenômeno pós-moderno corresponde a uma mudança no estatuto do conhecimento e, conseqüentemente, da informação. Outro ponto comum às várias análises sobre o pós-moderno é que o mesmo é um fenômeno típico das sociedades pós-industriais, mas que devido as intensas ligações comerciais e políticas dos países, este fenômeno se instala nas sociedades que estão em outros estágios de desenvolvimento. Assim a pós-modernidade é uma denominação que caracteriza as mudanças que vêm ocorrendo nas sociedades avançadas e, também nas sociedades dos países periféricos, as quais tem nestes países contornos e especificidades próprias. É a era da *big science*, na qual grandes projetos científicos são aplicado à produção,

²⁹ HABERMAS, J. citado por FREITAG, B. et al. Jürgen Habermas ; 60 anos. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.98, jul./set., 1989. 180 p.

ou seja, a ciência deixa de ser um forma de se conhecer a realidade natural e social e, passa a ser uma forma de se reproduzir o modo de produção. Tal fato se concretiza através da relação: ciência/mercado. A nível da informação produzida fora das instâncias científicas e decisórias, temos a informação veiculada pelos meios de comunicação de massa ou ainda, as informações armazenadas em bancos/bases de dados e aquelas que circulam através das redes de comunicação eletrônica. Essa dinâmica informacional faz com que os indivíduos não entrem em contato com a realidade através de sua práxis mas, pela informação veiculada por estes variados canais de comunicação. Assim a informação não seria um elemento que garante o equilíbrio dos sistemas ou que transforma os contextos sociais mas, um elemento que apenas mediatiza, tanto os processo de apreensão do real, como as próprias relações sociais.

Entre os vários autores que tratam desse tema, temos a abordagem de J.F. Lyottard³⁰. Este autor considera que no contexto pós-moderno a informação é um elemento que apresenta uma dupla significação, pois de um lado ela mediatiza os processos de apreensão da realidade e as próprias relações sociais, mas por outro lado, ela é um elemento que adquire características de mercadoria, pois se torna indispensável à força produtiva. Assim a informação fica submetida às leis de mercado e ganha valor de troca. Ela se transforma em informação-mercadoria. Neste contexto, ocorre também a “decomposição dos grandes relatos”, ou seja, os antigos pólos de atração formados pelos estados-nações, os partidos políticos, as instituições, as profissões e as tradições perdem seu poder agregador. Neste momento o indivíduo se sente só. Segundo Lyottard, ele está preso numa tessitura de relações mais complexas e móveis do que nunca: os nódulos dos circuitos de comunicação. Inundado por informações (que não são mais do que jogos de linguagem): Nestes jogos os indivíduo não têm uma atitude reacional, mas se desloca enquanto emissor, receptor ou referente. Pelo termo “jogos de linguagem” este autor que dizer *“que cada uma das diversas categorias de enunciados deve poder ser determinada por regras que especifiquem suas propriedades e o uso que delas se pode fazer , exatamente como o jogo de xadrez se define como um conjunto de regras que determinam as propriedades das peças, ou o modo conveniente de desloca-las. (...) Três observações devem ser feitas a respeito dos jogos de linguagem; a primeira é que suas regras não possuem sua legitimação nelas mesmas, mas constituem objeto de um contrato explícito ou não entre os jogadores (que não quer dizer*

³⁰ LYOTTARD, J. F. O pós-moderno. 3. ed. Rio de Janeiro, 1990.

que eles as inventem) . A segunda é que na ausência de regras não existe jogo, que uma modificação, por mínima que seja, de uma regra, modifica a natureza do jogo, e que um “lance” ou um enunciado que não satisfaça as regras, não pertence ao jogo definido por elas. A terceira observação acaba de ser inferida: todo enunciado deve ser considerado como um “lance” feito num jogo.”³¹ Neste contexto as práticas informacionais adquirem um sentido de combate. Assim informar/ser informado, no sentido de jogar , é combater, no sentido de uma agonística. “(...) Essa idéia de agonística da linguagem não deve ocultar o segundo princípio que lhe é complementar e que norteia nossa: análise: é que o vínculo social observável é feito de “lances” de linguagem”³². Em Ciência da Informação diríamos que o vínculo social é feito de “lances” de informação que, por sua vez, se estruturam a partir do modo lingüístico.

Consideramos que a visão pós-moderna , tanto a partir da abordagem de Lyottard, como de outros autores se constitui em alternativa analítica válida para a compreensão do fenômeno informacional no campo da Ciência da Informação. Essas colocações sobre a informação, o sujeito do conhecimento e a função da informação no atual contexto social, a partir de diferentes visões/abordagens, nos possibilitam ampliar nosso conhecimento sobre estes temas e a verificação que a Ciência da Informação tem um amplo espaço analítico, no sentido de que, ela tem ainda muitas visões/abordagens a explorar, a utilizar na sua busca por uma maior compreensão do fenômeno informacional.

Outro aspecto que nos auxilia na compreensão do fenômeno informacional são os vários estudos³³ desenvolvidos no campo da Ciência da Informação, sobre os canais de comunicação e as barreiras existentes no processo de transferência de informação. Conforme estes estudos a transferência de informação pode se dar através dos seguintes canais de comunicação:

- **canais formais**: Veiculam informações já estabelecidas ou comprovadas através de estudos. Assim compreendem : livros, periódicos, obras de referência , artigos de literatura. Estes documentos constituem repositórios no qual uma unidade de informação é buscada para consulta e/ou aplicação prática;

³¹ Cf.: LYOTTARD, J. F. op.cit., p. 17.

³² LYOTTARD, J. F., op. cit., p. 17.

³³ Entre esses termos, CURVO, P. F., 1982; FERREIRA, D. V. 1980; FIGUEIREDO, N. 1979 ; FRANCO, G. A. L.,1988; GOMES, M. Y. F. e SCHLEYER, J. R. 1980; HALORAN, J., 1983; LONGO, R. M. J., 1985; LORENZ, J. S. ,1989; MARGHALANI, M. 1987 ; NEELAMEGHAN, A. 1981.

- *canais informais*: Se caracterizam por contatos realizados entre os sujeitos emissores e receptores de informação. Assim compreendem: trocas de correspondências, reuniões, contatos interpessoais, visitas. Estes canais desempenham funções muito importantes na produção do conhecimento pois através deles pode-se fazer verificações no sentido de retificar as informações geradas. Assim podemos dizer que os canais informais veiculam “informações em processo”, ou seja, informações relativas, principalmente, a práticas informacionais em andamento;
- *canais semi-formais*: São caracterizados pelo uso simultâneo dos canais formais e informais.

Deve ser salientado, ainda neste item, a questão dos canais de comunicação eletrônica, pois os mesmos se constituem em canais de amplo uso nos dias atuais. A denominação canais de comunicação eletrônica reflete a convergência de diversas correntes de desenvolvimento tecnológico, que incluem microeletrônica, ciência da computação, telecomunicações, engenharia de softwares, análise de sistemas. Tais canais podem ser conceituados como equipamentos que desempenham várias tarefas que envolvem com elemento principal o processamento e a transmissão de informação.³⁴ Desta forma esses canais de comunicação têm como objetivo principal o estabelecimento de condições para a troca de informações dentro e entre grupos de indivíduos e organizações no contexto das redes de computadores. O processo de comunicação através desses canais está baseado em quatro propriedades que os distinguem dos outros canais:

- *velocidade eletrônica*: (rapidez na transmissão de dados através dos recursos disponíveis nas redes de computadores);
- *processamento da informação*: (como os dados são armazenados, é possível manipula-los. As ações mais comuns são formatação e composição de textos, acesso a bancos e bases de dados, respostas a mensagens reutilizando o texto de origem e roteamento de mensagens);
- *interconexão de redes*: (a utilização de redes de computadores interconectadas permite a independência geográfica entre emissor e receptor);
- *comunicação assíncrona*: (não há necessidade da presença simultânea do emissor e do receptor para o estabelecimento da troca de informação);

³⁴ YONG, C. S. Tecnologias de informação. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v.32, n. 1, jan./mar., pag. 78-87, 1992.

Essas propriedades têm permitido que os canais de comunicação eletrônica sejam de grande utilidade para indivíduos e organizações. Outro ponto a ser salientado é que devido a estas propriedades, os canais eletrônicos podem ser classificados como sendo canais que reúnem características de canais formais, informais e semi-formais. Na verdade no contexto de uso desses canais tal classificação perde a sua importância, em detrimento de outras questões, sendo que a mais estudada atualmente é a questão do impacto desses canais no processo de produção de conhecimento e de disseminação de informação. Mas, mesmo com as propriedades citadas acima esses canais enfrentam problemas relativos as barreiras, que sempre se fazem presentes no contexto comunicacional.

As barreiras existentes no processo de transferência de informação são amplamente estudadas pelos autores citados anteriormente. Conforme estes estudos as barreiras reduzem a eficiência do processo de transferência de informação e, conseqüentemente, reduzem o uso e a efetividade da informação. Vários tipos de barreiras já foram detectadas. Assim temos as seguintes:

- *barreiras interpessoais*: entre usuários e intermediários dos serviços de informação;
- *barreiras intraorganizacionais*: causadas pelas diferentes posições hierárquicas no âmbito das organizações;
- *barreiras terminológicas*: causadas pelo uso excessivo de termos técnicos ou de uma terminologia inconsistente no âmbito das organizações ou de grupos interdisciplinares. Pode gerar distorções, rejeições ou interpretações errôneas;
- *barreiras geográficas*: favorecem a criação de obstáculos ao livre fluxo de informação;
- *barreiras ideológicas*: ocorrem entre grupos sociais de uma mesma sociedade, mas que possuem ideologias diferentes;
- *barreiras econômicas*: se baseiam no fato de que a informação tem adquirido valor de propriedade privada para seu produtor e seu acesso/uso dependem do poder ou de negociações com seu produtor;
- *barreiras legais*: são representadas pelas restrições estabelecidas ao acesso/uso da informação, especialmente a informação tecnológica - aplicável a produção de bens e serviços;

- *barreiras de tempo*: atuam no fenômeno informacional através de dois aspectos : *a)* pelo fato de que a informação envelhece, torna-se obsoleta como bem cultural ou de produção, o que obriga o usuário a estar atento à oferta de conhecimento, de modo a encontrar novos dados que complementem seu conjunto de informação; *b)* pelo fato de que, freqüentemente, muito tempo é gasto entre a produção de informação e sua disseminação por um meio de comunicação eficiente;
- *barreiras de eficiência*: atua tanto do ponto de vista do sujeito que transfere a informação (emissor), como do sujeito que utiliza tal informação (receptor), em termos de estratégias de busca, custos financeiros e outros serviços;
- *barreiras financeiras* : considerando que, enquanto mercadoria, a informação tem um preço relativo aos seus custos e à demanda de mercado;
- *barreiras de idioma* : (têm sido vencida através da adoção do inglês como a língua comum em vários campos de atividades e também através de serviços de tradução);
- *barreiras de capacidade de leitura*: se relaciona a capacidade do usuário de informação em selecionar e ler o material relevante para atender suas necessidades;
- *barreiras de consciência e conhecimento da informação*: o que significa para o sujeito emissor atender à demanda do sujeito receptor apenas com informação conhecida ou ampliar suas fontes ao limite da exaustividade;
- *barreiras de responsabilidade*: o uso da informação depende da atividade do usuário e de sua capacidade para fazer uso ativo do conhecimento técnico-científico no seu trabalho.

Os estudos citados anteriormente consideram que, qualquer que seja o canal utilizado, sempre existirão barreiras para dificultar o trânsito da informação entre os indivíduos. Outro aspecto ressaltado nestes estudos é que o avanço das novas tecnologias de informação, está fazendo com que as barreiras de natureza física diminuam. Entretanto, as barreiras de natureza psicológica ainda persistem. Tais barreiras são inerentes à própria natureza dos sujeitos sociais uma vez que envolvem questões emocionais e de limitações mentais do seres humanos.

Anteriormente analisamos os termos: cidadania e informação, de forma individual, nos propomos neste momento a buscar uma compreensão sobre como se dá a inter-relação entre cidadania e informação.

1.3 - Cidadania e informação

A construção de uma sociedade leva o sujeito social a desenvolver uma série de ações, que denominaremos de práticas sociais. Estas práticas sociais podem ser definidas como ações desenvolvidas por um indivíduo ou grupos de indivíduos localizados em determinada formação social. Como coloca Oliveira,³⁵ *“o homem se experimenta a si mesmo como aquele cujo ser se constrói por sua ação dentro de um mundo: ele se faz por sua relação com o mundo, que ele transforma, assim em mundo humano no contexto das relações sociais. O homem se experimenta então, originariamente, situado, isto é, inserido num contexto sócio-humano, e sabe que conquista seu ser através de relacionamentos com outros homens. O mundo comum lhe vem ao conhecimento através da linguagem, que retém a experiência histórica da comunidade. O homem nasce dentro de uma comunidade de comunicação: sujeitos que agem comunicativamente se compreendem sempre dentro de um horizonte de sentido que constitui o conjunto de evidências que sua comunidade adquiriu através da história. É sempre dentro desse todo de significação que emerge o sentido de tudo o que o homem encontra em sua vida : o sentido de cada realidade particular que o homem encontra recebe a sua determinação a partir dessa totalidade construída historicamente.”*

No contexto das práticas sociais a informação é um elemento de fundamental importância, pois é através do intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres e, a partir daí tomam decisões sobre suas vidas, seja a nível individual ou coletivo. Assim ao estabelecerem circuitos comunicacionais os sujeitos constroem as *práticas informacionais*. Estas podem ser definidas como *ações de recepção, geração e transferência de informação que se desenvolvem através de circuitos comunicacionais que ocorrem nas formações sociais*. Consideramos que, a construção da cidadania ou de práticas de cidadania passa necessariamente pela questão do acesso/uso de informação, pois tanto a conquista dos direitos políticos, como dos direitos

³⁵ OLIVEIRA, M. Ética e racionalidade moderna. São Paulo:Loyola,1993. p. 134.

civis e sociais depende fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos, de uma ampla circulação e disseminação/comunicação de informação sobre os mesmos e de um processo de discussão crítica sobre os processos que se desenvolvem no contexto social em questão. Consideramos que o não-acesso a informação dificulta o pleno exercício da cidadania. Assim a informação deve ser vista como um bem social e um direito coletivo como qualquer outro, sendo tão importante como o direito à educação, à saúde, à moradia, à justiça e tantos outros. Entretanto, a informação apresenta um duplo e contraditório caráter, uma vez que ela, pode provocar transformações no sentido de transformar por acumulação (a informação veiculada confirma a realidade , gerando equilíbrio), ou pode transformar por ruptura (a informação não confirma a realidade conforme a conhece o sujeito do conhecimento, gerando mudanças).

A partir dessas considerações, num primeiro momento, gostaríamos de analisar a questão da ação e da ação política e , ainda da relação entre cidadania e informação como um campo social, no qual se dá a implementação de ações políticas em diferentes níveis. Num segundo momento, buscaremos compreender como o campo da Ciência da Informação tem tratado a questão da inter-relação entre práticas informacionais e práticas de cidadania.

1.3.1 - Cidadania e Informação: A construção da ação política

Em um sentido amplo a ação pode ser compreendida como a capacidade de agir, como um modo de proceder, uma atitude de força, de poder fazer alguma coisa. A ação está assim ligada num primeiro momento ao comportamento humanos. E num segundo momento ela se liga à condição humana de pluralidade, ao fato de que a vida humana é essencialmente vida em comum, pois não se age de forma totalmente isolada. Sempre se age com e sobre os outros. Conforme Canivez,³⁶ , a ação é um modo de existência humano, pois é na ação que o indivíduo existe enquanto indivíduo humano e faz parte da comunidade de humanos. Nesse momento a ação assume sua natureza social, ou seja, podemos falar de ação como algo que se dá através da interação social.

³⁶ CANIVEZ, P. Educar o cidadão? Campinas : Papyrus,1991. p.138.

Conforme Weber,³⁷ a ação social orienta-se pelo comportamento dos outros, seja este passado, presente ou futuro. Os “outros” podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas. Assim, a ação social, como toda ação, pode ser determinada das seguintes formas:

- a) *de modo racional referente a fins*: (por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como “condições” ou “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, com sucesso. A grande maioria das ações cotidianas habituais aproxima-se desse tipo de ação);
- b) *de modo racional referente a valores*: (pela crença consciente no valor ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação - absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado);
- c) *De modo afetivo especialmente emocional* (por afetos ou estados emocionais atuais. Age de maneira afetiva quem satisfaz sua necessidade atual de vingança, de gozo, de entrega, de felicidade contemplativa ou de descarga de afetos (seja de maneira bruta ou sublimada)
- d) *De modo tradicional* (por costume arraigado).

Weber, salienta que muito raramente a ação, e particularmente a ação social orienta-se exclusivamente de uma ou de outra destas maneiras. E, naturalmente, esses modos de orientação de modo algum representam uma classificação completa de todos os tipos de orientações possíveis, senão tipos conceitualmente puros, criados para fins sociológicos, dos quais a ação real se aproxima mais ou menos ou dos quais - ainda mais freqüentemente - ela se compõe.

Considerando os modos de orientação ou de ação, elaborados por Weber, podemos indagar: que tipo de ação social inter-relaciona as práticas informacionais e as práticas de cidadania?

Partindo do pressuposto de que os direitos de cidadania se relacionam diretamente a convivência dos sujeitos no conjunto da sociedade e que este conjunto se constituiu a partir de questões sociais, econômicas, políticas e culturais e que no contexto das sociedades letradas o Estado intermedia tais questões, temos que a relação práticas informacionais e práticas de cidadania - se estrutura a partir de uma ação diretamente

³⁷ WEBER, M. *Economia e sociedade* : fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. de Regis Barbosa e Karen E. Barbosa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991. p. 13/14.

política, no sentido de que é na esfera pública e, principalmente, do poder público que os sujeitos sociais desenvolvem ações que objetivam alcançar os direitos de cidadania. Assim a informação num contexto de cidadania subsidia uma ação de natureza política.

A ação política se diferencia de outros tipos de ação, pois encerra em si mesma uma especificidade muito grande. A ação política tanto pode criar a possibilidade de transformação progressiva da sociedade, a partir de certos valores; como pode também gerar a possibilidade de manutenção das estruturas existentes. Segundo Canivez, a *“política é a ação pela qual a comunidade dos cidadãos realiza um modelo constantemente reelaborado de justiça; modelo que concilia a exigência fundamental de igualdade com as desigualdades impostas pelas circunstâncias e pelos imperativos da eficácia, ou ainda, a política é a ação pela qual a comunidade age sobre sua própria estrutura social, para que nela os homens não tenham apenas o status de instrumentos úteis a reprodução do sistema, mas também o de sujeito, para que possam ter uma existência, para que possam buscar “o contentamento na liberdade”.* Os homens são sujeitos livres e iguais, não na medida em que apenas recusam as vantagens e servidões do progresso, mas assim que se organizam para impor ao progresso técnico e científico a subordinação de valores morais.”

A ação política pode se desenvolver a partir de diferentes níveis³⁸:

- a) se for considerado o conjunto de cidadãos, pode-se dizer que esse conjunto age sobre o governo pela pressão da opinião pública. Esta pode ser formada pelos cidadãos passivos³⁹ ou ainda por uma massa de indivíduos⁴⁰ isolados onde, cada um por si, exprimem seus interesses. Nesse caso, só uma minoria de dirigentes (na verdade representantes de amplo segmentos e classes sociais mais organizadas) podem desenvolver ação política e a opinião pública, inorganizada, constituída de uma soma de opiniões puramente individuais, tenderá a ter confiança absoluta em um chefe (líder, guia, etc.). Neste contexto quando há eleições o voto é puramente reativo. Expressa a coincidência de um interesse particular como as propostas de um indivíduo, ou então uma reação de recusa

³⁸ CANIVEZ, P. 1991. p. 153/154.

³⁹ **Cidadãos Passivos:** Cidadãos que expressam seus interesses particulares (no plano material) e seus valores (no plano moral). Cf. CANIVEZ, op. cit. p. 140

⁴⁰ **Massa de indivíduos:** Conjunto informal, conjunto não estrutural de indivíduos. Cf. CANIVEZ, op. cit. p. 140

(ou de temperamento). Isto define, um primeiro grau de ação política dos cidadãos (o que pode ser considerado, sob certos aspectos, grau zero de ação política);

- b) outra situação possível e mais próxima da realidade das sociedades modernas é aquela em que a opinião pública é sempre mais ou menos estruturada, ou seja, ela está dividida em grupos de interesses (sindicatos, grupos profissionais, etc.) ou em associações que defendem princípios religiosos, morais ou culturais (igrejas, associações de moradores, organizações de defesa dos direitos humanos, etc.). Neste caso os cidadãos não são passivos, em sentido estrito do termo, mas também não são totalmente ativos, como os políticos ou os sindicalistas. Aqui temos uma situação, onde os grupos de interesse, desde que estejam organizados, buscam se fazer presentes no cenário diretamente político. Tais grupos buscam convencer os governantes de que os seus interesses são os mais acertados para o bem estar de toda a nação. Por isso elaborarão suas propostas políticas e procurarão apresentá-las perante aos governantes e a toda opinião pública. Temos neste contexto um segundo grau de ação política dos cidadãos. A ação política das ONGs pesquisadas, de uma forma ampla, pode ser classificada neste nível;
- c) a opinião pública pode ser constituída, em parte, por cidadãos ativos, que analisam as situações como se fossem eles que decidissem. Estes cidadãos tem a tendência de se organizarem em forma de partido político e se não militam em determinado partido ou não exercem cargos públicos, eles acompanham a discussão política (entre partidos políticos, entre o governo e o Congresso Nacional, etc.). Percebem a importância desta discussão e dela participam em todas as suas instâncias (no Congresso Nacional, nas municipalidades, nos lugares públicos, na mídia, entre conhecidos, etc.). Estes cidadãos tem preferência por um partido ou outro, porque pensam em termos de projetos políticos, em termos de soluções possíveis para os vários problemas sociais vivenciados pelas comunidades. O voto, nesse caso, corresponde à escolha de um projeto mais ou menos definido, Aqui temos um terceiro nível de ação política dos cidadãos;
- d) o cidadão ativo é aquele que exerce responsabilidades políticas num nível qualquer de hierarquia de um partido ou em funções públicas. Assim tanto mais ativo será quanto mais próximo estiver dos centros de decisão política. Em outras palavras, é tanto mais ativo quanto mais participar do governo. Este é o último grau de ação política do cidadão.

Consideramos que esses diferentes níveis de ação política representam, de uma forma ampla e esquemática, as possibilidades de participação popular. Essa, por sua vez,

pode ser compreendida como sinônimo de cidadania ativa, que segundo Benevides,⁴¹ *é a possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder, ou sobre os poderes*. Um dos fundamentos dessas ações políticas é a informação, pois é através dela que os sujeitos sociais se comunicam, se articulam e se expressam. Assim num contexto de práticas de cidadania a informação, ou melhor, as práticas informacionais (recepção, geração e transferência de informação) se constituem em elemento de ação diretamente política.

Um modelo teórico muito utilizado no campo da Ciência da Informação para analisar as práticas informacionais tem por base a teoria matemática da informação de Shanon & Weaver (1948/49), formulada para atender as necessidades de melhor desempenho da telefonia da *American Telephon and Telegraph/ATT*, e descreve uma relação linear (emissor-receptor), mesmo quando considera outras variáveis da comunicação humana, como as intenções, as condições e os efeitos da mensagem sobre o receptor, ou seja, as modalidades do processo informacional, revestido de conteúdo semântico e sujeito a interpretações. Segundo este modelo o conhecimento é gerado em centros de excelência e colocado a disposição de clientes que estão distantes (física ou socialmente) deste centro gerador. Este modelo está baseado na lógica e na terminologia científicas, permeado, portanto por toda uma racionalidade instrumental, ocidental, contemporânea.⁴² Outra característica deste modelo é a desconsideração da questão da relativa diferença de valores entre geradores, difusores e usuários de informação.⁴³

Este modelo, que denominaremos de difusionista, se baseia numa visão sistêmica do fenômeno informacional. Nesta visão o fenômeno informacional é visto como elemento de equilíbrio dos sistemas, ou seja, ao ser enviada por um sujeito X para um sujeito Y, com um mínimo de tempo e de perda de energia a informação possibilita a perpetuação e o estabelecimento de equilíbrio nos sistemas. Neste contexto qualquer falha no sistema é atribuída ao um mau funcionamento em algum de seus componentes e não à utilização do modelo sistêmico.

O modelo difusionista está baseado no esquema centro-periferia e gera:

⁴¹ BENEVIDES, M. V. M. *A cidadania ativa*; referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo; Ática, 1991.

⁴² Ver sobre este tema CASTORIADIS, C. Reflexões sobre o desenvolvimento e a “racionalidade”. *As encruzilhadas do labirinto 2: os domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.135-159.

⁴³ A questão da diferença dos valores de classe é importante no contexto de transferência de informação devido ao fato de que a mesma interfere no processo de atribuição de sentido as informações transferidas. Este aspecto do processo de transferência de informação será analisado neste mesmo item mais adiante.

- *estratificação entre os diferentes grupos envolvidos no processo de transferência de informação;*
- *uma cadeia de dependência (muitas vezes unilateral) dos receptores/ usuários/ demandantes, em relação aos geradores e difusores, já que privilegia um sistema de conhecimento (o sistema de emissão) ~~(o conhecimento científico)~~ de maneira excludente em relação a outros sistemas socialmente compartilhados;*
- *relação social subordinada de forma assimétrica ou desequilibrada entre os geradores e usuários de informação;*

Os problemas gerados pelo modelo difusionista podem ser sanados através do desenvolvimento de um diálogo informado, horizontal e equilibrado no contexto do processo de transferência de informação. Entretanto a implementação deste “novo” diálogo exige uma postura teórico-metodológica renovada do campo da Ciência da Informação em relação ao seu objeto de estudo.

Consideramos que, atualmente a Ciência da Informação tem vivido várias transformações no sentido de ampliar seu objeto de estudo. Assim após algumas décadas seguindo o modelo difusionista⁴⁴ este campo de conhecimento tem procurado introduzir novas questões no conjunto de suas pesquisas. Segundo Ingwersen,⁴⁵ a Ciência da Informação tem incorporado um forte enfoque social a suas investigações e as mesmas tem apresentado as seguintes características:

- *foco central na esfera humana da transferência da informação;*
- *ênfase nos processos de comunicação entre o homem e a tecnologia da informação para o propósito de uso da informação armazenada.*

Segundo este mesmo autor estas são as tendências das pesquisas em Ciência da Informação nesta última década:

- *profunda mudança no que diz respeito aos objetos de pesquisa e desenvolvimento - de “documentos/textos” em direção a “informação transformada em conhecimento”;*

⁴⁴ Ver sobre este assunto em CABRAL, A. M. A vez e a voz das classes populares em Minas. São Paulo: ECA/USP, 1995. p.42. Tese (Doutorado em Ciência da Informação).

⁴⁵ INGWERSEN, P. Conceptions of Information Science. In: International Conference on Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives. University of Tampere, Finland, August, 26-28, 1991.

- *uma dramática mudança da abordagem - antes voltada para questões tecnológicas apenas - para incluir a abordagem da dimensão humana;*
- *uma troca do entendimento da informação como puramente científica para “informação” num sentido amplo;*
- *nenhuma separação entre “acessibilidade” e “uso” - mas vendo esses processos em con junção;*

Conforme Ingwersen, diante de tais transformações, especialmente a que se refere ao conceito de informação para a ação, a noção de intencionalidade torna-se de fundamental importância, por implicar que uma importante razão para a busca da informação desejada é obter conhecimento para desempenhar algum tipo de ação ou atividade, razão esta que não se restringe à solução de problemas, mas envolve meta e interesses culturais e emocionais. Aqui iríamos mais longe ao afirmar que a interação também sofre influência dos interesses econômicos e políticos. Desse modo, ao ter que lidar com diferentes grupos sociais e com os indivíduos que formam esses grupos, a Ciência da Informação tem que levar em conta a interação que ocorre, não só entre sistemas e homens, mas também entre os indivíduos num contexto social.

A variedade e complexidade dos problemas que atualmente se colocam à Ciência da Informação exigem da mesma enfoques interdisciplinares e a adoção de métodos quantitativos e qualitativos necessários à compreensão de questões como a intencionalidade subjacente a informação para a ação, a interatividade entre usuários e sistemas de informação, os processos comportamentais da transferência da informação, a influência dos contextos sócio-cultural, político e econômico nas práticas informacionais desenvolvidas tanto por profissionais da informação, como por usuários, a relação entre o acesso/uso da informação e o desenvolvimento social e humano, de modo que se encontrem soluções efetivas para os problemas da informação.

Através da visão apresentada da Ciência da Informação pode-se observar que, mudanças significativas ocorreram nas últimas décadas, inclusive quanto ao seu objeto de estudo e aos problemas colocados para investigações na área. Ao que tudo indica, a mudança essencial se deu em termos da substituição da ênfase, antes colocada na eficiência dos sistemas de informação e em problemas da tecnologia no uso do conhecimento, para um novo foco de atenção que privilegia a interação de indivíduos e grupos num contexto social e

os processos de comunicação dos indivíduos entre si e com a tecnologia da informação. Ao modificar seu objeto de estudo, que passa de “informação” para “pragmáticas sociais de informação”⁴⁶, a Ciência da Informação assume que um dos seus objetivos principais é a *análise das práticas informacionais desenvolvidas por sujeitos sociais, ou seja, as ações de recepção, geração, transferência de informação, nos circuitos comunicacionais de diferentes formações sociais.*

Anteriormente colocamos que se faz necessário ao campo da Ciência da Informação uma postura teórico-metodológica renovada em suas análises sobre o fenômeno informacional. Num primeiro momento pode-se renovar o conceito de transferência de informação, no sentido de que ele não consegue representar, de forma eficaz, a dinâmica informacional, principalmente, no seu atual estágio de desenvolvimento. Assim, propomos o conceito de práticas informacionais para representar as ações de recepção, geração e transferência de informação que se desenvolvem através dos circuitos comunicacionais ocorridos nas formações sociais. Em um segundo momento, faz-se necessário a renovação do modelo que orienta as análises e estudos sobre este tema. O atual modelo difusionista, não consegue explicar, de forma eficaz, as relações e processo que se desenvolvem nos circuitos comunicacionais.

Consideramos que o modelo participativo-comunicacional, que subsidia o conceito de práticas informacionais, possa ampliar a compreensão do campo da Ciência da Informação sobre a dinâmica de tal processo. Este modelo exige algumas mudanças na forma de se analisar o processo de transferência de informação. Assim, num primeiro momento temos que no âmbito do fenômeno informacional o aspecto a ser estudado não é apenas a transferência, mas as práticas sociais de recepção e geração da informação e, como consequência dessas, estuda-se também a transferência de informação. Assim, por um lado, deve ocorrer uma reestruturação da compreensão do processo de produção do conhecimento e, de outro lado, do significado do que é conhecimento.⁴⁷ Tais mudanças envolvem:

- *descentralização das atividades geradoras do conhecimento para “mundos” mais próximos da comunidade;*

⁴⁶ GOMEZ, M. N. G. de O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. *Ciência da Informação*, v.19, n.2, p.117-122, jul./dez., 1990.

⁴⁷ CEBOTAREV, E. *Novas ferramentas para a comunicação intercultural: pesquisa participativa e tecnologia apropriada*. Viçosa:UFV,1983 20 p.

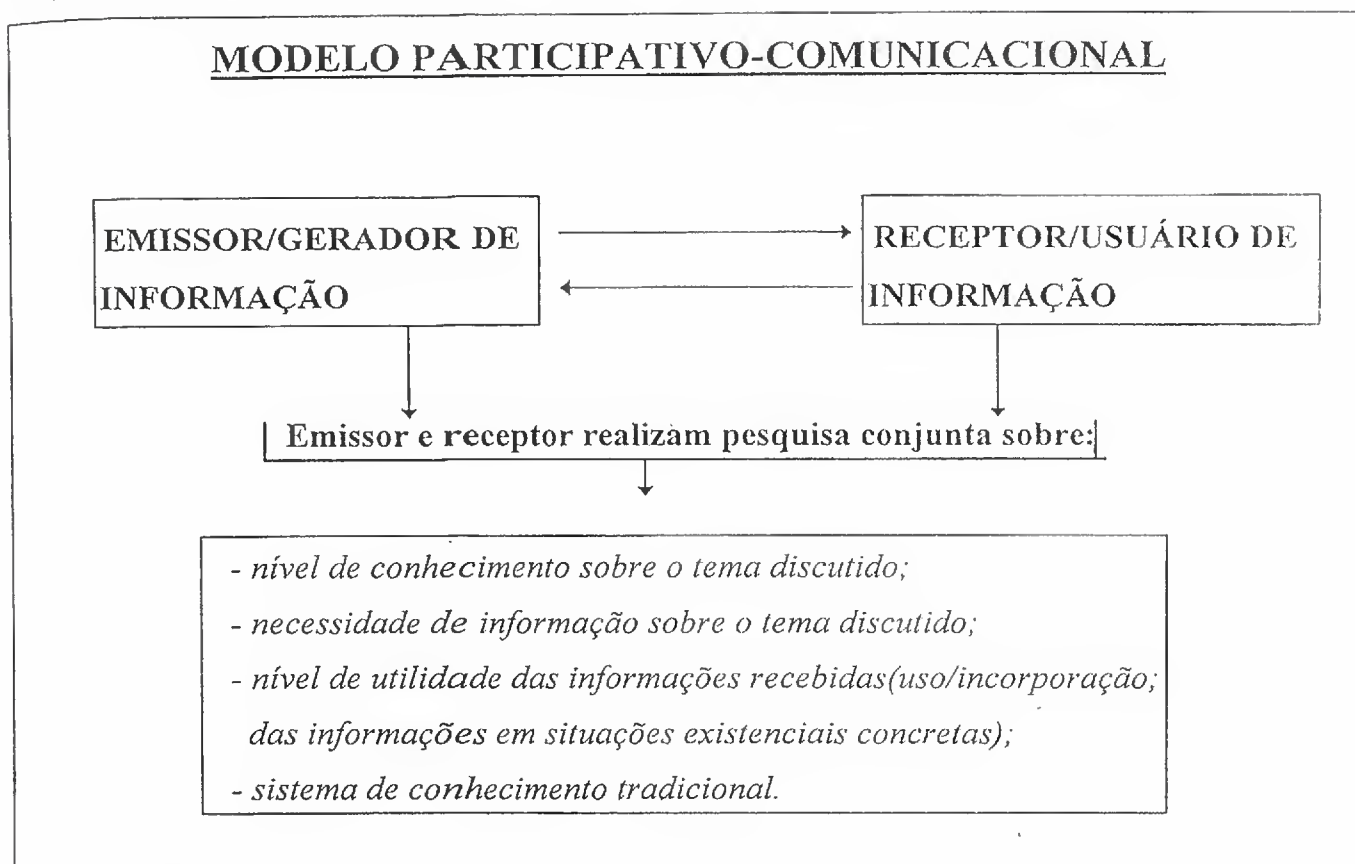
- *redefinição do próprio sistema de conhecimento legitimado, tais como o conhecimento “experimental”(experiential / adquirido pela experiência) , o conhecimento prático e o conhecimento socialmente útil.*
- *integração do sistema de conhecimento científico com os sistemas de conhecimento local/experientiais;*

A implementação do modelo participativo-comunicacional permite maiores possibilidades de questionamento equilibrado e consensual dos problemas locais comuns a grupos excluídos ou marginais. Além da análise dos problemas técnicos , permite reflexão sobre o contexto sócio-econômico mais amplo. Neste modelo tanto o emissor, como o receptor assumem um papel ativo no processo de comunicação. Assim, a partir deste modelo as práticas informacionais só são consideradas completas quando o emissor envia uma mensagem ao receptor e este compreende tal mensagem, transformando-a e utilizando-a em situações existenciais concretas ou ainda, compreende tal informação e a considera desnecessária e a descarta.

O modelo participativo-comunicacional , que tem suas bases teóricas a partir dos estudos desenvolvidos pelo educador Paulo Freire, 1977⁴⁸, ressalta que, a participação do usuário é tão essencial quando a do gerador de informação, para que as práticas informacionais ocorram de forma completa e eficaz, no sentido de que, a informação seja elemento de mudança social , democratização do conhecimento e fortalecimento da cidadania.

⁴⁸ FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 93 p.

A partir destas considerações temos o quadro a seguir:



Fonte: FREIRE, 1977.

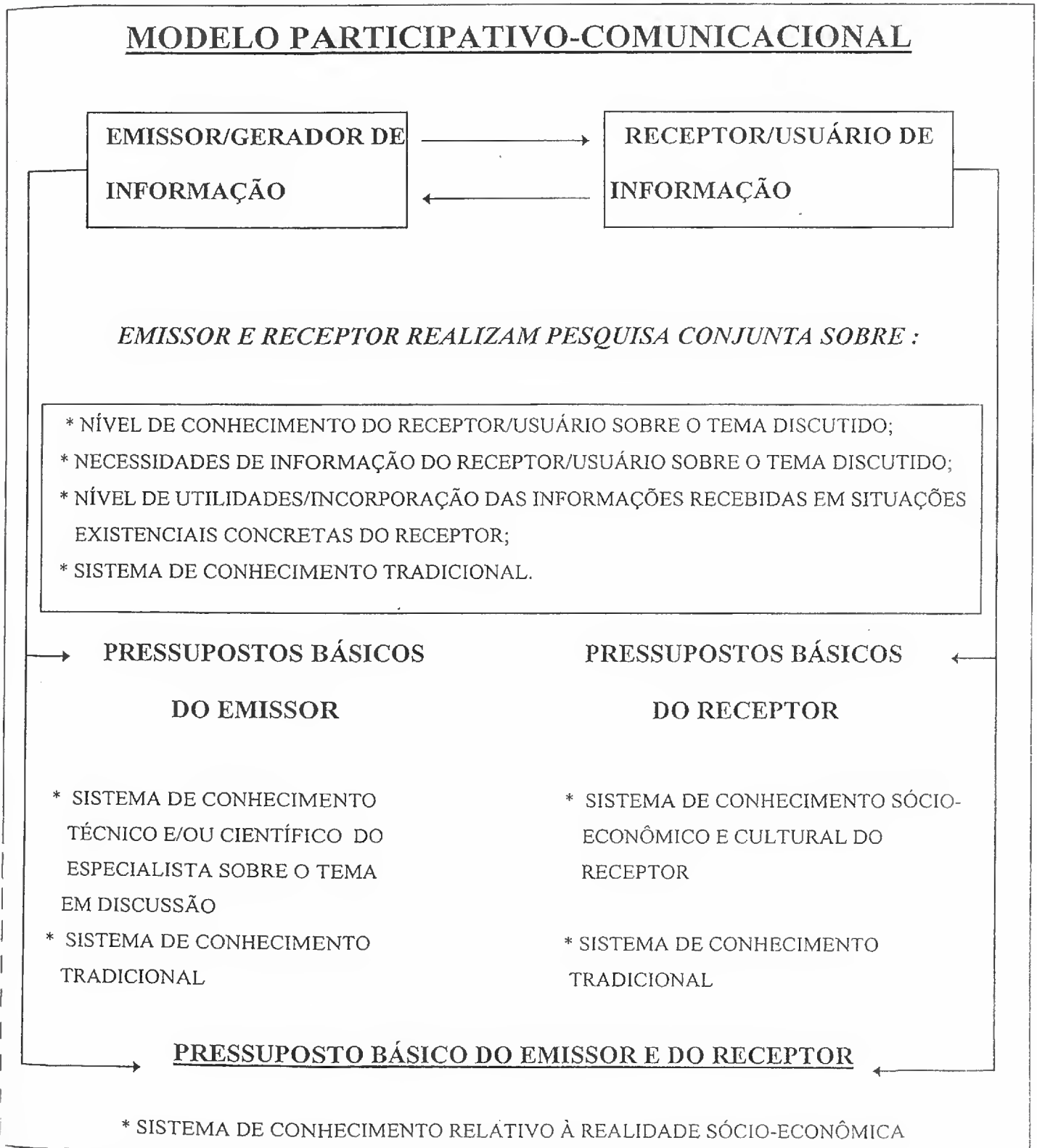
Este modelo rompe com o esquema centro-periferia do modelo difusionista, pois no mesmo, não apenas o emissor gera/transmite informações mas, também o receptor gera/envia para este informações relativas ao seu nível de conhecimento sobre o tema em discussão, bem como, sobre suas necessidades de informação e em conjunto (emissor e receptor) podem verificar o nível de utilidade das informações geradas/transferidas.

Partindo destas considerações que estruturam o modelo participativo-comunicacional, Cebotarev, elaborou um modelo contextualizado de transferência de informação para tecnologia apropriada que pode ser tomado de empréstimo para análise das práticas informacionais em um contexto de cidadania. Este modelo contextualizado, procura integrar/ compor/ orquestrar/ quatro sistemas de conhecimento. Os quatro sistemas seriam:

- a) *sistema de conhecimento técnico-científico - o conhecimento dos "experts" e "intelectuais orgânicos" na expressão de Gramsci;*
- b) *sistema de conhecimento sócio-cultural local - família, comunidade, costumes, tradições;*
- c) *sistema de conhecimento tradicional ou "experencial";*

d) sistema econômico-político - mais relacionado às formas de construção do Estado.

Estes sistemas são elementos diferenciados mas, ao mesmo tempo, são também complementares, pois se interrelacionam, de forma dinâmica, no modelo participativo. A partir desta inter-relação temos o quadro a seguir:



As práticas informacionais baseadas nestes vários sistemas são interrelacionados de forma dinâmica geram a possibilidade de um diálogo informado, horizontal e equilibrado. Como produto deste processo participativo temos a transformação da informação em conhecimento e deste em ação. Através deste processo cria-se uma possibilidade real da informação constituir-se em elemento de transformação social.

Consideramos que, o modelo participativo-comunicacional de práticas informacionais propõe a substituição gradual da idéia de audiência passiva por um conceito de audiência altamente seletiva e ativa. Nesse modelo tanto o emissor, como o receptor devem compartilhar algum campo de experiências e dominar o código que será usado para a transmissão e recepção de mensagens. A eficiência aqui não está meramente relacionada à quantidade de informação mas à efetivação do fluxo de informações e garantia de decodificação das mensagens. Esta é, sem dúvida, uma proposta renovadora no contexto teórico das ciências que estudam o fenômeno informacional.

Um dos autores do campo da Ciência da Informação que tem procurado desenvolver um enfoque analítico semelhante ao do modelo convergente é Gernot Wersig,⁴⁹. Segundo este autor, a informação é conhecimento em ação e este deve ser transformado em algo que apoia, dá suporte para ações específicas, em situações específicas. Por outro lado, ele também afirma que os indivíduos precisam ser educados para se comportarem adequadamente nesse ambiente de conhecimento da sociedade moderna e que a Ciência da Informação deve desenvolver sistemas alternativos apropriados abertos a todo tipo de conhecimento. Wersig, também afirma que ao atual estágio de desenvolvimento alcançado pela sociedade pós-industrial ou pós-moderna, em que se verifica uma nova situação do conhecimento como fenômeno da informatização, requer um novo tipo de ciência voltado para o desenvolvimento de estratégias para solucionar problemas particularmente surgidos em decorrência do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, sendo que a Ciência da Informação deveria ser vista como o protótipo da Ciência pós-moderna.

Estas modificações no campo da Ciência da Informação provocam o surgimento de novas posturas de seus estudiosos diante da questão teórica do mesmo. Wersig, não vê necessidade de se formularem novas teorias, mas sim de se desenvolverem modelos básicos a partir da redefinição de abordagens teóricas e da ampliação dos conceitos

⁴⁹ WERSIG, G. Information Science and Theory: a weaver bird perspectives. University of Tampere, Finland, Ausg, 1991. p.26-28.

científicos já em uso neste campo de conhecimento científico. Como ciência orientada para a solução de problemas, os resultados desenvolvidos pelos estudos da Ciência da Informação deverão ser estratégias para lidar com problemas. Isto requer o desenvolvimento de perspectivas internas aos problemas, a partir das quais o campo deve ser orientado. Desse modo o trabalho teórico seria o de usar conceitos já disponíveis, que recortam diversas disciplinas, sem terem um domicílio científico específico, tais como: conhecimento, tecnologia, cultura, realidade, sociedade, entre outros. A esses conceitos, muitos dos quais não estão estabelecidos, e muitos dos quais pertencem ao senso comum, Wersig, denomina de inter-conceitos. Assim, com o propósito de formular estratégias para lidar com os novos problemas colocados pelo atual estágio de desenvolvimento da sociedade, a Ciência da Informação terá que optar pelo trabalho laborioso de ir tecendo os conceitos e amarrando-os, de forma a aumentar e garantir a necessária seguridade científica. Outra questão discutida por Wersig, é a da comunicação, que segundo este autor não pode mais ser vista como mera transmissão de informação, mas redefinida como “processo de redução de complexidade” em que diferentes mecanismos tomam parte, como seleção, raciocínio, modelagem, significação, resignificação, etc.

A partir das colocações apresentadas anteriormente consideramos que, nos dias atuais a Ciência da Informação tem procurado desenvolver um enfoque mais sócio-cultural, ao considerar as práticas informacionais como práticas sociais e ao centrar sua atenção nas ações dos sujeitos sociais em busca por informação e no processo de produção de conhecimento. Tal postura representa um avanço significativo para a Ciência da Informação no sentido de que possibilita analisar e de questões mais amplas e conseqüentemente soluções mais completas e assim participar de maneira mais ativa de novos campos sociais. Assim, a abertura interdisciplinar, a adoção de métodos qualitativos e as preocupações com aspectos antes negligenciados, como a interação dos indivíduos no contexto social ou a questão da intencionalidade no uso da informação para a ação, dão margem a reflexões mais abrangentes, que poderão vir a ser úteis no sentido de embasar teoricamente o trabalho dos profissionais da informação. No caso das práticas informacionais num contexto de práticas de cidadania temos que, a intenção da ação é política, ou seja, se dá como uma ação que objetiva explicitamente, a transferência progressiva da sociedade ou permanência das atuais estruturas, a partir de certos valores.

CAPÍTULO 2: CIDADANIA E SOCIEDADE BRASILEIRA - ASPECTOS HISTÓRICOS

“Eu penso, quando penso em cidadão, naquele ser fragilizado pela ausência de reconhecimento social e político. Naquele ser sem rosto, sem dinheiro, sem recursos, colocado numa espera interminável, que é o símbolo mais perfeito no Brasil da ausência de uma cultura da cidadania. De fato de tanto ser e de tanto ver esse Zé da Silva, posso compor o seu rosto e o seu jeito. Ele provavelmente é um homem de cor, é magro, é mal nutrido, veste-se mal. Ele leva insegurança na voz, ele fala errado, fala de maneira balbuciante, revelando falta de informação e de leitura. Ele jamais reclama. e, quando o faz, faz através de um quebra-quebra, reagindo exageradamente, de um modo moral, de um modo violento, reagindo de um modo que não permite a acumulação política de seu gesto. Ele tem todo o tempo do mundo para esperar, desconhece as leis que alguém que fica do outro lado do balcão ou do guichê manipula e usa, em geral, contra ele. E está rigorosamente só, individualizado em sua cidadania, o que sociologicamente significa uma ausência de relações e de elos.”

Roberto da Matta⁵⁰

⁵⁰ MATTÁ, R. da. Reflexões sobre a cidadania no Brasil. In: Brasileiro: Cidadão?. Curitiba, 1991. p.6-7.

A cidadania é um fenômeno social complexo que engloba aspectos econômicos, políticos, culturais, mas é também um fenômeno jurídico e, como tal, os direitos dos cidadãos devem ser assegurados pelas leis, sem as quais a cidadania é ilusória. A partir desta consideração indagamos: como se dá a questão da cidadania no contexto social brasileiro?

Em termos históricos, a sociedade brasileira construiu poucos e breves períodos de regime democrático(a base política dos direitos de cidadania). E mesmo estes poucos momentos se caracterizaram como contextos de democracia restrita, marcados pelas desigualdades sociais e pela contínua luta dos brasileiros por direitos de cidadania. Conforme Moisés,⁵¹ esta feição distorcida e excludente é reflexo de uma concepção de Estado que nasceu sob a égide da “propriedade privada” das classes dominantes da coroa portuguesa. Ao se tornar um Estado “nacional” e “independente”, a estruturação econômica, política, social e cultura do Brasil foi definida a partir da lógica do colonizador, de rígida separação entre cidadãos (brancos, ricos, proprietários de terras e de escravos), e excluídos (brancos, pobres e trabalhadores escravos não-cidadãos), ao adotar um processo de desenvolvimento baseado no modo de produção do trabalho escravo, afirmou-se como Estado de exclusão permanente. Assim, no Brasil o patrimonialismo da senzala se confundiu com a instauração de uma legalidade burguesa excludente do povo e dos direitos de cidadania. Essa era a situação da cidadania nos tempos da colônia, durante a primeira república seguiram-se os mesmos pressupostos políticos e ideológicos. Assim a exclusão política e social se manteve, não restringindo-se apenas às classes subalternas, mas a todas as camadas da sociedade; nem mesmo com a abolição da escravidão foi possível introduzir no Brasil o princípio da igualdade nas relações econômicas e sociais. Até mesmo o sistema eleitoral se adaptou a este sistema excludente onde os resultados que não agradavam as elites eram modificados através da prática inescrupulosa de falsificação dos votos e das atas de votação.

No início deste século fatos novos sinalizaram uma possibilidade de mudança no sistema de exclusão social e política que regia a ordem social brasileira. Assim, anteriormente, com a implantação da república, ocorre também a introdução de relações sociais baseadas na influência ou predomínio do capital, ou seja, do capitalismo. Tal fato se dá através da implantação de um processo crescente de industrialização. Através deste processo deu-se o surgimento da classe operária brasileira. Esta, devido a experiência

⁵¹ MOISÉS, J. A. Lições de liberdade e opressão: os trabalhadores e a luta pela democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (Coleção Estudos Brasileiros, v.56).

organizativa e a ideologia anarquista dos imigrantes europeus, logo procurou se organizar em sindicatos e desenvolver uma ágil imprensa operária cujo principal objetivo era defender a classe trabalhadora e informá-la sobre os fatos relevantes da realidade social e política do país. Tal fato confirma, mais uma vez, a importância da informação para os processos sociais que lutam por direitos de cidadania.

O século 20 veria o nascimento de uma sociedade civil mais atuante no contexto social brasileiro. Um fato importante deste período foi a Revolução de 30, cujos principais objetivos eram derrubar o poder das oligarquias e reivindicar os princípios de “representação e justiça”, direitos de cidadania expressos na Constituição Liberal de 1891, que no entanto eram sistematicamente ignorados. Uma das conquistas mais significativas deste movimento social foi a ampliação do direito de voto a um número maior de cidadãos nas eleições de 1933 e 1934. Tal fato foi importante, mesmo considerando-se que grande parte dos brasileiros foi impedida de votar devido ao analfabetismo reinante no país.

Após este período de transformações um novo fato veio agitar a vida política do país. Aproveitando-se da falta de hegemonia política entre os grupos dominantes e amparado pela idéia da “ameaça comunista”, Getúlio Vargas instaura, através de um golpe de Estado, a ditadura do Estado Novo em outubro de 1937. Conforme Fausto,⁵² a implantação do regime de 1937 correspondeu aos desejos dos grupos técnicos e militares, que no interior do Estado defendiam a instituição de um regime burocrático repressivo, capaz de realizar no país, uma modernização conservadora, “de cima para baixo”. Para estes grupos, somente um regime estável e autoritário poderia levar à prática, um programa de racionalização das atividades estatais em geral e do serviço público e incrementar a industrialização em setores básicos. Assim o Estado Novo nasceu da vontade política de grupos da classe dominante que desacreditavam na eficácia do sistema democrático representativo. Tais grupos optaram conscientemente pela montagem de um Estado autoritário, respaldado por elementos de direita ou extremamente conservadores. Neste período da sua vida política o país avançou em termos de industrialização e urbanização, o que tornou o contexto social brasileiro mais complexo e diferenciado, devido ao surgimento de novos atores sociais, representados por novas profissões, novos estratos sociais e o fortalecimento da classe operária.

⁵¹ MOISÉS, J. A. Lições de liberdade e opressão: os trabalhadores e a luta pela democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (Coleção Estudos Brasileiros, v.56).

⁵² FAUSTO, B. Pequenos ensaios da história da República (1989/1945). São Paulo:CEBRAP, 1979. 55 p.

Apesar do autoritarismo político do Estado pode-se observar uma elevação da cidadania do trabalhador urbano, no que se refere a direitos civis e sociais, a criação da legislação trabalhista e o reconhecimento oficial da cidadania, visto que, qualquer cidadão tinha “igual proteção perante as leis”. Entretanto este reconhecimento deu-se as custas da limitação dos direitos políticos na medida que atrelou os sindicatos ao Ministério do Trabalho e os transformou em agências paraestatais. Na verdade o que o governo queria e conseguiu de fato foi extinguir da sociedade civil nascente, o seu poder de mobilização e de reivindicação, ao cercear seus direitos políticos e civis. Assim os quinze anos da ditadura Vargas foram decisivos para a consolidação de um padrão autoritário de interação entre Estado e sociedade. Segundo Reis,⁵³ a característica mais forte deste período político é a importância estratégica conferida ao Estado enquanto ator político relevante em si e por si mesmo. Neste contexto todos os campos sociais deviam se submeter a autoridade máxima - o Estado. Para legitimar esta posição privilegiada, o Estado se valeu da ideologia autoritária. Nesta concepção política, a nação se apresenta como um indivíduo coletivo, que é simultaneamente uma entidade política e econômica e desta forma “a vontade nacional” é colocada acima dos interesses de classes. Esta ideologia autoritária auxiliou a justificativa da implementação de um governo forte, de poder centralizado, onde o Estado era o guardião dos interesses nacionais, e “doava” aos atores sociais direitos de cidadania. Deste modo, dentro de seu ideário liberal, a ditadura encontrou sua maneira de perpetuar o paternalismo estatal, ao conceder direitos sociais sem a concomitância dos direitos civis e dos direitos políticos.

Pode-se observar que o Estado Novo proporcionou à sociedade brasileira uma “cidadania regulada”, ou seja, uma cidadania tutelada pelo Estado, uma cidadania outorgada por uma via autoritária, “de cima para baixo”. Em análises de nossa história política alguns autores⁵⁴ chamam a atenção para o fato de que houve uma certa inversão no processo de formação da cidadania no Brasil, visto que os direitos sociais precederam e expandiram-se antes dos direitos políticos, sendo que estes desenvolveram-se mais que os direitos civis. Este quadro distorce o processo de formação da cidadania brasileira, pois os direitos sociais são “doados” pelo Estado através de governantes “protetores do povo”, os direitos políticos são controlados por grupos da elite dirigente através de eleições, geralmente fraudulentas e os

⁵³ REIS, E. P. O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, v.1, n.2, jun./dez., p.187-203, 1988.

⁵⁴ CARDOSO, F.H. *A democracia necessária*. 3. ed. Campinas:Papirus,1985.

CARVALHO, J.M. Interesses contra a cidadania. In: *Brasileiro: cidadão?* São Paulo: Cultura, 1992. p.87-125

direitos civis se vêem seriamente prejudicados devido as graves desigualdades sociais reinantes. Num estudo sobre o processo de formação da cidadania na Grã-Bretanha Marshall⁵⁵, considera que a noção de cidadania requer um mínimo de igualdade e justiça social, ou seja de direitos civis e sociais e, além disso, a sua realização pressupõe a existência de um regime político democrático, ou seja, o exercício dos direitos políticos. No contexto social brasileiro o pleno exercício dos direitos de cidadania vem sendo historicamente negado às classes populares, visto que o modelo político adotado se submete ao modelo econômico capitalista concentrador e gerador de desigualdades econômicas e sociais. O fosso existente entre ricos e pobres alargou-se de tal modo, que apenas uma minoria privilegiada goza dos direitos de cidadania, enquanto os carentes, que constituem a maioria são marginalizados do poder e considerados como cidadãos de segunda classe. Como expressão contundente dessa realidade Da Matta,⁵⁶ caracterizou o cidadão e a cidadania no Brasil como um cenário de ausências. *“O cidadão brasileiro é aquele ser fragilizado pela ausência de reconhecimento social, aquele indivíduo sem rosto, sem direitos e sem recursos.”* Diante da fragilidade do cidadão, a democracia também se enfraquece e neste contexto surge uma sociedade civil fraca, fragmentada e conseqüentemente desarticulada. Por outro lado o Estado brasileiro adotou um modelo democrático liberal de cunho autoritário e elitista para suas ações. Conforme Coutinho,⁵⁷ neste tipo de Estado as transformações políticas e a modernização econômica e social se fazem “pelo alto”, ou seja, com o objetivo claro de alijar as massas populares dos processos de participação e decisão. *“A organização política liberal se caracteriza pela nítida separação entre o Estado e a sociedade civil, verificando-se uma enorme distância entre o povo e os órgãos de decisão. Nela, o Estado se coloca como uma instância política “neutra”, acima das classes, como “benfeitor” e cumpridor das tarefas do poder. À sociedade civil, teoricamente, é garantido o exercício de sua liberdade e de seus direitos civis, políticos e sociais que, na prática, são anulados frente ao falso pressuposto de que os indivíduos gozam das mesmas condições sócio-econômicas de vida, sendo justamente a existência das desigualdades o grande obstáculo à participação popular. A máquina estatal brasileira tem sido forte e repressiva quando se trata de coibir a sociedade civil desarticulada. É necessário superar essa cisão e democratizar o Estado, para que as*

⁵⁵ MARSHALL, Op. cit.

⁵⁶ MATTA, R. da Um indivíduo sem rosto. In: Brasileiro: Cidadão?. São Paulo: Cultura, 1992. p.1-32.

⁵⁷ COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal e outros ensaios. 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

políticas econômicas, em geral orientadas para atender os interesses oligopólicos privados, possam ser controladas pela opinião pública no sentido de atender primordialmente os seus interesses.”

Após o período do Estado Novo o Brasil viveu, de 1945 a 1964, um período de democracia. Nos anos 50 o país passou por um ciclo econômico expansivo com o governo de Juscelino Kubitschek, que representou um momento importante para a acumulação capitalista no país. Os maciços investimentos no setor produtivo estatal e os incentivos à entrada das empresas estrangeiras deram uma nova configuração ao sistema industrial, em que a articulação desses setores com o capital nacional caracterizou, em linhas gerais, o modelo de capitalismo monopolista de Estado, que ira perdurar durante e após a ditadura militar. Em termos sociais a transição de uma fase agroexportadora para uma industrialização internacionalizada foi bastante abrupta e, sendo esse um processo fundamentalmente urbano, provocou intensas migrações internas, trazendo grande número de pessoas do campo para a cidade. Como o país não estava preparado para a implantação deste novo modelo econômico, houve um desequilíbrio interno da economia seguido de elevada inflação. As indústrias não conseguiram absorver todo o contingente de mão-de-obra, criando uma reserva de força de trabalho que em parte ingressou no setor terciário (serviços). Com isto, uma grande massa de trabalhadores passou a ocupar as áreas periféricas dos grandes centros urbanos-industriais, dando origem a favelas, cortiços e provocando invasões, loteamentos clandestinos e outros problemas. A cidade se tornou caótica e a qualidade de vida da classe trabalhadora foi se deteriorando dia-a-dia, levando-a a crescentes dificuldades de sobrevivência.

As tensões da crise econômica refletiam-se no plano político e o clima de liberdades democráticas propiciou a emergência de movimentos sociais envolvendo diversos setores descontentes, trazendo à cena novos sujeitos políticos que propunham um projeto alternativo de ordenação social para competir como o sistemas da ordem burguesa. Até então só se tinha notícia das - Sociedades de Amigos de Bairros - SAB's (em São Paulo) que, no entanto, não gozavam de autonomia política frente ao Estado. Em geral, eram cooptadas por políticos populistas ou sindicalistas “pelegos”, encarregados de administrar possíveis conflitos e promover a “conciliação” das classes populares com o governo.

Na década de 60, as pressões reivindicativas se intensificaram no governo de João Goulart (1963), quando também as camadas médias se mobilizaram buscando uma maior participação política. Enquanto isso na universidade os intelectuais debatiam questões,

como a democratização da cultura é a afirmação de uma identidade cultural, um movimento estudantil forte e atuante denunciava o imperialismo e cobrava uma redefinição do papel da universidade na sociedade e seu envolvimento efetivo no processo político mais global. Surgiram também os movimentos de alfabetização, cultura popular e educação popular, como forma de reação a um sistema de educação voltado para os interesses das elites dominantes, dentre os quais cabe destacar o trabalho de Paulo Freire, cujo projeto de educação para a libertação considerava os educandos como sujeitos e não como objetos do processo educativo. Esses movimentos propunham a criação de espaços culturais e de bibliotecas, evidenciando uma preocupação dos agentes em facilitar as condições de acesso à informação através de serviços públicos. Os grupos de base foram se expandindo e se fortificando. Tais grupos deram origem aos “movimentos sociais populares urbanos”, que congregavam as comunidades eclesiais de base/CEBs (grupos de leigos ligados a Igreja Católica), associações de bairros, clubes de mães, movimentos culturais e outros. Toda esta mobilização da sociedade civil e as conseqüentes reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho e as difíceis condições da economia levaram a uma reação por parte dos grupos dominantes do poder político e econômico. Em 1964, ocorre um golpe militar que destituiu o presidente João Goulart. Tal golpe foi possível devido à aliança das Forças Armadas com a burguesia industrial e setores da classe média e ainda, contou com a colaboração técnica, suporte e apoio político do governo norte-americano.

O golpe militar de 1964 se explica, conforme Franco,⁵⁸ por razões econômicas (necessidade de reorganização da economia brasileira para a inserção no processo de internacionalização de capital) e por razões sócio-políticas (contenção das fortes ativações dos setores populares por transformações sociais e extinção do Estado populista). Sader,⁵⁹ considera que as ditaduras militares na América Latina não são decorrência fatal das condições econômicas. Mas elas tornaram-se a forma política mais adequada ao exercício da dominação no contexto do continente. *“Para isso, o Estado constitucional deve ser substituído por um Estado militar, movido essencialmente pelo objetivo de obter a “segurança nacional” através da guerra aos “inimigos internos”. A esta “missão” o Estado militar deve possibilitar o surgimento de novas condições de acumulação capitalista no continente. Assim surgem em vários países latino-americanos governos militares com*

⁵⁸ FRANCO, R. Revendo ao autoritarismo, repensando a democracia. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, v.2., p.52-60, jul, 1983.

⁵⁹ SADER, E. Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina. São Paulo: Pólis, 1982.

vocação ditatorial. O Estado militar no Brasil foi concebido no moldes do liberalismo político, mas com forte cunho autoritário. Dentro da ideologia liberal, este Estado conservou o parlamento e a realização de eleições e criou o bipartidarismo. A característica autoritário se revelou mais nitidamente junto a sociedade civil organizada, através da desarticulação ou proibição de seus movimentos culturais e populares.” Aqui temos um momento em que a cidadania foi banida do mapa sócio-político brasileiro.

Objetivando retomar o crescimento do país e de fortalecer o desenvolvimento capitalista, os governos militares adotaram uma política econômica cujas metas principais eram a redução do déficit público, a eliminação da inflação e o uso de mecanismos fiscais e tributários que atraíssem os investimentos estrangeiros. As medidas tomadas foram eficazes propiciando grande acumulação de capital e a elevação dos níveis de produção e do produto interno bruto/PIB resultando em franco desenvolvimento da economia do país, à época chamado de “milagre brasileiro”. O desenvolvimento deu-se, porém às custas da recessão, do desemprego e de um arrocho salarial jamais visto em nossa história, ou seja, a estrutura econômica favorecia a rentabilidade das empresas e a concentração de renda, sendo para isto necessário regular os dissídios coletivos anuais dos trabalhadores, estipulando reajustes sempre abaixo das inflação. Vale ressaltar que, no período da ditadura, os sindicatos perderam suas funções políticas e sua autonomia, pois sofreram intervenção e tiveram várias de suas lideranças cassadas e presas. Sob a direção de “pelegos” coniventes com os militares, tornaram-se entidades de caráter assistencialista e sem poder de negociação direta com os patrões. Também as Centrais Sindicais foram extintas e os dissídios se realizavam via Justiça do Trabalho, cabendo aos trabalhadores unicamente acatar os índices de aumento estipulados pelo governo; esses, sempre manipulados, resultaram no agravamento da defasagem salarial e das perdas de poder aquisitivo, mantendo assim a exclusão econômica e social. Esse ciclo de expansão culminou numa crise de superacumulação, exigindo uma reforma estrutural do sistema tributário e financeiro.

No campo político a “subversão” era o grande inimigo que a ditadura tinha que vencer e, para manter os inimigos do regime sob controle, o governo passou a administrar através de Atos Institucionais/AI. Assim tivemos o AI-1 que permitiu criar o Serviço Nacional de Informações/SNI⁶⁰, suspender temporariamente a imunidade

⁶⁰ A criação deste órgão de informação (SNI) vem comprovar, mais uma vez, a importância estratégica da informação para a manutenção do poder político e econômico, pois através do controle da mesma pode-se manter a sociedade desinformada (repressão informacional) ou informada somente com os fatos que se deseja divulgar (controle informacional).

parlamentar e dar ao governo amplos poderes para cassar , demitir, aposentar e prender; o AI-2 reduziu os poderes do Congresso e do Judiciário; O AI-3 extinguiu os partidos políticos; e finalmente o AI-5 (dezembro de 1968) decretou o fechamento do Congresso, a cassação de dezenas de mandatos, a suspensão da garantia de *habeas-corpus* em casos de crime contra a segurança nacional e o confisco de bens.

No campo cultural vários intelectuais e professores universitários foram cassados de suas funções por assumirem posições políticas contestatórias e defenderem idéias de tendência política esquerdista. Assim o país perdeu vários cérebros capacitados que abandonaram suas atividades e foram para o exílio.

No campo das atividades de comunicação, principalmente da comunicação de massa houve grande controle das programações, que devia passar por verificação de censores antes da sua exibição. Geralmente eram cortadas cenas inteiras ou era proibido o uso de determinadas palavras ou expressões por se caracterizarem como “expressões comunistas”. Revistas e jornais da grande imprensa eram severamente controlados, não sendo permitido veicular fatos além da versão oficial ou ainda apresentar uma visão crítica dos mesmos. Os jornais alternativos como o “O Opinião” , “Pasquim” e “Movimento” foram duramente perseguidos, tendo suas edições sistematicamente presas e suas gráficas invadidas e destruídas. Aqui vemos o controle informacional em sua face mais dura. Segundo Ortiz,⁶¹ a censura, da ditadura militar foi seletiva, pois foram censuradas as peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria editorial. Paradoxalmente, enquanto censurava, o Estado Ditatorial percebeu que se fazia necessário desenvolver alguma atividade no campo cultural, pois o mesmo oferecia a possibilidade de se criar um discurso legitimador para todas as ações dos governos militares. Assim “*o campo cultural é utilizado como elemento unificador de um espaço público diferenciado e contraditório e como processo que deve ser direcionado pelo Estado.*”⁶² e são criadas várias instituições culturais, tais como:

⁶¹ ORTIZ, R. A moderna tradição brasileira; cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁶² ORTIZ, R. op. cit., p. 76.

Funarte, Embrafilme, Pro-Memória, etc. Assim, os governos militares reprimem instituições e atividades capazes de expressar a participação polêmica anti-autoritária do povo - seus partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, étnicos, estudantis, etc. - e organizam outro sistema de participação limitada das forças sociais sob o controle militar. Neste contexto a cidadania não se desenvolveu pois sociedade civil brasileira foi esfacelada em termos de seu poder reivindicatório e se tornou cativa de um Estado Militar Ditatorial.

Por outro lado toda esta repressão gerou uma crise de participação política, pois foram fechados os canais tradicionais de comunicação entre a sociedade e o Estado, tais como sindicatos, associações de classe e órgãos de representação. As classes populares, a medida que tinham seus órgãos de representação política censurados, iam abrindo e ocupando novos espaços que possibilitassem a mobilização de seus antigos movimentos reivindicatórios. Estes novos espaços não eram visíveis perante a opinião pública, mas agiam de forma silenciosa e cuidadosa a partir de outras instituições, tais como a Igreja Católica⁶³. Conforme Lima,⁶⁴ no plano do movimento popular “*vale resgatar o papel das Comunidades Eclesiais de Base/CEBs que apoiadas pela ala progressista da Igreja Católica surgem nas cidades e no campo. Assim enquanto o Estado colocava-se como repressor dos segmentos sociais organizados, a Igreja fazia sua opção pelos pobres da América Latina, através do Documento de Medellin, resultado do Encontro de Bispos da América Latina, na cidade de Medellin(Colômbia). É neste sistema de abertura da Igreja Católica que os movimentos sociais populares vão encontrar a apoio necessário para o desenvolvimento das CEBs, pastorais e dos Centros de Informação Popular.*” As ações desenvolvidas por estes “novos movimentos sociais” tornaram-se a mola propulsora a partir da qual os trabalhadores adquiriram consciência das contradições de interesses existentes na sociedade e conseguiram mobilizar-se para as lutas por seus direitos de cidadania.

Na década de 70, devido a insatisfação geral da população com as sucessivas crises econômicas e as visíveis quedas de seu padrão de vida, vários setores da sociedade começaram a questionar não apenas a autoridade do governo militar, mas também os

⁶³ As Comunidades Eclesiais de Base/CEBs são um exemplo da ocupação silenciosa de novos espaços pelos sujeitos sociais, pois as mesmas representaram uma nova forma de ação sócio-política a partir da estrutura da Igreja Católica.

⁶⁴ LIMA, M. J. C. de. Documentação popular: a trajetória dos que redefiniram seus próprios caminhos; uma visão crítica a partir da experiência do CEDOP - Centro de Documentação e Publicação Popular da Paraíba. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/Dep. de Biblioteconomia e Documentação, 1996. p. 58 Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação).

próprios mecanismos políticos e sociais utilizados para conter os movimentos sociais e culturais que cresciam e se fortificavam. Por outro lado, devido a uma divisão interna das Forças Armadas e à crise interna do regime autoritário, o governo militar foi obrigado a promover a “abertura política”, iniciada no governo do General Geisel e continuada pelo General Figueiredo, sob seu controle e direção, os militares encaminharam a transição da ditadura para a democracia., implantando uma série de “reformas institucionais”, dentre as quais, as normas para a criação e funcionamento de novos partidos. Assim através de uma “abertura lenta e gradual” deu-se o início da redemocratização do Estado brasileiro. No campo social este processo de abertura propiciou o ressurgimento das atividades representativas da sociedade civil e a rearticulação gradativa dos movimentos sociais. Assim, mesmo ainda que sob um certo controle estes grupos sociais voltaram a exercer sua cidadania, participando com certa autonomia política, definindo seus espaços de atuação e exigindo o reconhecimento e a institucionalização de suas formas de organização.

A década de 70 viu o surgimento dos “novos movimentos sociais”. Novos por que apresentavam uma nova face e outras características antes inexistentes, com uma concepção organizativa que privilegia e revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular. *“Essa valorização do cotidiano já é a expressão dos novos estilos que conformaram os movimentos dos anos 70 e se constituíram acolhendo novos temas, imagens, aspirações, que compuseram um modo de vida dos trabalhadores dando-lhes um sentido particular. O sentido do lugar de onde emergiam, dos valores que professavam e das suas linguagens. Emergiam como indicadores do surgimento de novas atores sociais no contexto social brasileiro.”* Sader,⁶⁵. A partir deste novo e emergente modo de ação surgem ou se renovam novas práticas sociais de organização e reivindicação e com estas surgem também novos discursos baseados na luta pela conquista dos direitos de cidadania.

Em relação a dinâmica destes “novos movimentos sociais”, Sader,⁶⁶ salienta que esta só pode ser apreendida através de uma análise específica de seus imaginários e que o modo como o fazem (que tipo de ações para alcançar seus objetivos), tanto quanto a importância relativa atribuída aos diferentes bens materiais e simbólicos que reivindicam, dependem de uma constelação de significados que orientam suas ações.

⁶⁵ SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena.; experiências, falas, e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970/1980). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 48, 1988.

⁶⁶ SADER, E. Op. cit. P. 49.

Estes movimentos sociais eram constituídos, em sua grande maioria, pelos migrantes urbanizados, marginalizados dos processos concretos da sociedade de excluídos de seus benefícios - trabalhadores assalariados com uma inserção específica no mercado de trabalho geralmente marcada pela baixa qualificação, execução de tarefas braçais, alta rotatividade no emprego e extrema carência econômica; grupos marginais não incorporados à sociedade em que vivem, exercendo ocupações “não especializadas” e recebendo baixíssimos salários, naturalmente com exceções, como o caso do ABC paulista. Constituem camadas da população que dispõem de sua força de trabalho para executar tarefas não diretamente produtivas, mas que propiciam a expansão dos lucros de outras classes sociais, isto é, são as chamadas classes subalternas (oprimidas, dominadas ou populares), submetidas à exploração das elites dominantes no sistema de produção capitalista e a um processo de pauperização crescente.

Vale salientar que para estruturar e desenvolver tais movimentos sociais, era necessário que os grupos tivessem acesso a informações para fazerem suas escolhas e decidirem sobre questões que diretamente os afetavam. Além disto, para solucionar seus problemas do dia-a-dia e aqueles relativos aos seus direitos de cidadania, precisavam estar informados sobre oferta de empregos, obtenção de documentos, órgãos onde fazer reclamações, cadastramento escolar, linhas e itinerários de ônibus, localização de postos de saúde. Como em geral os serviços/centros de informação públicos não existem nas periferias ou são distantes dos bairros, grupos dos movimentos sociais populares desenvolveram uma verdadeira rede de contatos informais entre parentes e vizinhos, que passou a funcionar como canal eficiente para a obtenção e troca de informações.

O final da década de 70 e o início da década de 80 foi, sem dúvida alguma, uma época de grande efervescência política, na qual movimentos sociais populares e instituições de prestígio da sociedade civil, tais como a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, a Associação Brasileira de Imprensa - ABI e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, a União Nacional dos Estudantes - UNE engrossaram as fileiras das lutas pela redemocratização do país. Vários movimentos mobilizaram a sociedade, como o Movimento do Custo de Vida, o das DIRETAS-JÁ, o dos Direitos Humanos e o da Anistia. Assim surgiram grandes e importantes mobilizações para lutar contra a ditadura e o restabelecimento da normalidade democrática no país e, conseqüentemente pelos direitos de cidadania. Os sindicatos também

voltaram à atuação e surgiram novas lideranças. Este “novo sindicalismo” conseguiu em 1978, 1979 e 1980 mobilizar a classe trabalhadora para as maiores greves já ocorridas no ABC paulista. Este movimento se espalhou por todo o país. Decorrente desta intensa mobilização surgiu o Partido dos Trabalhadores, atestando a força do “novo sindicalismo”.

Os movimentos sociais da década de 70 representaram o fortalecimento da sociedade civil e o ressurgimento da democracia. Através deles os setores populares urbanos puderam expressar necessidades, lutar pela superação das mesmas, além de se fazerem presentes na vida política do país e de possibilitarem o surgimento de uma nova linguagem no campo da cultura política do país.

Na década de 80, com o gradativo restabelecimento da vida democrática no país, os movimentos sociais populares já haviam alcançado liberdade de atuação, contando para isso com a colaboração de ex-integrantes cassados ou exilados pela ditadura militar, que, com a Lei da Anistia, promulgada em 1979, retornaram às suas atividades junto aos setores populares urbanos e partidos políticos. A sociedade brasileira iniciava sua caminhada em busca da democracia e dos direitos de cidadania.

Dentro deste contexto deu-se o fortalecimento de um tipo de organização que se colocava a serviço das causas dos movimentos sociais e, de um modo geral, dos setores populares urbanos e rurais. Surgem as Organizações Não-Governamentais ou ONGs como são mais conhecidas. Estas organizações marcaram profundamente a luta das classes populares por direitos de cidadania. As ONGs podem ser definidas como organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros, como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político e assessoria técnica⁶⁷. As ONGs brasileiras originaram-se, em sua grande maioria, das ações de uma certa geração de intelectuais ligados a Universidade, a Igreja e a partidos políticos de esquerda que se sentiram ou foram reprimidos pelos governos militares no desenvolvimento de ações educacionais, políticas ou de assessoria técnica junto aos setores populares urbanos e rurais. Assim as ONGs constituíram-se numa alternativa e, de certa forma, numa resposta de setores intelectuais da sociedade latino-americana e,

⁶⁷ SCHERER-WARREN, I. Organizações Não-Governamentais na América Latina: trajetória e perfil. In: Meio Ambiente, Desenvolvimento, Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais. São Paulo/ Florianópolis: Cortez/ Edusfc, 1995.

especificamente brasileira, diante de um Estado autoritário e de um crescente processo de exclusão social decorrente das opções econômicas implementadas pelos governos militares.⁶⁸ Retomaremos a análise das ONGs e de seu trabalho junto aos setores populares no próximo capítulo. Neste momento aprofundaremos nossa análise a partir dos aspectos históricos, objetivos, atividades, ação política e práticas informacionais desenvolvidas por essas organizações.

Diante deste contexto de transição do regime ditatorial para a democracia, algumas mudanças também ocorreram no interior dos movimentos sociais. Neste contexto de mudanças estes movimentos tiveram que adotar uma postura mais flexível e reformular suas estruturas, formas de luta e de negociação, seja com o Estado, seja com agentes privados. Conforme Carvalho & Laniado,⁶⁹ *“isto coloca a necessidade dos movimentos se autoperceberem como uma base social potencial para compor outros setores da sociedade, sem desfigurar o perfil construído pela sua dinâmica interna. Compor social e politicamente remete à necessidade de articular interesses específicos e fragmentados a um discurso político coletivo e unificado e que transcreva um projeto social de mudança progressista(...) pois a superação de interesses particulares imperativos através da articulação com interesses sociais mais amplos permite uma integração e a construção de uma cultura política que funde uma nova percepção de cidadania juntamente com um projeto social renovador. Esta nova cidadania aparece pautada não na universalidade ideal do sujeito, mas construída pela diversidade dos próprios sujeitos que a constituem.”*

Retomando o fio histórico temos que em 1988 ocorreu a elaboração da Constituição. Este foi, sem dúvida, um momento de intenso exercício de participação da sociedade civil na vida política do país. Milhões de pessoas se reuniram para discutir a Lei Maior e influenciaram o Congresso Nacional ao proporem artigos de lei. Foi um momento de exercício de cidadania. Segundo Souza,⁷⁰ *“a elaboração da Constituição de 1988 foi um incrível exercício de participação da sociedade civil na definição de suas instituições democráticas.(...) Foi exatamente esse desejo de participação que transformou a*

⁶⁸ LANDIM, L. A. A invenção das ONGs; do serviço invisível à profissão sem nome. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, 1993. Tese (Doutorado em Antropologia).

⁶⁹ CARVALHO, I.M.M de C. , LANIADO, R. N. Transição democrática, políticas públicas e movimentos sociais. In: MOURA, A. S. (org.). O Estado e as políticas públicas na transição democrática. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989. p.108-133.

⁷⁰ SOUZA, H.. Democracia e cidadania. In: RODRIGUES, C. (Org.) Democracia: cinco princípios e um fim. São Paulo: Moderna, 1996. p.65-75.

Constituição de 88 em um peça concreta, detalhada. Todos queriam garantir os seus direitos e pontos de vista na Lei Maior. Porque desta vez ela iria valer. Hoje ela recebe críticas, mas sem ela não haveria fim da ditadura, e princípio de democracia.”

Assim foi a partir da Constituição de 1988 que a questão da cidadania ganhou espaço no atual contexto sócio-político brasileiro. *“A constituição empenha-se em tornar o homem cidadão. Entretanto, só é cidadão quem recebe salário adequado e justo. Só é cidadão quem pode ler e escrever, tem casa, acesso a hospitais, médicos e lazer(...). O Estado é o meio, não o fim. o homem é o fim, a ontologia do Estado. Nenhum outro Estatuto Magno neste país elencou tantos direitos e garantias indispensáveis à cidadania como o documento político de 1988.”*⁷¹

Na década de 90 tivemos outro momento de forte participação do cidadão através da primeira eleição direta geral. Um grande momento da democracia que se transformou num momento político único da história do regime democrático no país, pois o presidente eleito - Fernando Collor de Melo - devido a atos de comprovada corrupção, teve seu mandato interrompido através de um *impeachment* votado pelo Congresso Nacional. Mais uma vez a democracia revela sua importância ao possibilitar a verificação de atos do dirigente maior da nação. Assim se comprova que o voto é um arma do povo mas se o cidadão eleito não respeitar a magnitude de sua missão política - representar seus eleitores de forma honesta e competente - a democracia tem armas para impedir a distorção de tal missão e os males provocados pela mesma. Segundo SOUZA,⁷² *“(...) a loucura e a arrogância no poder, no entanto, não duraram muito. Brotando da sociedade civil, um movimento tomou conta do país. O Movimento pela Ética na Política foi crescendo na consciência de cada um : contra Collor, contra a corrupção e a mentira na política. No início se pediu a Comissão Parlamentar de Inquérito/CPI, depois o impeachment. milhões de pessoas voltam às ruas para manifestar sua vontade. Um grupo de cidadãos sai da sede da OAB em Brasília para entregar ao Congresso um pedido de impeachment. Eram apenas cidadãos, mas tinham a causa da democracia nas mãos. Venceram uma batalha que parecia impossível.”*

⁷¹ WELFORT, F. Discurso. CICLO DE PALESTRAS BRASILEIRO: CIDADÃO?, Curitiba, 11 de novembro de 1991. p.4.

⁷² SOUZA, H. Op. cit. p.73.

Após toda esta mobilização social e política a sociedade brasileira vive um período de restauração da confiança nela mesma e consolida uma lição - a de não se jogar nos braços de milagreiros de plantão ou esperar um salvador que nos redima de todos os seus males e traga a solução para todos os nossos problemas. Era o governo do presidente Itamar Franco (vice de Collor). Este governo possibilitou o retorno a normalidade democrática, depois de um fase extremamente agitada. Após este governo ocorreram novas eleições onde o candidato do governo - Fernando Henrique Cardoso - saiu vitorioso. Podemos relacionar esta vitória ao sucesso do Plano Econômico lançado por Cardoso quando era Ministro da Fazenda do governo Itamar. A vitória de Cardoso evidencia que o povo brasileiro está buscando soluções concretas para seus problemas. Mas o plano real não pode ser caracterizado como um plano, em termos técnicos, pois o mesmo até o momento só promoveu a troca da moeda . Consideramos que o mesmo se constitui num início de solução que espera por outras ações para se constituir efetivamente num plano econômico.

A década de 90 tem se mostrado extremamente rica em termos de avanços das lutas por direitos de cidadania. Neste período ocorreram eleições municipais que evidenciaram o interesse do cidadão em eleger governantes que atuem de forma honesta e competente na gestão das políticas públicas e que dêem continuidade às mesmas. Parece que se inicia uma fase de maturidade política, onde o cidadão observa as ações governamentais e procura fiscalizar às mesmas. Dentro deste contexto os movimentos sociais populares se defrontam com *“a questão da renovação de seus meios de interlocução com o Estado, sem tornarem-se suscetíveis às formas tradicionais de cooptação ou clientelismo político e a da institucionalização adequada do tipo de conflito por eles produzidos, sem que isto signifique a neutralização de sua força.”*⁷³

No quadro particular de construção da democracia brasileira, diferentemente de outros países, *“o fortalecimento da cidadania parece estar associado a movimentos populares de reivindicação de direitos e de expressão de posições políticas não marcadas por uma ideologia política(...)movimentos abertos, com conseqüências igualmente em aberto.”*⁷⁴

⁷³ CARVALHO, I., LANIADO, R., Op. cit. p.123

⁷⁴ BOGOMOLETZ, D. Crise de cidadania: paroxismo da individualidade. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, v.100, p.31-52, jan./mar., 1990.

Estes são ventos novos que estão soprando no campo da luta pela cidadania no contexto social brasileiro. Sem dúvida alguma a sociedade brasileira tem avançado na busca pela cidadania. Esta busca representa, entre outros motivos, a luta por, melhores condições de vida para milhões de brasileiros. Dentro deste contexto vemos surgir um novo conceito - sociedade civil organizada.

O conceito de sociedade civil adquiriu vários significados através dos tempos. Para os jusnaturalistas (séc. XVIII), a sociedade civil está na origem do Estado, contrapondo-se à sociedade natural e à barbárie. Em Hobbes, este Estado é o *locus* da política, da civilização. Para Rousseau, apesar da sociedade civil estar na origem da sociedade civilizada, ela não é ainda a sociedade política que se constitui pelo contrato social. Hegel vai além, concebendo a sociedade civil como o espaço social de regulamentação entre a família (e/ou indivíduos) e o Estado, introduzindo a idéia de intermediação, de busca de interesses comuns, acima dos interesses individualistas da modernidade. No campo da economia clássica, a sociedade civil é conceituada como uma força social capaz de auto-regular o mercado, livrando-o da intervenção do Estado. Aqui a ênfase cai no sistema econômico.⁷⁵ Para a corrente de pensamento marxista, a sociedade civil também se relaciona ao mercado, sendo que nesta ela se confunde como a sociedade burguesa. Ao buscar um papel mais amplo para a sociedade civil, Gramsci destaca o papel da cultura, da ideologia e do consenso nesta esfera, diferenciando-a do tradicional pensamento marxista.

Entre os clássicos citados, a sociedade civil definia-se, ora como a esfera da constituição da política (e do Estado), contrapondo-se à barbárie, ora como a capacidade de auto-regulação e determinação da esfera econômica (do mercado), em face do individualismo e do Estado, ora ainda como potencialidade do mundo da cultura e das ideologias na construção de uma hegemonia política. A estes significados de sociedade civil pode-se acrescentar ainda o de Tocqueville,⁷⁶. Segundo este autor a sociedade civil se caracteriza como um processo de associativismo que ocorre na vida cotidiana no contexto dos regimes democráticos. Nessa sociedade, o cidadão, enquanto independente é fraco, correndo o risco de retornar à barbárie. a garantia da civilidade encontra-se nas associações que se formam na vida civil (comerciais, industriais, religiosas, morais, recreativas, etc.).

⁷⁵ CALHOUM, C. Nationalism and civil society: democracy, diversity and self-determination. *International Sociology*. v.8, n.4, dec., 1993

⁷⁶ TOCQUEVILLE, A. de A. *A democracia na América*. São Paulo: Belo Horizonte. EDUSP/Itatiaia, 1977.

No atual contexto analítico dos movimentos sociais podem ser constatadas duas tendências teóricas sobre o conceito de sociedade civil: uma que trata a questão a partir de uma relação dual - sociedade civil *versus* Estado; e outra que considera uma relação tripartite - Estado/mercado/sociedade civil.

Baseando-se na tendência - sociedade civil *versus* Estado, Bobbio,⁷⁷ considera que a sociedade civil é o campo das várias formas de mobilizações, associações e organizações das forças sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais. Em um estudo sobre sociedade civil, Calhoun,⁷⁸ distingue esta do Estado, pois a sociedade civil tem a capacidade de associação e de autodeterminação políticas independente do Estado. Estas associações podem assumir a forma de movimentos ou organizações, oriundas de ações da igreja, dos partidos ou grupos de mútua ajuda, que desempenham o papel de intermediador junto ao aparelho estatal.

A segunda tendência dos atuais estudos sobre a sociedade civil considera que esta é um terceiro setor, em contraste com o Estado e o mercado, e refere-se genericamente a uma esfera de ação onde entidades não-governamentais (independente da burocracia estatal) e sem fins lucrativos (independentes dos interesses do mercado) atuam. A própria noção de Organização Não-Governamental/ONG tem a propensão de ser compreendida como parte integrante deste setor. No entanto mesmo entre os que seguem esta tendência, há distinções quanto ao entendimento sobre o que seja a sociedade civil. Para alguns estudiosos desta tendência a idéia de organizações com características não-governamentais, sem fins lucrativos, voluntárias e filantrópicas compõem a essência do terceiro setor. Neste contexto o conceito de sociedade civil é visto como algo relacional, ou seja, como uma dimensão do terceiro setor relacionadas às demandas por cidadania, democratização, direitos humanos e similares. Pesquisas mais recentes (Fernandes, Landim, 1993, Wolfe, 1992) têm procurado uma maior aproximação conceitual entre os termos terceiro setor (de tradição norte-americana) e sociedade civil (de tradição européia), tentando com isso fugir de um pensamento dicotômico, dividido entre interesses públicos e privados e assim afirmar uma lógica triádica na qual além do mercado e do Estado, estaria a sociedade civil/terceiro setor, como a terceira possibilidade; significando aqui iniciativas privadas, porém públicas. Para

⁷⁷ BOBBIO, N. Dicionário de Política. Brasília, EdUnb. v. 2, 1992.

⁷⁸ CALHOUN, C. op. cit., p. 37.

Fernandes,⁷⁹ “mais do que uma descrição empírica, como se fosse como uma fotografia de uma realidade emergente, a idéia de um terceiro setor deriva da abertura de uma alternativa lógica. Ela pode ser idealmente concebida como uma entre as quatro combinações resultantes da conjunção entre o “público” e o “privado”. Para explicitar tal afirmação Fernandes, 1994 apresenta o quadro a seguir:

AGENTES	FINS	SETOR
Privados	Privados	Mercado
Públicos	Públicos	Estado
Privados	Públicos	Terceiro Setor
Públicos	Privados	(Corrupção)

Fonte: FERNANDES, 1994.

As formulações apresentadas anteriormente não pretendem afirmar que iniciativas originadas na sociedade civil ou a vida associativa autônoma sejam criações dos dias atuais. Aliás, há quem prefira denominar o chamado terceiro setor de “primeiro setor”, justamente para realçar a sua anterioridade lógica e histórica. A novidade estaria na expansão geométrica, e nos padrões de relacionamento. Nesse sentido, fica prejudicado o símbolo da pirâmide com sua imagem de uma subordinação hierárquica, colocando os indivíduos e os grupos na base, o mercado no meio e o Estado no alto, este último governando tudo e todos. “A idéia de uma sociedade civil/terceiro setor provoca nossa reflexão no sentido de reinventar imagens, propõe-nos pensar numa dinâmica da vida pública com esferas que no lugar de se sobreporem se opõe, e se atraem ao mesmo tempo.”⁸⁰

A aproximação conceitual, indicada acima, apresenta limites, não somente pela trajetória desses conceitos, como também pelas variações existentes e os casos fronteiros, que estimulam as polêmicas e dificultam as classificações. No entanto, tudo indica que há uma ampliação da esfera pública que inclui iniciativas que resultam da participação direta do cidadão. “Tais iniciativas, formais ou informais, institucionais ou não, permanentes ou provisórias, reforçam a idéia de que experiências associativas inovadoras

⁷⁹FERNANDES, R. C. Público, porém privado: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1994.

⁸⁰FERNANDES, R. Op. cit.

*estão se desenvolvendo através da fórmula “não-governamental e sem fins lucrativos”. As ONGs expressam, vivamente, esse novo padrão, embora não o reduza às mesmas”.*⁸¹

Seguindo esta mesma tendência tripartite, outros estudiosos consideram que do terceiro setor não representa todo a sociedade civil organizada. Wolfe,⁸² é um desses autores. A noção de Wolfe, se aproxima da noção de Tocqueville de associativismo na vida cotidiana, incluindo-se aí a mútua ajuda, ações de solidariedade comunitária e familiar, além de ONGs e outros movimentos. Altruísmo/gratuidade seriam outros elementos constitutivos da sociedade segundo Wolfe.⁸³ Neste contexto, as ONGs, enquanto não-mercado e não-governamental, são atores relevantes para repensar os rumos do próprio desenvolvimento. Mas, poderá a sociedade civil impulsionar o desenvolvimento econômico e social? Conforme Wolfe, *“se pensarmos a sociedade civil como o lugar onde o poder reside, o campo onde as pessoas desenvolvem capacidades que lhes permitirão desempenhar um papel nas escolhas políticas e econômicas que suas sociedades deverão fazer, então estamos preparando o terreno para um caminho social de desenvolvimento, que pode complementar o político e o econômico.*

A literatura mais recente sobre as atividades das ONGs tende a confirmar a posição de Wolfe. Assim, nos países mais desenvolvidos economicamente tem se desenvolvido uma tendência para ações no campo da filantropia e do altruísmo, enquanto que nos países em desenvolvimento e do leste europeu a atuação destas organizações tem recaído nos projetos de construção da sociedade civil, em torno de questões de cidadania, organização, autodeterminação popular e justiça social.

⁸¹ FERNANDES, R. Op. cit.

⁸² WOLFE, A. Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, Estado, sociedade civil. IN: Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs Rio de Janeiro:IBASE/PNUD,1992.

⁸³ Conforme Scherer-Warren,1994, estas noções foram apresentadas no Primeiro Encontro Internacional de ONGs e o Sistema de Agências das Nações Unidas, ocorrido no Rio de Janeiro, em agosto de 1991 e vão de encontro das idéias de vários membros de ONGs latino-americanas.

Na América Latina, alguns autores (especialmente Olvera e Avritez, 1992⁸⁴, Avritez, 1993⁸⁵, Costa, 1994⁸⁶) vêm trabalhando a possibilidade de aplicar o conceito de sociedade civil elaborado por Cohen e Arato, para a realidade local. Este conceito é uma derivação da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas. Segundo este conceito a realidade social é composta por dois subsistemas, em que impera uma racionalidade estrutural (o econômico e o administrativo), cujo contexto (o mundo da vida) é o *locus* para o desenvolvimento de uma racionalidade comunicativa. Segundo esta acepção, sociedade civil refere-se ao nível institucional do mundo da vida, em que são desenvolvidas as práticas associativas e a cultura e formadas as identidades sociais e as solidariedades. Portanto, segundo esta perspectiva, a sociedade civil é o espaço, onde nascem e organizam-se as associações voluntárias (autônomas em relação ao mercado e ao Estado), chamadas de movimentos sociais ou populares, organizações não-governamentais, grupos de mútua ajuda, entidades filantrópicas e outras do gênero. Conforme Scherer-Warren, é necessário entretanto não esquecer que o indivíduo traz para a esfera do cotidiano, de suas relações comunitárias e culturais, a síntese de uma vivência e de suas relações como o mercado e com o Estado. Por isso, não é possível entender as ações coletivas da sociedade civil sem pensa-las em suas relações com as outras duas esferas mencionadas.

Em resumo, se temos em mente a necessidade de compreender os processos históricos pelos quais a sociedade brasileira tem passado ao buscar a implementação dos direitos de cidadania, devemos também buscar a compreensão da sociedade civil/terceiro setor como um dos espaços sociais onde tal busca se estrutura. Assim pode-se observar uma estreita relação entre os momentos de maior abertura política e participação popular e o nível de organização da sociedade civil. Isto pode ser observado na análise feita anteriormente sobre os aspectos históricos da relação entre cidadania e sociedade brasileira. Por outro lado uma sociedade civil organizada, bem informada e atenta a seus próprios destinos, e que é também o de seus filhos, buscará as melhores opções para seu desenvolvimento econômico, político, social e humano.

⁸⁴ OLVERA, A. , AVRITZER, L. El concepto de la sociedad civil en el estudio de la transición democrática. Revista Mexicana de Sociología, n.4, 1992.

⁸⁵ AVRITZER, L. Além da dicotomia Estado/ mercado: Habermas, Cohen ,Arato. Novos Estudos. São Paulo: Cebrap, n.36, julho, 1993.

⁸⁶ COSTA, S. Esfera pública, redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil. Novos Estudos. São Paulo: Cebrap, n.38, março, 1994.

O enfoque analítico que trata da sociedade civil/terceiro setor se preocupa com o social, mais do que com o econômico e o político. Assim *“a sociedade civil tem sua atenção voltada para famílias, comunidades organizações voluntárias, sindicatos e movimentos de base espontâneos - todas estas modalidades de organização social definidas pelo fato de que estão cercadas por instituições ainda maiores e mais abstratas.”* Wolfe,⁸⁷ Falar de sociedade civil é falar também das Organizações Não-Governamentais/ONGs, que se constituem em um dos elementos fundamentais dentro deste contexto tripartite - Estado - Mercado - Sociedade /Terceiro Setor. Este é o tema do próximo capítulo.

⁸⁷ WOLFE, op. cit., p. 17

*“Há necessidade de encenar um país possível;
potencializando este país através de pequenos
espaços.”*

Oficina de trabalho - Incentivo à
Participação Popular e Controle
Social em Saúde. Ministério da
Saúde, 1993.

SEGUNDA PARTE - ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS - ONGs - UM PENSAMENTO GLOBAL PARA UMA AÇÃO LOCAL

Nesta parte analisamos aspectos variados relativos as Organizações Não-Governamentais/ONGs. Iniciamos (Capítulo 1) com uma abordagem mais ampla, através das características gerais dessas organizações e num segundo momento (Capítulo 2) buscamos uma contextualização a nível de sociedade brasileira e concluimos com uma análise sobre as ONGs brasileiras que trabalham no campo das questões do gênero e dos direitos da mulher.

CAPÍTULO 1 - Organizações Não-Governamentais/ ONGs - Aspectos Gerais

A Organizações Não-Governamentais/ONGs tiveram sua origem em movimentos sociais ocorridos na Europa, partir dos anos 70 e só passaram a ser conhecidas como tal em meados da década de 80, quando alcançaram visibilidade social ao se multiplicarem e diversificarem suas áreas de ação, e ao buscarem uma maior cooperação internacional não-governamental. As ONGs constituem um fenômeno de proporções consideráveis: em 1980 na Alemanha Ocidental estimava-se a existência de 11.500 delas, envolvendo 80 mil pessoas; nos EUA, em 1976 calculava-se que seu número ultrapassava 5 mil e que mil surgiam a cada ano. Já na América Latina e no Caribe, segundo os dados de diretórios de ONGs, existem atualmente 4.327 dessas entidades.⁸⁸

O termo Organizações Não-Governamentais/ONGs originou-se do vocabulário utilizado pela Organizações das Nações Unidas/ONU, para designar uma categoria especial de entidades, participantes do sistema da ONU. Estes participantes passaram a integrar o sistema da ONU, através de ações de cooperação entre países da Europa ocidental e do denominado terceiro mundo⁸⁹ (alguns países da Ásia e os países da América Latina), durante as últimas décadas. Neste sentido, o termo ONGs designa entidades independentes de estruturas estatais e da própria ONU. A proposta principal destas entidades é fornecer serviços sociais que, em geral não se auto-sustentam, daí o fato das ONGs estarem sempre buscando recursos financeiros junto a outras instituições.⁹⁰

⁸⁸ FERNANDES, R. C. Privado porém público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

⁸⁹ Conforme classificação elaborada pela própria ONU os países mais desenvolvidos economicamente (USA, alguns países da Europa Ocidental e o Japão) seriam países de primeiro mundo; os países do Leste Europeu e alguns países da Oceania seriam países de segundo mundo; alguns países da Ásia e os países da América Latina seriam países de terceiro mundo e a maioria dos países africanos seriam de quarto mundo.

⁹⁰ FERNANDES, R. C. Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relum-Dumará, 1994. p. 24.

No contexto da América Latina, e de modo especial, no Brasil, a origem destas organizações pode ser entendida através de dois referenciais. Um destes referenciais considera que, as ONGs surgiram na década de 70. Inicialmente estas organizações teriam se ligado às igrejas, predominantemente a Igreja Católica, e faziam trabalho assistencial. Conforme Landin, 1988⁹¹ esta forte ligação entre ONGs e igrejas (principalmente a Igreja Católica) desenvolveu a partir de dois fatores: a renovação eclesial originada pelo Concílio Vaticano II e as oportunidades de relacionamento com as classes subalternas, que foram abertas pelas Igrejas diante de um contexto estatal, via de regra, autoritário (oriundo do golpe militar de 1964) e quase sempre alheio às necessidades dos setores populares. Num segundo momento elas se desvinculam das igrejas e passam a realizar ações no sentido de desenvolver políticas sociais. O outro referencial, considera que a origem das ONGs se dá no cruzamento de três instituições: igreja, universidades e partidos/organizações de militância política de esquerda. Assim fatos externos, como pressões do mercado de trabalho ou de um Estado autoritário e fatores internos como a ação limitada a certos princípios, por parte das universidades, igrejas e partidos políticos teriam levado uma parcela significativa da geração de intelectuais que atingia a maturidade nos anos 70 a valorizar as ONGs como uma alternativa profissional.

A partir destas considerações da natureza histórica, compreendemos as ONGs como “organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político e de assessoria técnica, prestadoras de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações ao nível micro(do cotidiano e/ou local).”⁹²

A nível do contexto brasileiro as ONGs tem desenvolvido ações em diversos campos tais como, economia, cultura, educação, meio ambiente, sindicatos, etc. Em relação a estas ações, percebe-se semelhanças e diferenças entre estas organizações. Quanto às características comuns, que marcam as ações desenvolvidas pelas ONGs temos que:

- são, em geral, órgãos de assessoria; ou seja, produzem material abundante sobre outras organizações da sociedade com especial destaque para os movimentos sociais;

⁹¹ LANDIN, L. (Org.) *Sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos de Religião/ISER, 1988. p.10

⁹² SCHERER-WARREN, I. 1995. Op. cit.

- *direcionam, implícita ou explicitamente, suas ações para as classes populares;*
- *direcionam suas ações e esforços para o fortalecimento da sociedade civil organizada e/ou para a organização de grupos de interesse que possam vir a gerar grupos autônomos e organizados de reivindicação sócio-econômica e política.*
- *tiveram sua origem marcada pela atuação de três pólos principais: partidos de esquerda, igreja e universidade;*
- *têm como denominador comum a possibilidade de aliar “práticas alternativas” de atuação e alto nível de profissionalismo;*
- *procuram apresentar-se como pólos de racionalidade crítica da sociedade, enquanto se posicionam-se de forma alternativa na atuação, ou seja, dizem não ao falacioso, atomizado e desarticulado transitado na mídia e tentam mostrar uma segunda visão sobre os temas de seu interesse, ainda que trabalhem com pequenos grupos;*

Assim a expressão ONG, atualmente no Brasil, vem sendo usada para denominar um conjunto de práticas , que se expressam através de grupos organizados em torno de lutas ambientalistas , de questões de gênero, de assessoria a sindicatos e associações de moradores, outros que se mobilizam contra a discriminação racial, outras ainda que desenvolvem projetos com meninos e meninas de em situação de rua, etc. Tal diversidade traz consigo um traço comum: o fato de serem iniciativas privadas e sem fins lucrativos, visando a produção de bens e serviços públicos. esta classe de atividades está inserida num novo padrão associativo que se espalha nas mais diversas partes do globo e do Brasil

Conforme Fernandes, 1988⁹³, outro traço presente nas ONGs é o critério de competência acadêmica. No geral, os postos mais altos destas organizações são ocupados por pessoas com graus de distinção universitária. Mas, ao contrário da universidade, o isolamento acadêmico é abandonado em nome de uma atuação social mais marcante.

Existem também diferenças marcantes entre as ONGs, que se estruturam a partir do seu tipo de atuação. Assim temos diferenças quanto a:

- *meios de comunicação utilizados;*
- *finalidade das ações(educacional, saúde, ambiental, etc.);*

⁹³ FERNANDES, R. C. Sem fins lucrativos. In: LANDIN, Leilah (Org.) 1988, p.9. op. cit.

- *categorias sociais a que se vinculam (mulheres, menores, índios, negros, camponeses, operários, associações de moradores, sindicatos, etc.);*
- *às instituições a que se vinculam (igrejas, sindicatos, órgãos governamentais, etc.);*
- *às afinidades ideológicas;*
- *ao estilo de trabalho;*
- *aos interesses a que se unem a nível local;*
- *às agências financiadoras a que se vinculam;*
- *ao nível de institucionalização das próprias ONGs (pequenas, médias ou grandes; novas ou antigas);*
- *às relações pregressas de seus agentes.*

Quatro questões chave auxiliam no delineamento do perfil das ONGs: como se organizam; quais suas funções, a serviço de quem atuam, quais seus objetivos. Conforme Salomon e Anheier,⁹⁴ as ONGs são caracterizadas da seguinte forma:

- *organizações formais, isto é, com algum grau de permanência e estruturação organizacional;*
- *privadas, ou seja, institucionalmente separadas do governo, porém com fins públicos;*
- *sem fins lucrativos para seus organizadores e diretoria, distinguindo-se das empresas;*
- *autogovernadas através de procedimentos/diretrizes internos próprios;*
- *com participação voluntária de membros, pelo menos de seu corpo diretor;*

Com relação a segunda questão - quais são suas funções - sugere-se os seguintes critérios na caracterização de suas atividades: mediações e assessoria nos campos educacional, político, técnico, legal, informacional e similares; articulações entre a sociedade civil e o Estado; apoio material, de serviços, de construção de conhecimento (pesquisa) e de solidariedade a causa humanitárias e de respeito ao meio ambiente; formação de redes entre experiências semelhantes, organizações e movimentos afins ou complementares, e outras atividades no campo de promoção da cidadania.

⁹⁴ SALOMON, L. , ANHEIER, H. In search of non-profit sector: the question of definitions. *Voluntas*, v.3, n.2, 1992.

A questão dos campos de ação das ONGs pode ser vista a partir de três referenciais: a filantropia; o desenvolvimento e a cidadania. São referenciais amplos, que são construídos através do discurso e da prática dos atores sociais das ONGs. A filantropia praticada pelas ONGs, de forma geral, pode se dar no sentido de um assistencialismo bastante imediato, como fornecimento de alimentação, abrigo e outros benefícios materiais, como os que foram fornecidos durante a Campanha contra a fome ou no Movimento de Meninos e Meninas de Rua no Brasil. Tais ações filantrópicas são definidas como uma ação de solidariedade importante na construção de um movimento social com base ética e de uma cidadania mais abrangente para a sociedade civil. Assim esta ação filantrópica procura fugir do mero assistencialismo, pois conforme os atores sociais das ONGs a primazia da ação deve dirigir-se aos processos educativos, da conscientização e de autodeterminação das populações-alvo.

Com relação a questão do desenvolvimento, nos anos mais recentes as ONGs passaram a repensar os modelos através dos quais o mesmo tem se dado. Assim o mais importante atualmente é a sustentabilidade ecológica e a justiça social. As questões trabalhadas pelas ONGs, tais como, gênero, meio ambiente, educação popular, geração de renda, entre outras, vêm sendo associadas a uma nova concepção de desenvolvimento. Neste sentido uma nova rede de ONGs e cidadãos latino-americanos vem sendo formada, dando continuidade aos Encontros do Rio-92, Potosi-92 (Bolívia), Andalien-93 (Chile) e Campeche-93 (Brasil).⁹⁵

No campo da cidadania, as ONGs tem associado-se historicamente aos movimentos populares. A nível de América Latina as ações das ONGs neste campo social se relacionam com a busca de democracia e o combate aos regimes ditatoriais militares. Com o fim destes regimes os debates relativos a estas questões passaram a fazer parte dos debates e das ações das ONGs dos países latino-americanos. Vários exemplos de ações no campo da cidadania podem ser dados. No Brasil muitas conquistas sociais das Constituição de 1988 foram obtidas graças à pressão e apoio das ONGs e dos movimentos sociais. Assim, seja na prestação de serviços ou consultorias, seja no controle do uso dos recursos públicos e das políticas sociais, as ONGs têm reforçado sua relação com as comunidades populares e com o poder público, passando a atuar no sentido da descentralização do poder e de uma crescente participação da sociedade civil junto ao mesmo. Desta forma. “*os três campos de ações das*

⁹⁵ Conforme SCHERER-WARREN, 1994, p.9. op. cit.

ONGs (filantropia, desenvolvimento, cidadania) configuram-se como faces de um campo mais abrangente, com conteúdo ético e menos ideologizado: a busca do bem comum, através da resolução dos problemas de exclusão social, sob uma nova ética para o desenvolvimento e para a realização da cidadania plena para todos. ⁹⁶

Com relação a questão “a serviço de quem atuam as ONGs?”, verifica-se que as atividades destas organizações estão direcionadas a favor de grupos-alvos ou segmentos específicos da sociedade civil, tais como os movimentos sociais populares, as populações marginalizadas ou discriminadas, as comunidades de base; ou para situações nas quais os direitos humanos, cívicos ou de respeito à natureza não estejam sendo observados. Em relação aos objetivos destas organizações, constata-se que, de uma maneira geral, *“suas ações visam ao fortalecimento da sociedade civil, através de microtransformações (locais ou no cotidiano), ou de macro transformações (globais ou sistêmicas), ou seja, sua atuação ocorre no sentido da “construção de pontes” para a realização da cidadania, da democracia, da justiça social, do equilíbrio ecológico e de outros avanços da sociedade civil.* ⁹⁷

Uma diferença que deve ser salientada com mais ênfase se relaciona a ideologia na qual as ONGs baseiam suas ações. Pode-se afirmar que, em relação a este item, as ONGs configuram-se como alternativas institucionais, no sentido que são mais flexíveis, descentralizadas, simplificadas, fomentam a autonomia, desenvolvem o lado experimental da atuação social e lidam com a denominada utopia. Estas organizações desenvolvem ações que vão desde a alfabetização até hortas comunitárias. Um aspecto ideológico evidenciado pelas ações das ONGs é a orientação de procurar desenvolver de forma equilibrada o binômio - teoria e prática - buscando com isto afastar-se do academicismo e aproximar-se da noção marxista de práxis. Procuram atuar como “assessores” (em linguagem mais técnica) ou “intelectuais orgânicos” (em linguagem gramsciana) com um alto grau de profissionalismo; o que transforma estas entidades em elementos catalisadores das causas defendidas pelos movimentos sociais populares. Isto faz com que estes movimentos ampliem qualitativamente sua raio de ação. Outro aspecto ideológico é a busca constante de equilíbrio o princípio de racionalidade burocrática (aspecto instrumental) e participação comunitária (através da racionalidade crítica).

⁹⁶ Conforme SCHERER-WARREN, 1994, op. cit., p. 10.

⁹⁷ SCHERER-WARREN, 1994. op. cit. p. 8.

Conforme Scherer-Warren,⁹⁸ através dos discursos das ONGs é possível visualizar as principais matrizes ideológicas que orientam suas ações. De forma ampla, pode-se agrupar as ideologias em quatro tendências. Vale salientar que estas matrizes são sintetizações em torno de tipos ideais. Certamente que o pensamento e as ações dos atores das ONGs mesclam as características de diferentes matrizes, mesmo quando isto significa ambigüidade. Assim temos o seguinte quadro:

- **tendência neo-marxista:** parto de uma concepção segundo a qual a transformação social/histórica baseia-se no processo de luta de classes e na tomada de poder do Estado, as ONGs devem ter um papel facilitador nesta trajetória. Assim cabe às ONGs um papel educador popular, de formador de consciência de classe e de executor de programas de treinamento de lideranças políticas. Neste sentido realizam cursos de metodologia de ação e de análise de estrutura e conjuntura. Entretanto esta tendência enfrenta o problema da fragmentação do trabalho das assessorias junto às bases populares. Segundo Scherer-Warren, 1995, *“duas alternativas políticas tem sido apresentadas como possíveis soluções: Uma partindo diretamente da concepção marxista/ leninista sobre a função dos agrupamentos políticos nos processos de transformação , vê nos movimentos sociais populares (com os quais as ONGs trabalham diretamente) um locus para a reivindicação específica e de conscientização sobre carências e direitos, cabendo ao movimento sindical o papel de articulador das lutas de classes e ao partido político o de articulador da luta para a tomada do poder político. Outra alternativa seria a criação de uma Central do Movimento Popular a fim de unificar as lutas.”* A tendência neo-marxista foi predominante nos primórdios de atuação das ONGs (através das ações dos centros a serviço do movimento popular, espalhados por toda a América Latina);
- **tendência neo-anarquista:** parte de uma concepção de que as formas de opressão social são múltiplas e que a constituição dos sujeitos sociais pode se dar através de várias formas, de acordo com as opressões sofridas, além daquela identificada pela sua posição de classe. Assim a transformação social é concebida a partir de mudanças que ocorrem nas bases, nas relações micro, no cotidiano, nos processos de desalienação. Esta tendência tende a rejeitar, sempre que possível, as interlocuções com a política institucional, por considera-la como centralizadora e autoritária. Conforme Scherer-Warren, *“as ONGs que seguem estas orientação, são concebidas como parte do movimento social das bases, não*

⁹⁸ SCHERER-WARREN, 1995. op. cit. p. 167.

devendo ter (pelo menos em princípio) um papel privilegiado na educação e na direção dos movimentos. Neste sentido a própria ONG e o movimento se confundem, não havendo um mediador a serviço do movimento popular. Este fenômeno tem ocorrido com os grupos feministas, ecológicos e de cultura alternativa;"

- **tendência da teologia da libertação (cristã):** estrutura-se através da reelaboração e reinterpretação da matriz discursiva cristã com auxílio do paradigma marxista, ampliando, porém, a noção de opressão (para múltiplas formas) e substituindo o conceito de “classe dominada” pelo de “povo oprimido”. Há nesta tendência, conforme Scherer-Warren, *“uma valorização do saber popular (contribuição gramsciana), segundo a qual o processo de conscientização do povo resulta da troca de informações e experiências que pode ser instrumentalizada por intermédio da pedagogia do “ver, julgar e agir” das pastorais. Neste contexto, o papel das ONGs (representadas pelos agentes pastorais) é tão somente coordenar ou estimular os grupos para a reflexão.”* Quanto a mudança social, busca-se uma transformação ética (cristã) nos indivíduos, baseada nos princípios de solidariedade, espírito comunitário e de capacidade crítica dos oprimidos, com vistas a construção de uma sociedade livre de todas as formas e opressão (Reino de Deus). Este processo é definido como a “caminhada da libertação” (dos pecados pessoais e sociais). À maneira do anarquismo, os seguidores desta visão geralmente não privilegiam a tarefa de precisar as estratégias políticas para a transformação (diferentemente da tendência neo-marxista);
- **tendência articulista:** parte de uma nova abordagem da totalidade do social, onde as esferas privilegiadas para a análise serão o Estado, o mercado e a sociedade civil. Esta tendência prevê que a expansão da democracia dar-se-á a partir da organização da sociedade civil, que poderá ocorrer nas múltiplas esferas do social (comunitária, gênero, étnica, ética, etc.). Este expansão de uma democracia popular tem como contrapartida a diminuição e descentralização do poder do Estado. Conforme Scherer-Warren, *“esta orientação combina princípios que podem ser identificados com tendências ora do neo-anarquismo, ora da social-democracia, ou mesmo da utilização de certos princípios de estratégia política que remontam ao marxismo, empregados, porém, por meio de uma renovação epistemológica; comportando elementos das denominadas reflexões pós-modernas.* Um exemplo de novos princípios de estratégia política é a noção de articulação difundida por esta tendência. Enquanto a tendência neo-marxista refere-se à necessidade

de unicidade entre os ONGs e setores populares, de acordo com esta tendência, a articulação é compreendida como ação em rede, ou seja, que a articulação é algo que se constrói enquanto complementaridade de ideais e experiências de atores das ONGs e dos setores populares. Suas estratégias de fortalecimento da sociedade civil apresentam duas tendências complementares. Uma é a formação de redes entre organizações da sociedade civil e atores políticos sensibilizados para a busca de solução para uma mesma problemática ou a procura de um maior intercâmbio entre as próprias ONGs, através da realização de seminários, associações de ONGs e a estruturação de redes de informação entre ONGs que tratam de temáticas semelhantes. Outra tendência é o estímulo à participação contínua da sociedade civil, por intermédio de suas organizações na elaboração ou implementação de políticas públicas, visando sobretudo a ampliação do espaço de cidadania e democratização do poder local e regional. Conforme Scherer-Warren⁹⁹, *“é através desta matriz ideológica “articulista” que alguns grupos organizados dos setores populares e as ONGs ambientalistas vêm encontrando um terreno fértil para intercâmbios e articulações.”*

Nos anos recentes, novas formas de auto-organização e de relacionamento inter-organizacional têm sido propostas pelas ONGs. Uma destas formas é a denominada -rede. Neste sentido, ressalta-se a tendência, acentuada nos últimos anos, de se pensar as redes sob uma perspectiva mais ampla, com o reconhecimento do grande potencial de trabalho e coordenação de esforços objetivando o desenvolvimento. Sob este ponto de vista, segundo González,¹⁰⁰ *“uma rede é uma forma de organização social que emerge no campo do desenvolvimento como uma necessidade de unir esforços frente às dimensões de uma problemática que não pode ser abarcada por uma só instituição.”* Existem, conforme Scherer-Warren¹⁰¹, pressupostos ideológicos que estruturam esta nova proposta de organização e de relacionamento. *“Assim, num primeiro momento a organização em forma de rede, pressupõe a construção de uma nova utopia de democracia, onde as relações políticas seriam mais horizontalizadas e onde haveria um maior reconhecimento e respeito à diversidade cultural e ao pluralismo ideológico. Num segundo momento esta proposta acredita na possibilidade de conectar o local ou específico com o global ou com o interesse*

⁹⁹ SCHERER-WARREN. 1995. op. cit. p.168

¹⁰⁰ GONZÁLEZ, L. E. Pensando em las redes ... sin enredarse demasiado. Trabalho apresentado no Encuentro Redes de Mujeres hacia Habitat II, Santa Fé de Bogotá, março, 1995.

¹⁰¹ SCHERER-WARREN. 1995. op. cit.

mais geral de uma cidade, de uma região ou mesmo do planeta.”

Um aspecto que tem influenciado a formação de redes de ONGs é o desenvolvimento das novas tecnologias de informação. Assim, os últimos anos propiciaram proliferação do surgimento de redes em todas as esferas da sociedade e, particularmente, entre as ONGs, tendo em vista a melhoria dos sistemas de informatização e comunicação, o que proporcionou um maior intercâmbio em nível internacional de diversas organizações, levando a um maior esforço de trabalho conjunto. Conforme Scherer-Warren,¹⁰² as novas tecnologias de informação e a conseqüente formação de redes informatizadas, tem permitido o uso de correio eletrônico, a formação de bancos de dados, a publicação de textos analíticos, e a divulgação de experiências de forma mais rápida e econômica.

Em termos gerais, no início, as redes eram concebidas de uma forma mais técnica e informatizada, ao passo que nos dias de hoje estão adquirindo um rosto mais humano graças ao incremento de situações que proporcionam o conhecimento mútuo dos membros da rede. Para classificar os diversos tipos de redes atuantes na América Latina, González, 1995 parte de seus objetivos, objetivos, papéis, funções, atitudes e comportamentos e define cinco grupos de redes. Assim temos o seguinte quadro a seguir:

TIPOS DE REDES	DESCRIÇÃO GERAL
1- Informação	<ul style="list-style-type: none"> * seu objetivo é melhorar o processo de tomada de decisões mediante levantamento, sistematização e difusão de informações; * em muitos casos se propõem a oferecer informação a baixo custo a outras organizações que delas necessitam e que não contam com recursos suficientes; * um dos problemas que estas redes têm procurado atender é a carência de comunicação permanente entre as organizações; * exatamente por falta de comunicação entre as organizações tem havido duplicidade excessiva, desarticulação e não hierarquização da informação, ocasionando um alto custo para todos; * as redes via correio eletrônico, têm facilitado muito este processo, todavia as novas tecnologia não estão ao alcance de todos, o que aumenta a responsabilidade em facilitar a difusão da informação;

¹⁰² SCHERER-WARREN, I. Organizações Não-Governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil. *São Paulo em Perspectiva*, v.8, n.3, 1994. p.11.

2- Pesquisa

- * seu objetivo é investigar, analisar e avaliar novas alternativas ou áreas de interesse comum;
- * tem seu início marcado por um seminário ou um série de encontros de trabalho onde se vai discutir um tema ou problema comum; depois do processo inicial de conhecimento mútuo e discussão do problema central, o segundo passo tem sido o de definir uma tarefa específica e organizar um projeto pesquisa no qual todos têm um papel definido; finalmente, são apresentados os resultados da pesquisa em outro seminário ou em um documento de ampla distribuição;
- * estas redes tendem a ter um enfoque mais específico que as associações profissionais ou os centros de pesquisa e seus estudos têm normalmente um componente de ação;

3- Ação

- * estas são as redes mais populares na América Latina durante as últimas décadas e sua presença empresta muita força ao movimento comunitário, de geração espontânea, conseguindo a participação e motivação de beneficiários;
- * em geral possuem um raio de ação geográfico e vão estendendo suas ações no nível local;

4- Grupos de Financiamento

- * muitas das fundações e entidades internacionais responsáveis pelo financiamento de projetos desenvolvidos por organizações próximas geograficamente constataram que estas enfrentavam problemas semelhantes, utilizavam-se de materiais parecidos e organizavam seminários sobre os mesmos temas;
- * a partir desta constatação optaram pela formação de redes, ou agrupamento de entidades financiadas pela mesma fundação, com o propósito de maximizar os recursos.

5- Conscientização

- * enquanto as redes de ação tendem a alcançar seus objetivos de transformação de baixo para cima, as redes de conscientização buscam unir as pessoas de diferentes entidades e grupos para impactar as organizações governamentais ou aquelas tomadoras de decisões em um esforço para introduzir mudanças;
- * seu papel mais importante é de influir e negociar.

Ainda citando González, 1995, temos que uma rede que tem como objetivo mudanças estruturais possui como princípios:

- *sistematizar e difundir informações*, experiências e pesquisas, para ajudar a elaborar objetivos e facilitar a tomada de decisões;
- *estimular o processo de reflexão e pensamento crítico* junto aos participantes da rede para que questionem suas ações e busquem novas alternativas de ações e atuação;
- *fomentar processo de filiação*, identidade e socialização;
- *fortalecer movimentos de solidariedade* e criar grupos de conscientização;
- *buscar estratégias* para melhorar eficiência e eficácia das ações sociais;

Entretanto, apesar dos benefícios e vantagens das redes, existem, também, dificuldades e desvantagens que têm feito com que muitas redes não alcancem os resultados esperados. Neste sentido, os problemas mais comuns que se apresentam, quando se pensa no desenvolvimento de uma rede são:

- *burocratismos* - que levam a pensar que as redes são estruturas de poder nas quais conta mais a pessoa e não as propostas de trabalho;
- *tecnologia* - em alguns casos demasiadamente sofisticadas e fora do alcance dos usuários;
- *comunicação unidirecional* - que ocorre quando os membros de uma rede pretendem pôr tantos “filtros” à participação dos usuários que se rompe a espontaneidade do processo;
- *desconhecimento do material produzido* tendo em vista que nem sempre os participantes da rede conseguem “tempo” para lê-lo;
- *falta de Ética* - observada em alguns casos, cria problemas junto aos elos interinstitucionais reduzindo a possibilidade de uma coordenação produtiva;
- *limitações econômicas* - que, em alguns casos, levam as instituições a competir pelos fundos internacionais;
- *ausência de uma cultura do compartilhar*, o que dificulta as possibilidades de trabalho conjunto;
- *crise de identidade* - que, às vezes as redes sofrem e multiplicidade de redes que duplicam esforços, têm levado muitas organizações a pensar que as redes incrementam os custos sem produzir benefícios concretos;

Apesar dessas dificuldades, a formação de redes tem possibilitado às ONGs apresentar respostas mais rápidas às necessidades de informação e comunicação entre as diversas organizações. Isto possibilita a formulação de consensos para a ação em um mundo onde os problemas foram adquirindo um caráter cada vez mais global, enquanto que suas soluções ficam a cargo do poder local.

Das quatro orientações ideológicas e/ou matrizes discursivas citadas anteriormente, a articulista é a orientação que mais tem assumido a organização e implementação em forma de rede. Isto tem possibilitado o desenvolvimento do papel histórico e da ampliação do raio de ação das ONGs, pois por meio deste novo princípio de ação estas organizações podem compartilhar seus recursos e com os movimentos sociais populares, de forma mais dinâmica e constante.

Scherer-Warren¹⁰³, apresenta outra tipologia para os vários tipos de redes de ONGs latino-americanas:

- *Redes temáticas* (por exemplo, em torno de questões ecológicas, da mulher, da saúde, das crianças e adolescentes, dos jovens, do negro, etc.);
- *Fóruns de ONGs* (com representantes de várias ONGs de uma localidade, de uma região, de um país latino-americano ou de todos os continentes, com o objetivo de discutir programas de ação, estratégias políticas, projetos comuns, formas de cooperação, etc.);
- *Associações de ONGs* (implica a filiação de várias ONGs de um país ou de uma região em torno de uma associação. Neste sentido têm certo grau de institucionalização, todavia, tendem a utilizar formas de articulação e intercâmbios, semelhantes às demais redes, como os fóruns);
- *Redes de informação* (como as agências alternativas de notícias, os correios eletrônicos e os bancos de dados, responsáveis pela difusão de informações rápidas para outras ONGs, movimentos sociais e cidadãos interessados);
- *Interface de experiências* (várias ONGs locais, representando problemas diversos, unem-se em torno de um projeto comum, como a revisão constitucional, a questão da violência, um projeto de reforma urbana ou de defesa do meio ambiente, etc.);

¹⁰³ SCHERER - Warren. 1995. op. cit., p. 12.

Um bom exemplo da dinâmica das redes de ONGs, movimentos e cidadãos na América Latina são as redes de informação. Neste campo as ONGs que trabalham com a questão dos direitos humanos têm tido um papel especialmente relevante. No Peru as “*Notícias Aliadas*” publicam um boletim semanal em espanhol e em inglês (*Latino América Press*), sobre questões referentes a direitos humanos e a movimentos ligados às igrejas. Este boletim é divulgado para pessoas, ONGs e instituições de 75 países. Atua como uma rede tanto na produção, pois seus correspondentes são ligados aos movimentos e ONGs, quanto na disseminação, uma vez que atinge um público comprometido com as questões tratadas. De forma semelhante no Brasil a Agência Ecumênica de Notícias, ligada ao Movimento Nacional pelos Direitos Humanos e à Associação Brasileira de ONGs/ABONG, publica semanalmente o Boletim Véspera, socializando informações e opiniões para ONGs e cidadãos interessados na defesa dos direitos humanos e na justiça social. No Uruguai, a “*Red del Tercer Mundo*” é parte de uma ONG internacional, que se preocupa com a defesa dos direitos humanos, com a distribuição justa de recursos e com o desenvolvimento sustentável. Além das atividades de investigação e seminários, a rede publica livros e periódicos regulares: “*Tercer Mundo Económico-Tendencias e analisis*”, que trata de atualidades econômicas; “*Red del Tercer Mundo*”, que é um serviço informativo sobre ONGs e questões sociais; “*Revista del Sur*”, uma edição em espanhol do “*Third World Ressurgence*”. No campo da comunicação eletrônica, a ONG brasileira IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, através da Rede Mundial APC - Associação para o Progresso das Comunicações, conecta seu sistema Alternex, a sistemas semelhantes, tais como: Chasques/Montevideu, EcuaNex/Quito, Nicarao/Managua e outros em várias partes no mundo. Através destes sistemas, ONGs e cidadãos interessados podem intercambiar informações por meio do correio eletrônico, banco de dados e conferências eletrônicas permanentes. Outro exemplo brasileiro é a REBIDIA (Rede Brasileira de Informação e Documentação sobre Infância e Adolescência) que está sendo implantada pelas ONGs que trabalham com esta questão. A nível da região nordeste do Brasil temos várias ações de compartilhamento de informações, como por exemplo, a do extinto SEDIPO/Serviço de Documentação e Informação Popular, mantido pela Arquidiocese da Cidade de Recife/PE, objetivava dar apoio informacional ao movimento popular. Este serviço de informação cobria a região nordeste e coletava/disseminava informações sobre educação popular, igrejas cristãs, questão agrária e o movimento popular. Um aspecto importante do trabalho do SEDIPO era o reprocessamento das informações colhidas na grande imprensa, no sentido de

notícias e divulga-las para os setores populares. Outra experiência de rede de informação foi desenvolvida através de uma ação conjunta de quatro ONGs nordestinas (SOS Corpo, CENAP, Centro de Cultura Luís Freire e Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social - CENDHEC) é o Sistema de Disseminação de Informação - Rede Brasil -SDI-RB, que se constitui em um banco de dados sobre as ações desenvolvidas por estas ONGs nos seus variados campos de atuação. As informações são coletadas, selecionadas, catalogadas e registradas no banco de dados, que é usado de forma coletiva. Este banco de dados foi estruturado a partir da dificuldade dos agentes das ONGs em manusear o MICROISIS. Segundo estes agentes este sistema de organização e recuperação de informação não atendia as especificidades de suas atividades e exigia um treinamento, que na maioria das vezes não era possível de ser realizado. As redes de informação citadas mostram o universo dinâmico no qual transitam as ONGs. Neste universo a informação é elemento de fundamental importância para a implementação de ações educacionais, políticas e de assessoria. E, a partir destas auxiliar nas lutas por direitos de cidadania no contexto social brasileiro.

Um aspecto importante a ser observado no contexto das ONGs é a questão relativa ao orçamento, ou seja, os recursos financeiros destas organizações. A questão que se coloca é a seguinte: de onde vêm tais recursos e qual a quantia dos mesmos?

Conforme Landin e Cotrim,¹⁰⁴ grande parte dos recursos obtidos pelas ONGs são oriundos de Agências Internacionais de Cooperação Não-Governamentais. *“Uma compreensão dessas redes internacionalizadas de financiamento deve passar por uma história das relações iniciadas e progressivamente construídas entre agentes dos “Centros de Educação Popular” surgidos nos anos 70 e os agentes de entidades internacionais de “ajuda ao Terceiro Mundo” de países europeus, do Canadá e também dos Estados Unidos, onde - no caso do universo das ONGs brasileiras - as igrejas cristãs representam um papel de peso.”*¹⁰⁵. É muito grande a quantidade de instituições internacionais com as quais as ONGs brasileiras mantêm relações de cooperação. Conforme pesquisa realizada por Landin e Cotrim, estas organizações mantêm contatos com cerca de 170 entidades em diversos países.

¹⁰⁴ LANDIN, L., COTRIM, L. L. ONGs um perfil; cadastro das filiadas a Associação Brasileira de ONGs. São Paulo: ABONG/ISER, 1996. p.XVII.

¹⁰⁵ LANDIN, L., COTRIM, L. L. 1996., op. cit., p. XVII

Em relação a quantia dos recursos financeiros, veremos que existem “os grandes orçamentos” que vão de US\$500.000 a US\$ 2.000.000 anuais e “os pequenos orçamentos” que são inferiores ou iguais US\$ 100.000 anuais. Conforme Landin e Cotrim, 1996, apenas 11,8% das ONGs brasileiras apresentam grandes orçamentos e 44,5% das mesmas tem pequenos orçamentos. Existem ainda 17% destas organizações brasileiras que tem orçamento inferior a US\$ 30.000.

A cooperação internacional obtida pelas ONGs segue orientações político-normativas. Segundo Scherer-Warren, tais orientações são dinâmicas e têm se modificado nas últimas três décadas. Contudo, para fins analíticos, pode-se classifica-los em tipos que indicam uma certa cronologia quanto ao seu surgimento, mas que podem se combinar também de diversas maneiras em casos específicos observáveis¹⁰⁶. Assim temos os seguintes tipos:

- **Assistencialista:** oriunda das recomendações do Concílio Vaticano II, que sugeria um trabalho de ajuda cristã (expressa no apoio financeiro das ONGs do Norte as ONGs do Sul) aos desprivilegiados socialmente, aos pobres em geral e de combate aos extremos de miséria do Terceiro Mundo.
- **Desenvolvimentista:** originada da concepção de desenvolvimento; a qual concebe a defasagem em que se encontram os povos do terceiro mundo pode ser minorizada por meio de processo educacional, do efeito demonstração e da introdução de tecnologias apropriadas. Nesta direção o apoio de agências financeiras de caráter secular, captadoras de recursos de empresas privadas é significativo, tais como: a Inter-American Foundation, USAID, Fundação Ford, Fundação Rockefeller, Kellogg e outras agências europeias e japonesas;
- **Democratizante:** o surgimento de governos autoritários nos países latino-americanos e, o conseqüente desrespeito aos direitos humanos e civis chamou a atenção de entidades filantrópicas do Primeiro Mundo (vinculadas aos movimentos da social-democracia e/ou sindicais europeias). Assim projetos que visem a construção de direitos de cidadania, a partir de grupos comunitário, são bem-vindo pelas agências, incluindo aí questões de gênero, étnicas, dos menores abandonados, da saúde, do meio ambiente e outras;

¹⁰⁶ Conforme Scherer-Warren, 1994. op. cit. p.166.

- *Neoliberal*: atualmente surge uma nova concepção sobre o desenvolvimento, que defende a necessidade de uma política de ajuste estrutural, face à crise do desenvolvimento expressa no aumento da miséria e da degradação ambiental nos países do sul. Neste contexto, a questão ambiental em alguns casos é apresentada como um guarda-chuva para as demais questões sociais do Terceiro Mundo. É também um momento de crescimento e institucionalização das agências de apoio, bem como do surgimento de novos agentes de cooperação internacional, oriundos das esferas governamentais. De acordo com esta concepção, a transferência de recursos para setores organizados da sociedade civil, visando seu futuro fortalecimento, é uma estratégia válida para enfrentar a crise de desenvolvimento;

Anteriormente colocamos que o termo ONG foi criado pela Organização das Nações Unidas/ONU. Isto, em termos históricos, é um fato recente, pois se deu a partir da segunda metade deste século. Entretanto se o termo ONG é novo, o fenômeno que ele designa não é nada novo. Segundo as ONGs sua principal função é “*contribuir para que o povo se torne sujeito de sua própria história*”. Esta afirmação revela um dos principais elementos que motivou o surgimento das ONGs - as desigualdades sociais e a indiferença e/ou incapacidade das instituições estatais em resolver tais desigualdades. Partindo desta consideração, as ONGs se caracterizam como um novo modelo institucional, constituindo-se, na verdade em um novo ator no cenário social e político. “Através delas edificam-se iam sujeitos coletivos que compartilhariam a solidariedade e a compaixão, valores essencialmente humanos, na tentativa de resgatar o sentido da existência humana, perdido em função da crise da modernidade.”¹⁰⁷. Assim, nos anos 90 as Organizações Não-Governamentais/ONGs se caracterizam como um setor com voz própria, articuladas com as demais instituições que lutam por uma sociedade democrática. Estas organizações também se caracterizam, a partir desta década pelo desenvolvimento de ações propositivas no sentido de implementação de uma atitude política que intervêm diretamente na realidade social, com críticas, mas ao mesmo tempo, com propostas alternativas para a superação dos problemas. Segundo Ramalho,¹⁰⁸ a construção de uma atitude propositiva tem sido o grande esforço das práticas implementadas pelas ONGs, a partir da década atual. Através “*dos discursos dos*

¹⁰⁷ BAYMA, F. et all. O privado a serviço do público; o terceiro setor e o movimento Viva Rio. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, n.29, v.4, p.182-93, out./dez., 1995.

¹⁰⁸ RAMALHO, J. R.. ONGs na Paraíba: as bases da ação propositiva. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba/UFPPB, 1996. 158 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia).

dirigentes de ONGs aparece uma questão central nos dias atuais: a construção de um novo momento das práticas desenvolvidas no interior das ONGs.(...) Estaríamos assim diante de dois grandes momentos na história dessas práticas: o primeiro momento, que iria das origens até a autonomização em relação à Igreja e aos Movimentos Sociais e estende-se até nossos dias, momento este que se caracteriza como uma fase de afirmação de um campo social específico. Este segundo momento se caracteriza por algumas práticas opostas àquelas das origens tais como: esforços crescentes no sentido da profissionalização dos dirigentes e demais membros dessas organizações, crescimento da estrutura institucional, maior enquadramento jurídico, maior interação com as “contrapartes internacionais”, permitindo uma maior intervenção nas plataformas de trabalho dessas; autonomização em relação à Igreja e aos Movimentos; criação de espaços próprios de legitimação e reprodução institucional; reorientação do conjunto de serviços, que passaria a contemplar uma pauta não exclusiva dos movimentos; uma aproximação pontual do Estado, com disposição, inclusive, de disputa de fundos públicos; reconstrução do discurso em relação ao Mercado; diversificação das fontes de recursos para financiamento das atividades de reorientação do conjunto de serviços, que passaria a contemplar uma pauta contraída fora dos espaços dos Movimentos, embora em sintonia com estes; qualificação dos recursos humanos no sentido de intervenção política positiva, tanto na sociedade, como nos espaços dos movimentos.”¹⁰⁹

As características das ONGs apresentadas anteriormente, nos permitem perceber alguns aspectos. Comuns, tais como: se constituem num espaço de lutas por capitais simbólicos e materiais, espaço no qual se produzem problemáticas específicas, relações de força, monopólios de nomeação, retóricas oficiais, espaços onde se legitimam dirigentes, preservam-se memórias e, simultaneamente, constrói-se uma determinada posição em relação aos outros campos com os quais se relacionam e em relação aos quais afirmam-se características distintas. Assim as Organizações Não-Governamentais se constituem em campos sociais, no sentido dado por Bourdieu, 1983.¹¹⁰ Conforme este autor, o campo social é um lócus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em termos de interesses específicos que caracterizam a área em questão. A caracterização das ONGs como campo social nos permite realizar o trabalho de análise das mesmas enquanto espaço onde a informação e a cidadania já se inter-relacionam de forma direta.

¹⁰⁹ RAMALHO, J. R.. 1996. op. cit., p. 140.

¹¹⁰ BOURDIEU, P. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

CAPÍTULO 2 - ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS/ ONGs NO BRASIL

Em um estudo sobre o universo das ONGs brasileiras, Landin,¹¹¹ apresenta dados importantes sobre as mesmas. Assim, em termos de distribuição espacial, estas organizações acham-se espalhadas por todas as unidades da federação, pois dispersam-se pelos estado e, em cada uma deles, pelas cidades do interior. No estudo de Landin, foram arroladas 1.208 ONGs que possuem sede em 378 cidades. Nas capitais dos estado situam-se 729 entidades, ou seja, 60,3%, se forem retiradas destes universo as capitais e Distrito Federal, temos 352 cidades interioranas como sede de ONGs. Este é um dado impressionante pois indica um potencial organizativo muito grande. Landin, salienta que a localização das ONGs acompanha, a grosso modo, a tendência geral de distribuição desigual de recursos nacionais. O eixo Rio-São Paulo concentra 44,6% do número total de entidades. O seis estados em que existem mais ONGs são - São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul. Estes estados são destacados pólos econômicos, políticos e culturais. Seguindo a mesma tendência 64,7% das entidades localizam-se nas capitais dos estados. Em termos de números totais, as ONGs concentram-se na Região Sudeste, onde estão acumulados grande parte dos recursos físicos e humanos do país. Mas estas entidades são expressivas também na região nordeste (mais de ¼), onde se acumulam grande parte das desigualdades e problemas sociais do país. As ONGs tem presença significativa na região sul(10%) e muito modesta nas regiões Norte e Centro-Oeste (5%).

¹¹¹LANDIN, L. 1988. op. cit. Esta autora considerou os seguintes critérios para classificar as entidades como ONGs: critério institucional(foram selecionadas todas as entidades que não fossem governamentais e que não fizessem parte de “grandes instituições”; como igrejas, universidades, partidos políticos, sindicatos, associações de moradores) e critério de discurso(foram selecionadas entidades que se apresentam como “estando a serviço” de determinados “movimentos sociais”, das camadas da população “oprimidas” ou “exploradas” ou “excluídas”, dentro de perspectivas de “transformação social”).

O âmbito de atuação das ONGs é variado. Assim, no universo pesquisado, 55% dessas entidades atuam a nível local, 31,3% a nível regional e 13,4% a nível nacional. A maior parte das ONGs “regionais” atuam apenas em um estado, ou mesmo em parte dele. Esse dados permitem concluir que *“as ONGs brasileiras multiplicam-se pelos quatro cantos do país em pequenas entidades de atuação. Um poucas ONGs são “grandes” e ocorre uma pulverização de “pequenas” ONGs.”*¹¹²

Uma última característica levantada pelo estudo de Landin, foi a da atuação temática, ou seja, os temas/motivos que orientam a ação das ONGs. Foi constatado que, dentro do universo das ONGs brasileiras pesquisadas três subconjuntos se delineiam com características mais expressivas: as ONGs que trabalham com a mulher, as ONGs que trabalham com a questão do negro e as que se definem como estando a serviço dos movimentos sociais populares. Pode-se supor, entretanto, que se encontrem no universo das ONGs brasileiras outros subconjuntos de entidades que não se revelaram nos caminhos percorridos por este estudo, uma vez que o universo das ONGs se estrutura a partir da dinâmica dos movimentos sociais populares, que por sua vez acompanham a complexidade da sociedade. Outra pesquisa realizada pelo Instituto Superior de Estudos Religiosos/ISER encontrou os subconjuntos citados por Landin. Este estudo descobriu as causas a que se dedicam mais de 5.000 ONGs brasileiras. Assim temos que: 40% se dedica a questões ecológicas; 17% a movimentos sociais populares; 15% aos direitos da mulher; 11% aos negros e contra o preconceito racial; 6% a crianças carentes; 3% a prevenção e tratamento da AIDS; 1% aos índios; 7% a outras causas.

Em termos históricos, alguns aspectos se destacam na construção das ONGs brasileiras. Considerando que a maior parte dessas entidades surgiram durante o regime ditatorial (década de 60 e 70) um aspecto que se destaca é a estreita relação das ONGs com as igrejas, principalmente com a Igreja Católica. *“No caso brasileiro, não ha dúvida de que a igreja foi um polo de aproximação privilegiado na constituição e atuação das ONGs.”*¹¹³

O quadro sócio-histórico da década de 60 e 70 é marcado por constantes conflitos entre a igreja e o governo militar, pois este último procurou sempre desestruturar os movimentos e organizações populares e partidos políticos de esquerda. A igreja por sua vez,

¹¹² LANDIN, L. 1988. op. cit.

¹¹³ PONTUAL, P. Os centros de educação popular na conjuntura brasileira (1964/1986). São Paulo: CEPIS, n.192, junho/julho, 1984.

orientada pela teologia da libertação se opõe a tais ações. Neste contexto a igreja prepara *“agentes religiosos para a atuação junto ao povo. Estes agentes denominam-se de “assessores” e/ou “animadores” e procuram criar um “espírito de compromisso” junto às causas populares. Estes agentes são os pioneiros das atuais ONGs brasileiras.”*¹¹⁴

O trabalho voluntário é um aspecto importante deste período inicial das ONGs brasileiras. Este tipo de prestação de trabalho se justifica, por um lado, devido as ligações com a igreja, que por sua vez, desenvolvia desta forma várias de suas ações e, por outro lado, a conjuntura política da ditadura que impossibilitava outras formas de atuação.

Assim, de início um pequeno grupo pioneiro de assessores, nucleados em torno da questão de educação popular, dispõem enormes esforços, num trabalho totalmente voluntário. Durante a primeira metade dos anos 70, o mesmo pequeno grupo de assessores voluntários e convidados eventuais se multiplicam e viajam por todo o país, atendendo às solicitações de cursos, treinamentos, levantamento (pesquisas) da realidade, avaliações dos trabalhos em andamento e as freqüentes análises da conjuntura. Tratava-se de contribuir na formação de critérios para a ação (reflexão de grupos organizados no espaço pastoral popular, principalmente católico). “Assim o assessor vinha sempre de forma, com medo e em sigilo, com hora marcada para voltar e retornar o trabalho em seu emprego. Suas contribuições aos trabalhos pastorais populares tinham que passar por muitas mediações institucionais até encontrar (quando encontrava) a realidade concreta do trabalho. Improvisava-se bastante, sistematizava-se pouco. As reuniões de preparação das assessorias eram nas casas das pessoas e, por segurança, quase nada era registrado no papel.”¹¹⁵

Outro aspecto interessante deste período inicial das ONGs brasileiras é o perfil dos agentes que atuavam nas mesmas. Assim indaga-se: que tipo de gente atuou nas ONGs nesses primeiros tempos? Uma parte dessas pessoas era oriunda da denominada esquerda católica. Esses militantes cristãos eram participantes da Juventude Universitária Católica/JUC e do Movimento de Educação de Base/MEB. Estes agentes sofrem, juntamente com os movimentos sociais populares, partidos de esquerda e setores da intelectualidade, várias formas de repressão. Assim, estas pessoas verão nas ONGs, que começam a se estruturar, um novo espaço de atuação. Ao lado desses “velhos combatentes”, surgiram novos agentes cristãos, convertidos a uma prática social junto a setores da população que era

¹¹⁴ LANDIN, L. 1988. op. cit. p.31.

¹¹⁵ LANDIN, L. 1988, op. cit. p.31.

assistida pela nova pastoral da Igreja Católica. Esta prega a unidade entre ‘fé e política, entre experiência vivida e evangelho, entre prática religiosa e libertação. Esta nova pastoral se baseia na teologia da libertação. Ativistas ateus também começam a se reunir a igreja diante destas novas orientações. Uma última vertente que vem compor o quadro de recursos humanos das ONGs, neste anos iniciais, são os militantes de grupos da esquerda tradicional, que foram privados, pelo Estado autoritário, desenvolver suas ações políticas, o mesmo, que entraram em crise quanto aos seus métodos tradicionais de atuação política.¹¹⁶ Atualmente, as ONGs brasileiras possuem um quadro de recursos humanos altamente qualificados. Conforme levantamento feito em 1992 pelo Instituto Superior de Estudos Religiosos/ISER, dos 80 mil “ongueiros”, 87% têm curso universitário. Segundo o mesmo estudo, 76% do total desses profissionais vivem do trabalho nas ONGs; 56% trabalham em mais de uma ONG; 53% não tem qualquer religião; 25% são padres ou religiosos; 21% estudaram filosofia, e 17% foram presos pelo regime militar.

Em termos históricos a década de 80 será lembrada pela sociedade brasileira como a década de democratização. Este novo período gerou novas relações entre os atores coletivos presentes na sociedade civil e destes com o Estado. Neste novo cenário político as ONGs aparecem como atores com voz própria, articulados horizontalmente com as demais instituições que lutam por uma sociedade democrática. Mas, para alcançarem esta nova configuração alguns desafios foram e ainda estão sendo vencidos. Para entender este novo contexto se faz necessário um pequeno retrocesso histórico. Assim temos que na década de 80 a conjuntura dos países latino-americanos, e em especial a conjuntura brasileira, passa a ter as seguintes características:

- *índices cada vez mais altos de inflação;*
- *emergência ou vigência de governos democráticos;*
- *implantação de uma política neoliberal de desenvolvimento, agravando a pobreza;*
- *crescimento do setor informal da economia;*

¹¹⁶ LANDIN, L. 1988. op. cit., p. 32.

- *descrédito do Banco Mundial e, das instituições internacionais com relação ao destino dado pelo órgãos governamentais aos recursos alocados em programas de desenvolvimento social.*¹¹⁷

Esta conjuntura, aliada à descoberta, pelo Banco Mundial, de que as ONGs poderiam ser uma das soluções para os problemas sociais do desenvolvimento, uma vez que as instituições governamentais mostraram-se ineficientes no sentido de implementar políticas sociais eficientes de desenvolvimento; muito pelo contrário tais políticas tem se caracterizado como concentradoras de renda e, conseqüentemente, são elitistas. Esta posição do Banco Mundial fez com que as ONGs repensassem sua missão, forma de atuação e funcionamento. Assim, na década de 90 as ONGs brasileiras se vêem diante dos seguintes desafios:

- passar do micro ao macro, isto é, não limitar suas ações a microregiões e contribuir com sua experiência para o desenvolvimento macro;
- passar do privado ao público, substituindo a clandestinidade por uma atuação mais transparente e tornando público o que são, por que lutam e o que propõem;
- passar da resistência à proposta, quer dizer, de uma ação contra o Estado e à margem do mercado a uma ação participante.¹¹⁸ Além desses desafios as ONGs brasileiras passam por maiores dificuldades de financiamento, visto que os recursos estão sendo direcionados para regiões mais necessitadas como a África e o Leste Europeu.

Para enfrentar tais desafios as ONGs brasileiras tem procurado desenvolver, a partir de década de 90, ações propositivas. Conforme colocado anteriormente As ações desenvolvidas atualmente pelas ONGs e em especial pelas ONGs brasileiras, têm se caracterizado pela disposição em desenvolver proposições alternativas ao desenvolvimento, com forte ênfase no sentido operacional das mesmas. Assim “(...) no lugar da crítica ideológica geral, da negação sistemática da estrutura sócio-econômica e política existente, como centro do discurso dessas organizações teríamos um novo discurso mais técnico, plausível, razoável, pragmático, enfim um discurso que traz consigo uma vontade de inserção operacional mais imediata. Porém isto não significa dizer que tal discurso não seja

¹¹⁷ FEICHAS, S. A. Q. Proposta de reestruturação organizacional de uma ONG e processo de aprendizado de mão-dupla. *Revista de Administração Pública*, n.29, v.2.abr./jun.,p.164-83,1995.

¹¹⁸ FEICHAS, S. A. Q. 1995. op. cit., p. 170.

permeado de valores ético-políticos, ao contrário, tal característica se faz presente, porém em conjunto com a visão técnica/pragmática/operacional.”¹¹⁹

As considerações apresentadas anteriormente nos possibilitam uma maior compreensão do universo das ONGs, e em especial das ONGs brasileiras. A partir destas considerações analisaremos no universo das ONGs brasileiras aquelas que trabalham a questão de gênero, pois entre estas se localizam as ONGs que compõem o nosso campo de pesquisa. O termo “gênero” tem se tornado atualmente em uma referência constante em estudos acadêmicos, nos discursos de vários campos profissionais, na mídia, entre outros campos.

Mas, qual a origem desse termo? Quantos sentidos estão contidos nessa expressão? O que este termo pretende designar e o que ele institui? Que práticas sociais têm sido desenvolvidas em seu nome? O que caracterizaria uma “ONG de Gênero”? E afinal o que é “gênero”?

Estas indagações surgiram quando fizemos nossa opção em desenvolver esta pesquisa junto a ONGs que trabalham a questão de gênero. A partir da leitura de vários textos e contextos encontramos algumas indicações que nos auxiliaram a compreender o que é a questão de gênero. Vale salientar que não pretendemos esgotar o assunto, uma vez que o mesmo é amplo e complexo. Afinal, “(...) são várias as tramas teóricas que foram sendo articuladas no conceito - afinal, gênero tem sido utilizado por estudiosas(os) marxistas, pós-estruturalistas, lacanianas (os), feministas radicais e tantos outros e outras que não pretendem qualquer classificação. Talvez exatamente por estas diferentes apropriações, o conceito tem sido constantemente debatido, o que acaba por representar tanto um fator de instabilidade (já que aqueles que se dedicam à área movimentam-se sempre num terreno contestado, não fixo), quanto um fator de vitalidade (que estimula e incita a um constante questionamento e autocrítica).”¹²⁰

Foi na década de 80 que o conceito de gênero começou a ser utilizado principalmente por estudiosas (os) feministas. Ele teria surgido alguns anos antes no contexto anglo-saxão e entrou nos meios acadêmicos brasileiros junto com os “estudos da mulher”, que já vinham sendo desenvolvidos. Estes estudos, por sua vez, se originaram dos

¹¹⁹ RAMALHO, J. R. 1996. op. cit. p.75.

¹²⁰ LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta J.M., MEYER, Dagmar E., WALDOW, V. R. (orgs.). Gênero e saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 7-18.

movimentos sociais dos anos 60 e 70, em especial de uma “segunda onda” do Movimento Feminista. De certa forma estes primeiros estudos carregavam as marcas da militância feminista, ou seja, estavam basicamente atentos à denúncia da opressão, tinham um caráter mais descritivo do que propriamente analítico e pretendiam colocar mulher como sujeito-objeto dos estudos. No entanto com o tempo tais estudos ganharam espaço e consistência a partir de abordagens teóricas da sociologia, da história, da literatura, da educação, etc.¹²¹

As conceituações sobre “gênero” colocam que este termo não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito masculino ou feminino. Tal conceito provoca uma mudança na forma de se encaminhar as discussões junto ao Movimento Feminista e deste para outros campos de ação social e construção de conhecimento, ou seja, “(...) não se trata mais de focalizar apenas as mulheres como objeto de estudo, mas, sim, os processo de formação da feminilidade e da masculinidade, ou os sujeitos femininos e masculinos.”¹²²

Uma questão importante colocada por este conceito e a idéia de relação, pois os sujeitos masculinos e femininos se produzem em relação um ao outro e na relação que mantém entre si. Segundo Louro, este conceito de “gênero” coloca a masculinidade/feminilidade como uma construção social, portanto histórica e plural, pois diferentes sociedades teriam concepções diferentes de homem e mulher, como também no interior de uma sociedade tais concepções seriam diversificadas, conforme a classe social, a religião, a raça, a idade, etc. Outra questão colocada por este conceito é a da transformação de feminino e masculino no decorrer do tempo. Sem dúvida alguma uma característica riquíssima do conceito de gênero é a negação da existência de uma essência feminina ou masculina (natural, universal ou imutável). No lugar dessa abordagem essencialista considera-se que tanto o feminino, como o masculino, são processos de construção ou formação histórica, lingüística e socialmente determinados.

Assim, o conceito de gênero diz respeito à dimensão socialmente construída do masculino e do feminino, que transformou sexo, fator biológico em gênero, fator social/cultural. A construção desse conceito representa assim um esforço de entender a dinâmica das relações hierárquicas e desiguais de gênero, o seu conteúdo mutável e

¹²¹ LOURO, G. L. 1996. op.cit., p. 15.

¹²² LOURO, G. L. op. cit., p. 7.

conjuntural, que pressupõe mudanças e permanências, desconstrução, reconstrução de práticas, comportamentos, normas, representações e mentalidades.

O conceito de gênero torna-se, assim um referencial às análises e práticas (sociais, políticas e culturais) de homens e mulheres, por considerar que as sutilezas das relações entre estes, influem e repercutem nos estilos de organização e na construção do poder na vida e nos movimentos sociais.¹²³

Nesta perspectiva, as ONGs que trabalham a partir de uma visão de gênero têm estimulado o desenvolvimento de uma visão mais holística do mundo, das relações entre as pessoas, e destas com o contexto social. Têm chamado a atenção para a necessidade de se formular políticas alternativas de desenvolvimento econômico, social e humano, que apontem para a construção de uma sociedade onde a submissão e a exploração não sejam o eixo das relações entre os sexos, as etnias e as classes, e que suscitem qualidade de vida para as crianças, as mulheres e os homens de todo o planeta.

A partir desse conceito as “ONGs de gênero” têm trabalhado intensamente. Um aspecto que chama a atenção neste contexto é o fato de que a questão de gênero tem deixado de ser uma preocupação exclusiva das “ONGs de mulheres”, no sentido de que ONGs que trabalham outras temáticas têm se envolvido/analizado/trabalhado com a questão de gênero. Isto demonstra a riqueza conceitual e a aplicabilidade do termo nos vários campos de atuação humana.

A questão de gênero se estrutura a partir de vários temas/assuntos. O trabalho das ONGs ,que utilizam tal conceito em suas ações, se dão a partir dos seguintes temas

- | | |
|---|---|
| - <i>sexualidade/ conhecimento do corpo</i> | - <i>violência contra a mulher</i> |
| - <i>feminismo</i> | - <i>contracepção e planejamento familiar</i> |
| - <i>cidadania e direitos da mulher</i> | - <i>emprego e renda</i> |
| - <i>gravidez na adolescência</i> | - <i>profissionalização</i> |

Fonte : Marilac e Cordeiro,1995.

¹²³MARILAC L. de , CORDEIRO, R. L. M. Um encontro entre educação popular e gênero no CENAP. In: Tecendo Idéias. Recife:CENAP,1995. p.19-28.

Estes temas demonstram a riqueza e amplitude das ações desenvolvidas pelas ONGs de gênero. Um último aspecto que gostaríamos de ressaltar é que a questão de gênero, ao incorporar as complexas articulações que constroem o masculino e o feminino nas diferentes sociedades, traz para a discussão/análise uma outra questão - a questão do poder, ou melhor, de uma rede complexa de poder que é construída entre o feminino e o masculino. Assim o gênero nos mostra que precisamos pensar o poder também como uma rede complexa. Precisamos pensa-lo muito mais como uma ação que é exercida constantemente entre os sujeitos e que supõe intrinsecamente, formas de resistência e contestação, do que como algo que é possuído apenas por um polo (masculino) e que está ausente no outro (feminino). Assim o gênero coloca que, as diferenças biológicas não sejam utilizadas para a construção de relações de dominação/opressão entre o masculino e o feminino. A questão que se coloca, a partir do gênero é que: se as sociedades são e serão sempre constituídas por sujeitos diferentes (biologicamente), mas que os mesmos busquem ser iguais (a nível político), e mais solidários, através de negociações e, que assim consigam construir relações e sociedades mais justas e menos violentas concreta e simbolicamente. Assim, fazendo a questão de gênero se constituí numa questão de cidadania.

TERCEIRA PARTE: DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA, FORMULAÇÃO DE QUESTÕES E DE CATEGORIAS DE ANÁLISE

3.1 - *Problema de Pesquisa*

As considerações apresentadas anteriormente permitem que se perceba o caráter multifacetado das ONGs. Essa enorme variedade de projetos e ações nos mais variados campos tem gerado inovações que, por sua vez, revelam um universo em constante movimento, um universo que busca constantemente intervir, de forma crítica e criativa, em um universo mais amplo e complexo - a sociedade brasileira.

Um dos aspectos desse universo dinâmico é o processo de construção de uma teia de intercâmbio de informações. Este processo pode ser identificado a partir da década de 1980, quando as ONGs brasileiras alcançam uma visibilidade social em decorrência de sua ampliação e do desenvolvimento de suas ações em forma de redes temáticas. Entre as várias temáticas deste tipo de ação, tem-se as redes de informação. Essas redes diferenciam-se da comunicação de massa desenvolvida por outras instituições, pois têm um caráter de difusão em pequenos grupos, com potencialidade multiplicadora (comunidades organizadas, lideranças locais, sindicais e políticas, universidades, meios de comunicação fora dos grandes centros urbanos etc.). Desta forma, *“as ONG tornaram-se centros de recursos humanos (assessorias, informações, materiais pedagógicos, formação de pessoal, elaboração/implementação de projetos etc.) postos a serviço das associações comunitárias e dos movimentos sociais. Criou-se, desta forma, um circuito não governamental de cooperação, que tem sido capaz de articular iniciativas tomadas nos mais diversos planos da sociedade civil.(...) A multiplicidade de iniciativas encontrou formas “sui generis” de articulação, capazes de conviver, e eventualmente de potencializar, a diversidade e a segmentação institucional. A palavra-chave deste novo processo de articulação foi*

importada do campo da informática - reúnem-se através de "redes", que combinam autonomia de cada ponto do sistemas com um intenso fluxo de informações."¹²⁴

Ao desenvolver suas ações, as ONGs brasileiras têm implementado atividades de contra-informação¹²⁵, pois através de suas atividades acessam, geram e transferem informações que subsidiam o desenvolvimento de atividades de contrapoder. Assim a contra-informação possibilita "decifrar as caixas-pretas da informações oficiais"(IBASE/RJ) criar um "serviço jurídico para crianças e adolescentes dos grupos marginalizados"(CDDH-BR/RJ); "capacitar agricultores em técnicas agropecuárias alternativas, para a produção integrada de alimentos que atendam à subsistência da família e com excedentes comercializáveis" (Cecapas/Recife/PE) ou ainda criar centros de documentação que buscam "tornar acessível a informação para os setores populares", tratando o documento como um "produto social"(CPV/SP). Assim, *desde o início, as ONGs têm visto a informação, o treinamento e a educação para o desenvolvimento, em suas variadas facetas, como algumas de suas principais prioridades para satisfazer uma série de necessidades(...). O tipo de conscientização sobre o desenvolvimento realizado pelas ONGs constitui sua grande contribuição particular ao setor de informação, comunicação e educação para o desenvolvimento, de uma forma que nenhuma outra agência, instituição ou pessoa tem ou poderia ter feito.*"¹²⁶

Como essas organizações trabalham através de projetos temáticos, num primeiro momento, elas implementam a coleta/recepção de informações, num segundo momento, desenvolvem o tratamento dessa informação e, num terceiro momento, implementam a transferência dessa informação aos mais diferentes grupos sociais, através de vários métodos e técnicas Esta descrição sumária das práticas informacionais desenvolvidas pelas ONGs brasileiras leva-nos a fazer a seguinte indagação: *"Como se configuram as relações entre práticas informacionais e práticas de cidadania segundo a percepção"*¹²⁷ de

¹²⁴FERNANDES, R. C.,1994, op. cit., p. 36.

¹²⁵ Este termo - **contra-informação** - está sendo utilizado no sentido dado por Gramsci, ou seja, como práticas de comunicação e militância política que resistem à ordem hegemônica e lutam pela instauração de uma nova hegemonia. A contra-informação constitui, portanto, um processo que visaria a garantir a circulação de informações sobre situações de classe, à margem dos canais convertidos pelo poder constituído e também utilizando espaços que as contradições da burguesia oferecem no seio desses canais.

¹²⁶AGNETA, F. Organizações Não-Governamentais e Cooperação para o Desenvolvimento na Itália (pré-impresso do texto preparado para o Primeiro Encontro Internacional de ONGs e Agências da ONU. Rio de Janeiro, 6 a 9 de agosto de 1991, IBASE).

¹²⁷ **Percepções** : sentimentos, pensamentos e ações que expressam a realidade em que vivem as pessoas, servindo também para justificar e questionar essa mesma realidade.

dirigentes de ONGs brasileiras que tratam de questões relativas ao gênero e aos direitos da mulher ?”

Consideramos que esta indagação possa ser respondida a partir de dois momentos analíticos. Num primeiro momento, analisar-se-á a percepção dos entrevistados sobre os termos informação e cidadania e sobre a relação entre práticas informacionais e práticas de cidadania. Num segundo momento, visando a aprofundar a nossa compreensão sobre tais percepções, serão caracterizadas as práticas informacionais desenvolvidas por esses entrevistados enquanto membros de Organizações Não-Governamentais.

Com essas indagações, objetiva-se ampliar a compreensão sobre a interconexão entre a cidadania e a informação, considerando que neste espaço relacional se dá a construção de práticas informacionais e, conseqüentemente, a atribuição de sentidos e de funções para a informação. Conhecer tais processos possibilita, num nível mais amplo, conhecer a interferência da realidade na geração, no acesso/uso e na transferência da informação, bem como a ação do sujeito do conhecimento em relação a tais práticas. Além dessas possibilidades analíticas, pode-se também ampliar a compreensão sobre a relação informação/cidadania no contexto social brasileiro. Este é o nosso objetivo principal ao desenvolver esse trabalho de pesquisa.

3.2- Questões de pesquisa

O termo “questões de pesquisa” é utilizado como sinônimo de “possível resposta” para a indagação colocada anteriormente. Assim, as questões de pesquisa sinalizam para uma “verdade” preestabelecida, que é intuída a partir de um referencial teórico. A função dessas questões é indicar caminhos, orientando o trabalho de pesquisa. Assim, no contexto da relação Práticas Informacionais Práticas de Cidadania, tem-se que:

- informação e cidadania não se relacionam de forma imediata, ou seja, a implementação de práticas informacionais não leva necessariamente ao desenvolvimento de práticas de cidadania;
- as práticas informacionais configuram-se como recursos às práticas de cidadania a partir de um contexto participativo-comunicacional.¹²⁸

¹²⁸ O termo “contexto participativo-comunicacional” refere-se a um processo dinâmico, estruturado por um diálogo informado, horizontal e equilibrado, no qual os sujeitos comunicantes participam como emissores e receptores ao mesmo tempo e com oportunidades iguais de argumentação.

3.3-Trabalhando com categorias

De uma maneira geral, a palavra categoria, refere-se a um conceito que abrange elementos com características comuns ou que se relacionam entre si. As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Este procedimento é muito utilizado em análises no contexto das pesquisas qualitativas.

Em relação à questão do inter-relacionamento entre práticas informacionais e práticas de cidadania num primeiro momento (antes da coleta de dados) foi estabelecido como *categoria geral* o termo *percepção*, pois o problema da pesquisa estrutura-se em torno dele. Num segundo momento (após a coleta de dados), foram estabelecidos como categorias específicas os seguintes termos: *informação, cidadania, e relação entre práticas informacionais e práticas de cidadania*. Num terceiro momento (análise dos dados), inter-relacionou-se a categoria geral *percepção*, estabelecida antes da coleta dos dados, com as categorias específicas *informação, cidadania e relação entre práticas informacionais e práticas de cidadania*, estabelecidas após a coleta dos dados. Tal inter-relacionamento objetivou identificar as características que estruturam o fenômeno estudado e depois analisar/comparar tais características à luz do referencial teórico adotado. Estas ações permitem compreender o fenômeno estudado tanto em termos de proposições particulares (as percepções de alguns dirigentes de ONGs brasileiras sobre a relação entre práticas informacionais e práticas de cidadania e sobre as práticas informacionais que os mesmos desenvolvem) como em termos de proposições gerais (percepções sobre a relação *informação e cidadania*).

Em relação a outra questão estudada nesta pesquisa - a caracterização das práticas informacionais desenvolvidas pelas ONGs pesquisadas - foram realizadas as mesmas ações, sendo que, neste caso, estabelece-se como *categoria geral* o termo *percepção* e como *categorias específicas* os seguintes termos: *recepção, geração e transferência de informação*.

“O trabalho de pesquisa, assim como a vida, só é possível reinventado.”

(Agradeço à poetisa *Cecília Meireles* por esta “dica”)

QUARTA PARTE: ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Antes de adentrarmos nestes aspectos do trabalho de pesquisa, gostaríamos de tecer alguns comentários sobre os métodos qualitativo e quantitativo e sua interrelação no planejamento/implementação do trabalho de pesquisa. Em uma fase anterior desse trabalho de pesquisa (projeto de pesquisa), colocamos que ele mesmo se estruturaria a partir de uma abordagem metodológica qualitativa, mas tal posicionamento não descartava a conjugação dessa abordagem com aspectos metodológicos quantitativos. O método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo “*emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento das mesmas através de técnicas estatísticas, das mais simples às mais complexas.*”¹²⁹ Assim, o método quantitativo nos possibilita uma certa precisão no tratamento dos dados, o que nos assegura, conseqüentemente, uma certa margem de segurança quanto às inferências. Entretanto, consideramos que a abordagem qualitativa se justifica a partir das semelhanças existentes entre este estudo e as características deste tipo de pesquisa. Assim, este trabalho de pesquisa possui características semelhantes às definidas por Triviños,¹³⁰ como características da pesquisa qualitativa:

- *o ambiente natural é a fonte direta dos dados e o pesquisador constitui-se no principal instrumento de manipulação dos dados;*
- *os dados coletados são predominantemente de ordem descritiva e a indução é o princípio orientador de suas análises;*
- *há primazia do processo sobre os resultados, e o significado constitui-se no principal foco de atenção do pesquisador.*

¹²⁹ RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

¹³⁰ TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Consideramos que a conjugação das abordagens qualitativa e quantitativa nesta pesquisa se justifica a partir do momento em que consideramos a dicotomia entre essas duas abordagens com algo falso. Os aspectos quantitativos são pontos de partida e de apoio para a análise que, por sua vez, buscará, nos aspectos qualitativos, a melhor compreensão dos dados obtidos. Portanto, o que ocorre entre estes dois aspectos é uma relação de complementaridade, que enriquece e amplia a compreensão dos dados analisados. Conforme Glaser e Strauss, *“não há atrito fundamental entre os propósitos e as possibilidades dos métodos qualitativos de pesquisa e os dos métodos quantitativos. O atrito que há é na prioridade dada à geração ou à verificação de uma teoria.(...) Cada uma dessas formas de trabalhar com os dados é útil tanto para a geração de teorias quanto para sua verificação, dependendo da propriedade da pesquisa.”*¹³¹

A metodologia da teoria de base (grounded theory), defendida por Glaser e Strauss, refere-se a um tipo de metodologia que privilegia a descoberta do fato social enquanto descoberta, ou seja, enfatiza que a descoberta é a base inicial, é fundamento da geração de teorias, as quais poderão ser eventualmente testadas. Mas, enquanto teoria de base, estas teorias estão muito mais ligadas à descoberta das relações, dos fatos e dos conceitos do mundo social do que propriamente à verificação (particularmente quantitativa) dessas relações, fatos e conceitos. A metodologia da teoria de base fundamenta-se em três pressupostos básicos:

- a) *os dados qualitativos são mais úteis do que os dados quantitativos na descoberta de variáveis, categorias substantivas e hipóteses, enquanto a pesquisa quantitativa é melhor utilizada para testar teorias;*
- b) *a análise comparativa dos dados auxilia na geração de teorias ao criar categorias conceituais a partir de evidências, depois, a evidência de cada categoria emergente é usada para ilustrar um conceito;*
- c) *centrar-se na verificação e na prova da teoria pode facilmente bloquear a geração de uma teoria mais completa e densa. Por exemplo, uma teoria que apresente uma seqüência mais completa de variáveis.*

¹³¹ GLASER, B. G., STRAUSS, A. The discovery of ground theory: strategies for qualitative research. Chicago: Aldine Publishing, 1967. p. 17-18.

Tratamos, nesta parte do texto, de aspectos relativos à metodologia de pesquisa. Assim, num primeiro momento, justificamos a escolha do objeto de pesquisa e os critérios estabelecidos para a composição do campo de pesquisa. Em um segundo momento, apresentamos as etapas (primeiros contatos, coleta dos dados, organização e análise dos dados) e as técnicas utilizadas em cada uma das etapas citadas anteriormente, que permitiram a implementação da pesquisa.

CAPÍTULO 1 - O CAMPO DE PESQUISA- Delimitação

A escolha das ONGs brasileiras como campo de pesquisa se estruturou a partir dos contatos mantidos com estas organizações através da nossa atuação profissional no Curso de Mestrado em Ciência da Informação, da Universidade Federal da Paraíba. Este Curso tem como área de concentração o tema Informação e Sociedade e como linhas de pesquisa os temas Informação para o Desenvolvimento Regional e Informação e Cidadania. Nessa segunda linha de pesquisa iniciamos, junto com um grupo de pesquisadores do Curso de Mestrado em Ciência da Informação, um estudo sobre o intercâmbio de informações entre os Centros Populares de Documentação e Comunicação da região Nordeste. Estes centros originaram e/ou vinculam-se as ONGs. A partir da pesquisa pudemos perceber que essas organizações desenvolviam um trabalho informacional extremamente dinâmico e importante, no sentido de gerar e transferir informações para grupos sociais populares que, normalmente não utilizam os sistemas “oficiais” de informações (bibliotecas, arquivos etc.). Esta dinâmica informacional surpreendeu-nos. Como profissional da informação, não poderíamos ignorar tal realidade. Assim, após várias discussões com o professor-orientador, decidimos adotar as ONGs brasileiras como objeto de estudo.

Num segundo momento, partimos para a definição das ONGs que iriam compor nosso campo de pesquisa, uma vez que seria inviável, em termos de tempo e de recursos financeiros, pesquisar todas as ONGs brasileiras. Assim, decidimos analisar práticas informacionais desenvolvidas por ONGs brasileiras que trabalhassem com a questão de gênero.

A opção por este tipo de ONG, deu-se a partir de uma posição pessoal, no sentido de que nos interessa a discussão desenvolvida nos estudos de gênero sobre relacionamento/vivência humana e construção social do feminino e do masculino. E também porque, através da questão de gênero, coloca-se toda uma discussão sobre o papel da mulher na atual sociedade.

A partir desse momento, procuramos uma fonte de informação da qual pudéssemos obter dados “oficiais” sobre o número de ONGs brasileiras que trabalhassem com a questão de gênero e dos direitos da mulher. Consideramos que, a partir desses dados nacionais, que representariam o universo, poderíamos criar uma amostra. Adotamos como fonte oficial de informação o cadastro da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais/ABONG, intitulado “ONG - Um perfil: Cadastro das filiadas à ABONG¹³²”, editado em 1996. Neste cadastro constam 225 ONGs filiadas. Entre essas, as 30 que trabalham com a questão de gênero e dos direitos da mulher constituíram o nosso universo de pesquisa. Neste momento, iniciamos a composição de nossa amostra. Para tanto, definimos um pré-requisito inicial: *pesquisaríamos duas ONGs em cada uma das seguintes regiões: Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, o que totalizou seis ONGs (20% do universo de ONGs brasileiras que trabalham com questão de gênero e dos direitos da mulher).*

A partir desse pré-requisito, fizemos um sorteio entre as ONGs de cada região, sendo que tínhamos 10 ONGs na região Nordeste, 17 na região Sudeste e três ONGs na região Centro-Oeste. Foi utilizada a técnica do sorteio para compor uma amostra casual simples. Conforme Vieira e Hoffmann,¹³³ neste tipo de amostra todos os elementos da população têm igual probabilidade de serem selecionados para constituí-la. Assim, as 30 ONGs que trabalham com a questão de gênero e dos direitos da mulher cadastradas na ABONG participaram do sorteio por região, tendo sido escolhidas as seguintes:

- *Região Nordeste* : **Cunhã**; Coletivo Feminista /João Pessoa/PB

Grupo de Mulheres da Ilha/São Luís/ MA

- *Região Sudeste* : **Ecos**/ Estudos em Sexualidade e Comunicação Humana/São Paulo/SP

Cemina/ Centro de Projetos da Mulher/ Rio de Janeiro/RJ

- *Região Centro-Oeste* : **Transas do Corpo**/ Goiânia/GO

CFêmea/Centro Feminista de Estudos e Assessoria/Brasília/DF

¹³² LANDIM, L.; COTRIM, L. ONGs - Um perfil : Cadastro das filiadas à ABONG. São Paulo: ABONG/ISER, 1996. 220 p.

¹³³ VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. Elementos de estatística. São Paulo: Atlas, 1990.p.17-18.

CAPÍTULO 2 - ETAPAS E TÉCNICAS

2.1- Etapa 1 - Primeiros Contatos

Nosso primeiro contato com as ONGs, ocorreu na cidade de João Pessoa - PB, em setembro de 1996. Neste primeiro contato, nos identificamos e apresentamos nossa proposta de pesquisa e após esses esclarecimentos iniciais, verificamos a possibilidade de realização do trabalho junto à ONG visitada. Uma vez obtida a concordância dos dirigentes, marcamos data e horário para a coleta dos dados através de aplicação de questionários, realização de entrevistas semi-estruturadas e a coleta de publicações editadas pela ONG. Esta sistemática de abordagem inicial repetiu-se em todas as outras ONGs pesquisadas.

2.2- Etapa 2 - Coleta dos Dados

Num primeiro momento, utilizamos a técnica do questionário. Fazíamos a aplicação de dois questionários (anexos 3) que objetivavam caracterizar as ONGs e os entrevistados. Os dados levantados em relação às ONGs foram os seguintes: data de fundação, origem, objetivos, atividades, faixa orçamentária, fonte de recursos, beneficiários principais. Em relação ao questionário dos entrevistados, os dados coletados foram os seguintes: escolaridade, área de graduação e de pós-graduação, principais atividades profissionais, identificação partidária, origem da militância política, conjuntura do início da militância, tendência da atividade profissional, função na ONG. Ainda no momento de aplicação do questionário de identificação dos entrevistados, em alguns itens (principais atividades profissionais, origem e conjuntura da militância política, tendência da atividade profissional e função na ONG) ,objetivando uma maior representatividade dos dados coletados, utilizamos a técnica de história oral para caracterizar de maneira mais profunda os

entrevistados. Esta técnica, conforme Haguette, baseia-se no depoimento pessoal e na memória dos entrevistados. “Assim, a história oral é uma técnica de coleta de dados baseada no depoimento oral, gravado, obtido através da interação entre pesquisador e entrevistado, ator social ou testemunha de acontecimentos relevantes para a compreensão do tema em discussão.”¹³⁴

Após a aplicação dos questionários, utilizamos a técnica da entrevista semi-estruturada (anexos 4), na qual indicávamos o tema a ser desenvolvido e deixávamos o entrevistado apresentar suas idéias e percepções de forma livre. Foram entrevistados de um a três membros em cada ONG que atuassem na função de dirigentes. Em algumas ONGs conseguimos entrevistar até três membros (Cunhã, Transas do Corpo e CFêmea). Em outras (Grupo de Mulheres da Ilha, Ecos e Cemina), devido à escassez de tempo e ao acúmulo de trabalho dos dirigentes, conseguimos entrevistar apenas um membro. Decidimos entrevistar os dirigentes pois, devido à função que exercem acumulam uma grande carga de informações sobre a ONG na qual trabalham e sobre as ONGs de forma geral. Foram entrevistados 11 dirigentes, todos do sexo feminino.

Assim, a fase de coleta dos dados baseou-se em três técnicas de pesquisa. A primeira técnica utilizada foi o questionário. Este instrumento, conforme colocado anteriormente, foi utilizado para caracterizar as ONGs participantes da pesquisa e o dirigente entrevistado. A segunda técnica utilizada foi a história oral, na qual os entrevistados relatavam fatos relativos à sua vida profissional e à sua atuação em ONGs. A terceira técnica utilizada foi a entrevista semi-estruturada. As entrevistas eram oportunidades para se estabelecer um contato mais pessoal com os membros das ONGs pesquisadas. Tal tipo de contato foi de fundamental importância para que se obtivesse uma maior compreensão da situação ou da circunstância social em estudo. As entrevistas eram marcadas com antecedência e gravadas. A quarta técnica utilizada foi a coleta de documentos escritos de autoria das organizações pesquisadas. Em sua grande maioria, estes documentos constituíam-se de relatórios de pesquisa, folhetos educativos, panfletos, cartazes, entre outros. através dos quais as ONGs divulgam suas atividades. Esta coleta de documentos teve por objetivo ampliar as fontes de informação sobre as ONGs pesquisadas. Uma vez coletados esses dados, iniciamos sua organização e análise.

¹³⁴ HAGUETTE, M. T. F. Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis: Vozes, 1995.

2.3- Etapa 3 - Organização dos Dados Coletados

A organização dos dados seguiu quatro momentos:

- 1) tabulação dos dados obtidos através dos questionários;
- 2) transcrição das fitas gravadas;
- 3) leitura do material impresso doado pelas ONGs pesquisadas (revistas, manuais, folhetos, jornais, cartazes, etc.);
- 4) organização do material coletado através da divisão entre as seguintes categorias:
 - a) *dados que caracterizavam as ONGs;*
 - b) *dados que caracterizavam os entrevistados;*
 - c) *relatos sobre as práticas informacionais (recepção, geração, transferência de informação)*
 - d) *relatos sobre a relação entre práticas informacionais e práticas de cidadania;*
 - e) *relatos sobre as definições operacionais dos seguintes termos: ONG, ação política, cidadania, informação, gênero e o nome da ONG.*

Esta etapa nos permitiu identificar características e relações nas práticas informacionais desenvolvidas pelas ONGs pesquisadas. O material escrito, os dados dos questionários e as entrevistas foram cuidadosamente transcritos e classificados entre as categorias citadas acima. Todas as anotações foram lidas e relidas. As colocações de cada entrevistado foram comparadas. Vale salientar que as entrevistas foram transcritas em folhas que tinham na parte superior o nome da organização e do dirigente entrevistado, objetivando com isso a identificação das organizações e dos membros entrevistados em suas respectivas funções. Uma vez organizados, iniciamos a análise dos dados.

2.4- Etapa 4 - Análise dos Dados

Consideramos que a análise dos dados procura, de forma ampla, atingir três objetivos: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não as questões de pesquisa e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado. Tendo em vista estes objetivos, iniciamos a análise dos dados.

Num primeiro momento analítico (Capítulo 2 e 3), utilizamos a técnica de associação ou evocação livre. Conforme Sá,¹³⁵ esta técnica consiste, num primeiro momento, em se pedir aos sujeitos entrevistados que, a partir de um ou de vários termos indutores, que podem ser palavras, expressões ou frases, apresentados pelo pesquisador evoquem palavras ou expressões que lhes tenham vindo imediatamente à lembrança. Após este momento, deve-se registrar como significativas a frequência e a ordem em que essas palavras e expressões foram faladas. Esta técnica combina dois critérios metodológicos: um de natureza coletiva, representado pela frequência com que as palavras e expressões são evocadas pelo conjunto dos sujeitos outro de natureza individual, dado pela ordem que cada um confere às palavras e expressões no conjunto de suas próprias evocações. Num terceiro momento as palavras e expressões que se incluíram nas duas categorias (ordem e frequência), ou seja, foram citadas em primeiro e em segundo lugar, e são as mais frequentes, passam a ser consideradas como representativas da percepção dos sujeitos sobre o tema ou termo em questão.

Os termos indutores utilizados para expressar as percepções sobre a relação entre práticas informacionais e práticas de cidadania foram os seguintes: ONG, ação política, cidadania e informação. Em relação às percepções sobre as práticas informacionais foram utilizados os seguintes termos indutores: recepção, geração e transferência de informação.

Num segundo momento analítico (Capítulo 3) inter-relacionamos os conceitos de primeira ordem (categoria geral: percepção) com os de segunda ordem (categorias secundárias: informação, cidadania, relação entre práticas informacionais e práticas de cidadania, recepção, geração e transferência de informação) e o referencial teórico adotado. Através dessa dinâmica pudemos realizar a abstração teórica dos dados empiricamente coletados. Assim, procuramos compreender como essas categorias se constituem e se relacionam e, conseqüentemente, como se dá a produção do fenômeno estudado (práticas informacionais).

¹³⁵ SÁ, C. P. Núcleo central das representações sociais. Petrópolis: Vozes, 1996.

*“Talvez fosse preciso considerar que
nosso conhecimento do mundo é uma
mistura de rigor e poesia, de razão e
lógica, de lógica e mitologia.”*

Michel Maffesoli

**QUINTA PARTE - PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO CONTEXTO
DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS:
Recepção, Geração e Transferência de Informação**

Nesta parte do texto , no primeiro capítulo analisamos o campo de pesquisa: Organizações Não-Governamentais brasileiras selecionadas a partir dos levantamento de características das ONGs e dos dirigentes entrevistados. No segundo capítulo analisamos (a partir das percepções dos entrevistados) como se dá a relação entre práticas informacionais e práticas de cidadania. E no terceiro capítulo caracterizamos as práticas informacionais (recepção, geração e transferência de informação) desenvolvidas no contexto do campo de pesquisa.

CAPÍTULO 1: CAMPO DE PESQUISA - Características Gerais

Concebemos campo de pesquisa como o “*recorte que o pesquisador faz, em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir de concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação.*”¹³⁶ A partir dessa consideração temos como campo empiricamente determinado as Organizações Não-Governamentais brasileiras que trabalham com questões relativas ao gênero e aos direitos da mulher.

Num primeiro momento, caracterizamos, separadamente e através de uma visão histórica, cada uma das ONGs pesquisadas e, num segundo momento, através da reunião dos dados, concebemos um quadro geral de suas características.

1.1- Histórico

CUNHÃ¹³⁷ - COLETIVO FEMINISTA

Esta Organização Não-Governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1990, na cidade de João Pessoa/Paraíba, surgiu de um projeto coletivo de promoção da cidadania das mulheres, tendo como projeto político desenvolver ações que contribuam para a transformação da sociedade através da crítica às relações de gênero. Conforme seus membros, “*o Cunchã foi fundado basicamente por um grupo de mulheres que desenvolviam ações na universidade e em movimentos sociais populares, ou seja, eram professoras e alunas da universidade que desenvolviam trabalhos em comunidades e que sentiram a necessidade de criar um grupo, um grupo de mulheres. Era um grupo variado, pois tinha profissionais do campo da psicologia, da educação e da comunicação. O trabalho começou*

¹³⁶ MINAYO, M.C. de S. O desafio do Conhecimento : pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro : Hucitec/ABRASCO, 1992.

¹³⁷ CUNHÃ :palavra oriunda da língua tupi-guarani, que significa mulher. É também a denominação de uma flor conhecida cientificamente como Clitóri Fairchildiana. Conforme membros do Cunchã este nome foi escolhido devido à sua força indígena.

basicamente no campo da saúde, porque esta era a área temática que mais interessava às profissionais que compunham o grupo inicial. Elas desenvolveram trabalhos em favelas e bairros da periferia de João Pessoa. Este grupo, durante um bom tempo, ficou fazendo assessoria, atendendo à demanda que chegava, não tendo ainda um eixo temático amarrado. Lógico que havia um projeto político, mas as ações eram diversas, atendiam à demanda e também tinha a intenção de fazer vídeos e ainda continuavam atendendo a grupos de mulheres, prestando assessoria nas discussões sobre gênero e saúde da mulher. Aí chegou um momento em que o Cunhã teve de definir, teve de amarrar suas ações em torno de um eixo temático. Mesmo sabendo que o campo de interesse era o da saúde, precisava amarrar mais o eixo de trabalho e pensar melhor nas estratégias de ação, (...) por que as ações estavam muito fragmentadas e até para avaliar seu impacto era preciso centralizar melhor. Foi o que o grupo começou a perceber três anos depois do início dos trabalhos. (...) Hoje nós fazemos planejamento, temos avaliação e um calendário anual de atividades. Hoje, vislumbramos um projeto para um ano, para dois anos e até para três. Dentro deste triênio se desenvolvem vários projetos."

O Cunhã tem, a partir de um perspectiva de gênero, os seguintes eixos temáticos de atuação: saúde e sexualidade. Esta ONG busca, através da mudança de mentalidade, produção de conhecimentos, articulação política e intervenção nas políticas públicas, uma melhoria e/ou uma transformação nas políticas de assistência à mulher. A partir dos eixos citados anteriormente, o Cunhã trabalha com a noção de direitos reprodutivos e direitos sexuais, priorizando termos como contracepção, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e ainda prevenção do câncer de mama e do colo uterino. As informações que apoiam estas ações são obtidas através de levantamentos de dados, pesquisas e estudos da realidade.

Esta ONG tem como estratégia de ação as metodologias de formação e comunicação. Através da metodologia de formação, realiza-se um trabalho educativo-pedagógico. Os métodos utilizados para tal trabalho são oficinas, cursos e seminários. Com ações de comunicação na mídia, o Cunhã procura dar visibilidade às questões de gênero discutindo temas tais como: saúde das mulheres, direitos reprodutivos e sexualidade. Ainda dentro da metodologia, de comunicação o Cunhã trabalha com vídeos, rádios e jornais-murais desenvolvendo práticas educativa e pedagógicas junto a grupos variados.

O Cunhã entende a saúde como *“um direito amplo que prevê qualidade de vida e construção do sentido de cidadania. O exercício contínuo de cuidar da vida, que parte do indivíduo à coletividade, na busca do equilíbrio físico, mental e espiritual em interação com o próprio corpo, prezando pela vivência livre da sexualidade, em harmonia com a sociedade e o meio ambiente. A partir dessa definição de saúde, o Cunhã, com um público diversificado, composto de grupos de mulheres urbanas e rurais, ONGs, estudantes de primeiro, de segundo e de terceiro grau, profissionais de saúde, usuários dos serviços de saúde pública e educadores de meninos e meninas em situação de rua.”*

Entre os serviços desenvolvidos pelo Cunhã, destacam-se :

- **Assessorias** para a realização de oficinas, cursos e treinamentos na área de gênero, saúde e sexualidade da mulher, utilizando metodologia participativa de trabalho em grupo;
- **Atendimento em Saúde Reprodutiva**, através de orientação personalizada sobre saúde, sexualidade, concepção, contracepção, prevenção de gravidez indesejada, DST e AIDS;
- **Documentação**, através de acervo organizado referente a gênero, organização de mulheres, saúde da mulher e temas afins. Este serviço está aberto a toda a comunidade, em horário comercial;
- **Videoteca**, com vários títulos sobre saúde, sexualidade, negritude, movimentos sociais populares, entre outros. Este serviço está à disposição de toda a comunidade para consulta e empréstimo em horário comercial.

O Cunhã mantém todas estas atividades através de recursos oriundos de projetos desenvolvidos em parceria com agências de cooperação internacional e órgãos governamentais brasileiros, principalmente o Ministério da Saúde. A prestação de serviços à comunidade gera também um pequena parcela de recursos. Em termos de recursos financeiros, o Cunhã classifica-se como uma ONG de médio porte, ou seja, uma ONG que tem receita financeira anual entre R\$50.000 e R\$100.000. Em termos de âmbito de atuação, o Cunhã trabalha principalmente em nível municipal e estadual e eventualmente realizando, através de redes temáticas do movimento feminista, ações com abrangência nacional.

Esses dados compõem o quadro a seguir:

QUADRO DE CARACTERÍSTICAS
1 - Nome da ONG: CUNHÃ ; COLETIVO FEMINISTA
2 - Data de fundação: 1990
3 - Localização: João Pessoa / Paraíba
4 - Origem: grupo de mulheres universitárias
5 - Objetivo Geral: contribuir para a transformação da sociedade através da crítica às relações de gênero
6 - Eixo temático: saúde e sexualidade
7 - Estratégias de ação: formação e comunicação
8 - Âmbito de atuação: local, estadual e eventualmente nacional
9 - Faixa orçamentária anual: entre R\$ 50.000 e R\$ 100.000 (ONG de Médio Porte) ¹³⁸
10 - Fontes de recursos: agências não-governamentais internacionais, órgão governamental (Ministério da Saúde) e venda de produtos (vídeos)
11 - Atividades principais: assessorias, atendimento a saúde reprodutiva, centro de documentação e videoteca
12 - Principais beneficiários: grupo de mulheres urbanas e rurais, outras ONGs, estudantes, profissionais de saúde e educadores.

Fonte : Questionário aplicado em 1997.

GRUPO DE MULHERES DA ILHA

O Grupo de Mulheres da Ilha surgiu em 1979 na cidade de São Luís do Maranhão com um grupo de mulheres da Universidade Federal do Maranhão/UFMA que objetivava discutir o papel da mulher no contexto social. No início, o trabalho realizado era de discussão entre essas mulheres, sobre sexualidade, saúde e violência contra a mulher. *“Foi um início totalmente informal, um trabalho para dentro. O Grupo surge como uma tentativa de se discutir o papel da mulher na família, no trabalho, na relação com o homem e com a sociedade como um todo. Nesta época, estavam surgindo grupos deste tipo em todo o país. Este primeiro momento foi muito interno. Não tínhamos nenhum lugar definido,*

¹³⁸ Conforme classificação da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais/ABONG são consideradas ONGs de pequeno porte aquelas que têm faixa orçamentária anual abaixo de R\$ 50.000, de médio porte aquelas que têm faixa orçamentária entre R\$ 50.000 e R\$ 100.000 e de grande porte aquelas que têm faixa orçamentária anual entre R\$ 100.000 e R\$ 200.000.

nenhuma sede. Nos reuníamos à noite, em nossas casas. É claro que tudo isso levou a uma rediscussão de nossas vidas, tanto na esfera pessoal como na sócio-política.”

O Grupo de Mulheres da Ilha é considerado o primeiro grupo feminista a atuar na cidade de São Luís do Maranhão. Nos primeiros anos de sua existência ele trabalhava, através de palestras e discussões em grupos de mulheres. Um marco na atuação pública desse grupo foi a manifestação contra o assassinato de uma mulher, por seu marido, na cidade de São Luís. *“Foi aquela velha história da Ângela Diniz e do Doca Street. Foi igualzinho (...) O assassinato foi na casa dela. Ela era bonitinha, muito jovem, ela achou que poderia dar conta da situação. O marido a matou em sua própria casa e ainda ficou com todos os bens dela. Nós fizemos um júri popular na Biblioteca Pública do Estado, que condenou o marido. Fizemos também passeatas e discursos em praça pública. (...) Esta foi a nossa primeira ação em larga escala, uma ação totalmente pública. Apesar de o grupo nunca ter se definido para atuar preferencialmente no campo da violência contra a mulher, sempre fomos levadas a fazer isso. A partir daí, incorporamos o trabalho contra este tipo de violência. Assim atualmente somos um grupo de mulheres, uma ONG que trabalha questões de saúde/sexualidade da mulher, violência contra a mulher e questões de direitos reprodutivos.”*

Esta ONG, a partir de uma perspectiva de gênero, tem trabalhado com as metodologias de palestras, oficinas, cursos, pesquisas/estudos, seminários, ações de comunicação na grande mídia, especialmente em datas e eventos importantes para as mulheres, e elaboração de vídeos. Exemplos desse trabalho podem ser verificados na fala dos dirigentes da ONG. Assim temos que, *“em 1980, estavam fervilhando ocupações em toda a cidade de São Luís. Aí, fizemos um trabalho junto às mulheres dessas áreas invadidas, discutindo sobre questões de saúde e direitos da mulher e também sobre a importância da organização das mulheres na conquista de seus direitos. (...) Depois, fizemos uma pesquisa(1986/88), em parceria com a universidade, sobre a mortalidade materna no serviço de saúde pública de São Luís/MA. Entre os produtos oriundos dessa pesquisa temos um audiovisual. Uma segunda pesquisa foi sobre o trabalho e o conhecimento das parteiras sobre plantas medicinais. Um dos produtos dessa pesquisa foi a recuperação e a divulgação desse conhecimento através de uma publicação. Entre 1990 e 1995, fizemos um grande projeto, com atuação conjunta em três tipos de grupos de mulheres: parteiras, mulheres rurais e mulheres urbanas. No nível das mulheres rurais, auxiliamos no*

desenvolvimento da “Articulação de Mulheres Rurais”, que atua de forma dinâmica junto aos órgãos governamentais, exigindo direitos. Em relação às parceiras conseguimos fazer com que a prefeitura de São Luís contratasse essas mulheres como auxiliares de saúde. Várias delas estão trabalhando em hospitais da cidade como elementos de apoio aos médicos e mulheres. Foi uma forma de valorizar o conhecimento e a prática dessas mulheres. Em relação às mulheres urbanas, temos trabalhado, principalmente junto aos sindicatos, tentando implantar núcleos de mulheres. Em alguns sindicatos já temos conseguido isso. Nestes dois últimos anos, temos discutido sistematicamente, em parceria com outras ONGs e a Universidade a questão da violência contra a mulher. A Delegacia Especial da Mulher em São Luís/MA é um dos frutos desse trabalho.”

Em termos de apoio financeiro, esta ONG recebe auxílio de agências financiadoras internacionais e da Universidade Federal do Maranhão/UFMA. O Grupo de Mulheres da Ilha classifica-se como uma ONG de pequeno porte, pois sua receita financeira anual está abaixo de R\$ 50.000. Esta ONG objetiva atuar em nível municipal e estadual. Esses dados estão agrupados no quadro abaixo:

QUADRO DE CARACTERÍSTICAS

- 1 - **Nome da ONG:** GRUPO DE MULHERES DA ILHA
- 2 - **Data de fundação:** 1979
- 3 - **Localização:** São Luís / Maranhão
- 4 - **Origem:** Grupo de Mulheres Universitárias
- 5 - **Objetivo geral:** Discutir/Avaliar a situação da mulher na sociedade brasileira e propor novos posicionamentos e práticas
- 6 - **Eixo temático:** saúde e sexualidade, violência contra a mulher e questões de direitos reprodutivos
- 7 - **Estratégias de ação:** formação e comunicação
- 8 - **Âmbito de atuação:** local e estadual
- 9 - **Faixa orçamentária anual:** abaixo de R\$ 50.000 (ONG de pequeno porte)
- 10 - **Fontes de recursos:** agência não governamentais, governamentais internacionais e Universidade Federal do Maranhão
- 11 - **Atividades principais:** assessorias, pesquisas, vídeos e palestras
- 12 - **Principais beneficiários:** grupos de mulheres urbanas e rurais

TRANSAS DO CORPO

Organização Não-Governamental - Transas do Corpo localiza-se em Goiânia/Goiás e foi fundada em 1987. *“O Transas surgiu da decepção de um grupo de profissionais da saúde em relação às instituições governamentais do setor. Vários membros do grupo trabalhavam na Secretaria de Estado da Saúde e estavam decepcionados com as constantes interrupções das políticas públicas neste setor. Num determinado momento ocorreu uma interrupção total dos os programas em desenvolvimento na Secretaria. Depois desse momento, resolvemos criar um espaço onde pudéssemos trabalhar da nossa forma e no nosso ritmo. Aí criamos uma ONG, criamos o Transas do Corpo.”*

Essa ONG tem como objetivo principal promover discussões sobre as questões de gênero no âmbito da educação sexual, dos direitos reprodutivos e da saúde da mulher, visando, com isso, a contribuir para a formação de profissionais nos mais diferentes campos de conhecimento/atuação e formulação de políticas não sexistas. Esta ONG desenvolve suas ações a partir de uma rede de saberes que procura não dissociar o conhecimento técnico/científico das vivências concretas do cotidiano. As ações do grupo buscam sempre contribuir para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, na qual seja possível exercer o direito básico da cidadania. Esta ONG reúne profissionais das seguintes área do conhecimento: psicologia, educação, serviço social, nutrição, saúde pública ,lingüística e comunicação.

O Transas do Corpo atua a partir das seguintes linhas de trabalho:

- **Formação** de novos educadores através de seminários, oficinas e cursos;
- **Articulação**, através de intercâmbio contínuo e sistemático com diversas organizações (governamentais e não-governamentais) que trabalham na área de saúde da mulher. Para tanto, esta ONG faz parte das seguintes redes associativas: Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, Rede Mundial de Direitos Reprodutivos, Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais/ABONG;
- **Produção de conhecimentos**, desenvolvendo pesquisas e estudos exploratórios, elaborando materiais educativos e divulgando a produção do grupo através de seminários, ciclos de debates e outros eventos regionais e nacionais.
- **Comunicação**, mantendo contatos com a grande mídia para divulgação das ações e produzindo materiais informativo-educacionais (jornais, folders, revistas e vídeos);

- *Centro e Estudos e Informação (CEI)*, que o Centro compreende biblioteca, videoteca e hemeroteca, possuindo amplo acervo de livros, periódicos, documentos e outras publicações, além de materiais audiovisuais.

O Transas do Corpo mantém os seguintes serviços:

- *Formação e Orientação*, através de cursos e do desenvolvimento de pesquisas nas áreas de saúde reprodutiva, sexualidade, educação sexual e gênero;
- *Estudos e Informação* : O Centro de Estudos e Informação/CEI dispõe de um acervo com mais de 1.800 documentos distribuídos nas áreas de saúde, psicologia, sociologia, movimento feminista, política, direitos humanos e reprodutivos, educação sexual e metodologias para trabalho com grupos. O CEI está aberto a toda a comunidade em horário comercial;
- *Locação e Venda*: O CEI dispõe de 110 fitas de vídeo e sete conjuntos de slides para locação. Alguns dos temas abordados por estes materiais informativos são o aborto, métodos contraceptivos, relações sexuais, DST/AIDS, educação sexual, movimento feminista. O vídeo “Sexo, Giz e apagador” elaborado pelo Transas do Corpo, está disponível para venda.

Esta ONG se mantém através da realização de cursos, assessorias, locação e venda de fitas de vídeo. Além dessas fontes de renda, conta também com o apoio financeiro de algumas organizações governamentais (Ministério da Saúde) e Não-Governamentais (Fundação MacArthur/USA, Organização Pan-Americana de Saúde/OPAS/ONU, International Women’s Health Coalition/USA, The Found for Women/USA). O Transas do Corpo classifica-se como uma ONG de médio porte, pois tem uma receita financeira anual entre R\$ 50.000 a R\$ 100. 000. Em termos de âmbito de atuação, o Transas do Corpo considera que a sua atuação se dá nível municipal e estadual, mas através das redes do movimento feminista tem uma atuação nacional e internacional.

Esses dados apresentados anteriormente estão agrupados no quadro abaixo:

QUADRO DE CARACTERÍSTICAS

- 1 - **Nome da ONG:** TRANSAS DO CORPO
- 2 - **Data de fundação:** 1987
- 3 - **Localização:** Goiânia / Goiás
- 4 - **Origem:** grupo de mulheres (profissionais da área de saúde)
- 5 - **Objetivo Geral:** promover discussões sobre as questões de gênero no âmbito da educação sexual, dos direitos reprodutivos e da saúde da mulher, visando, com isso, a contribuir para a formação de profissionais nos mais diferentes campos de conhecimento/atuação e formulação de políticas não sexistas.
- 6 - **Eixo temático:** saúde e sexualidade
- 7 - **Estratégias de ação:** formação, articulação, produção de conhecimentos, comunicação, centro de estudos e informação
- 8 - **Âmbito de atuação:** local, estadual e eventualmente nacional e internacional
- 9 - **Faixa orçamentária anual:** entre R\$ 50.000 e 100.000 (ONG de médio porte)
- 10 - **fontes de recursos:** agências não-governamentais internacionais, órgão governamentais (Ministério da Saúde) e venda e locação de produtos (vídeos)
- 11 - **Atividades principais:** cursos, assessorias, pesquisas
- 12 - **Principais beneficiários:** grupos de mulheres e profissionais de saúde

Fonte: Questionário aplicado em 1997.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA - CFÊMEA

Esta ONG foi fundada em 1992 na cidade de Brasília/DF por militantes feministas integrantes do Conselho Nacional de Direitos da Mulher - CNDM. *“Este conselho teve um papel importantíssimo no atendimento das reivindicações da mulheres junto à Assembléia Nacional Constituinte de 1988, pois através dele foi possível catalisar o que havia até aquele momento em termos de reivindicações dos grupos de mulheres e levar tais reivindicações até o Congresso Constituinte. Depois da Constituinte o Conselho entrou em crise, pois o novo ministro resolveu reduzir o CNDM tanto em termos de recursos financeiros, como em termos de recursos humanos. Aí, nós, componentes do CNDM, resolvemos sair em bloco, como forma de protesto contra estas mudanças. As componentes que moravam em Brasília continuaram a atender, de maneira informal, às demandas das organizações de mulheres, em termos de repasse de informações dessas organizações para o*

Congresso e vice-e-versa. Foi aí que nós percebemos que deveríamos aproveitar nossa experiência e nossos contatos com estas organizações para continuar nosso trabalho junto ao Congresso Nacional. Fizemos uns projetos para conseguir financiamento e em 1992, conseguimos apoio da Fundação Ford, que nos possibilitou montar uma boa infra-estrutura e pagar recursos humanos em tempo integral. Este tipo de trabalho exige dedicação exclusiva.”

Estas militantes estavam convencidas de que o movimento feministas deveria ter um interlocutor junto ao Congresso nacional. Com essa perspectiva, o grupo de mulheres criou uma Organização Não-Governamental com o objetivo de dar continuidade ao trabalho desenvolvido durante a Assembléia Nacional Constituinte e também às atividades realizadas anteriormente através do Brasília Mulher, grupo feminista local. De uma maneira geral, o CFêmea tem por objetivo lutar por uma legislação igualitária e pela cidadania plena para mulheres e homens. A partir desse objetivo, o CFêmea desenvolve várias atividades, tais como, assessoria sobre questões de Gênero, apoio às reivindicações do Movimento Feminista, principalmente junto ao Congresso Nacional

“O Trabalho de assessoria parlamentar junto ao Congresso Nacional é feito em dois momentos. Num primeiro momento, nós coletamos as reivindicações do movimento de mulheres em todo o país. Atualmente mantemos contato com aproximadamente 2.000 grupos. E num segundo momento levamos estas reivindicações ao Congresso Nacional, para que os congressistas vejam a possibilidade de transformar estas reivindicações em leis. O contrário também acontece, ou seja, pegamos as questões que estão sendo discutidas no Congresso Nacional, projetos de leis que se relacionam às mulheres, e enviamos para o movimento de mulheres, para que seja avaliado e se façam sugestões objetivando melhorar, tornar mais eficiente esta futura lei. Em vários momentos, nós já promovemos debates e palestras dentro do Congresso Nacional, visando, com isto levar à opinião de especialistas em questões relativas à mulher para dentro do Congresso. Vários deputados e senadores procuram este tipo de auxílio. (...) A gente não vai para dentro do Congresso defender o que a agente acha, o que vem nas nossas cabeças; defendemos as questões consideradas importantes pelo movimento de mulheres. Assim, através do nosso trabalho, este movimento pode interferir nas questões discutidas no Congresso Nacional. Mas, tem um aspecto desse nosso trabalho que é fundamental - a arte da negociação, das estratégias, do convencimento, que algumas pessoas chamam de lobby. Infelizmente, esta palavra adquiriu

para as pessoas entre nós um sentido pejorativo devido à ação de lobistas corruptos e mal intencionados. Nós usamos a palavra lobby no sentido de convencimento, de articulação. Nós trabalhamos em conjunto com o movimento de mulheres. Quanto decidimos que determinada questão ou projeto de lei é importante e, o que é que a gente faz? Nos fazemos presentes em reuniões do Congresso, em discussões, traçamos estratégias de como colocar a questão, qual deputado seria mais favorável a nossa questão. As informações de conteúdo vem do movimento de mulheres em suas diferentes instâncias. Um exemplo dos resultados do nosso trabalho junto ao Congresso pode ser visto em termos de número de projetos de lei que se relacionam à mulher e que foram aprovados. Entre a promulgação da Constituinte de 1988 e o ano de 1991 foi aprovado apenas um projeto sobre este tema. Entre 1992 e 1997, quando começamos o nosso trabalho no Congresso, já foram aprovados 22 projetos de lei sobre este mesmo tema. Isso é muito significativo.”

Entre os principais beneficiários desses serviços estão as organizações de mulheres, os congressistas, estudantes, pesquisadores, outras ONGs brasileiras e estrangeiras. Em termos de recursos financeiros, esta ONG recebe a maior parte deles de agências internacionais de cooperação não-governamentais e, em menor escala, de agências governamentais de cooperação internacional. O CFêmea classifica-se como uma ONG de grande porte, pois seu orçamento anual está entre R\$ 100.000 e R\$200.000. Estes dados estão agrupados no quadro abaixo:

QUADRO DE CARACTERÍSTICAS

- | |
|---|
| <p>1 - Nome da ONG : CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA / CFÊMEA</p> <p>2 - Data de fundação: 1991</p> <p>3 - Localização: Brasília/ Distrito Federal</p> <p>4 - Origem: grupo de mulheres feministas</p> <p>5 - Objetivo geral: lutar por uma legislação igualitária e pela cidadania plena para mulheres e homens</p> <p>6 - Eixo temático: legislação para a mulher brasileira</p> <p>7 - Estratégias de ação: assessoria parlamentar, comunicação, articulação, convencimento (Lobby)</p> <p>8 - Âmbito de atuação: nacional</p> <p>9 - Faixa orçamentária anual: entre R\$ 100.000 e R\$ 200.000 (ONG de grande porte)</p> <p>10 - Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamental e agências governamentais de cooperação internacionais</p> <p>11 - Atividades principais: assessorias, centro de documentação, pesquisas</p> <p>12 - Principais Beneficiários: grupos de mulheres, congressistas, estudantes, pesquisadores, outras ONGs brasileiras e estrangeiras</p> |
|---|

Fonte: Questionários aplicados em 1997.

ESTUDOS E COMUNICAÇÃO EM SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO HUMANA/ ECOS

O ECOS surgiu em 1989 na cidade de São Paulo/SP, de um grupo de profissionais de diferentes áreas que decidiu institucionalizar-se a partir do estímulo da Fundação MacArthur, que iniciava sua atuação em apoio a projetos no Brasil, sobre o do tema sexualidade e direitos reprodutivos. Seus fundadores são oriundos da Fundação Carlos Chagas, da Secretaria Estadual para Crianças e Adolescentes, do UNICEF, de outras ONGs(CEDI, CEDEC) e da PUC/São Paulo.

“Antes da constituição formal do ECOS, todos os seus componentes já tinham um pezinho em ONGs, em trabalhos similares. Em 1989, foi quando a gente se reuniu. Nós fizemos um projeto e enviamos para a Fundação MacArthur/USA. Este projeto tinha três linhas: estudo e pesquisa, capacitação e treinamento e produção de material. Este projeto foi aprovado e nós começamos a trabalhar na gestão da prefeita Luísa Erundina, num programa de saúde da mulher.(...) Atualmente, temos trabalhado principalmente com adolescentes discutindo questões relativas a doenças sexualmente transmissíveis - DST/AIDS.”

O ECOS tem por objetivo geral contribuir para a promoção e a transformação de valores e comportamentos relacionados à sexualidade, saúde e direitos reprodutivos, sempre dentro de uma ótica de combate à moral da exclusão, às discriminações de gênero, idade, classe e raça. Para atingir este objetivo, o ECOS produz materiais didáticos, vídeos e publicações. Esta ONG tem um âmbito de atuação nacional e se classifica como uma ONG de grande porte, em termos de orçamento anual, pois tem uma renda entre R\$ 100.000 e R\$ 200.000. As fontes de recursos são agências internacionais de cooperação não-governamentais. Os principais beneficiários das ações do ECOS são: mulheres, jovens adolescentes, crianças e professores.

Visando a atender seu objetivo principal, o ECOS também desenvolve atividades variadas, tais como: treinamento em temas de sexualidade e relações de gênero para profissionais que lidam com adolescentes; pesquisa/estudos sobre temas relacionados à questão de gênero, saúde e direitos reprodutivos; produção de vídeos sobre relações de gênero.

Como o ECOS se define? *“É uma entidade muito batalhadora, uma ONG na qual a gente tenta tirar da falta de recursos alguma coisa boa, a gente acredita em nós mesmos e na possibilidade de mudança.”*

Como o ECOS trabalha? *“O que diferencia, um pouco, o ECOS é isso; a gente, quando está capacitando ou fazendo uma oficina (...), não coloca a militância política como linha de frente. Então se eu estou trabalhando com a questão de gênero e quero sensibilizar as pessoas, com as quais estou trabalhando, quero que estas pessoas pensem em suas vidas, eu devo por a militância em segundo plano, eu não devo indicar caminhos, as pessoas é que devem descobrir e traçar o caminho da transformação. Essa é um preocupação nossa, que cada um pense seu próprio caminho, cada um elabore suas próprias idéias, escolha o seu caminho de transformação por conta própria, com suas próprias pernas.”* Esses dados apresentados anteriormente estão agrupados no quadro a seguir:

QUADRO DE CARACTERÍSTICAS

- 1 - **Nome da ONG:** ESTUDOS E COMUNICAÇÃO EM SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO HUMANA / ECOS
- 2 - **Data de fundação:** 1989
- 3 - **Localização:** São Paulo / São Paulo
- 4 - **Origem:** grupo de profissionais de diferentes áreas
- 5 - **Objetivo geral:** contribuir para a promoção e a transformação de valores e comportamentos relacionados a sexualidade, saúde e direitos reprodutivos, sempre dentro da ótica de combate à moral da exclusão, às discriminações de gênero, idade, classe e raça
- 6 - **Eixo temático:** saúde, sexualidade, direitos reprodutivos
- 7 - **Estratégias de ação:** formação, comunicação, estudos/produção de conhecimentos
- 8 - **Âmbito de atuação:** nacional
- 9 - **Faixa orçamentária anual:** entre R\$ 100.000 e R\$ 200.00 (ONG de grande porte)
- 10 - **Fontes de recursos:** agências internacionais de cooperação não-governamentais
- 11 - **Atividades principais:** treinamento, cursos, assessorias, pesquisas, palestras, vídeos,
- 12 - **Principais beneficiários:** grupos de mulheres, educadores, adolescentes, outras ONGs brasileiras, profissionais de saúde

CENTRO DE PROJETOS DA MULHER - CEMINA

O CEMINA foi fundado em 1989, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Esta ONG nasceu do trabalho de suas atuais diretoras junto ao movimento feminista brasileiro. Assim, essas diretoras desenvolviam sua militância política junto a este movimento e, ao mesmo tempo, atuavam profissionalmente na área de comunicação, mais especificamente na área de rádio. A reunião da atuação política com a atuação profissional deu-se através da elaboração de um projeto que objetivava trabalhar questões relativas aos direitos e à saúde da mulher através de um programa de rádio. *“O projeto foi elaborado e aprovado por uma agência internacional de cooperação não-governamental. Neste projeto, além da questão do programa de rádio, colocamos também a realização de oficinas de capacitação para o trabalho de comunicação via rádio. Aí o projeto foi aprovado e assim surgiu o CEMINA. Hoje, temos um programa de rádio, que fará sete anos em novembro desse ano. O programa se denomina “Fala Mulher” e é transmitido diariamente das 9:00 hs às 10:00 hs da manhã, pela rádio Guanabara, do Sistema Bandeirantes de Comunicação.”*

O CEMINA tem por objetivos realizar projetos de incentivo ao desenvolvimento do movimento de mulheres, veicular as idéias que o norteiam, difundir suas atividades e ampliar o seu público atingido. As atividades principais desenvolvidas por esta ONG são as seguintes: apoio ao movimento feminista através do rádio e o desenvolvimento de oficinas de capacitação para o trabalho de radiodifusão. Como principal beneficiário de suas atividades, o CEMINA tem as mulheres.

Além do programa de rádio e das oficinas, o CEMINA elabora, através de cassetes, programas radiofônicos especiais. Estes programas constituem-se numa série de temas educativos tais como direitos e saúde da mulher, cidadania, mulher e meio ambiente, a Conferência de Beijing, reciclagem do lixo, mulher e trabalho, sabedoria popular das mulheres, solidariedade e AIDS, direitos reprodutivos, prostituição, amamentação, reflexões sobre parto e nascimento, entre outros. Esta atividade é feita em convênio com outras ONGs (IDAC, CACES, COMULHER, REDE MULHER) e os cassetes são distribuídos para 50 emissoras de rádio em nível nacional.

Em termos de faixa orçamentária, o CEMINA se classifica como uma ONG de grande porte, pois seu orçamento anual situa-se entre R\$ 100.000 e R\$ 200.000. A principal fonte de financiamento são agências internacionais de cooperação não-governamental. Esta ONG considera que seu âmbito de atuação é nacional e, às vezes, internacional, quando participa de redes de articulação neste nível.

Conforme uma de suas dirigentes, o CEMINA se define como “*uma ONG que tem uma proposta de trabalho para e com as mulheres. E esta proposta objetiva a transformação das relações injustas entre homens e mulheres e dessas na sociedade.*” Assim o CEMINA se vê como uma organização que busca o crescimento político, cultural, profissional e social das mulheres. Esses dados estão agrupados no quadro a seguir:

QUADRO DE CARACTERÍSTICAS

- | |
|--|
| <p>1 - Nome da ONG: CENTRO DE PROJETOS DA MULHER - CEMINA</p> <p>2 - Data de fundação: 1989</p> <p>3 - Localização: Rio de Janeiro / Rio de Janeiro</p> <p>4 - Origem: grupo de mulheres feministas</p> <p>5 - Objetivos gerais: realizar projetos de incentivo ao desenvolvimento do movimento de mulheres, veicular idéias que o norteiam, difundir suas atividades e ampliar o público atingido até agora</p> <p>6 - Eixo temático: mulher e comunicação</p> <p>7 - Estratégias de ação: radiodifusão, articulação, assessoria</p> <p>8 - Âmbito de atuação: local , estadual e nacional</p> <p>9 - Faixa orçamentária anual: entre R\$ 100.000 e R\$ 200.000 (ONG de grande porte)</p> <p>10 - Fontes de recursos: agências internacionais de cooperação não-governamentais</p> <p>11 - Atividades principais: planejamento/implementação de programas de rádio e de oficinas sobre radiodifusão</p> <p>12 - Principais beneficiários: grupos de mulheres</p> |
|--|

Fonte: Questionário aplicado em 1997.

1.2 - Perfil das ONGs

A partir da reunião dos dados que caracterizam as ONGs pesquisadas, foi possível estabelecer um perfil para elas.

Assim temos o seguinte quadro geral:

QUADRO GERAL DAS CARACTERÍSTICAS DAS ONGs						
ONGs	CUNHÃ	G. M. I. ¹³⁹	T. C. ¹⁴⁰	CFÊMEA	ECOS	CEMINA
Dados						
1 - Data de Fundação	1990	1979	1987	1991	1989	1989
2- Localização:	João Pessoa/ PB	São Luís/MA	Goiânia/GO	Brasília/DF	São Paulo/SP	Rio de Janeiro/RJ
3 - Origem:	mulheres universitárias	mulheres universitárias	mulheres profissionais da área de saúde	mulheres feministas	grupo de profissionais de diferentes áreas	mulheres feministas
4 - Objetivos Gerais:	transformar a sociedade através da crítica às relações de gênero	discutir/propor a igualdade entre mulheres e homens	discutir/propor novas relações de gênero	lutar por legislação para as questões que envolvem as mulheres	transformar valores e comportamentos relativos à saúde, sexualidade e direito reprodutivo	desenvolver o movimento de mulheres
5 - Eixo Temático:	saúde e sexualidade	saúde, sexualidade, violência contra a mulher dir. reprodutivos	saúde e sexualidade	legislação para a mulher	saúde, sexualidade, dir. reprod. ¹⁴¹ -cação	mulher e comunicação
6 - Estratégias de ação:	formação e comunicação centro de doc.	Formação e comunicação	formação, articulação, pesquisas, comunicação, articulação, convencimento	assessoria	formação, comunicação, pesquisa	formação, comunicação, articulação centro de documentação
7 - Âmbito de atuação:	local estadual e nacional	local e estadual	local, estadual, nacional, internacional	nacional	nacional	local, estadual e nacional
8 - Faixa orç. anual:	Médio Porte	Pequeno Porte	Médio Porte	Grande Porte	Grande Porte	Grande Porte
9 - Fontes de recurso (s):	ANGI ¹⁴² , VG ¹⁴³ e venda de produtos	ANGI e univ. federal	ANGI, OG e venda de produtos	ANGI, AG e AGCI ¹⁴⁴	ANGI	ANGI
10-Atividades princ.:	assessoria, atend. saúde reprodutiva, centro de doc.	assessoria, pesquisa, vídeos, palestras	curso, assessoria palestras	assessoria, centro de doc. pesquisas	trein. curso, asses. pesquisa palestra, vídeos	programa de rádio, oficinas de radiodifusão
11 - Principais Benefic.:	grupos de mulheres urbanas e rurais, outras ONGs, estudantes, profissionais de saúde, educadores	grupos de mulheres e profissionais de saúde	grupos de mulheres, congressistas, estudantes, pesquisadores, outras ONGs (nacionais e internacionais)	grupos de mulheres, congressistas, estudantes, pesquisadores, outras ONGs, profissionais de saúde	grupos de mulheres, educadores, adolescentes, outras ONGs, profissionais de saúde	grupos de mulheres, outras ONGs

Fonte: Questionários aplicados em 1997.

¹³⁹ G. M. I. : Grupo de Mulheres da Ilha

¹⁴⁰ T. C. : Transas do Corpo

¹⁴¹ Dir. Reprod. : Direitos reprodutivos

¹⁴² ANGI : Agência Não-Governamental Internacional

¹⁴³ OG : Organização Governamental

¹⁴⁴ AGCI : Agência Governamental de Cooperação Internacional

O primeiro dado do quadro geral de características das ONGs pesquisadas é o da data de fundação. Assim, uma ONG (Grupo de Mulheres da Ilha) foi criada na década de 70, três (Transas do Corpo, Ecos, Cemina) foram criadas na década de 80 e duas (CFêmea, Cunhã) na de 90. Que significado podem ter tais datas? Conforme Fernandes,¹⁴⁵ embora a conjuntura de origem das ONGs remonte ao período autoritário da ditadura militar, o contexto mais favorável para a expansão dessas organizações se deu durante o processo de redemocratização, ao longo da década de 80, e teve continuidade na década de 90. Estas décadas coincidem com a emergência de novas formas de associativismo, dos novos movimentos sociais, da expansão da cooperação internacional para a América Latina, o fortalecimento de setores da Igreja católica identificados com a Teologia da Libertação, de uma maior liberdade de imprensa e de reunião, da retomada das disputas pelas direções sindicais por eleições livres, enfim, de um quadro que estimulava a ação política pública e democrática, ação esta que ao mesmo tempo reivindicava democratização da vida pública e também melhoria da qualidade de vida do cidadão. Assim, as datas de fundação das ONGs pesquisadas seguem uma tendência nacional, o que significa que as mesmas são representativas desse universo.

Os dados sobre os objetivos das ONGs pesquisadas podem ser reunidos em dois grupos que evidenciam estilos de ação diferentes. Num primeiro grupo, temos aqueles objetivos que pretendem uma ação direta e imediata sobre a realidade social:

- a) desenvolver ações que contribuam para a transformação da sociedade através da crítica às relações de gênero;*
- b) lutar por uma legislação igualitária e pela cidadania plena para homens e mulheres;*
- c) transformar valores e comportamentos relacionados a sexualidade, saúde e direitos reprodutivos sob a ótica de gênero;*
- d) propor uma discussão política relativa à questão da saúde e sua inter-relação com o meio ambiente.*

Num segundo grupo, temos os objetivos que pretendem uma ação de natureza reflexiva, ou seja, através da discussão e da análise dos temas pretende-se obter a transformação social:

¹⁴⁵ FERNANDES, R. C. Sem fins lucrativos. In: LANDIM, L. (Org.). Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil. Rio de Janeiro : ISER, 1988.

- a) *discutir sobre o papel da mulher no contexto social, a partir de uma visão feminista;*
- b) *discutir a questão de gênero no âmbito da educação sexual, dos direitos reprodutivos e da saúde da mulher.*

As ONGs pesquisadas pretendem, com algumas pequenas diferenças, atingir o mesmo objetivo: transformar as relações sociais entre homens e mulheres. Entretanto tal objetivo, pode ser atingido de duas formas diferentes: através da ação direta na realidade, propondo mudanças, e através da promoção de discussões e análises sobre as relações entre homens e mulheres.

As ONGs pesquisadas trabalham com vários temas. Os temas mais citados foram os seguintes:

- *gênero*
- *sexualidade/conhecimento do corpo*
- *feminismo/movimento de mulheres*
- *cidadania, direitos da mulher/Legislação para a mulher*
- *violência contra a mulher*
- *direitos reprodutivos*
- *mulher e comunicação*

Por esses dados, pode-se ver que os temas das ações das ONGs pesquisadas desenvolvem-se em torno do eixo Saúde, Cidadania e Mulher. A base teórica de tal eixo temático são os estudos sobre o feminismo e a questão de gênero. Outro dado importante é a ênfase na questão da violência contra a mulher. Todas as ONGs, direta ou indiretamente, trabalham com este tema, mesmo que seu objetivo principal não se relacione de forma direta a esta questão.

Nos dados coletados sobre as estratégias de ação, temos dois destaques: formação e comunicação. Estes termos representam uma série de atividades tais como: cursos, palestras, oficinas, treinamento, dramatizações, grupos de estudo, trocas de experiências, atendimento jurídico e psicossocial, publicação de periódicos, publicação de artigos na grande mídia, realização de vídeos e documentários, produção de material didático e informativo, campanhas de esclarecimento e sensibilização pública. A atividade de

pesquisa também é citada pelas ONGs pesquisadas, pois é através dela que se dá a geração de novas informações e conhecimentos, partindo do ponto de vista dessas ONGs. Os termos articulação e convencimento representam a ação de argumentar, de fazer pressão política e de se fazer presente junto as instâncias decisórias, principalmente no Congresso Nacional, no Ministério da Saúde e nas Secretárias Estaduais de Saúde. Tal presença se dá através da formulação de propostas alternativas e da fiscalização das políticas públicas. Um dado interessante sobre o item estratégias de ação é o centro de documentação. Tal sistema de informações é considerado como um instrumento que possibilita a ação. O termo “assessoria” é muito utilizado neste contexto com o significado de levantamento dos problemas vivenciados pelos grupos sociais (diagnóstico) e, a partir do daí, desenvolvem-se várias metodologias para a solução desses problemas.

As atividades desenvolvidas pelas ONGs pesquisadas atingem diferentes âmbitos. Esses dados revelam que essas ONGs têm uma participação política muito forte em nível local (município) e que através de inúmeras redes temáticas (*Associação Brasileira de ONGs/ABONG, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua/MNMMR, Rede Nacional Feminista de Direitos Reprodutivos, Rede entre Mujeres, Articulação e Mulheres Brasileiras para População e Meio Ambiente, Rede pela Humanização do Nascimento/REHUNA, Women Environment and Development Organization/WEDO*) das quais participam. O nível de atuação se dá também a atuação a nível nacional e até internacional. Os dados revelam que as ONGs pesquisadas estão deixando de ter um caráter apenas local, para buscar no binômio intercâmbio/articulação uma forma renovada de agir e de compartilhar experiências/soluções. Como coloca Landim¹⁴⁶, as ONGs “*estão buscando visibilidade e projeção regional ou nacional e mesmo internacional, sem deixar de atuar em âmbito localizado*”. As ONGs pesquisadas têm um lema que evidencia tal forma de ação: “pensar globalmente e agir localmente”. Um aspecto a ser salientado é *papel desempenhado pelas redes de comunicação eletrônica no desenvolvimento desse movimento de integração/expansão/ação conjunta das ONGs pesquisadas*. Temos que, na amostra que compõe esta pesquisa, 85% das ONGs já estão conectadas a alguma dessas redes, sendo que as mais utilizadas são a ALTERNEX e a INTERNET.

¹⁴⁶ LANDIM, L. (Org.)1988 op. cit.

Em relação à faixa orçamentária anual, duas das ONGs pesquisadas é de médio porte (Cunhã e Transas do Corpo) uma é de pequeno porte (Grupo de Mulheres da Ilha) e três podem ser classificadas de como ONGs de grande porte (CFêmea, Ecos, Cemina).

Conforme os dados sobre as fontes de recursos é muito significativa a presença de agências não-governamentais e governamentais de cooperação internacional. Os recursos angariados dessas agências originam-se principalmente nos Estados Unidos da América, através da Fundação MacArthur que, desde o final da década de 80, tem financiado as ações de ONGs que trabalhem com temas relacionados a saúde da mulher, direitos reprodutivos, e questão de gênero. Em segundo lugar, como fonte de recursos financeiros surge a venda de serviços e produtos. Em terceiro lugar, de forma muito reduzida, temos os recursos oriundos de agências governamentais nacionais. Apesar dessa presença tímida, as relações entre ONGs brasileiras e essas agências (representadas em grande parte por órgãos do governo federal) já começa a ser significativo. Os dados nacionais obtidos por Fernandes e Carneiro,¹⁴⁷ mostram que 43% das ONGs brasileiras já tiveram alguma tipo de contato com esses órgãos, sendo que 88% avaliaram como tendo sido uma experiência positiva. A parceria com o Estado é uma situação de conflito para as ONGs brasileiras pois, entre outros motivos, existe a possibilidade de cooptações, mistura de papéis, falta de diálogo entre as duas partes, afinal, são aproximações que se efetivam tendo por base um passado de muito enfrentamento, pois sabemos que o Estado no Brasil sempre procurou controlar a inserção no espaço público dos “atores” políticos emergentes, como forma de garantir o controle total de tal espaço. Este tipo de cuidado com a tradição de um Estado controlador, cooptador e autoritário aponta como o caminho mais provável a ser seguido, que é o da aproximação gradual e pontual, como aliás tem sido feito pelas ONGs pesquisadas, que, têm realizado parcerias com o Estado através do Ministério e das Secretarias Estaduais da Saúde.

Ainda neste item - fontes de recursos - ocorre um desdobramento, pois várias ações são desenvolvidas a partir de “parcerias”. Conforme Fernandes e Carneiro¹⁴⁸, a expressão “parceria” foi introduzida recentemente (década de 80) no vocabulário das ONGs. Desde então, tornou-se comum qualificar com essa expressão toda e qualquer ação planejada, realizada e avaliada em conjunto, buscando objetivos comuns e que não envolve

¹⁴⁷ FERNANDES, R. C.; CARNEIRO, L., P. ONGs nos Anos 90; A Opinião dos Dirigentes Brasileiros. Rio de Janeiro: ISER, 1991.

¹⁴⁸ FERNANDES, R. C.; CARNEIRO, L., P. op. cit.

a obtenção de recursos financeiros. Assim, designam como parceria uma grande parte do trabalho que desenvolvem, tais como: cursos, seminários, produção de material didático e de vídeos, promoção de eventos e outros. Observando os parceiros das diferentes ONGs pesquisadas (universidade, movimentos sociais populares, parlamentares, sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, órgãos governamentais, outras ONGs), notamos que são praticamente os mesmos. Isso pode ser positivo no sentido de que essas permanências vão solidificando a relação, ampliando o conhecimento mútuo, construindo e acumulando alguns consensos e partilhando as questões colocadas pela realidade na qual se inserem. Mas, por outro lado , tal permanência pode ser negativa no sentido de poder estar indicando a dificuldade de ampliação de interlocutores/parceiros.

Esses dados no revelam uma situação de ambigüidade, pois mostram ao mesmo tempo a permanência e a renovação. Assim, de um lado temos os tradicionais parceiros das ONGs, que são universidade, movimentos sociais populares, sindicatos e outras ONGs; e, de outro, temos novos parceiros surgindo , tais como parlamentares e órgãos governamentais. Em relação aos parlamentares, a parceria se dá através de articulações e de pressão política para a aprovação de leis que se relacionem diretamente com os sujeitos sociais com os quais as ONGs pesquisadas trabalham.

As atividades desenvolvidas pelas ONGs pesquisadas beneficiam um público variado, Assim temos: mulheres do meio rural e urbano, parteiras, profissionais de saúde. parlamentares, órgãos dos governos municipal estadual federal, educadores de rua, sindicatos de trabalhadores, outras ONGs, professores (principalmente de 1º. e 2º graus), estudantes de 1º, 2º graus, adolescentes, público em geral. Esses dados revelam um detalhe importante: apesar de essas ONGs se caracterizarem como “ONGs que tratam de assuntos de mulher” ou ainda como “ONGs feministas”, elas extrapolam esse público mais imediato e trabalham com uma variedade muito grande de pessoas e em diferentes campos sociais.

Concluindo este item de caracterização das ONGs pesquisadas podemos colocar que as mesmas são organizações formais (têm um alto grau de permanência e estruturação organizacional), sem fins lucrativos para seu organizadores; privadas; porém com fins públicos; autogovernadas através de procedimentos e diretrizes internos próprios com participação voluntária de seus dirigentes. Em termos das origens, essas organizações mantêm o padrão nacional de se ligar originalmente a um dos três campos tradicionais: universidade, partidos políticos de esquerda e, devido à temática geral - direitos da mulher -

que orientam suas ações ligam-se intimamente ao movimento feminista. São em geral órgãos de assessoria, ou seja, produzem ações no contexto de grupos/organizações sociais e a partir dessas ações produzem material/informação abundante sobre tais grupos/organizações da sociedade. Dentro desse contexto, as ONGs dedicam uma atenção especial às políticas sociais do Estado e aos movimentos sociais. Essas organizações direcionam, implícita ou explicitamente, suas ações para as classes populares e para a constituição/fortalecimento da sociedade civil organizada e/ou para a organização de grupos de interesse que possam vir a gerar grupos autônomos e organizados de reivindicação sócio-econômica e política, constituindo-se em um pólo de críticas e sugestões às ações estatais, principalmente no campo das políticas sociais, geralmente aliam-se alto grau de profissionalismo com práticas alternativas.

Em termos de matriz ideológica que oriente suas ações, as ONGs pesquisadas caracterizam-se por um binômio que denominaríamos de feminista e articulista. Tal binômio significa que essas organizações têm como base teórica de suas ações posições feministas (a construção da sociedade não deve ser feita através da submissão e da exploração do sexo feminino) e posições articulistas (a expansão da democracia dar-se-á a partir da organização da sociedade civil, que poderá ocorrer nas múltiplas esferas do social - comunitária, de gênero, étnica, de ética, etc.). Esta posição considera que uma metodologia para implementar tal expansão é a da ação em rede, ou seja, que a articulação é algo que se constrói enquanto complementaridade de ideais e experiências dos atores das ONGs e dos setores populares.

Uma característica importante das ONGs pesquisadas é a questão de gênero. Todas as organizações pesquisadas se definem como ONGs que tratam da questão de gênero., ou seja, essas ONGs, às vezes classificadas como ONGs de mulheres, não focalizam apenas as mulheres como objeto de estudo e de atividades. Essas organizações partem do princípio de que se faz necessário discutir e analisar os processos de formação da feminilidade e da masculinidade, ou seja, da constituição de homens e mulheres que se dá através de processos sócio-históricos. Essa visão possibilita a ampliação dos beneficiários das “ONGs de mulheres”. Assim, além das mulheres, surgem outros usuários, tais como adolescentes, profissionais da área da saúde, professores e, dentro desses grupos os homens já se fazem presentes. Isso significa uma importante ampliação do raio de ação dessas ONGs, pois engloba outros atores que ao se reunirem na ação de discutir e analisar tal questão poderão estar construindo e renovando a face da sociedade.

1.3 - Perfil dos dirigentes

Um elemento importante na caracterização do campo de pesquisa deste estudo é a constituição do perfil dos sujeitos sociais que nele atuam, ou seja, as pessoas que dirigem as ONGs. Os dados apresentados a seguir nos indicam uma série de afinidades e convergências sobre os dirigentes, o que acaba por possibilitar a elaboração desse perfil. Vale salientar que optamos por entrevistar os dirigentes das ONGs devido ao grande volume de informações que estes sujeitos normalmente acumulam na função que exercem. Inicialmente decidimos por entrevistar três dirigentes em cada ONG selecionada para participar da pesquisa. Entretanto, devido à grande carga de trabalho desses sujeitos e à conseqüente escassez de tempo para a aplicação do questionário e a realização da entrevista esta meta não foi atingida em todas as organizações. Assim, entrevistamos três dirigentes em três ONGs (Cunhã, Transas do Corpo e CFêmea) e um dirigente nas outras ONGs (Grupo de Mulheres da Ilha, Ecos, Cemina), o que totalizou 11 dirigentes, do sexo feminino.

Um dado inicial coletado foi o grau de escolaridade, o que nos revelou uma similaridade entre as ONGs pesquisadas em diferentes regiões do país: todos os sujeitos entrevistados têm nível superior(100%), sendo que 36% dos entrevistados estão realizando cursos de pós-graduação (nível de mestrado) e 64% não realizaram ainda uma pós-graduação, mas pretendem fazê-lo. Se considerarmos que o percentual de universitários existentes no país é de aproximadamente 1% da população¹⁴⁹, veremos que a escolaridade dos dirigentes é bastante elevada. Podemos ainda comparar esses dados sobre escolaridade dos dirigentes das ONGs pesquisadas com dados nacionais. Conforme Fernandes e Carneiro¹⁵⁰ o percentual de dirigentes de ONGs com diploma universitário chega a 87% no Brasil, dentre os quais 39% possuem um título de pós-graduação.

As áreas de concentração dos cursos de graduação realizados pelos entrevistados evidenciam outra similaridade: a maior parte dos entrevistados (73%) se origina de cursos da área de humanas (psicologia, comunicação, biblioteconomia, sociologia, direito). Apenas 27% dos dirigentes entrevistados são da área das ciências agrárias (agronomia) e ciências da saúde (nutrição). Esse dado também é confirmado em nível

¹⁴⁹ Publicado na reportagem da *Folha de São Paulo* intitulada "Governo quer liberalizar ensino superior, no dia 31 de agosto de 1997 - Caderno 3: Cotidiano.

¹⁵⁰ FERNANDES, R. C.; CARNEIRO, L. P. 1991. op. cit.

nacional, pela pesquisa de Fernandes e Carneiro¹⁵¹, segundo a qual mais da metade dos dirigentes pesquisados são formados em nível de graduação, na área de humanidade.

A formação em nível de pós-graduação segue o mesmo perfil da graduação. Assim, temos a área de humanidades como a mais procurada pelos dirigentes das ONGs, sendo seguida pela área de ciências da saúde e biologia. O elevado nível de escolaridade é justificado pelos dirigentes como um item importante para o desenvolvimento do trabalho a que se propõem, pois através do conhecimento obtido no contexto universitário eles se sentem mais informados sobre a realidade brasileira, detêm técnicas específicas para atuarem junto a diferentes grupos e se sentem preparados para desenvolver pesquisas e estudos de cunho científico.

A relação dos dirigentes das ONGs com os partidos políticos é, sem dúvida, um dado da maior importância para a constituição de um perfil dos mesmos. Este item também revela similaridades. No campo pesquisado 90% dos entrevistados têm alguma identificação partidária (como simpatizante ou como membro filiado). Essa identificação partidária, em sua grande maioria (80%), é pelo Partido dos Trabalhadores/PT, sendo que 10% é pelo Partido Popular Socialista/PPS e 10% se classificou como apartidário. Os dados nacionais obtidos por Fernandes e Carneiro¹⁵², também seguem esta mesma tendência, ou seja, 78% dos dirigentes entrevistados por esta pesquisa têm identificação partidária e destes 89% expressaram sua preferência pelo Partido dos Trabalhadores/PT.

Outro dado coletado foi o a origem da militância política dos dirigentes das ONGs. Novamente temos um dado que confirma a similaridade das histórias de vida desses sujeitos sociais. Assim temos que 70% desses sujeitos consideram que sua militância política iniciou-se no movimento estudantil e no movimento feminista. Tal fato parece indicar que esses movimentos se constituem em importantes campos de socialização política dos indivíduos; 20% consideram que tal militância se deu no âmbito da Igreja católica, via Pastorais. Vale salientar que tais pastorais relacionam-se diretamente com a ala esquerdista da Igreja católica; 10% consideram que tal fato teria se dado no contexto dos sindicatos, dos movimentos sociais populares e em grupos de teatro popular.

A conjuntura do início da militância política também foi um dado coletado. A metade (50%) dos entrevistados iniciou sua militância na década de 80; 30% dos

¹⁵¹ FERNANDES R. C. ; CARNEIRO, L. P. 1991. op. cit.

¹⁵² FERNANDES, R. C.; CARNEIRO, L. P. 1991, op. cit. p. 42

entrevistados teriam iniciado tal militância na década de 70 e apenas 20% teria iniciado tal ação na década de 60. Aqui temos uma diferenciação significativa dos sujeitos sociais componentes do campo de pesquisa; os sujeitos sociais que iniciaram sua militância política na década de 80 passaram por uma experiência política de crise e renovação ao mesmo tempo, ou seja, neste momento o país enfrentava uma profunda crise econômica e uma forte crise nos modelos defendidos pelos setores de esquerda. Entretanto, ocorria uma renovação em termos de reorganização da sociedade civil brasileira, em que brotavam experiências com novas formas associativas (inclusive as próprias ONGs). Conforme Fernandes e Carneiro¹⁵³, os dirigentes de ONGs forjados nesse momento de lutas pela reconstrução da sociedade civil passaram a buscar e a exercitar um estilo diferenciado de ação política, no qual algumas resistências (não parceria com órgãos estatais), e algumas alianças fundamentais (principalmente com partidos de esquerda) já não faziam sentido. Assim, surgem múltiplas alianças, novos estilos e interlocuções, novas exigências de formação profissional. Nas ONGs entrevistadas para esta pesquisa temos um dado a mais que é o feminismo. Em relação a este movimento, os dirigentes que tiveram a década de 80 como início de sua militância política acrescentaram ao discurso/prática uma nova categoria - gênero. Esta categoria se caracteriza como uma nova posição do movimento feminista diante das relações entre mulheres e homens. Alguns relatos coletados evidenciam tal situação:

“O gênero é uma nova área de trabalho que está se construindo. É um discurso novo.”

“Eu ainda estou entendendo, aprendendo, porque antes de trabalhar aqui eu não pensava nisso”.

“Essa palavra surgiu no final da década de 80 e agora na década de 90 só se fala em gênero.”

“Eu acho que é o novo. É o que tem de novo no mundo. A relação homem/mulher é muito antiga, mas não se discutia tal relação como algo construído socialmente; o gênero é isso, é dar visibilidade ao que significa ser homem e ser mulher na atual sociedade. Isso é muito novo em termos de civilização.”

¹⁵³ Idem. Ibidem.

Tal categoria modifica o discurso/prática desses dirigentes, pois possibilita uma revisão e uma ampliação em suas posições teóricas e ações desenvolvidas.

Os dirigentes de ONGs pesquisadas que iniciaram sua militância política nas décadas de 60 e 70 (30% dos entrevistados) enfrentaram outro contexto sócio-político. Nesse momento, o país vivia um conjuntura política de ditadura militar. Alguns desses dirigentes atuaram em movimentos e organizações que agiram na ilegalidade. Alguns relatos evidenciam tal situação:

“Tive participação no movimento estudantil, apesar de que quando eu era estudante era a época da ditadura, o movimento estudantil estava muito vigiado. Então, você tinha pouca oportunidade de ter uma militância política mais ativa.”

“Quando eu era estudante secundarista eu participei de um movimento de alfabetização do Prof. Paulo Freire, na década de 60. Foi muito bom. Mas era muito difícil, pois com o tempo sofremos uma forte repressão por parte do governo militar.”

*“Em 1975 foi o ano internacional da mulher e ocorreu na cidade do México uma conferência internacional sobre esse tema. Nesse mesmo ano, no Brasil, devido a esta conferência, houve uma movimentação das mulheres, no sentido de lutar pelos seus direitos. Essas mulheres, em sua grande maioria, atuavam em partidos políticos de esquerda, que eram clandestinos. Eu participava dessa movimentação através do **Jornal Brasil Mulher**. (...) Na verdade, nós usávamos a fachada do jornal para lutarmos pelos direitos das mulheres, pela anistia, pela legalização dos partidos de esquerda e contra a ditadura militar. Era uma época de muita repressão política. E era também uma época de muita luta, de muita militância política.”*

Outro dado coletado foi a tendência profissional desses dirigentes. Conforme os dados, 100% dos dirigentes entrevistados pretendem manter-se nas ONGs, sendo que apenas 30% pretendem se manter na ONG e , ao mesmo tempo, seguir a docência universitária ou desenvolver atividades de consultoria junto a organizações populares, governamentais e empresas privadas. Os dados nacionais coletados por Fernandes e Carneiro¹⁵⁴, confirmam esta tendência. 77% dos dirigentes pretendem manter-se nas ONGs. A docência universitária é também a segunda principal atividade profissional dos dirigentes em nível nacional, com um dado de 5,2% dos casos. A forte tendência de manter-se nas ONGs é justificada pelos dirigentes como uma possibilidade de reunir em um só espaço a atuação profissional e o projeto de vida e de atuação política. Alguns relatos evidenciam tal situação:

“Trabalhar em uma ONG é muito bom mas, exige muito de você.”

“ONG, pra mim, a princípio, está relacionado com a construção de um mundo melhor. É uma instituição diferenciada, no sentido de que ela se constitui na criação de um novo modelo, de um novo fazer.”

“A gente pensou que, criando um espaço nosso, em que a gente pudesse trabalhar da nossa forma e no nosso ritmo, poderíamos manter projetos e oferecer a nossa experiência profissional, e assim nos sentirmos mais satisfeitas e realizadas tanto em nível pessoal como em nível profissional.”

“É antes de tudo um trabalho político, um trabalho ousado, um trabalho de fronteira, mas é também um trabalho muito duro. Temos que buscar recursos o tempo todo. A pessoa que trabalha numa ONG é antes de tudo um idealista, uma pessoa que acredita na possibilidade de mudança, de transformação. Se você não acredita nesta possibilidade, você não consegue ficar aqui, pois

¹⁵⁴ FERNANDES, R. C.; 1988, op. cit., p. 25

“você recebe mal, não tem registro em carteira, é discriminado, afinal você é um “ongueiro”, e isso não tem muito valor no mercado de trabalho.”

As similaridades detectadas - nível de escolaridade, intensa participação em partidos políticos, preferência político-partidária pelo Partido dos Trabalhadores, movimento estudantil e feminista como origem da militância política e tendência profissional de manutenção nas ONGs - possibilitam que se visualize um perfil dos dirigentes dessas organizações. Mesmo o elemento diferenciador - início da militância política em décadas diferentes - auxilia na composição desse perfil, no sentido de que ele nos revela diferentes gerações de dirigentes de ONGs. Assim, indagamos: quem são os dirigentes das ONGs pesquisadas?

1.4 - Considerações

Para responder à indagação feita anteriormente, devemos reunir os dados coletados sobre os dirigentes das ONGs pesquisadas no quadro a seguir:

QUADRO GERAL DAS CARACTERÍSTICAS DOS DIRIGENTES											
Dados	Formação		Área de Formação			Princ. Ativ. Profis.	Ident. Partid	Origem da Milit. Política	Conj. Mil. política	Tendenc ia Ativ. Prof.	Função na ONG
	ONGs	Grad.	Pós-grad	Hum*	*Bio.*						
Cunhã	1	2	3	-	-	atuar na ONG*	PT*	mov. est.* mov. fem.*	década de 80	Permane cer na ONG	assess. Comun.* fundador/pesqui- sador
Grupo de Mulheres da Ilha	-	1	-	1	-	atuar na ONG	PT	mov. est. mov. fem. Teatro pop.* sindicato	década de 60	Permane cer na ONG doc. univ.*	fundador
Transas do Corpo	1	1	-	2	-	atuar na ONG	PT	mov. est. mov. fem.	década de 80	Permane cer na ONG	fundador/pesqui- sador
CFêmea	3	-	3	-	-	atuar na ONG	PT PPS* Apart idário	mov. est. mov. fem. Pastorais Igreja cat.	década de 60 e década de 80	Permane cer na ONG	fundador/pesqui- sador
ECOS	1	-	1	-	-	atuar na ONG	PT	mov. est. Pastorais Igreja cat.	década de 70	Permane cer na ONG	fundador/pesqui- sador
CEMINA	1	-	1	-	-	atuar na ONG	PT	mov. fem.	década de 70	Permane cer na ONG	fundador/pesqui- sador

Fonte: Questionários aplicados em 1997

* **Quadro de Convenções:** hum.= Ciências Humanas; bio= Ciências Biológicas; exat.= Ciências Exatas; ass. com.= assessoria de comunicação; mov. est.= movimento estudantil; mov. fem.= movimento feminista; teatro pop.= teatro popular ; PT= partido dos trabalhadores; PPS= Partido Popular Socialista; doc. Univ.= docência universitária; Igreja cat.= Igreja católica; ONG=organização não-governamental

Num segundo momento, pudemos verificar que entre os sujeitos pesquisados existiam duas gerações de dirigentes de ONGs. Assim, temos um grupo desses sujeitos que compõem o que denominamos de “primeira geração de dirigentes”. Nessa geração, estão aqueles sujeitos sociais que iniciaram sua militância política nas décadas de 60 e 70. De uma

forma geral, esses sujeitos possuem nível superior de escolarização e participaram ativamente do movimento estudantil da sua época.

Como podemos compreender os dirigentes das ONGs pesquisadas que iniciaram sua militância política na década de 80? Quem são esses sujeitos sociais?

Os dirigentes das ONGs pesquisadas que iniciaram sua militância política na década de 80 podem ser caracterizados por uma dupla marca. Por um lado, esses sujeitos sociais são os destinatários naturais de toda uma história de lutas políticas e ações sociais. Eles não vivenciaram diretamente a repressão política e o exílio, mas conhecem muito bem essas histórias através da vivência com os dirigentes mais antigos. Por outro lado, esses dirigentes da “segunda geração” têm em suas mãos a responsabilidade de garantir o funcionamento das ONGs em um novo contexto, em que determinadas parcerias de trabalho, antes impensáveis com o Estado principalmente, podem ser muito interessantes; onde o contato direto e exclusivo com as bases, principalmente com os movimentos sociais populares, não é o único caminho de ação sócio-política, outros grupos sociais também podem ser parceiros/beneficiários dessa ação. Assim, outras instâncias sociais se abrem para a ação das ONGs. Um elemento de pressão junto a esse grupo é questão da competência profissional exigida pelo mercado. Assim, esses dirigentes buscam uma constante atualização profissional. Pode-se dizer que essa geração procura através do trabalho nas ONGs, não apenas uma participação política, mas também uma realização profissional e pessoal. Considerando a especificidade das ONGs pesquisadas - são ONGs dirigidas por militantes do movimento feminista - temos um novo discurso que, por sua vez alicerça uma nova prática. A questão de gênero é uma proposta teórica que tem possibilitado novas interpretações da relação homem/mulher, em que onde esses sujeitos sociais têm sido provocados a analisar tal relação e a própria constituição de sua masculinidade/feminilidade e a partir desse repensar propor e efetuar mudanças em tal relação e em seus papéis sociais. Assim, considera-se que este “segunda geração” de dirigentes e ONGs tem uma área de atuação política e profissional muito mais ampla do que a primeira geração e está se preparando não apenas para administrar a sobrevivência de suas organizações mas para garantir a atuação dessas organizações através de propostas ousadas, criativas e transformadoras. Essa geração também tem uma visão mais profissional de sua atuação no mercado de trabalho, ou seja, é uma geração que se preocupa não apenas em desenvolver uma prática política, mas que procura também aperfeiçoar suas aptidões profissionais junto ao mercado de trabalho.

A partir das características das ONGs e de seus dirigentes, podemos considerar que essas organizações objetivam ampliar os direitos de cidadania de vários grupos sociais, em especial das mulheres brasileiras. Seus dirigentes se constituem em sujeitos sociais que atuam, em busca da cidadania de forma diretamente política em várias instâncias e campos sociais. Esta atuação estrutura as práticas de cidadania que, por sua vez, têm como um de seus elementos fundamentais as práticas informacionais.

CAPÍTULO 2: ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS/ONGs, PRÁTICAS INFORMACIONAIS E PRÁTICAS DE CIDADANIA

A partir da indagação - *Como se configuram as relações entre práticas de cidadania e práticas informacionais*, segundo a percepção de dirigentes de ONGs brasileiras que tratam de questões relativas ao gênero e aos direitos da mulher,[?] analisaremos a percepção dos entrevistados sobre os termos: informação, cidadania e sobre a inter-relação entre práticas informacionais e práticas de cidadania. Para analisar a percepção desses sujeitos sociais recorreremos a técnica de associação ou evocação livre.

2.1-Cidadania e Informação: a construção de sentidos

Em relação aos termos informação e cidadania, os entrevistados evocaram em seu conjunto um total de 60 palavras/expressões, sendo que 27 eram relativas ao termo informação e as outras 33 ao termo cidadania. Considerando que muitas dessas evocações foram repetidas ou apresentavam diferenças mínimas de significado (principalmente no caso das expressões), procedeu-se a uma simplificação dos dados. As 60 palavras/expressões evocadas pelos entrevistados foram reduzidas para 40 agrupamentos ou categorias semânticas mais básicas, sendo que 17 se relacionam ao termo informação e 23 ao termo cidadania.

Os dados obtidos podem ser assim sintetizados:

	INFORMAÇÃO	CIDADANIA
- número total de evocações	27	33
- número médio de evocações por sujeito	2,4	3
- número de categorias semânticas	17	23

Fonte: Entrevista realizada em 1997.

Apresentaremos as categorias semânticas evocadas pelos entrevistados em relação ao termo informação organizadas em termos de maior frequência e pela ordem de citação (as primeiras e segundas palavras/expressões evocadas). Assim, temos que:

Informação é:	
- poder	- saber
- conhecimento	- mudança
- tudo	- troca
- cidadania	- Internet
- comunicação	- faca de dois gumes
- reivindicação	- instrumento
- segurança	- jogo social
- ação	- negociação
- confronto	

Fonte: Entrevista realizada em 1997

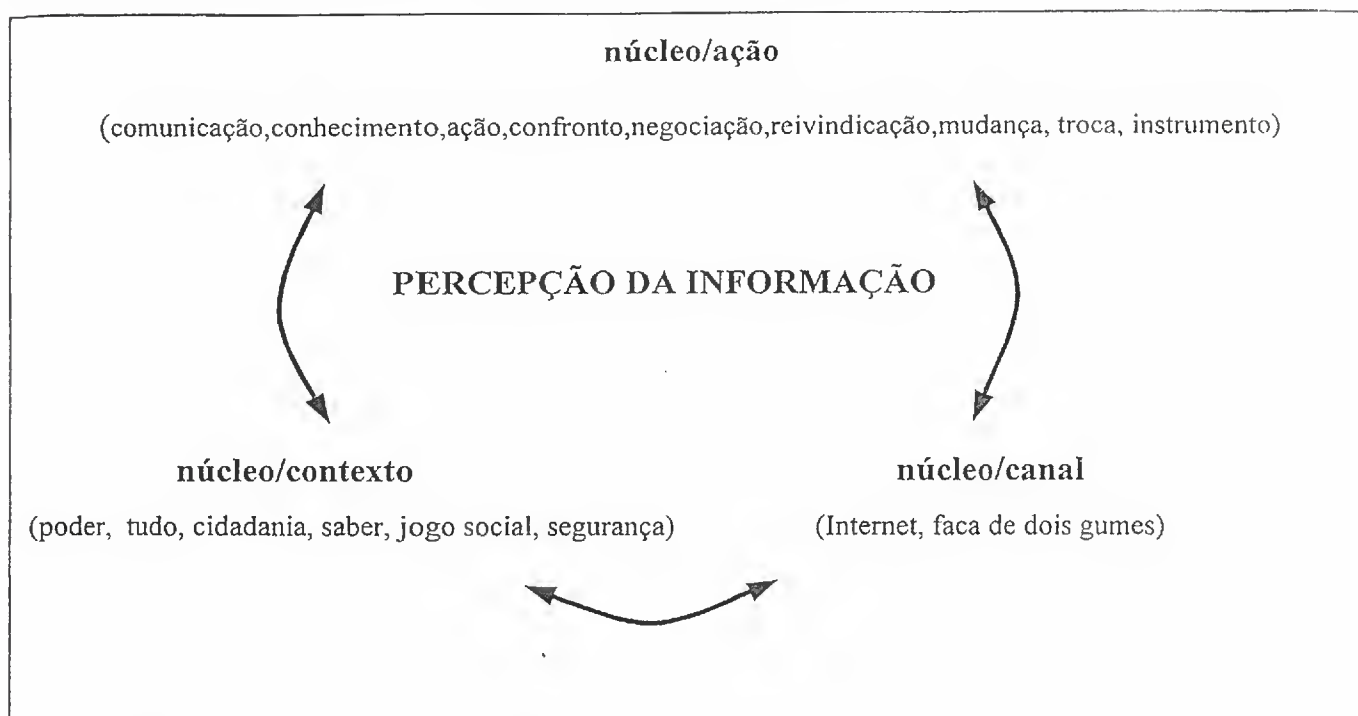
Observamos que das 17 categorias semânticas criadas, surgem três núcleos que estruturam as percepções dos entrevistados. Temos então um núcleo/ações composto por nove categorias (ação, comunicação, conhecimento, reivindicação, negociação, confronto, mudança, troca e instrumento), que nos remete à percepção da informação como elemento que subsidia a ação dos sujeitos. Tal percepção representa 53% das evocações.

Temos um segundo núcleo , denominado de núcleo/contexto, composto por seis categorias semânticas (poder, cidadania, segurança, saber, jogo social, tudo) que nos informam em que contexto se dá tal ação: a informação é um elemento de ação no contexto da sociedade. Essas categorias representam 35% das evocações. Tais categorias evidenciam que o sujeito no contexto da sociedade busca, através do acesso/uso da informação, o poder e o saber, que lhe possibilitariam obter segurança e cidadania. Toda essa dinâmica é percebida como um jogo social no qual a informação está presente em tudo que se faz e em tudo o que se objetiva alcançar.

Um terceiro núcleo da percepção, denominado de núcleo/canal relaciona-se aos canais de comunicação eletrônica. Houve uma reduzida evocação deste tipo de canal como sinônimo de informação. Apenas 12% dos entrevistados inter-relacionou informação e Internet. Na verdade, quando ocorreu tal evocação, ela se deu entre: informação, Internet e a expressão “faca de dois gumes.” Consideramos que aqui surge uma percepção de que informação e Internet se ligam através de uma relação que provoca insegurança nos entrevistados, no sentido de que tanto pode ser uma “faca” de defesa de seus interesses como pode ser também uma “faca” de ataque esses interesses. Consideramos que tal posição se origine do reduzido uso desses canais neste contexto e das várias barreiras que as ONGs têm encontrado para a utilização dos canais de comunicação eletrônica.¹⁵⁵

¹⁵⁵ Ver ARAÚJO, E. A. de . Práticas Informacionais na Cybersociety: análise do uso de redes de comunicação eletrônica por Organizações Não-Governamentais/ONGs da região nordeste do Brasil. IN: Anais do III Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO/IBICT, 1997.

Estes três núcleos estruturam a percepção dos entrevistados sobre o termo informação. Visualizamos esta percepção da seguinte forma:



Fonte: Entrevista realizada em 1997.

Em relação ao termo cidadania obtivemos um total de 33 evocações, que foram reunidas em 21 categorias semânticas a seguir:

Cidadania é:	
- direito	- luta
- <u>dignidade</u>	- consciência de que se tem direito a ter direitos
- dever	- direito humano
- construção coletiva/social	- categoria que inter-relaciona o indivíduo ao Estado
- conquista	- disciplina
- acesso a informação	- meta/objetivo
- aceso/uso dos serviços do Estado	- reivindicação/proposição
- exercício de direitos e deveres	- postura diante da sociedade e do Estado
- <u>integridade</u>	- ação
- participação social	- direitos básicos
- direitos básicos	- <u>solidariedade</u>

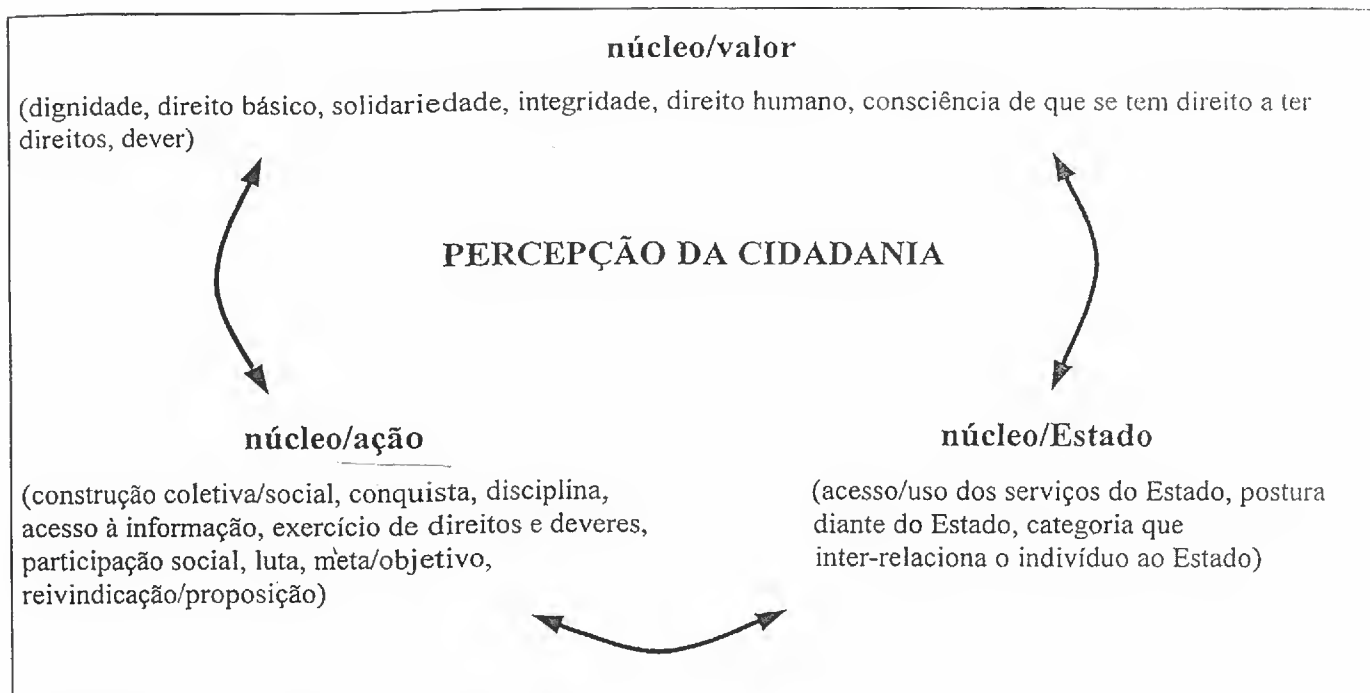
Fonte: Entrevista realizada em 1997.

Observamos que das 21 categorias citadas surgem três núcleos de percepções sobre o termo cidadania. O primeiro é um *núcleo/valor* com as seguintes categorias : direito básico, direito humano, solidariedade, consciência de que se tem direito a ter direitos, dignidade, integridade. Este núcleo representa 29 das categorias semânticas sobre cidadania, que é percebida pelos entrevistados como um direito humano baseado, num primeiro momento, na solidariedade e na consciência de que se tem direito a ter direitos e que tais concepções geram como valor maior a dignidade/integridade, que é o passo inicial de um processo de convivência social.

Um segundo núcleo, denominado de *núcleo/ação*, tem as seguintes categorias: conquista, construção coletiva/social, acesso à informação, exercício de direitos e deveres, participação social, luta, disciplina, meta/objetivo, reivindicação/proposição, ação e representa 57% das categorias semânticas sobre o termo cidadania, que é considerada, neste segundo momento, como uma ação/construção coletiva de participação social e conquista/luta por direitos. Uma outra face dessa percepção é aquela que considera que junto aos direitos também existem os deveres do cidadão. Tais deveres se relacionam aos valores de disciplina, metas, objetivos e exige não apenas o ato de reivindicação mas também o da colocação de proposições.

Um terceiro núcleo de percepção , denominado de *núcleo/Estado* é composto pelas seguintes categorias: acesso/uso dos serviços do Estado, postura diante do Estado e categoria que inter-relaciona o indivíduo ao Estado, ressaltando a presença do aparelho estatal no contexto da cidadania. Este núcleo representa 14% das categorias semânticas sobre o termo cidadania, que é percebida como um processo sócio-político que inter-relaciona o sujeito social ao Estado e incorpora a discussão sobre as políticas públicas quando considera a necessidade de se ter acesso e se fazer uso dos serviços oferecidos pelo Estado. Com esta terceira percepção, completa-se o sentido maior que o termo cidadania adquire para os entrevistados. Assim, a cidadania é uma ação que se desenvolve através de duas vias: uma é aquela que considera o indivíduo como sujeito de direitos, sendo o sentimento de dignidade/integridade o direito fundamental. Tal sentimento possibilita o surgimento de uma postura pública desse indivíduo diante da sociedade e do Estado e, a partir daí, o desenvolvimento de uma ação sócio-política no sentido de lutar por direitos, cumprir deveres e apresentar proposições alternativas às políticas e ações públicas desenvolvidas pelo aparelho estatal.

Visualizamos a percepção dos entrevistados em relação ao termo cidadania da seguinte forma:



Fonte : Entrevista realizada em 1997

Analizamos anteriormente as percepções dos entrevistados sobre os termos informação e cidadania de forma separada. Num segundo momento analítico, objetivando compreender como os entrevistados percebem a inter-relação entre esses dois termos, realizamos a junção dos mesmos. Foram obtidas 27 evocações, que foram reunidas em 23 categorias semânticas. Os dados obtidos podem ser assim sintetizados:

Inter-relação entre práticas informacionais e práticas de cidadania

- número total de evocações: 27
- número médio de evocações: 2,4
- número de categoria semânticas: 21

Fonte : Entrevista realizada em 1997.

As categorias semânticas obtidas estão apresentadas abaixo:

Cite palavras/expressões que representem a sua percepção sobre a relação: práticas informacionais e práticas de cidadania		
- consciência crítica	- duplo movimento	- convencimento
- visão crítica do mundo	- multiplicação	- articulação
- representação do mundo	- mudança	- ação pedagógica
- atribuição de sentido ao mundo	- trabalho político	- criar possibilidades
- representação e prática	- poder	- ação
- informação não é neutra	- relação direta	- novo movimento
- participação	- prioridade	- intervenção

Fonte: Entrevista realizada em 1997.

Observamos que das 21 categorias semânticas surgem três núcleos de evocações que uma vez reunidos, nos trazem a percepção dos entrevistados sobre a interrelação entre práticas informacionais e práticas de cidadania.

Num primeiro momento, temos o *núcleo/ação* com 57% das evocações. Neste núcleo, temos as evocações que consideram que a inter-relação de tais práticas gera ação (novo movimento, duplo movimento, multiplicação, participação, mudança, trabalho político, intervenção, convencimento, articulação, ação pedagógica, criar possibilidades, ação). Consideramos que tal ação tem uma natureza específica. É uma ação propositiva no sentido de que intervém na realidade com críticas, mas, ao mesmo tempo, com propostas alternativas para a superação dos problemas.

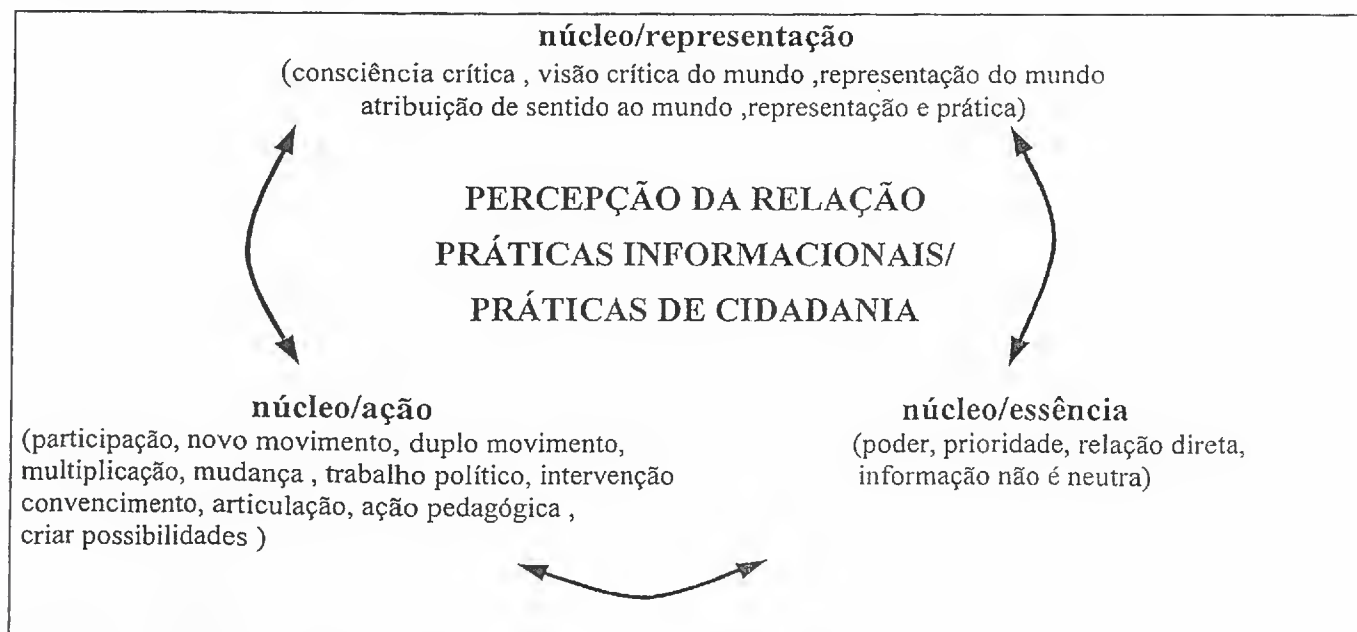
Num segundo momento, temos o *núcleo/representação* no qual temos categorias semânticas que relacionam informação e cidadania como possibilidade de representação crítica do mundo. Assim, temos 24% das evocações evidenciando tal sentido (consciência crítica, atribuição de sentido, representação e prática, visão de mundo, representação de mundo). Consideramos que a relação entre práticas informacionais e práticas de cidadania é percebida pelos entrevistados como uma possibilidade de agregar, numa mesma ação, a teoria e a prática. Esta questão - teoria e prática - é bastante polêmica no

contexto em estudo, uma vez que as ONGs se propõem a agir a fazer, a atuar na realidade. Mas uma ação baseada apenas na prática pode gerar enganos e descaminhos, o que se faz necessário buscar na teoria informações mais atualizadas sobre os temas trabalhados, realizando, com isso, uma análise crítica, tanto da ação em si mesma, como da realidade. Através de tal análise se dá a construção de um conhecimento que se baseia no seguinte ordem: mundo vivido/ construído/ pensado/ criticado/ reconstruído/ vivido.

Num terceiro momento, temos um *núcleo/essência* de evocações representado por palavras e expressões que não evidenciam uma correlação imediata entre si, mas que, se analisadas de forma mais cuidadosa, evidenciam percepções centrais sobre a relação entre práticas informacionais e práticas de cidadania. Temos que 19% das evocações (informação não é neutra, poder, relação direta, prioridade) se situam neste núcleo. Como podemos compreender essas evocações?

Consideramos que algumas dessas evocações (poder, informação não é neutra) revelam, por um lado, o caráter político de toda prática social e, nesse caso específico, as práticas de cidadania e informacionais, e por outro lado, revelam também uma ausência (é uma prioridade, ainda não se tornou uma prática cotidiana) que, para ser vencida necessita do estabelecimento de uma ligação (uma relação direta) entre os elementos informação e cidadania.

Visualizamos a percepção dos entrevistados sobre a relação entre práticas informacionais e práticas de cidadania da seguinte forma:



2.2- Considerações

Conforme Wersig,¹⁵⁶ a informação é um elemento de ação que reduz a incerteza, pois cria possibilidades de resolução de situações-problemas. Os dados coletados confirmam tal colocação, pois um dos aspectos que se destaca na percepção dos entrevistados sobre informação, cidadania e relação práticas informacionais/práticas de cidadania é a presença constante da categoria semântica *ação*. Como compreender tal fato?

Conforme Arendt,¹⁵⁷ o único modo de se viver uma vida verdadeiramente humana se estrutura a partir da ação e do discurso, pois, através desses elementos os seres humanos se manifestam, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens. *“Os homens podem perfeitamente viver sem trabalhar, obrigando outros a trabalhar para eles; e podem muito bem decidir simplesmente usar e fruir do mundo das coisas sem lhe acrescentar um só objeto útil; a vida de um explorador ou senhor de escravos ou a vida de um parasita pode ser injusta, mas nem por isso deixa de ser humana. Por outro lado, a vida sem discurso e sem ação está literalmente morta para o mundo; deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre homens.”*¹⁵⁸

Essa colocação de Arendt, evidencia o caráter essencial da ação e do discurso na vida humana. Pela ação, o homem manifesta-se a si mesmo e aos outros homens. Tal manifestação evidencia que o homem não se resume a uma mera existência corpórea. Ele transcende tal condição original e se transcende enquanto ser ao agir no sentido grego desse termo (*archein*), que significa “começar”, “ser o primeiro” e em alguns casos, “governar”.

Um aspecto intrigante neste contexto é a relação entre ação e discurso. Conforme Arendt, *“desacompanhada do discurso, a ação perderia não só o seu caráter revelador como, e pelo mesmo motivo, o seu sujeito, por assim dizer: em lugar de homens que agem, teríamos robôs mecânicos a realizar coisas que seriam humanamente incompreensíveis. Sem discurso a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, autor das palavras.”*¹⁵⁹ Assim a ação só se torna relevante se, através da palavra falada, o ator se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer.

¹⁵⁶ WERSIG, G.. Information Science needs a theory of a information actions. Social Science Information Studies. v.5, p. 11-23, 1985.

¹⁵⁷ ARENDT, H. A condição humana. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. 352 p.

¹⁵⁸ ARENDT, H. op. cit., p.189.

¹⁵⁹ ARENDT, H. op. cit..

A partir dessas colocações de Arendt, pudemos compreender a constância do termo ação na percepção dos entrevistados. Tal constância relaciona-se com a própria condição de existência desses sujeitos e, conseqüentemente, de seu trabalho, de seu modo de agir e de se fazer presente na realidade. A informação cria a possibilidade de elaboração do discurso e do desenvolvimento da ação. Assim, informação é ação, cidadania é ação e as práticas informacionais num contexto de práticas de cidadania, subsidiam a ação política, ou seja, à ação na esfera pública em diferentes níveis. Entretanto, deve-se fazer uma ressalva em relação a ação que se desenvolve sem a revelação do sujeito no ato, sem a troca com outros sujeitos. Arendt, denomina tal ação de fabricação. Na fabricação ocorre a perda do caráter específico do sujeito social e a ação desse sujeito torna-se um feito como outro qualquer. Na verdade passa, a ser apenas um meio utilizado para atingir um fim, criar um produto, tal como a fabricação é um meio para produzir um objeto. Segundo Arendt, *“em tais situações, a ação perde a qualidade através da qual transcende a mera atividade produtiva que, desde a modesta fabricação de objetos de uso até a inspirada criação de obras de arte, é desprovida de outro significado além do que é transmitido pelo produto acabado, e nada pretende mostrar além do que é claramente visível ao fim do processo de produção. Desprovida de um nome, de um “quem” a ela associado, a ação perde todo sentido, ao passo que a obra de arte conserva a sua relevância, quer saibamos ou não o nome do autor.”*¹⁶⁰

Essa colocação de Arendt, auxilia-nos a compreender a relação informação/cidadania. Consideramos que a informação é uma ação social de atribuição e comunicação de sentido que pode mudar as estruturas (mental e social). Entretanto, se forem desconsideradas as singularidades dos sujeitos emissores e receptores, dos contextos de geração e de seu acesso/uso, a informação perde a capacidade de promover tais mudanças, transformando-se em objeto de consumo, como tantos outros objetos fabricados pelo homem. Esse é o processo no qual se dá a “fabricação de informação” que, por sua vez, gera a informação-mercadoria. Este tipo de informação pode ser conceituada como toda e qualquer informação que não tem ressaltada sua natureza cultural e educativa.

Para a informação-mercadoria, o aspecto mais importante a ser ressaltado é o da natureza técnica, pois possibilita sua utilização como mercadoria, ou seja, possibilita a circulação rápida da informação e o retorno financeiro imediato dos investimentos feitos na

¹⁶⁰ ARENDT, H. op. cit., p.189.

geração/organização/disseminação/localização de informação. Entretanto, o fenômeno informacional não é algo meramente técnico, ou seja, as técnicas/tecnologias de recuperação, organização, preservação, disseminação de informação não compõem a característica principal desse fenômeno.

Existe ainda um outro aspecto no fenômeno informacional. Consideramos que o fenômeno informacional não é desvinculado do contexto social e desenvolvido por sujeitos a-históricos. O fenômeno informacional se dá a partir de um sujeito cognitivo inserido num determinado contexto social e, conseqüentemente influenciado por este contexto. Assim, o sujeito adquire uma dupla determinação - ele é um ser individual e social. E a informação torna-se também um elemento com dupla significação (individual e coletiva).

Outro aspecto a ser salientado é que a informação possibilita tanto a resolução, como a não-resolução de problemas, pois a situação final não é dada apenas pelo acesso/uso da informação, mas pelo sujeito cognitivo-social, que, na interface entre o aspecto individual e o social, estabelece sentido(s) para a informação e determina uma posição final para a relação - informação/situação-problema/situação final. Assim, a informação pode ser compreendida como processo aberto, como um elemento que oferece possibilidades de ação ao sujeito cognitivo-social, e como tal, pode subsidiar processos sociais de mudanças ou também pode, por outro lado, impedir tais processos e com isso gerar a permanência. Nessa dinâmica, tanto uma posição como a outra não admitem pré-determinações. Outro aspecto evidenciado pelas percepções dos entrevistados sobre a relação : práticas informacionais e práticas de cidadania se relaciona ao contexto que origina e mantém tal relação. Este contexto é o da política. Podemos observar tal evidência através dos termos (participação, trabalho político, intervenção, convencimento, articulação, criar possibilidades) que compõem o núcleo/ação do quadro - percepção da relação - práticas informacionais e práticas de cidadania.. Os aspectos(ação, ação social e ação política), evidenciados através desses termos ressaltam natureza cultural do fenômeno informacional. Mas, o que se quer dizer quando se utiliza os termos: natureza, natureza da informação e natureza cultural e técnica da informação?

Utilizamos o termo “natureza” no sentido de uma dinâmica que se estabelece e conserva uma certa ordem intrínseca ao fenômeno. Assim, na ausência dessa dinâmica o fenômeno não se estrutura e, conseqüentemente, não atinge suas proposições originais. Já o termo “natureza da informação” relaciona-se aos aspectos que dão à informação seu

potencial transformador. Consideramos que a informação tem uma natureza composta por dois aspectos básicos que podem ser representados da seguinte forma:

- *aspecto cultural*, que se relaciona aos aspectos sociais, econômicos e políticos que estruturam a realidade dos sujeitos geradores/usuários de informação, imprimindo à informação características específicas, que podem ser denominadas de “visão de mundo”. Este aspecto da natureza da informação revela-nos a origem e os objetivos das práticas informacionais;
- *aspecto técnico*, se relaciona às regras e aos rituais que objetivam a preservação, a organização, a localização e a disseminação da informação, imprimindo à informação um caráter de registro documental. Este aspecto da natureza da informação garante-nos as ações de acesso/uso da informação.

A constituição da natureza da informação se dá através desses dois aspectos porque as ações humanas, e entre essas temos as práticas informacionais, não se baseiam apenas numa razão técnica, ou seja, numa razão que busca valores objetivos, imediatos, materialistas e produtivistas. Sem dúvida alguma, tal razão impulsiona as ações humanas, mas junto à mesma se dá o desenvolvimento de uma outra razão - a razão cultural ou simbólica, que surge do fato de o homem viver num mundo material, tanto quanto os outros organismos, mas realizar tal ato a partir de um esquema de significados criado por si. Ao fazer isso, o homem constrói um ordenamento cultural/simbólico para suas ações. Assim, a razão cultural/simbólica reúne-se à razão técnica/materialista, num processo de geração de contextos sociais.¹⁶¹

Consideramos que, no contexto pesquisado (ONGs brasileiras que trabalham com a questão de gênero e de direitos da mulher), temos o desenvolvimento de um diálogo através do qual os sujeitos comunicantes (emissores e receptores), antes de acessarem/usarem a informação, buscam a convergência, ou seja, criam um contexto comunicativo, cujos pressupostos básicos são a identificação de seus diferentes sistemas de conhecimento (conhecimento tradicional, conhecimento técnico-científico, conhecimento sócio-econômico, conhecimento cultural), objetivando como isso estabelecer um ponto de igualdade a partir da informação que um deles detém (e por isso identifica-se como emissor) e da qual o outro necessita (e por isso identifica como receptor).

¹⁶¹ SAHLINS, M. Cultura e razão prática. trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Observamos que as ONGs pesquisadas desenvolvem, de forma competente, o momento da pesquisa conjunta, quando os sujeitos comunicantes estabelecem o contexto comunicativo através da exteriorização de seus pressupostos básicos, evidenciando, em suas práticas informacionais, os seguintes aspectos do modelo :

- *verificação do nível de conhecimento do beneficiário sobre o tema em questão;*
- *verificação das necessidades de informação do beneficiário sobre o tema em questão.*

Esses aspectos ficam bem evidenciados nas várias falas dos entrevistados¹⁶², que evidenciam também a importância dada à adequação entre os serviços oferecidos, as ações desenvolvidas e os beneficiários dessas ações. Mas, apesar desse aspecto positivo nas práticas informacionais das ONGs pesquisadas, essas organizações evidenciam dificuldades em efetivar a verificação do nível de utilidade das informações transferidas/disseminadas¹⁶³

¹⁶² “(...) a gente faz um pré-teste para avaliar tanto o nível de informação dos educadores como o dos meninos e meninas em situação de rua sobre doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. A gente faz um pré-teste e um pós-teste. Então, esse trabalho, que é basicamente de repassar informações e mudar mentalidades, é lento, muito lento.”

“(...) o levantamento do nível de conhecimento sobre o tema que vai ser trabalhado e a criação do perfil do pessoal com o qual a gente trabalha, a gente sempre faz. É fundamental para que o nosso trabalho seja útil para as pessoas.”

“(...) a gente sempre faz um pre-teste, uma espécie de fotografia inicial. Um diagnóstico em que as pessoas são caracterizadas sob vários aspectos.”

¹⁶³ “(...) a questão de verificar a utilidade das informações que nós disseminamos é um tema de difícil tratamento. Nós usamos o termo impacto quando nos referimos a essa questão. (...) A gente tem tentando amadurecer isso. (...) Como é que a gente vai propor uma nova ação se nós não pensamos a partir do que já foi feito? Essa visão de avaliar o impacto trouxe ao mesmo tempo um novo desafio (que é difícil) e uma nova dimensão (que é estimulante) para o nosso trabalho.”

“()temos uma grande dificuldade de avaliar a utilidade das informações que nós disseminamos. O tal impacto é de difícil verificação. Acho que é difícil por dois motivos principais ; em primeiro lugar existe um certo desconhecimento de técnicas para fazer isso. Acho que faltam indicadores confiáveis; em segundo lugar ocorre que grande parte do nosso trabalho é de caráter qualitativo, pois trabalhamos com mudança de mentalidades e isso é difícil de quantificação, principalmente a curto prazo. Por exemplo você começa a trabalhar com um grupo e depois de cinco anos talvez você possa perceber algumas mudanças, quer dizer, é uma percepção, como quantificar isso?”

“(...) sempre foi uma preocupação. Fazemos muito aquela avaliação relâmpago no final das ações, principalmente dos eventos (palestras, cursos, oficinas). Apesar disso tudo, eu não acho que nós sejamos boas em avaliação do impacto das informações que nós disseminamos ou do trabalho que fazemos. Afinal a tradição oral é muito forte no meio das ONGs e a sistematização (no sentido das técnicas de avaliação/indicadores) é difícil. Exige aprendizado.”

Um elemento que diminui a dificuldade de se avaliar o impacto das informações/ações e foi destacado por uma das entrevistadas¹⁶⁴ é da participação dos diferentes sujeitos sociais (agentes das ONGs e integrantes de movimentos sociais) nos vários momentos de “construção” da informação ou das práticas informacionais (recepção, geração e transferência de informação). Esta participação, que parte do modelo comunicativo-informacional, denomina-se “pesquisa conjunta”.

Para ONG pesquisada que trabalha junto ao Congresso Nacional, fica mais fácil fazer a avaliação do impacto das informações disseminadas, uma vez que, as práticas informacionais estruturam ações de convencimento que resultam em projetos de lei. Estes, por sua vez, podem ser quantificados, o que gera uma possibilidade de avaliação do impacto da informação gerada e transferida para os parlamentares.¹⁶⁵

A partir desses dados, consideramos que as ONGs pesquisadas desenvolvem, de forma parcial o modelo participativo-comunicacional, pois o aspecto da transferência da informação como sinônimo de socialização não tem sido verificado. Certamente que as ONGs pesquisadas desenvolvem práticas informacionais de grande importância para diferentes grupos/instituições sociais. Entretanto essas práticas somente serão transformadoras dos contextos (individual e social), se as mesmas forem geradas e transferidas através de um processo de co-participação (entre as ONGs e os grupos/instituições sociais).

¹⁶⁴ “(...) todo produto de informação que nós geramos se relaciona, ou se inicia, a partir de nossas vivências com os grupos sociais com os quais trabalhamos. Por exemplo, nós fizemos um vídeo chamado “O Abraço”, que surgiu de uma conversa nossa com adolescentes sobre a dificuldade dos pais em falar sobre doenças sexualmente transmissíveis/DST e AIDS com seus filhos. Então, a própria dinâmica do trabalho, da ação oferece oportunidades, gera idéias e práticas de avaliação do impacto da(s) informação(ões) disseminadas.”

¹⁶⁵ “(...) como avaliar nossas ações ou as informações que nós disseminamos? Sabemos que estamos no caminho certo a partir de alguns números. Assim, entre 1988 (promulgação da nova constituição) e 1991, o Congresso Nacional aprovou apenas um projeto de lei que beneficiava diretamente as mulheres. Entre 1991 (data de criação dessa ONG) e 1997, foram aprovados 22 projetos de lei que beneficiam diretamente as mulheres. Este número nos permite verificar o impacto do nosso trabalho. Nós temos sido úteis à sociedade e, em especial às mulheres brasileiras.”

É através desse processo que a informação pode se constituir em recurso para a cidadania. Consideramos que práticas informacionais num contexto de cidadania que se estruturam em outros modelos tendem a se constituir apenas em disseminação de informação, ou seja, em comunicação de informação de forma pronta e acabada, onde se dá a redução dos sujeitos emissores em simples repetidores de informação e dos sujeitos receptores em meros consumidores. Para que ocorra a implementação completa desse modelo no contexto estudado, faz-se necessário uma maior atenção/conhecimento dos aspectos relativos ao nível de utilidade e a incorporação das informações recebidas em situações existenciais concretas do receptor.

CAPÍTULO 3 - PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS/ ONGs: RECEPÇÃO, GERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO

No capítulo 2, 5ª parte, as práticas informacionais foram conceituadas como *ações de recepção, geração e transferência de informações que se desenvolvem através de circuitos comunicacionais ocorridos nas formações sociais*, e foi analisada a inter-relação dessas práticas com as práticas de cidadania que, por sua vez, podem ser conceituadas como *ações sociais desenvolvidas por um indivíduo ou por grupos de indivíduos, tendo como base teórica a crença na igualdade perante a lei e no reconhecimento público de que a pessoa humana e a sociedade são detentoras de direitos e deveres e como base prática a implementação de ações políticas em diferentes níveis*. A partir dessas considerações caracterizaremos neste capítulo as práticas informacionais (recepção, geração e transferência de informação) desenvolvidas no contexto das ONGs pesquisadas. Para tanto, utilizamos a técnica de associação ou evocação livre.

3.1- Recepção de informação

Em relação ao termo recepção de informação, os entrevistados evocaram em seu conjunto um total de 50 palavras/expressões. Considerando que muitas dessas evocações foram repetidas ou apresentavam diferenças mínimas de significado, procedeu-se a uma simplificação dos dados. As 50 palavras/expressões evocadas foram reduzidas para 16 agrupamentos ou categorias semânticas mais básicas. Os dados obtidos podem ser assim sintetizados:

	RECEPÇÃO
- número total de evocações	50
- número médio de evocações	4,5
- número de categorias semânticas	16

Fonte: Entrevistas realizadas em 1997.

A seguir, estão as categorias semânticas relativas ao termo: recepção de informação. Estão organizadas partindo da maior frequência e pela ordem de citação (as primeiras palavras/expressões evocadas).

Recepção de Informação:	
- comunicação através de vários tipos de canais	- compartilhamento de informações
- acesso amplo	- várias informações vindas através do E-mail
- seleção da informação	- coisas que a gente recebe
- contatos pessoais	- articulação
- troca de experiências	- negociação
- participação	- ir atrás da informação
- encontrar pessoas	- análise que se faz
- documentos variados	
- correio eletrônico	

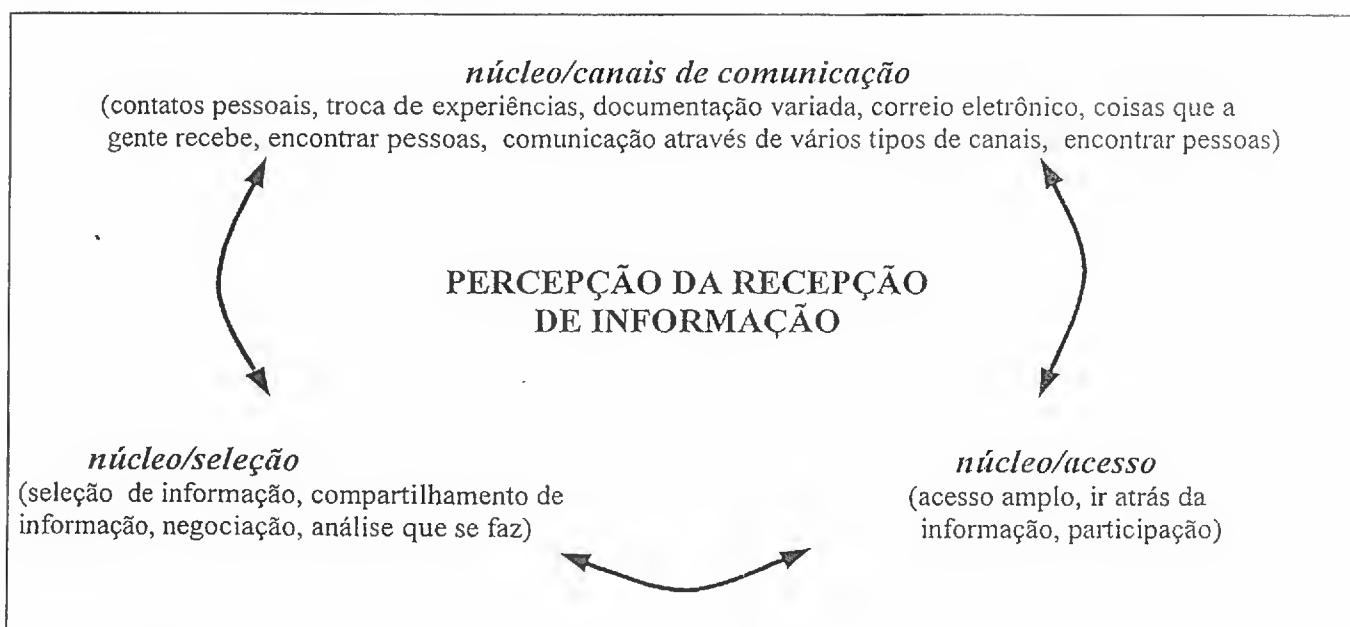
Fonte: Entrevistas realizadas em 1997.

Observamos que, das 16 categorias criadas, surgem três núcleos que estruturam as percepções dos entrevistados sobre o termo recepção de informação. Assim, o *núcleo/canais de comunicação*, composto por oito categorias semânticas (comunicação através de vários tipos de canais, contatos pessoais, troca de experiência, documentos variados, correio eletrônico, várias informações vindas através do E-mail, coisas que a gente recebe, encontrar pessoas), nos remete à percepção dos entrevistados de que a recepção é uma prática informacional caracterizada fortemente pelo uso de canais de comunicação, principalmente os canais informais e eletrônicos. Este núcleo reúne 50% das categorias semânticas.

Outro núcleo, denominado de *núcleo/seleção*, composto por cinco categorias semânticas (seleção de informação, compartilhamento de informação, articulação, negociação, análise que se faz), nos informa que, no contexto da prática de recepção, ocorre uma ação de seleção de informação através de diferentes processos (compartilhamento, articulação, negociação, análise). Esse núcleo reúne 31,2% das categorias semânticas.

Finalmente, o núcleo denominado de *núcleo/acesso* composto por três categorias semânticas (acesso amplo, ir atrás da informação, participação), nos informa que antes da seleção, faz-se necessário o acesso amplo à informação que se dá através de uma busca (ir atrás) que gera participação. Esses núcleo reúne 18,7% das categorias semânticas.

Esses três núcleos (canais de comunicação, seleção e acesso) que estruturam a percepção dos entrevistados sobre o termo recepção de informação podem ser esquematizados da seguinte forma:



Fonte: Entrevistas realizadas em 1997.

3.2 - Geração de informação

Em relação ao termo geração de informação, os entrevistados evocaram em seu conjunto um total de 67 palavras/expressões. Considerando que muitas dessas evocações foram repetidas ou apresentavam diferenças mínimas de significado, procedeu-se a uma simplificação dos dados. As 67 palavras/expressões evocadas foram reduzidas para 24

agrupamentos ou categorias semânticas mais básicas. Os dados obtidos podem ser assim sintetizados:

	GERAÇÃO DE INFORMAÇÃO
- número total de evocações	67
- número médio de evocações	6
- número de categorias semânticas	24

Fonte: Entrevistas realizadas em 1997.

A seguir estão as categorias semânticas relativas ao termo geração de informação. Tais categorias estão organizadas em termos de maior frequência e pela ordem de citação (as primeiras palavras/expressões evocadas):

Geração de informação é:		
- produção da nossa informação	- proposta política	- contato pessoal
- sentido próprio	- análises	- registro
- transformação	- cursos	- textos
- pesquisa	- oficinas	- reunião de informação
- visibilidade pública	- palestras	- informação nova
- resposta	- mídia	- processo político
- possibilidade de ação	- reflexão	- visibilidade pública
- boletins	- articulação	- relação teoria e prática

Fonte : Entrevistas realizadas em 1997.

Observamos que, das 24 categorias semânticas criadas, surgem três núcleos que estruturam as percepções dos entrevistados sobre o termo geração de informação. Assim, temos o *núcleo/reapropriação*, composto por oito categorias (produção da nossa informação, sentido próprio, transformação, análises, reflexão, informação nova, resposta, reunião de informação) que nos remete à percepção dos entrevistados de que a geração de informação é

uma prática informacional caracterizada pela atribuição de sentidos renovados. Esse núcleo reúne 33,3% das categorias semânticas.

Outro núcleo, denominado *núcleo/canais de comunicação*, composto por sete categorias (boletins, cursos, oficinas, palestras, mídia, contato pessoal, textos), remetem-nos à percepção dos entrevistados de que na prática informacional de geração de informação o uso de canais de comunicação é uma característica marcante. Esses núcleo reúne 29% das categorias semânticas

Finalmente, temos o núcleo denominado *núcleo/processo*, que se compõem de nove categorias semânticas (pesquisa, visibilidade pública, possibilidade de ação, proposta política, articulação, registro, processo político, relação teoria e prática) e nos informa que a geração de informação se origina a partir de processos diferenciados (pesquisa, registro, articulação, relação teoria e prática), estrutura-se na esfera pública (proposta política, processo político, visibilidade pública) e cria nova possibilidade (possibilidade de ação). Esse núcleo reúne 37,5% das categorias semânticas.

Estes três núcleos (reapropriação, canais de comunicação e processo) estruturam a percepção dos entrevistados sobre o termo geração de informação e pode ser sintetizada da seguinte forma:



Fonte: Entrevistas realizadas em 1997.

3.3 - Transferência de informação.

Em relação ao termo transferência de informação, os entrevistados evocaram em seu conjunto um total de 38 palavras/expressões. Considerando que muitas dessas evocações foram repetidas ou apresentavam diferenças mínimas de significado, procedeu-se a uma simplificação dos dados. As 38 palavras/expressões evocadas foram reduzidas para 18 agrupamentos ou categorias semânticas básicas. Os dados obtidos podem ser assim sintetizados:

	TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO
- número total de evocações	38
- número médio de evocações	3,4
- número de categorias semânticas	18

Fonte: Entrevistas realizadas em 1997

A seguir estão as categorias semânticas relativas ao termo transferência de informação. Tais categorias estão organizadas em termos de maior frequência e pela ordem de citação (as primeiras palavras/expressões evocadas):

Transferência de Informação é	
- compartilhamento de informações	- divulgação
- possibilidade de democratização da informação	- mídia
- potencialização da informação	- E-mail
- atendimento de demanda	- fax
- produção socializada	- ação política
- folhetos	- produto final
- cursos	- desafio
- oficinas	- apostilas
- palestras	- vídeos

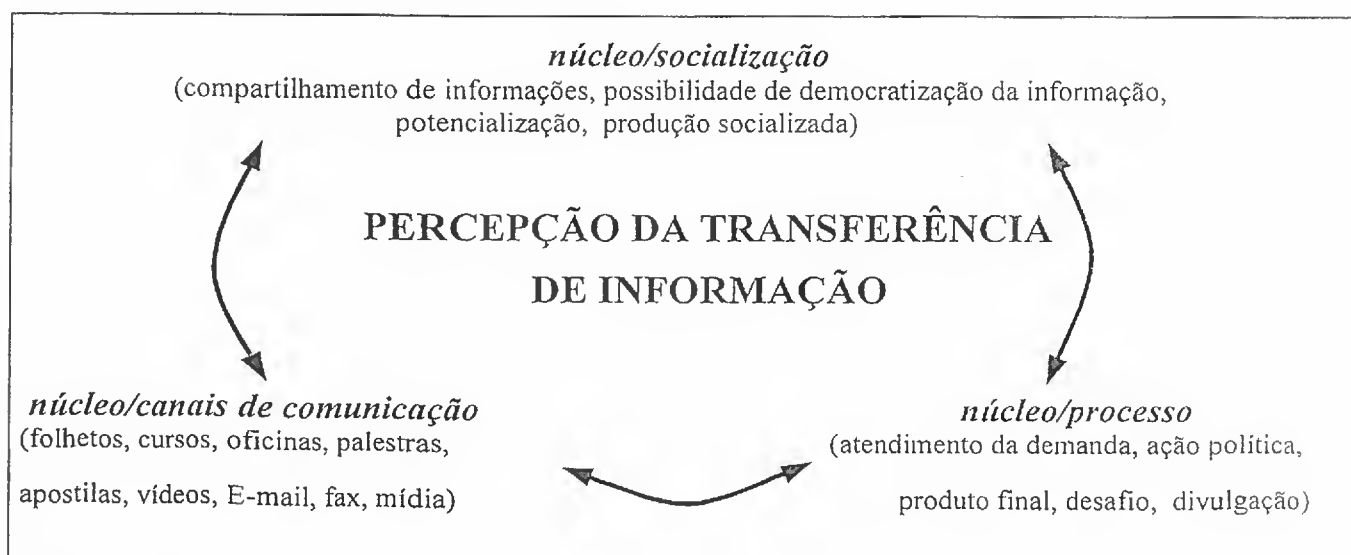
Fonte: Entrevistas realizadas em 1997.

Observamos que, das 18 categorias criadas, surgem três núcleos que estruturam as percepções dos entrevistados sobre o termo transferência de informação. Assim, temos o *núcleo/socialização* composto por quatro categorias semânticas (compartilhamento de informações, possibilidade de democratização da informação, potencialização da informação, produção socializada) que nos remetem à percepção de que a prática informacional de transferência caracteriza-se pela intenção de socializar a informação. Este núcleo reúne 22,2% das categorias semânticas.

Outro núcleo, denominado *núcleo/canais de comunicação*, é composto por nove categorias semânticas (folhetos, cursos, oficinas, palestras, apostilas, vídeos, E-mail, fax, mídia) que nos remetem à percepção de que, mais uma vez, os canais de comunicação constituem elementos básicos nas práticas informacionais. Este núcleo reúne 50% das categorias semânticas.

Um terceiro núcleo, denominado de *núcleo/processo*, compõem-se de cinco por cinco categorias semânticas (atendimento da demanda, ação política, produto final, desafio, divulgação) e nos remete à percepção de que a prática informacional de transferência de informação, assim como as práticas de recepção e de geração, estrutura-se a partir de alguns processos de natureza política (ação política, desafio) e técnica (atendimento da demanda, produto final, divulgação).

Estes três núcleos (socialização, canais de comunicação, processos) estruturam a percepção dos entrevistados sobre o termo transferência de informação e podem ser visualizados da seguinte forma:



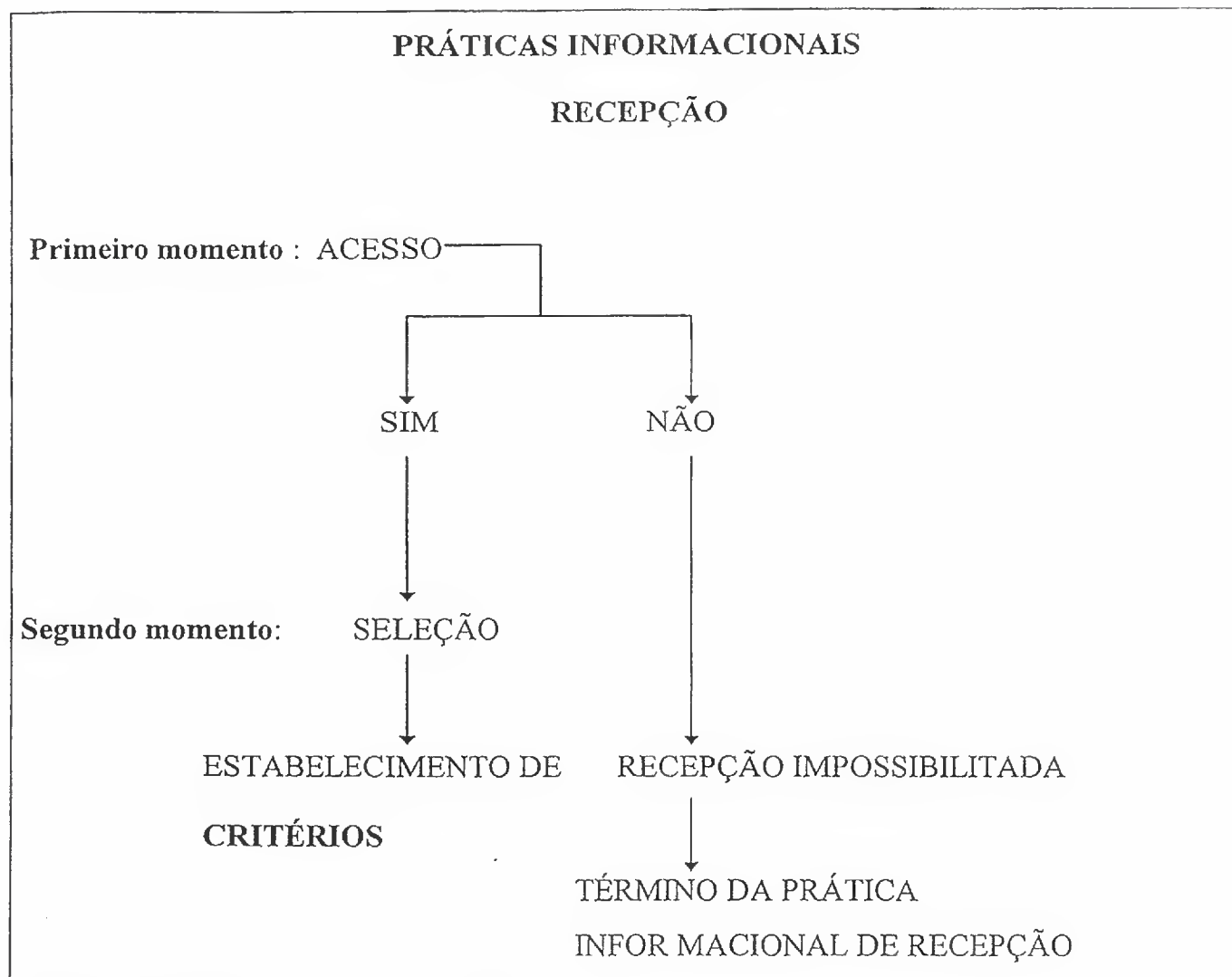
3.4 - Considerações

Após caracterizar as percepções dos entrevistados sobre as práticas informacionais, essas percepções serão analisadas a partir dos núcleos que as estruturam. Inicialmente, veremos a recepção (núcleos : *acesso, seleção e canais de comunicação*), a seguir veremos a geração (núcleos: *reapropriação, canais de comunicação e processo*) e, concluindo este item, veremos a transferência de informação (núcleos: *socialização, canais de comunicação e processo*).

3.4.1 - Recepção de informação

Observamos que a prática de recepção desenvolve-se em dois momentos: num primeiro momento, temos o *acesso à informação*, que representa um momento inicial na prática de recepção que pode ser denominado de “consumo de informação”. Este consumo é muito bem detectado nas estatísticas coletadas pelos mais diferentes sistemas de informação , tais como bibliotecas, arquivos, centros de documentação, bancos e bases de dados, redes de comunicação eletrônica, redes de televisão e rádio etc. Entretanto, essas estatísticas quantificam o acesso à informação, mas não revelam maiores detalhes sobre o uso/ utilidade/ transformações provocadas pela informação. Se quisermos compreender de forma mais aprofundada o fenômeno informacional e de forma mais específica a prática de recepção de informação num contexto de práticas de cidadania, devemos desenvolver uma análise que contemple o segundo momento dessa prática, ou seja, o momento da *seleção da informação*. Um dos caminhos possíveis para realizar tal análise pode ser a caracterização dos critérios de seleção utilizados pelo sujeito-receptor para decidir sobre o uso ou não da informação acessada.

A partir dessas considerações, temos o seguinte esquema:



Fonte : Entrevistas realizadas em 1997.

Considerando este esquema como representativo da prática informacional de recepção, indagamos: que critérios as ONGs pesquisadas usam para selecionar, entre a imensa carga de informações que recebem diariamente, as informações que lhes são úteis?

Antes de caracterizar tais critérios, devemos salientar que assumir sua existência significa considerar que o sujeito receptor é um sujeito ativo, uma vez que recebe passivamente as informações. Ele as recebe e em seguida desenvolve uma ação propositiva, ou seja, uma ação que evidencia sua postura/intenção sobre a informação acessada. Portanto, o sujeito receptor faz outras coisas com a informação e ultrapassa os limites que as

determinações iniciais (oriundas do sujeito emissor) fixavam para seu uso/interpretação. Portanto, o sujeito receptor seleciona.¹⁶⁶

As falas dos entrevistados evidenciam o estabelecimento de alguns critérios de seleção, que transformam a informação acessada/consumida em informação selecionada/útil.¹⁶⁷

Assim, temos os seguintes critérios básicos:

- a) interrelação entre informação recebida e realidade vivenciada pelo sujeito receptor;
- b) compreensão do código utilizado para o envio da informação tanto em termos da língua utilizada como do tipo de linguagem utilizada (linguagem científica, religiosa, filosófica, do senso comum, artística etc.).

¹⁶⁶ De Certau, M. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1994.

¹⁶⁷ “(...) recebemos informações das mais variadas fontes, mas nem tudo é útil ao nosso trabalho. Por exemplo, os jornais diários contêm muitas informações, mas são informações muito amplas. Na maior parte das vezes, eles não têm a especificidade de que necessitamos para o nosso trabalho.”

“(...) recebemos informações do próprio movimento feminista, das relações que mantemos com outras ONGs, das redes temáticas de que participamos. Por exemplo, nós participamos da Rede Nacional de Saúde e Direitos Reprodutivos, uma rede nacional de mulheres feministas que reúne gente de todo o país. Nesta rede nós, trocamos informações sobre experiências produtivas, produzimos e divulgamos informações e conhecimentos gerados por pesquisas desenvolvidas por nós.”

“(...) o sucesso neste negócio de informação se relaciona diretamente à necessidade sentida ou não sentida e isso depende da situação de vida de cada pessoas.”

“(...) a coisa da informação é tão louca que pequenos detalhes fazem uma grande diferença. Recebemos muitas informações, mas nem tudo é útil. Acho que o nível de utilidade se relaciona com a nossa necessidade de agir. (...) Se a informação possibilita ação imediata em relação a algum problema ou atividade que estamos desenvolvendo, então ela se torna útil. Isso é muito dinâmico, muda de forma muito rápida.”

“(...) eu acho que este negócio de informação não é apenas uma questão de quantidade, mas principalmente de qualidade de informação, ou seja, o que as informações acessadas nos permitem fazer, o que elas trazem de subsídios que possibilitem a nossa ação.”

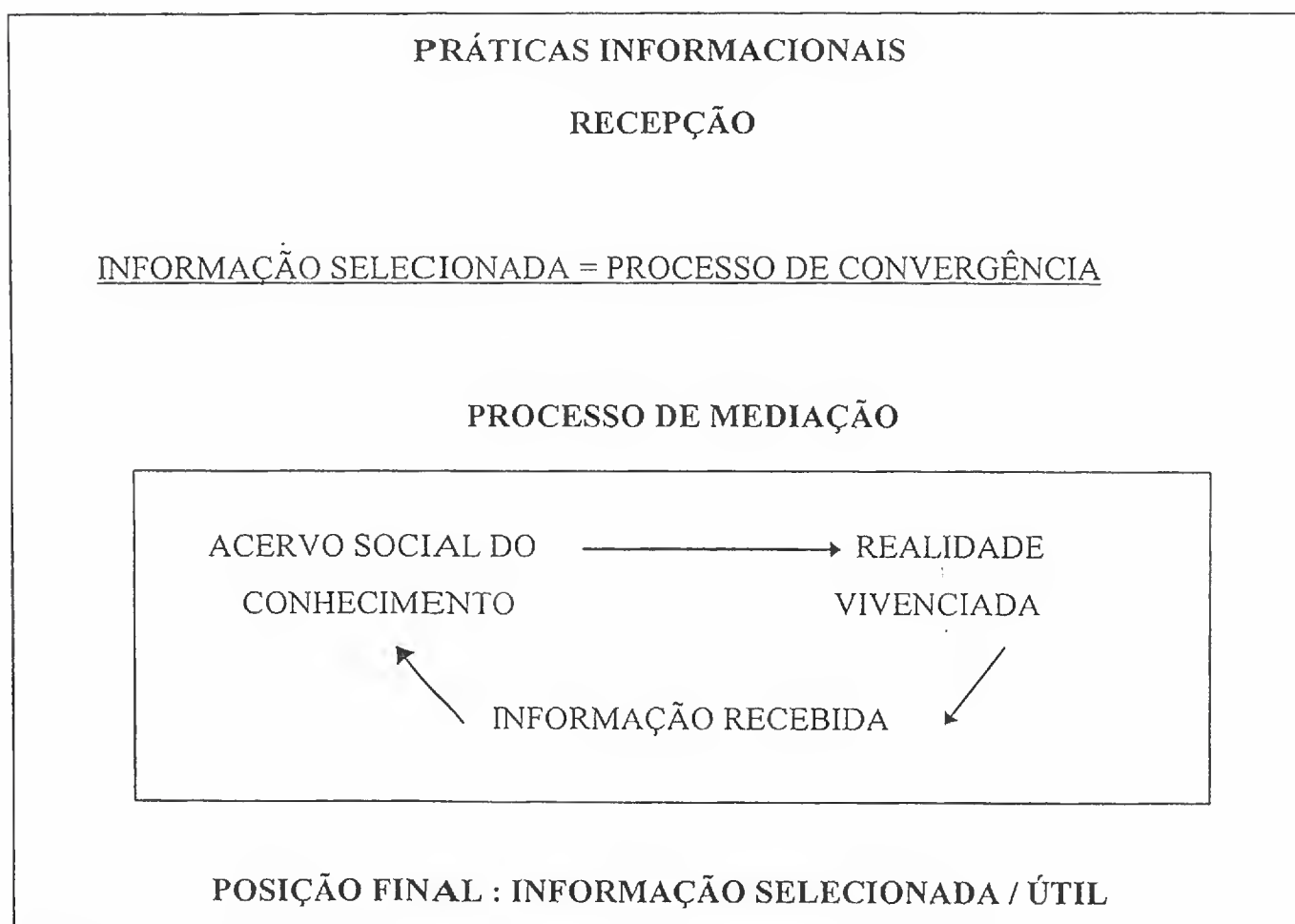
A partir desses critérios básicos, desenvolve-se a seleção de informação no contexto das ONGs pesquisadas, o que nos leva ao esquema :



Fonte: Entrevistas realizadas em 1997.

Os critérios inter-relação da informação recebida com a realidade do usuário e compreensão do código utilizado (em termos de língua utilizada e do tipo de linguagem utilizada) para o envio da informação envolvem o desenvolvimento de ações de percepção,

interpretação/compreensão da informação por parte do sujeito receptor. Através dessas ações complementares ocorre a seleção da informação recebida. Se a informação foi selecionada pelo sujeito receptor, podemos considerar que ocorreu um processo de convergência, ou seja, um processo no qual o sujeito receptor reconhece a informação acessada como sendo um conteúdo válido. Tal reconhecimento se dá a partir de uma mediação entre o acervo social do conhecimento¹⁶⁸ desse sujeito, a realidade¹⁶⁹/situação vivenciada, onde ele pretende utilizar tal informação e a informação recebida, o que nos leva ao seguinte esquema:

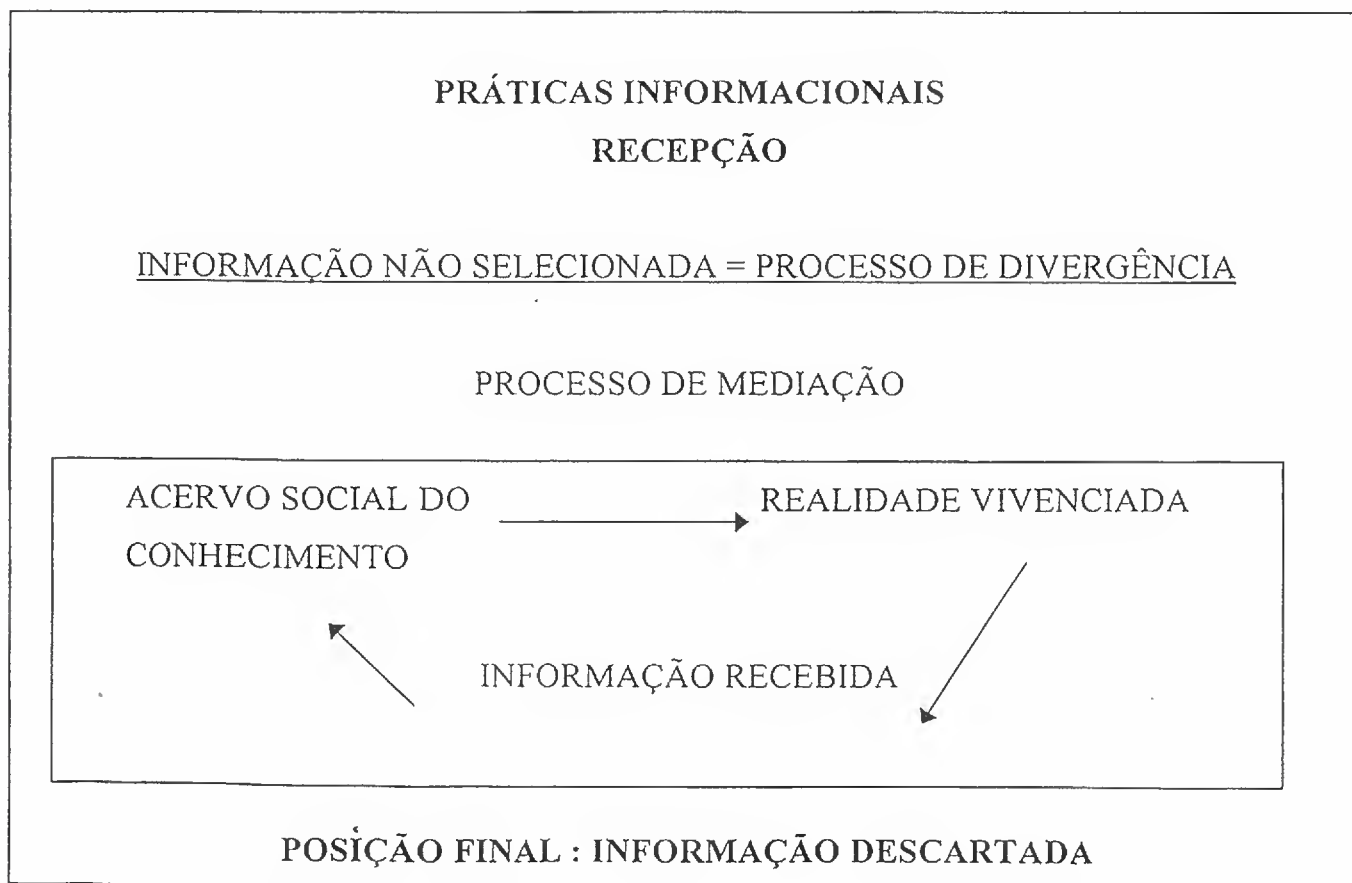


Fonte: Entrevistas realizadas em 1997.

¹⁶⁸ Segundo BERGER e LUCKMANN, acervo social do conhecimento ou conhecimento já estabelecido, significa que, nos campos semânticos constituídos pela linguagem, a experiência do indivíduo, tanto histórica como biográfica, pode ser objetivada, conservada e acumulada. Tal processo de acumulação é seletivo e constrói um acervo social de conhecimento, que é transmitido de uma geração para outra e é utilizado pelo indivíduo na vida cotidiana. Fonte: BERGER P. ; LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985. p.60.

¹⁶⁹ Realidade é a qualidade a qual pertencem os fenômenos que reconhecemos terem um ser independente da nossa própria volição, ou seja, não podemos desejar que não existam.

Mas, no processo de recepção da informação, podem ocorrer também conflitos, ou seja, pode ocorrer um processo de divergência, em que há várias tentativas de percepção, interpretação/compreensão, porém todas finalizando em respostas consideradas incorretas pelo sujeito receptor. Tal processo de divergência ocasiona a recusa da informação por parte do sujeito. Nesse processo divergente, o sujeito receptor também consulta seu acervo social do conhecimento e estabelece uma mediação entre este e a situação vivida em que se pretende utilizar a informação em questão. Nesse caso não se dá uma mediação positiva entre os elementos. Vários motivos podem levar à recusa/descarte da informação recebida. Cada situação de recusa/descarte estrutura-se em motivos únicos que são, no campo da Ciência da Informação, denominados de barreiras. Estas, por sua vez, são variadas e têm sido caracterizadas como elementos inerentes ao fenômeno informacional. A partir dessas considerações, temos o seguinte esquema:



Fonte: Entrevistas realizadas em 1997.

Colocamos anteriormente que o sujeito receptor utiliza critérios para selecionar informações no momento da recepção. Mas, por que ele desenvolve tal ação?

Podemos compreender a ação de seleção se considerarmos que a realidade e/ou a vida cotidiana comportam setores rotineiros ou não-problemáticos, apreendidos naturalmente, e setores que se apresentam em forma de problema, o que, ao serem enfrentados, enriquecem-nos, trazendo-nos novos conhecimentos. Conforme Berger e Lukmann¹⁷⁰, este conhecimento advindo das soluções dadas aos problemas produzidos pela vida cotidiana contém uma multiplicidade de instruções sobre a maneira como enfrentá-los. Uma vez resolvidos tais problemas, o conhecimento oriundo dessa situação passa a integrar o nosso acervo social do conhecimento, que inclui o conhecimento “de minha situação (meus objetivos e necessidades) e de seus limites”. Esse processo se repete indefinidamente, ou seja, para todas as informações recebidas, o indivíduo busca um sentido no seu acervo social de conhecimentos e . uma vez atribuído tal sentido a informação pode ser utilizada ou não. Isso vai depender da informação recebida, da realidade/situação que está sendo vivenciada pelo sujeito e do sentido que ele mesmo atribuí a esta informação. Vale salientar que, a informação selecionada/utilizada é produção de um sujeito cognitivo-social, uma vez que participa de uma “sociedade de discurso”, ou seja, de um contexto que é composto pela socialidade¹⁷¹ e pela atividade cognitiva do sujeito.

Outra questão a ser salientada é que a informação pode produzir transformações no estado mental do sujeito cognitivo-social pois, conforme coloca Brookes¹⁷², uma vez selecionada, a informação leva à mudança de estado de conhecimento, ou seja, ocorre a passagem de um estado de conhecimento X para um novo estado de conhecimento Y, devido ao acréscimo/ampliação da carga de conhecimentos desse sujeito. Se o sujeito social aplicar/socializar tal conhecimento no contexto social, pode provocar a transformação desse contexto. Consideramos que as possibilidades de transformação via informação se iniciam na prática informacional da recepção. Assim, a primeira transformação possível, relaciona-se à estrutura cognitiva do sujeito receptor, ou seja, a recepção é uma ação que pode transformar internamente o sujeito cognitivo-social.

¹⁷⁰ BERGER, P. ; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

¹⁷¹ Socialidade: experiência coletiva. In: TEIXEIRA, M. C. S. *Antropologia, cotidiano e educação*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

¹⁷² BROOKES, B. C. The foundations of Information Science. *Journal of Information Science*, v. 2, p. 209-221, 1980.

Há também o fato de que a mídia pode criar necessidades de informação nos indivíduos, fazendo com que passem a se interessar por informações que não têm necessariamente uma relação direta com sua realidade, com seus problemas cotidianos. Nessa situação, pode ser considerado que o usuário de informação detenha um nível muito reduzido de conhecimentos sobre sua realidade/cotidiano e sobre tais informações, pois quanto menor for o acervo social do conhecimento desse sujeito menos apto ele se sente para entender determinada informação e conseqüentemente, mais propício estará a seguir o caminho traçado pelo sujeito-emissor. Esta questão é tratada de forma aprofundada pelos estudos que analisam a indústria cultural, e não será trabalhada aqui por não se constituir em objeto de estudo dessa pesquisa.

Conforme colocado anteriormente, no campo da Ciência da Informação tem-se desenvolvido vários estudos sobre os canais de comunicação e as barreiras existentes no processo de disseminação da informação e, conseqüentemente, na prática informacional da recepção. Assim, no contexto das ONG pesquisadas, a recepção de informação se dá através dos seguintes canais:

- *canais formais*: periódicos, vídeos e livros¹⁷³;
- *canais informais*: palestras, reuniões entre os componentes das ONGs e os beneficiários de seus serviços, troca de experiência entre as ONGs, conversa face a face.¹⁷⁴;
- *canais semi-formais*: participação em fóruns temáticos (utilizando simultaneamente textos, periódicos, conversa face a face e do correio eletrônico) e desenvolvimento de pesquisas, utilizando simultaneamente livros, periódicos e conversa face a face.¹⁷⁵

O uso desses canais produz uma dinâmica informacional muito intensa no contexto das ONGs pesquisadas, mantida através do contato diário dessas organizações com várias fontes de informação. Pelos dados coletados, observamos que as seguintes

¹⁷³ “(...)a produção teórica e videográfica do movimento feminista é fundamental para o nosso trabalho, pois nos informa estudos sobre a questão de gênero e sobre os direitos da mulher. Na verdade, através dessas informações “alimentamos” a nossa necessidade de aprender sobre estes temas e temas correlatos. É importante também por que temos a possibilidade de rever essas informações quantas vezes quisermos, pois elas estão registradas em livros, jornais e vídeos.”

¹⁷⁴ “(...) a gente se comunica muito pelo E-mail, o correio eletrônico. (...)Temos dois computadores, um fica ligado constantemente na rede Alternex do IBASE. Nós não temos home page ainda. Estamos discutindo se é necessário. Realizamos também muitas reuniões para avaliar os serviços e projetos, trocar experiências etc.”

¹⁷⁵ “(...) eu percebo que chegam muitas informações, e principalmente através do correio eletrônico. Nós participamos também, de forma muito intensa, de fóruns temáticos e palestras. Isso possibilita um grande fluxo de informações, tanto no sentido de receber como no de disseminar informações.”

instituições se constituem em sujeitos emissores:

- *movimentos feministas (tanto em nível local, como regional, nacional e internacional);*
- *grande mídia (televisão, Rádio e imprensa);*
- *profissionais de saúde;*
- *outras ONGs;*
- *redes temáticas;*
- *órgão governamentais;*
- *movimentos sociais;*
- *redes de comunicação eletrônica (em especial as redes Alternex e a Internet);*
- *Congresso Nacional;*
- *Igreja católica;*
- *universidades e instituições de pesquisa;*
- *beneficiários das atividades/serviços das ONGs pesquisadas.*

A partir desses dados pode-se elaborar o seguinte quadro sobre os sujeitos emissores que compõem a dinâmica informacional no contexto das ONGs pesquisadas:

PRÁTICA INFORMACIONAL / RECEPÇÃO

Primeiro momento : criação de um contexto comunicativo entre sujeito(s) emissor(es) e receptor(es)

A= sujeitos emissores
B= sujeitos receptores



Segundo momento: Sujeito(s) receptor(res) desenvolve(m)a seleção através de ações de convergência ou de divergência. Assim temos os seguintes princípios processuais:

A envia informação



B recebe informação e desenvolve ações de:

convergência (percepção e interpretação a partir de mediação entre o acervo social do conhecimento e a situação vivida. Seleção e uso da informação)

ou

divergência (percepção e interpretação a partir da mediação entre o acervo social do conhecimento e a situação vivida. Conflito e descarte da informação)

PALAVRA CHAVE : SELEÇÃO

Fonte: Entrevistas realizadas em 1997.

Outro aspecto que surge a partir da identificação dos canais de comunicação é a questão das barreiras, que se caracterizam como elementos redutores da eficiência das práticas informacionais. Os dados coletados junto às ONGs pesquisadas evidenciam as seguintes barreiras:

- *barreira de idioma* : o principal problema é a língua inglesa, mas tem sido vencido através de traduções;¹⁷⁶
- *barreira de capacidade de leitura* : capacidade do usuário selecionar e ler todas as informações relevantes para atender a sua demanda;¹⁷⁷

Considerando que os canais de comunicação eletrônica foram citados pelos entrevistados , indagamos aos mesmos se os critérios utilizados para seleção das informações recebidas se aplicavam também aos canais de comunicação eletrônica. Os dados coletados permitem considerar que a resposta a esta indagação foi positiva.¹⁷⁸ Assim, observamos que esses critérios não se originam da relação entre a informação e os formatos de canais de comunicação ou entre a informação e o potencial de disseminação da informação, mas das relações estabelecidas entre a informação e os sujeitos emissores e receptores .

Uma questão que se coloca é a de que, se os canais de comunicação eletrônica possibilitam o acesso à informação de forma tão rápida, eles deverão, ao longo do tempo, substituir os outros canais de comunicação? Tal questão foi apresentada aos entrevistados. Os dados coletados evidenciam que , no nível do contexto das ONGs pesquisadas , os canais

¹⁷⁶ “(...) o inglês é uma língua muito importante, pois as agências internacionais de financiamento utilizam esta língua e tem também a Internet, em que quase tudo está em inglês. É difícil receber informações nesta língua.”

¹⁷⁷ “(...) eu percebo que chega informação constantemente, Mas nós não conseguimos ler tudo que chega. É coisa demais. Depois da Internet, esta questão ficou bem pior, pois aumentou ainda mais a quantidade de informação que nós recebemos.”

¹⁷⁸ “(...) podemos dividir a recepção de informação aqui na nossa ONG em dois momentos :antes e depois das redes de comunicação eletrônica. Na época em que não usávamos as redes de comunicação eletrônica a informação chegava através de periódicos, folhetos, vídeos, cartilhas de órgãos governamentais, cartas-circulares, ou então chegavam como impresso, pelo correio tradicional. Participávamos de encontros do movimento feminista. Esta época do “antes das redes” foi um momento muito rico em aglutinação de elementos, de composição de redes temáticas que geram milhões de informações. Depois que começamos a utilizar as redes , principalmente o correio eletrônico, que nós já usamos desde 1994 ,muita coisa mudou. Mas o principal é a rapidez de acesso à informação, o que não significa necessariamente informação de qualidade.”

“(...) o correio eletrônico funciona muito bem, A rapidez é fascinante, principalmente se você quer desenvolver campanhas nacionais e internacionais ou quer se comunicar com milhares de pessoas ao mesmo tempo, ou ainda, pressionar determinada autoridade governamental. Mas no resto é tudo igual aos outros canais de comunicação tradicionais.”

eletrônicos ampliam as possibilidades de comunicação, mas não têm substituído os outros canais mais tradicionais e principalmente o contato/conversa face a face, fundamental para o trabalho desenvolvido pelas ONGs (ação política e renovação/mudança de mentalidades)¹⁷⁹. Outro aspecto destacado em relação ao uso de canais de comunicação eletrônica relaciona-se a questão das informações de natureza sigilosa, que não são veiculadas através desses canais e que, para se ter acesso, deve-se desenvolver uma ação de convencimento, de conversa cara a cara¹⁸⁰. Na verdade, a questão do sigilo não se relaciona apenas aos canais eletrônicos. Tal prática ou barreira se faz presente no uso de qualquer canal de comunicação, pois essa situação se relaciona à questão da posse/manutenção de poder em suas mais variadas facetas.

3.4.2 - Geração de informação

A prática de geração de informação pode ser compreendida como o momento de criação da terceira informação. Esta, por sua vez é conceituada como o processo de qualificação dos dados originais operados pelos sujeitos receptores. Assim, a terceira informação surge da leitura das informações recebidas e selecionadas (informações úteis) pelos sujeitos receptores, ou seja, surge após a ação de seleção. Esta leitura caracteriza-se como um processo de atribuição de sentido, um processo de reapropriação do texto do outro (sujeito emissor), objetivando atribuir-lhe um novo sentido. Conforme De Certau, *“ao qualificar a informação a partir de suas necessidades, o usuário de informação se transforma num leitor e nesse papel ele modifica o sentido atribuído pelo autor. Ele se apropria da informação selecionada e gera uma nova informação. Entretanto, (...) o leitor*

¹⁷⁹ “(...) Considero que os canais de comunicação eletrônica vieram ampliar as opções de fontes de informação. Não acho que venha se dando uma substituição dos canais de comunicação tradicionais pelos canais eletrônicos. Acho que os canais tradicionais são extremamente úteis. E será sempre fundamental ver a cara das pessoas no tipo de trabalho que fazemos.”

“(...) seja na Internet, seja através de fax de telefone ou ainda através de folhetos, vídeos ou apostilas. (...) Nenhum desses canais substitui a interação face a face, pois a informação sozinha não faz nada. A informação é o instrumento, a comunicação é o processo, e a reunião desses dois elementos através da conversa face a face é que permite a mudança de mentalidades, que é muito lenta.”

“(...) para nós, é fundamental ouvir as pessoas quando elas têm contato com nossas publicações, programas de rádio e oficinas. É importante saber como elas estão entendendo a nossa mensagem. E para isso o melhor canal é a conversa face a face. Na Internet, pelo nível de formação escolar do pessoal com que a gente trabalha, não dá para fazer isso.”

¹⁸⁰ “(...) a gente tem assinatura da Internet. No conjunto, esta rede não funciona bem, quer dizer, não funciona bem para o nosso trabalho junto ao Congresso Nacional, pois as informações que nós precisamos estão com certas pessoas, são informações que não são divulgadas de forma ampla. Nós temos que “arrancá-las” dessas pessoas. (...) Mas a Internet é muito boa para recebermos informações de outras ONGs e grupos de mulheres e enviar informações sobre nossas ações para essas organizações e grupos. Para isso é muito bom.”

o lugar do autor nem o lugar de autor. Ele combina os seus fragmentos e cria algo não-sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir uma pluralidade indefinida de significações.”¹⁸¹

Em várias falas dos entrevistados fica evidente esta operação de reapropriação¹⁸².

¹⁸¹ Cf. DE CERTAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

¹⁸² “(...) todos os produtos informacionais, sejam vídeos, folhetos, cartazes, todos eles surgiram da nossa vivência com os grupos com os quais trabalhamos.(...) Nas oficinas, a gente escuta mais e fala menos. A gente não vai lá pra ensinar, a gente vai lá para compartilhar informações/conhecimentos, então aprendemos muito com esses grupos.”

“() nada está isolado, a informação não é neutra. Então a luta por direitos de cidadania tem que ter essa linha de ação política. E toda informação para o cidadão tem que ter um sentido explícito, explicado, desvendado. Por exemplo ao se trabalhar com a questão da AIDS, nós não apenas falamos que se deve usar a camisinha e pronto. Isto o Ministério da Saúde já faz e é não tem resolvido muita coisa, pois não se pega AIDS apenas no carnaval. A informação de peso não é essa. A gente tem que falar por que tantas pessoas pegam AIDS, por que existe incidência dessa doença em determinados grupos e classes sociais, por que as mulheres já estão em primeiro lugar em termos de contágio; temos que falar também do prazer e de formas perigosas de obter prazer. Com essas informações, a questão da AIDS deixa de ser apenas a questão de usar a camisinha e passa a ser uma questão íntima, social, cultural, econômica e de saúde. Tem um pano de fundo nesta questão que precisa ser evidenciado. Este pano de fundo é a informação com um certo sentido. Isso é uma questão política, quer dizer, de ação no espaço público.”

“() nós trabalhamos com mudança de mentalidade. Nós queremos uma sociedade onde se consiga declinar um pouco, se não reduzir totalmente o sexismo, o racismo ,a homofobia. São pretensões gigantescas, mas nós temos isso aí dentro de nós. Não tem um trabalho que a gente faça em que esses valores não estejam presentes. É uma posição pública , uma postura política. (...)Seguramente as informações que nós geramos têm a nossa cara, a nossa ideologia, a nossa visão de mundo.”

“() a reunião das informações vindas dos grupos de mulheres gera novas informações/novos documentos, que são levados ao Congresso Nacional. O deputado faz críticas e aí nós ficamos conhecendo a viabilidade política do tema, os entraves no Congresso Nacional, verificamos a possibilidade de esse tema ser discutido de forma mais ampla e proveitosa, se é o momento certo para ele virar projeto de lei. Neste processo, a informação que surge de cada uma dessas ações é nova, é informação com sentido renovado. Ela não é apenas a informação originada nos vários grupos de mulheres com os quais mantemos contatos ou apenas a informação oriunda do deputado ou de algum pesquisador ou ainda a informação com a nossa posição política de feministas. Ela é a junção disso tudo.”

“() a informação que nós geramos é uma informação feminista, na quantidade máxima de feminismo que a gente puder colocar. Temos uma visão de mundo feminista, queremos fazer uma revisão dos pontos que nós consideramos errados e assim geramos uma informação e uma prática que contemplem essa visão.”

“() a gente recebe aqui muita informação sobre muita coisa. O que a gente faz é pegar essas informações e transformar em algo palatável, ou seja, em algo que tenha sentido para nós, em algo que apoie nossas ações. Assim, é uma questão de você ler tudo aquilo que recebeu, tudo o que achou sobre o tema em questão e tentar fazer outro texto pensando na população que você atende, ou seja, pensando nas suas necessidades de ação.”

Além da questão da reapropriação visando à atribuição de um novo sentido à informação selecionada, além do sentido originalmente recebido, ocorre neste momento de geração uma outra renovação, uma vez que esta nova informação será mais eficiente se utilizar o nível de fala dos usuários a quem se destina (os novos receptores). Algumas falas evidenciam esta operação.¹⁸³

As falas anteriormente apresentadas evidenciam a presença de um critério no momento da geração da informação. Este critério se relaciona à utilização do nível de fala dos usuário da informação, o que, na verdade relaciona-se ao critério da inter-relação entre informação e realidade do usuário. Esse critério têm como base comum o lugar social dos sujeitos sociais, ou seja, todos os entrevistados são componentes de ONGs e buscam, de forma geral, um mesmo objetivo - a transformação de realidades/mentalidades. Assim como no momento da recepção (quando o sujeito receptor seleciona a informação tendo por base a sua realidade e o código lingüístico), no momento da geração de informação estes critérios também são utilizados. Essa lógica do lugar social funciona tanto para os componentes das ONGs como para os beneficiários de suas ações. Conforme Orlandi, *"(...) o falante "sabe" sua língua mas nem sempre tem o "conhecimento" do seu dizer: o que diz (ou compreende) tem relação com o seu lugar social, isto é, com as condições de produção de seu discurso, com a dinâmica de interação que estabelece na ordem social em que ele vive."*¹⁸⁴

Assim, no processo de geração de informação, ocorre a reapropriação através da atribuição de novos sentidos à informação. No campo da Ciência da Informação, esta prática é denominada de "informação com valor agregado", que coloca a informação não

¹⁸³ "(...) se eu usar uma linguagem acadêmica do tipo, o gênero etc. e tal, será que aquela mulher simples vai entender por que o marido bate nela? Será que não seria melhor trabalhar de outra forma, com outro nível de informação, com palavras que ela entenda? Eu acho que este é o caminho."

"(...) em todos os boletins que nós elaboramos, tentamos escrever como se fala, de forma coloquial, de um jeito simples, que qualquer pessoa possa entender. Então, provavelmente para você que é uma acadêmica esta informação vai parecer um coisa meio óbvia, superficial. Mas a informação que nós geramos não é para você que é acadêmica, é para um grupo social popular, que vai entendê-la porque as palavras do boletim são iguais às palavras que eles usam cotidianamente."

"(...) se você trabalha com mulheres da zona rural, que têm uma formação escolar reduzidíssima, a informação oral é a mais eficiente, pois elas lêem muito pouco, é cansativo, elas não têm o domínio seguro do código escrito. O rádio é um canal de comunicação muito importante para atuar neste contexto. Mas existem detalhes que potencializam esse canal e nos garantem uma informação contextualizada em maior nível. Assim, é preciso cuidar do nível da linguagem, das músicas utilizadas. Não adianta colocar Milton Nascimento ou Geraldo Vandré. Nós é que gostamos dessas músicas, elas gostam das músicas das festas locais, como Bumba Meu Boi, forró e músicas religiosas. Depois dessas experiências de geração de informação para comunidades rurais via rádio, a gente tem ampliado nossa capacidade de ação junto às mesmas. Sem dúvida, alguma esse negócio de informação/comunicação é algo fantástico. Você aprende coisas novas todos os dias."

¹⁸⁴ ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1996. p.138.

como algo dado , mas como uma construção que , por sua vez, tem uma dupla natureza: social e técnica. Conforme Barreto,¹⁸⁵ existem três formas de se agregar valor à informação:

- *agregar valor ao nível do estoque de informação, quando se organiza a informação em estoques visando a sua recuperação e uso.* Neste caso, haverá um reprocessamento da informação, com a utilização de técnicas conhecidas e estabelecidas, como catalogação, classificação, indexação etc., e aqui a intenção é agregar valor ao todo, ou seja, a todo estoque de informação, com vistas a uma recuperação controlada e adequada. Aqui , a agregação de valor se processa com uma elevada incidência de custos de reprocessamento e de redução da informação, dentro de uma racionalidade técnica e produtivista, em que o princípio fundamental é quantitativo, visa a disponibilizar a maior quantidade de informações potencialmente relevantes para um julgamento de valor dos receptores/usuários desses estoques. A agregação de valor, nesse caso, processa-se no *quantum* de informação como um todo;
- *agregar valor à informação no estágio de transferência para o usuário.* O valor agregado assume, aqui, características qualitativas, diferentes do caso anterior, pois a intenção é compatibilizar a qualidade da informação, em forma e conteúdo, à qualidade do contexto em que se pretende que a informação seja assimilada ou aceita. Nesse caso, a informação é contextualizada para instigar uma possível geração de conhecimento. Aqui, o valor adicionado destina-se a respeitar as limitações contextuais em termos cognitivos, culturais, sociais, econômicos, utilizando, ainda, um código que seja simbolicamente significativo para os usuários e seja acessível ao espaço social considerado e aos usuários que habitam esse espaço. A agregação de valor, então , se dá em nível da mensagem. A geração de informação no contexto das ONGs pesquisadas pode ser enquadrada nesta forma de agregação de valor à informação;
- *agregar valor no nível do receptor.* Ao receber uma informação passível de ser assimilada, o sujeito receptor tem condições de reelaborar esta informação, gerando uma nova informação que agrega valor à informação inicialmente recebida. Nesse sentido, o sujeito receptor torna-se, de uma forma particularmente sua, o proprietário da informação recebida, pois somente ele a reelaborou daquela maneira, a fim de gerar uma nova informação. A agregação de valor, neste caso, dá-se no nível do receptor.

¹⁸⁵ BARRETO, A. A. Valor agregado à informação: aspectos conceituais. In: Seminário Internacional Valor Agregado à Informação. Rio de Janeiro, SENAI/CNI/CIET, 1995.

No um livro intitulado *Value-added Process in Information System*, Robert Taylor¹⁸⁶ explica o processo de transformar dados em informação útil, num processo que agrega valor. Em seu livro, Taylor examina quatro atividades significativas encontradas em sistemas de informação, descrevendo as funções dos processos e mostrando como elas agregam valor à informação:

- *organização* que se dá através das técnicas bibliotecárias (catalogação, classificação, indexação etc.) e tem por objetivo possibilitar um acesso mais rápido e produtivo à informação contida nos vários tipos de registros. Essa organização agrega valor à informação porque os usuários conseguem obter, com relativa facilidade, a informação de que precisam. Este é o primeiro passo nos processos que agregam valor à informação e seu principal valor está no tempo poupado em procurar a informação necessária;
- *análise* da informação, que pode ser dividida em análise dos dados objetivando evidenciar a qualidade e a precisão, e análise voltada para os problemas, objetivando auxiliar o usuário da informação a resolver um problema, esclarecer uma situação ou tomar uma decisão;
- *síntese* da informação, que consiste em reunir a informação de uma forma significativa e ponderada, aglomerando-a em blocos que possam ser usados. Alguns dos processos que utilizados para sintetizar a informação são a classificação dos assuntos dos documentos / fontes de informação e a redação de resumos desses documentos;
- *juízo* que é o processo final, quando ocorre a filtragem/sintetização da informação para situações específicas, a partir daí, a informação tem potencial para ser usada.

Conforme Taylor, o potencial da informação para o uso será mais elevado se esses processos tiverem sido aplicados. Partindo dessas colocações, indagamos: como se dá o processo de agregação de valor à informação no contexto das ONGs pesquisadas?

Consideramos que os processos acima citados ocorram nas ONGs pesquisadas. Assim, temos que as atividades de análise/síntese/juízo da informação se dão através de pesquisas/estudos, elaboração de documentos, desenvolvimento de eventos variados (oficinas, cursos, palestras, debates, troca de experiências, reuniões,

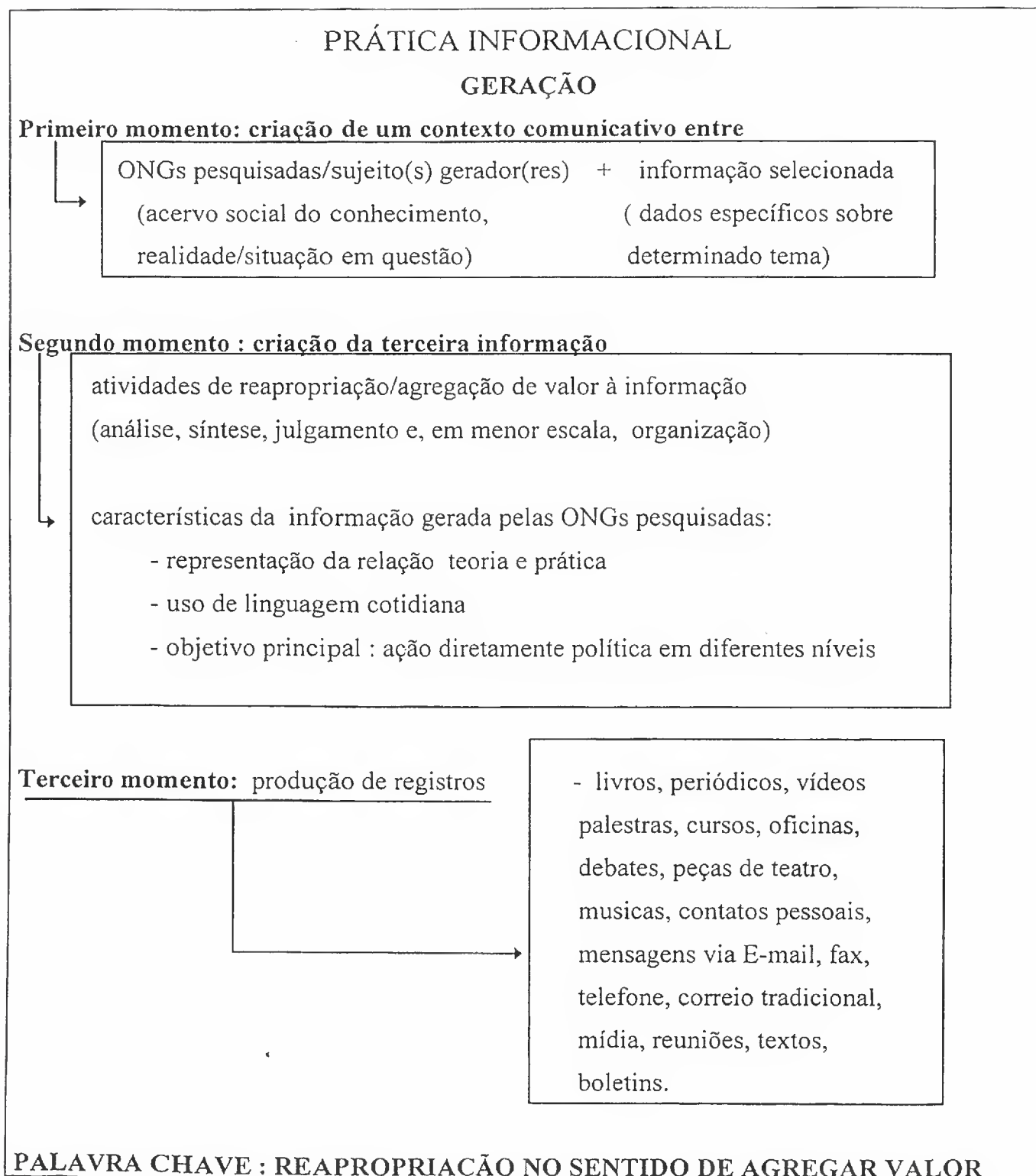
¹⁸⁶ TAYLOR, R. *Value-added Processes in Information System*. Norwood/New Jersey : Ablex Publishing Corp.,1986. p.12-22.

projeção/discussão de vídeos). A atividade de organização ocorre em menor escala, devido a uma consciência reduzida, no contexto das ONGs brasileiras, sobre a importância dos aspectos de preservação/organização/recuperação da informação. Entretanto, tal situação está em processo de mudança, pois quatro das ONGs pesquisadas já têm bibliotecários contratados.

Conforme pudemos ver, a informação não é um objetivo em si mesma. Ela é um instrumento que pode auxiliar o sujeito social em suas questões. Assim, a informação é um meio e como tal só poderá atingir seu potencial transformador de estruturas (mentais e sociais) através de processos de reapropriação ou de agregação de valor. Outro aspecto que deve ser salientado neste processo de geração de informação é a questão da presença do sujeito gerador na informação. Assim, indagamos: quais as “marcas” do lugar social dos entrevistados na informação gerada pelas ONGs pesquisadas, ou seja, como as condições sociais desses sujeitos geradores interferem no sentido dado às informações?

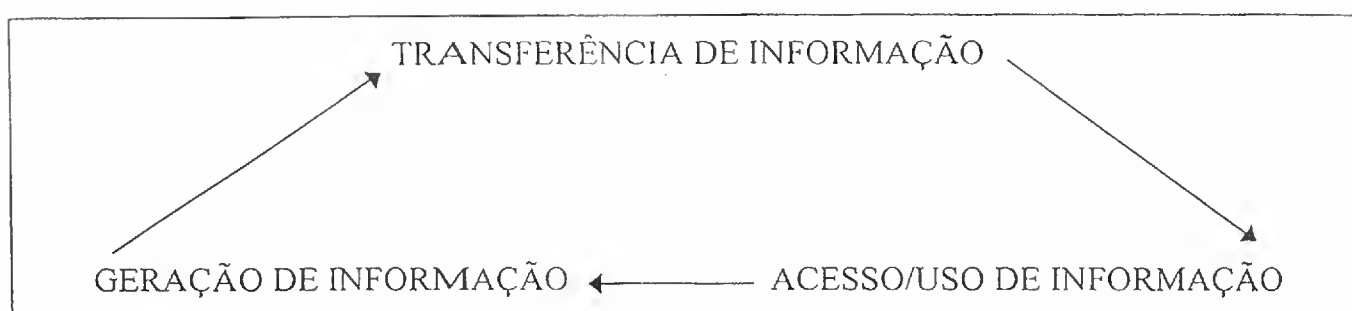
As falas dos entrevistados trazem algumas “marcas” comuns, que nos permitem construir um perfil da informação gerada ou seja, da terceira informação. Esta informação, por um lado, origina-se de múltiplas e dinâmicas relações estabelecidas entre o contexto social e os objetivos/necessidades das ONGs e, por outro lado, essa mesma informação busca constantemente manter uma ligação entre a teoria e a prática, sendo que a primeira surge como uma consequência da segunda e esta, por sua vez, é repensada a partir da primeira. O uso de diferentes metodologias/técnicas e da linguagem cotidiana para gerar a informação evidencia que ela é “construída” tanto pelos componentes das ONGs como pelos beneficiários dos serviços dessas organizações, através de inúmeros circuitos comunicacionais. Neste contexto, a informação adquire características de processo social, com explícitos objetivos de auxiliar o desenvolvimento de ações diretamente políticas, ou seja, esta informação busca a transformação de mentalidades, dos grupos sociais com os quais as ONGs trabalham, num primeiro momento, e da sociedade como um todo, num segundo momento. Assim, a informação gerada deve não apenas informar, mas provocar o repensar de práticas e estruturas sociais e, partir daí, auxiliar nos processos de mudança dos sujeitos sociais e da sociedade.

A prática de geração de informação no sentido da reapropriação/agregação de valor pode ser sintetizada da seguinte forma:



§ 3.4.3 - *Transferência de Informação - Reconceituação*

No campo da Ciência da Informação, de uma maneira geral, conceitua-se a transferência de informação como o conjunto de operações envolvidas na transmissão de informação, desde sua geração até sua utilização.¹⁸⁷ Esta conceituação gera o seguinte esquema básico do processo de transferência de informação:



Fonte: Figueiredo, 1979

Este esquema orientou vários estudos do campo da Ciência da Informação. A maior parte desses estudos tratava do tema da transferência de informação a partir do contexto científico e tecnológico e tinha por base teórica o enfoque sistêmico.¹⁸⁸ Outra característica desses estudos é a classificação dos canais de comunicação utilizados para transferência e para barreiras que reduzem o acesso/uso da informação, que são as mesmas apresentadas no item 2.1 deste trabalho.

A partir dessas considerações, surge uma indagação: se grande parte dos estudos sobre transferência de informação feita no campo da Ciência da Informação tem como objeto de estudo o campo científico e tecnológico, como deveríamos proceder para analisar este mesmo tema em um outro campo social, no caso as ONGs brasileiras?

3.4.4 - *Transferência de informação como prática de socialização*

Inicialmente, buscamos ampliar a conceituação do termo transferência de informação, o que nos levou ao conceito de transferência de informação como uma prática

¹⁸⁷ Cf. FIGUEIREDO, N. O processo de transferência de informação. *Ciência da informação*. Rio de Janeiro, 1979, v.9, n.2, p.119-138.

¹⁸⁸ PAIVA, D. W. *Transferência de informação em tecnologias apropriadas ao pequeno produtor rural*: um estudo do núcleo rural de Planaltina. Brasília:UNB/CID,1990. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação).

informacional que trata da socialização da informação¹⁸⁹, em que, através de um acordo entre produtores e usuários definem-se as necessidades informacionais e as metodologias mais adequadas para atendê-los. A socialização da informação tem por base a criação de um contexto comunicativo no qual estejam presentes, de forma ativa e igualitária, tanto os produtores, como os usuários de informação. Através das falas dos entrevistados, surgem indicações de ações de socialização da informação gerada.¹⁹⁰

Observamos que, na prática informacional de transferência enquanto socialização, o diálogo é o elemento central. Outro elemento que se faz presente é o uso da linguagem cotidiana, que permite a comunicação entre os diferentes sujeitos sociais.

¹⁸⁹ NORA, S., MINC, A. L. *L'Informatisation de la société*. Paris: La Documentation Française, 1978. p. 123; socializar a informação é dispor de mecanismos através dos quais sejam gerados e se harmonizem as contradições e as liberdades. (...) Hoje, a informação descendente (que chega às pessoas comuns) é mal aceita porque aparenta ser o prolongamento de um poder, como uma manipulação: será mais e mais necessário que seus destinatários estejam associados a sua elaboração, que os receptores seja emissores e que as emissões tenham em conta as condições de recepção. Esta participação não será aceitável a não ser que os grupos antagônicos sejam igualmente capazes de fabricar, tratar e comunicar sua própria informação.

¹⁹⁰ "(...) eu ainda acredito no Paulo Freire. Então a gente, no trabalho de transferir a informação que a gente gera, seja em uma comunidade popular, seja com profissionais de saúde, com grupos de mulheres ou de adolescentes, a gente tenta fazer uma ação educativa no sentido de uma troca de saberes. É um trabalho extremamente cuidadoso e delicado; onde se mostra que é possível mudar concretamente alguma coisa, por menor que seja essa coisa. Mas, para alcançar isso, temos que desenvolver uma relação horizontal com os grupos trabalhados, em termos de saber, ou seja, todo mundo sabe alguma coisa sobre o tema trabalhado. Este é o ponto de partida da prática de transferência de informação enquanto ação de socialização."

"(...)para que a informação que nós disseminamos seja bem aproveitada, bem compreendida, é preciso algumas ações, por exemplo: o levantamento das expectativas, a gente sempre faz isso ao trabalhar com mulheres do meio popular; é fundamental saber se elas sabem ler ou não, se já participaram de alguma atividade desenvolvida por nós etc. Assim, cria-se um perfil das mulheres e com isso a gente pode desenvolver um trabalho mais adequado, uma informação mais útil às necessidades das pessoas."

"(...)fazemos um pré-teste, uma espécie de fotografia inicial, um diagnóstico para verificar temas de interesse, nível de conhecimento das pessoas, perfil do grupo, e aí construímos toda uma metodologia específica ao grupo com o qual estamos trabalhando. No final, avaliamos o trabalho feito através da coleta da opinião do grupo."

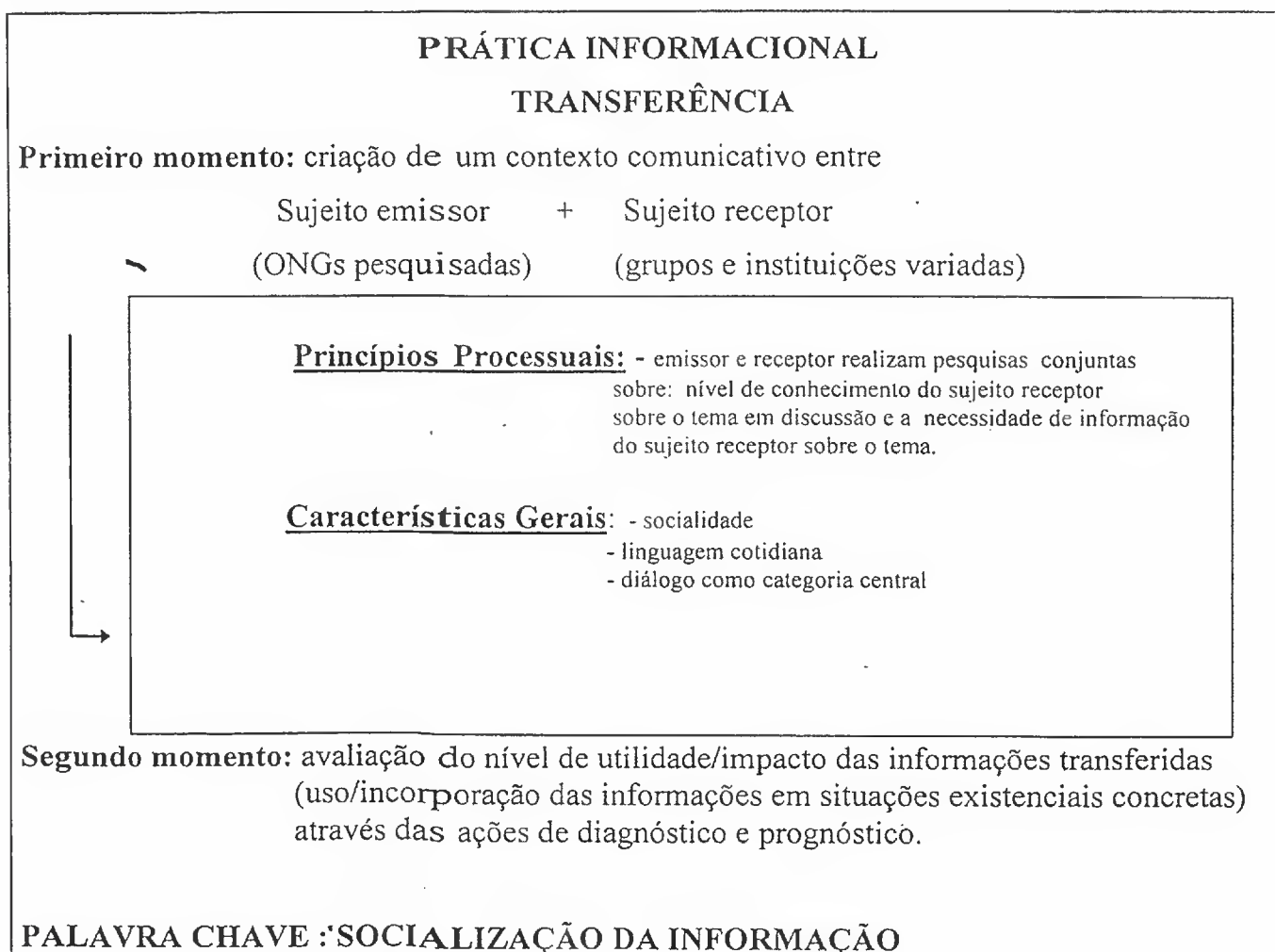
"(...)a informação, para ser transformadora, deve ter um sentido claro, explícito. Deve ser repassada por um sujeito sócio-histórico localizado tanto em nível individual, como social para outro sujeito social, igualmente localizado.

"(...)atualmente, estamos desenvolvendo um projeto de pesquisa sobre o atendimento dado às mulheres nos postos de saúde do município. Nós objetivamos, através de um levantamento de informações sobre as condições desse atendimento, sensibilizar as autoridades (para realizar as melhorias/mudanças necessárias) e as mulheres (para atuarem como sujeitos reivindicadores de seus direitos de cidadania). A idéia final é tentar, por um lado, com que a prefeitura instale um posto de saúde modelo para o atendimento de qualidade para a mulher e, por outro lado, construir, em conjunto com as mulheres, uma mudança de mentalidade, para que atuem como cidadãs, como sujeitos reivindicadores de seus direitos de saúde. Isso é um trabalho de longo prazo, é um processo muito demorado."

"(...)uma forma de transferir informações para grupos analfabetos é através do teatro popular. É um canal muito importante, porque nele não é a gente que fala, é o personagem e existe também a alegria que o espetáculo transmite, principalmente o teatro de bonecos. É o aspecto do lúdico que funciona muito bem. Tem também o rádio, que como o teatro funciona muito bem para transferir informações para grupos sociais que não dominam o código escrito. Com grupos sociais que dominam esta técnica, textos são bons, mas o vídeo é muito educativo. Nesse negócio de repasse de informação tem detalhes que significam muito. Uma vez fizemos um boletim para mulheres da zona rural com letra cursiva. Elas falaram: por que vocês escreveram com essa letrinha de criança? nós queremos com letra de gente da cidade, com letra de vocês da cidade, letra de máquina."

Conforme Teixeira,¹⁹¹ “a trama social é constituída pela pluralidade das trocas de palavras, [que , por sua vez transmitem informações]. As palavras, a comunicação é a base estruturante da socialidade”. Assim, através das várias formas/canais de comunicação, a informação estrutura a ligação entre os indivíduos , dos indivíduos com o social e vice-versa, e se constitui em um dos elementos fundantes do cotidiano. “A fala é um paradigma de toda relação social e se constitui numa troca simbólica por excelência, ela mediatiza toda a troca, a partir da qual se cria e se estrutura toda a vida coletiva.”¹⁹² Neste sentido, podemos considerar que a informação é elemento estruturante da realidade.

O processo de transferência de informação enquanto socialização pode ser sintetizado da seguinte forma:



Fonte: Entrevistas realizadas em 1997.

¹⁹¹ TEIXEIRA, M. C. S. Antropologia, cotidiano, educação. Rio de Janeiro:Imago,1993.

¹⁹² TEIXEIRA, M. C. S., op. cit. p 83.

No contexto da transferência de informação, são usados vários canais de comunicação:

- *canais formais*, que são livros ,periódicos ,vídeos , folhetos educativos;
- *canais informais*, representados por palestras, programas de rádio, contatos interpessoais, troca de correspondências , visitas, reuniões;
- *canais semi-formais*, amplamente utilizados, uma vez que, por definição esses canais permitem a reunião dos canais formais e informais. Dentre eles, temos:
 - * *oficinas , grupos de estudo e cursos* (livros, periódicos, uso do correio eletrônico e conversa face a face);
 - * *dramatizações* (textos e conversa face a face);
 - * *projeção/discussão de vídeos* (conversa face a face e vídeos);
 - * *mobilização dos meios de comunicação de massa* (textos, correio eletrônico e conversa face a face);
 - * *atendimento jurídico, psicossocial e em saúde reprodutiva* (livros, periódicos e conversa face a face);
 - * *pesquisa* (livros, periódicos, relatórios de pesquisas, correio eletrônico e conversa face a face);
 - * *lobby e pressão política* (livros, periódicos, conversa face a face e correio eletrônico);
 - * *participação em fóruns temáticos* (textos, periódicos, conversa face a face e correio eletrônico).

Em termos de barreiras, foram citadas as seguintes:

- *barreira ideológica* : a comunicação de idéias e o desenvolvimento de ações conjuntas das ONGs com órgãos governamentais é um processo muito difícil devido às diferentes posições político sobre a dinâmica sócio-econômica e cultural,¹⁹³

¹⁹³ “(...) eu acho que hoje a gente já conquistou um reconhecimento político, um reconhecimento da secretaria de saúde. Mas é um reconhecimento contraditório, porque vai bater nas questões políticas nossas e dessas autoridades que são , na verdade, visões políticas diferentes sobre a realidade.(...) dessas lideranças políticas que estão no poder e que têm uma visão diferente da nossa. Então, é um reconhecimento conflitante.”

- *barreira de eficiência* : sob ponto de vista dos componentes das ONGs, ela ocorre devido à dificuldade em avaliar o nível de utilidade da informação transferida;¹⁹⁴
- *barreira de idioma* : dificuldades em trabalhar línguas estrangeiras;¹⁹⁵
- *barreira terminológica* : decorrente de limites na interface homem/tecnologias de informação);¹⁹⁶
- *barreira de capacidade de leitura*: pois a maioria dos beneficiários dos serviços das ONGs têm baixo nível de escolaridade, apresentando dificuldades na decodificação da linguagem escrita.¹⁹⁷

Vale salientar que consideramos a prática informacional de transferência, conforme o sentido dado à mesma nesta pesquisa, se diferencia radicalmente da disseminação de informação, no sentido de que a segunda se caracteriza como a simples emissão de informação, de forma quase mecânica, ou seja, através de uma ação de fabricação (no sentido atribuído por Arendt, 1997). Consideramos que a transferência de informação se caracteriza como prática de socialização a partir de um contexto participativo-comunicacional (no sentido atribuído por Freire, 1977.)

¹⁹⁴ “(...)a gente faz pré-teste para avaliar o nível de informação dos educadores e dos meninos e meninas em situação de rua sobre DST/AIDS. Depois, trabalhamos este tema em uma oficina com os educadores de rua. E futuramente vamos fazer um pós-teste com estes educadores e com os meninos e meninas para verificar o nível de informação. Mas isso é muito lento. É um trabalho de transferência de informação, da nossa parte, e de construção de sentido, de uma informação nova, por parte deles.”

¹⁹⁵ “(...) às vezes temos dificuldades com termos em inglês, mas temos que dar um jeito, pois esta é a língua dos organismos internacionais de cooperação não-governamental, que são nossos maiores financiadores.”

¹⁹⁶ “(...) sou uma pessoa meio avessa a essa coisa de computador. São tantas teclas e comandos que eu acabo me confundindo.”

“(...)eu acho que eu sou a pessoa mais afastada dessa coisa de Internet, porque eu prefiro usar o papel.”

“(...)a Internet me fez sentir uma anta de galocha. quando eu comecei a navegar na famosa Internet, eu pude ver que não era exatamente a maravilha que falavam; tem muita porcaria, o acesso é muito demorado e o conteúdo das informações nem sempre é bom.”

¹⁹⁷ “(...) em relação à informação transferida, principalmente a informação escrita, é muito difícil, pois elas (as parceiras) lêem muito pouco e são pessoas de idade avançada, que estão muito cansadas.”

As diferenças entre a transferência de informação como ação de socialização e da disseminação de informação como ação de fabricar e emitir informações, podem ser vistas no quadro a seguir:

CARACTERÍSTICAS DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS EM AMBIENTE DE DISSEMINAÇÃO E DE TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO		
CARACTERÍSTICAS	PRÁTICAS INFORMACIONAIS	
	AMBIENTE DE DISSEMINAÇÃO	AMBIENTE DE TRANSFERENCIA
Infra-estrutura		
sistema dominante	massificação	desmassificação, diálogo
fundamento tecnológico	transmissão	ligação
padrão de distribuição	amplas audiências	restrito, grupos de interesse
Econômicas		
padrões de sociedade	concentrado (poucas vozes)	distribuído (várias vozes)
custo da estrutura	alto para provedores/baixo para consumidores	relativamente baixo para provedores/alto para usuários
Conteúdo		
mensagens públicas	refletem pontos de vista consensuais, discurso controlado,	refletem diferentes pontos de vista, discurso diferenciado
abordagem da recepção	institucional/proveniente dos provedores de informação	interpessoal/conflitos intermediados através da interação
natureza da fala	direito de propriedade	capacidade de fala dos pacientes
participação	através do acesso aos sistemas de informação, gerando consumo	criação/inter-relação constante entre sistemas e canais de informação
Política		
implicações políticas	estabilização	desestabilização
tipo de democracia	competitiva, meritocrática	tecnocrática, discurso, diálogo, participação

Fonte: Quadro adaptado de Lievrouw, 1994.¹⁹⁸

¹⁹⁸ LIEVROUW, L. A. Information resources and democracy: understanding the paradox. *Journal of the American Society for Information Science/JASIS*, v. 45, n. 6, July, 1994. p.352.

Concluindo, consideramos que uma das principais características do homem é a sua capacidade de representar simbolicamente as experiências vividas, transformando-as em discursos com significação, em informações sobre o mundo que podem ser comunicadas entre seus semelhantes. Assim, o aprendizado cotidiano do mundo realiza-se não numa simples relação direta com ele, estando antes mediado pelas informações geradas, preservadas e transmitidas na cultura, as quais ordenam e dão sentido a essa relação. Receber, gerar e transferir informações sobre si mesmo e sobre o mundo são atividades sem as quais não se poderia pensar o homem, pois é através dessas ações que ele constrói e reconstrói seu projeto de civilização. Assim, no nível das sociedades históricas, a produção e a reprodução de artefatos culturais¹⁹⁹ realiza-se a partir do modo informacional. Nessas sociedades, toda prática social pode ser considerada como uma prática informacional, pois toda interação humana pressupõe recepção, geração ou transferência de informação. Em contrapartida, deve-se salientar que não se pode considerar que o funcionamento dos campos sociais²⁰⁰ seja integralmente informacional ou baseado apenas nas práticas informacionais, pois, além dessas práticas existem, nos campos sociais, as condições de produção, os objetos, os valores e sentidos que acompanham as informações. Essas colocações nos levam a considerar que a informação é um operador de relação ou, ainda, um indicador de mediação que possibilita e é possibilitado pelas relações sociais. E as práticas informacionais, por sua vez, se constituem em redes sociais, pois são, em última instância, conjuntos de múltiplas relações de associações coletivas.

¹⁹⁹ **Artefatos culturais** : palavras, conceitos, técnicas, regras, linguagens através das quais os sujeitos sociais dão sentido, representam, produzem e reproduzem sua vida material e simbólica.

Cf.: MARTELETO, R. Cultura informacional: construindo o objeto informacional pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n.1, p.89-93, jan.abril,1995.

²⁰⁰ **Campos Sociais** : situações institucionalizadas onde os atores sociais desenvolvem suas ações e representações regidas por regras válidas para cada campo específico. Fonte: BOURDIEU, P. *Sociologia*. Organizada por Renato Ortiz. São Paulo:Ática,1983.

SEXTA PARTE : CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa estuda a relação entre informação e cidadania e, para tanto, caracterizou as práticas informacionais e analisou as inter-relações entre: práticas informacionais e práticas de cidadania. Ao realizar tal pesquisa, objetivamos compreender a natureza e a função da informação num contexto de luta por direitos de cidadania. Consideramos que isso possibilita apreender como a informação pode transformar as estruturas tanto individual, como coletiva. Para tanto, utilizou-se como campo de pesquisa seis Organizações Não-Governamentais/ONGs brasileiras que trabalham com a questão de gênero e de direitos da mulher localizadas nas regiões sudeste, centro-oeste e nordeste. A revisão de literatura procurou destacar os aspectos conceituais dos termos informação, cidadania e a inter-relação entre elas. Ainda nesta parte do trabalho, foi apresentada uma visão histórica da cidadania e das Organizações Não-Governamentais/ONGs no contexto social brasileiro. Como referencial teórico, foi utilizado o modelo participativo-comunicacional elaborado pelo educador Paulo Freire, pois esse modelo ressalta a importância da participação igualitária tanto do emissor/gerador de informação, como do receptor/usuário de informação no desenvolvimento de práticas informacionais. Considera-se que estudos sobre a natureza e a função da informação no contexto social e ainda estudos que analisem as possibilidades de transformação daí advindas podem ter neste modelo uma base de análise de muita utilidade, uma vez que o modelo se estrutura a partir da geração de um contexto comunicativo de co-participação e, conseqüentemente, igualdade entre os sujeitos comunicantes. Assim, temos que o modelo participativo-comunicacional se baseia nas seguintes ações comunicativas:

- *identificação do nível de conhecimento do receptor/usuário sobre o tema discutido;*
- *identificação da necessidade de informação do receptor/usuário sobre o tema discutido;*

- *verificação do nível de utilidade/incorporação das informações recebidas em situações existenciais concretas do receptor;*
- *caracterização do sistema de conhecimento tradicional (tanto do sujeito-emissor quanto do sujeito-receptor).*

A partir da reunião dessas ações pode surgir um contexto comunicativo no qual a informação se constitua num recurso para a cidadania.

Foram utilizadas quatro técnicas para a coleta de dados: *o questionário* objetivando a caracterização das ONGs pesquisadas e dos dirigentes entrevistados; *a entrevista semi-estruturada* objetivando a caracterização/análise das práticas informacionais desenvolvidas pelos dirigentes; *a análise documental* objetivando um maior conhecimento/caracterização das ONGs pesquisadas e *a história oral* objetivando um maior conhecimento/caracterização dos dirigentes de ONGs entrevistados. Para a análise dos dados coletados, foi utilizada a *técnica de associação ou evocação livre*. Assim, buscamos caracterizar/analisar as relações entre práticas informacionais e práticas de cidadania através da percepção dos sujeitos sociais que desenvolvem tais práticas. Objetivando também orientar o trabalho de análise dos dados, foram elaboradas as seguintes questões de pesquisa:

- *informação e cidadania não se relacionam de forma imediata, ou seja, a implementação de práticas informacionais não leva necessariamente ao desenvolvimento de práticas de cidadania;*
- *as práticas informacionais se configuram como recurso às práticas de cidadania, a partir de um contexto participativo-comunicacional.*

Objetivando ainda uma maior orientação na análise dos dados coletados, foram estabelecidas categorias de análise. Assim, com relação às práticas informacionais e às práticas de cidadania, temos as seguintes categorias de análise: percepção, informação, cidadania e a própria relação entre práticas informacionais e práticas de cidadania. Para a caracterização/análise das práticas informacionais desenvolvidas pelos entrevistados, utilizamos as seguintes categorias de análise: percepção, recepção, geração e transferência de informação. O trabalho analítico apoiou-se nos seguintes autores: *Bertham Brookes* através de seus estudos sobre a informação como elemento de transformação ^{das} estruturas e *Gernot Wersig* através de seus estudos sobre a informação como elemento de ação no sentido

de promover a resolução de situações-problemas. A partir dessas determinações analisamos, os dados coletados.

6.1 - Práticas Informacionais e Práticas de Cidadania: dimensões e conseqüências

As análises revelam-nos dimensões do fenômeno informacional ou, de forma mais específica, as configurações da relação práticas informacionais e práticas de cidadania. Observamos que a característica mais evidente nesta relação é a da ação política. Assim, temos que a informação é uma ação de atribuição e comunicação de sentido, que pode mudar as estruturas (mental e social), pois cria novos estados de conhecimento. Ao se analisar as práticas informacionais num contexto de práticas de cidadania, destaca-se o aspecto político. Por que tal fato ocorre? A cidadania é uma prática social que se caracteriza como uma dinâmica dirigida preferencialmente ao Estado (*locus* diretamente político e implementador/gerenciador de políticas públicas, entre elas as políticas sociais). O aspecto político caracteriza-se como um elemento fundamental no contexto das ONGs pesquisadas, devido ao fato de essas organizações se dedicarem com especial atenção às políticas sociais do Estado, no sentido de criticá-las e/ou apresentar alternativas de ação, constituindo-se, assim, em pólos de críticas/sugestões às ações estatais. Outro fato que fortalece a questão do aspecto político no contexto da ONGs e da conseqüente politização de suas práticas informacionais relacionam-se ao objetivo dessas organizações de fortalecer o movimento de construção da sociedade civil organizada e/ou a organização de grupos de interesse que venham a gerar reivindicações por melhorias sócio-econômicas e políticas. Assim, as práticas de cidadania podem ser caracterizadas como ações políticas desenvolvidas em diferentes níveis. Nesse contexto, a informação, enquanto operadora de ligação ou instrumento de ligação entre os sujeitos sociais, adquire igualmente a característica de ação política.

Ao considerar a informação como elemento de ação que pode gerar transformações, nos aproximamos de autores como Brookes e Wersig. Para Brookes, a informação é um recurso de ação que transforma as estruturas (mental e social), ao criar novos estados de conhecimento. Para Wersig, a informação é um recurso de ação para a resolução de situações-problemas. Podemos ampliar essas colocações no sentido de inseri-las no aspecto político das práticas informacionais desenvolvidas num contexto de práticas de cidadania. Assim, a informação, num contexto de cidadania, é um recurso de ação política que pode transformar as estruturas (mental e social), pois possibilita aos sujeitos sociais a criação de novos estados de conhecimento, nos quais se dá o estabelecimento de uma

consciência de si e do mundo. A partir desses estados de conhecimento, a informação se constitui efetivamente num recurso para a resolução de situações-problemas. Deve ser salientado, entretanto, que a informação somente se constitui num recurso para a cidadania, dentro de um contexto comunicativo específico, que é o contexto participativo-comunicacional. Conforme Freire, este contexto se estrutura a partir de um processo educativo, que parte do princípio de que o ser humano é um ser consciente, que constrói e é transformado por um contexto social. Assim, este ser exerce uma prática transformadora na medida em que percebe a realidade e interfere nela. A partir dessas considerações, temos que todos os seres humanos são “fazedores e sabedores”, pois todos têm algum conhecimento sobre algum tema, e tal conhecimento deve ser considerado no processo de desenvolvimento de práticas informacionais. Nesse contexto, a educação constitui uma ação que estimula no sujeito social o desenvolvimento de uma percepção de si e do mundo, o que acarreta o desenvolvimento de um potencial transformador. Essa ação educativa, desenvolvida através de práticas informacionais, trabalha no sentido de aprofundar o processo de conscientização que possibilita o desenvolvimento de práticas de cidadania.

A partir dessas colocações, observamos que as análises confirmam a primeira questão de pesquisa (*informação e cidadania não se relacionam de forma imediata, ou seja, a implementação de práticas informacionais não leva necessariamente o sujeito social a desenvolver práticas de cidadania*). A inter-relação entre informação e cidadania somente ocorre num contexto participativo-comunicacional, conforme colocado anteriormente. Essas colocações também confirmam a segunda questão de pesquisa (*as práticas informacionais se configuram como recurso às práticas de cidadania a partir de um contexto comunicacional*).

Quais as conseqüências dessas colocações para a Ciência da Informação? Por um lado, reforçam as análises que consideram a informação como um recurso para a transformação (mental e social) e a resolução de situações-problemas. Por outro, promovem a ampliação dessas questões ao especificar em que condições, em que contexto participativo-comunicacional, tal fato pode se desenvolver.

As análises revelam também aspectos relativos às práticas informacionais. Assim, temos que tais práticas se estruturam através das ações de recepção, geração e transferência de informação. Observamos que a recepção se caracteriza pelo acesso (caracterizado como consumo de informação) e pela seleção (caracterizado como momento de

determinação da utilidade da informação recebida). A seleção desenvolve-se a partir de dois critérios básicos: inter-relação entre a situação vivenciada e a informação recebida e conhecimento do código utilizado para a comunicação da informação tanto em termos de língua utilizada, como de nível de linguagem. A seleção provoca o desenvolvimento de processos de mediação entre o acervo social do conhecimento, a situação vivenciada e a informação recebida. Se a informação for considerada útil, terá ocorrido um processo de mediação convergente. Caso ocorra o descarte da informação, terá ocorrido um processo de mediação divergente. Esses processos evidenciam o caráter ativo do sujeito receptor.

A geração de informação caracteriza-se como uma ação de reapropriação no sentido de agregação de valor à informação. Esse processo dá origem à terceira informação. Tal ação, no contexto das ONGs pesquisadas dá-se através de várias metodologias e técnicas. Na prática de transferência de informação, propomos uma revisão conceitual, no sentido de que, no contexto da Ciência da Informação, tal prática é conceituada como o “conjunto de operações envolvidas na transmissão de informação, desde sua geração até sua utilização”²⁰¹. Assim, propomos que a transferência de informação seja visualizada como uma prática informacional desenvolvida por sujeitos sociais e não como um “conjunto de operações”, o que evidencia a utilização de uma abordagem sistêmica no contexto da Ciência da Informação. Esta abordagem deve ser revista, pois não consegue representar de forma completa toda a dinâmica do fenômeno informacional. Consideramos que a expressão “prática informacional” insere a transferência de informação num contexto social e, conseqüentemente, a caracteriza como uma ação humana que transforma e é transformada pela realidade social. Este enfoque coloca a transferência de informação em um contexto analítico de cunho sócio-antropológico amplo e rico em termos de interpretação dos fenômenos. Observamos que, a partir dessas colocações, a transferência de informação pode ser conceituada como uma prática de socialização no qual se dá a comunicação da terceira informação e a concretização do potencial da informação como elemento transformador das estruturas.

Esta colocação traz como conseqüência para o campo da Ciência da Informação a análise da questão da relação entre informação e contexto social, ou melhor, da relação entre a transferência de informação (enquanto socialização) e o contexto social em

²⁰¹ Conforme Figueiredo, 1979.op. cit.

em que se dá tal ação. Pela análise dessa questão, a Ciência da Informação pode ampliar sua compreensão sobre o impacto da informação nos processos sociais.

Finalizando, consideramos que esta pesquisa ressaltou aspectos importantes para a Ciência da Informação e por isso propomos a reconceituação de alguns termos utilizados na área, tais como informação, recepção, geração e transferência de informação. Ocorreu também a inserção de novos conceitos, tais como práticas informacionais e práticas de cidadania. Um último ponto que deve ser ressaltado relaciona-se ao fato de que através dessa pesquisa, desenvolveu-se uma maior compreensão da relação entre informação e cidadania, o que representa, em termos gerais uma ampliação da compreensão do campo da Ciência da Informação sobre a relação informação e sociedade.

6.2 - Recomendações para Estudos Futuros

Durante a realização desse trabalho, algumas possibilidades de pesquisa se apresentaram, mas não puderam ser desenvolvidas em função de limitações de tempo, de recursos financeiros e do objetivo geral dessa pesquisa. Desta forma, sugere-se que:

- 1 - sejam feitos outros estudos, a partir de universos mais amplos, que permitam não só a validação, mas também a extrapolação dos resultados obtidos nesta pesquisa;
- 2 - sejam estudados mais profundamente outros fatores (sócio-econômicos e políticos) que porventura venham a interferir nas práticas informacionais, além dos fatores já abordados nesse estudo;
- 3 - sejam estudados, em outros contextos, as práticas informacionais a partir da conceituação dada as essas práticas neste trabalho de pesquisa e que estes estudos se apoiem em métodos qualitativos de pesquisa, tais como história de vida, história oral, discussão em grupo, observação participante e não-participante e técnica de cenários;
- 4 - seja estudada a questão do sigilo/segredo no contexto das práticas informacionais, no sentido de que o não-acesso decorrente dessa categoria de análise é uma característica inerente (em maior ou menor grau) das práticas informacionais e pode revelar aspectos significativos sobre o acesso/uso de informação;

- 5 - sejam estudadas as barreiras no contexto das práticas informacionais, a partir de uma abordagem que as considere como elementos característicos dessas práticas informacionais e com uma natureza recursiva, ou seja, como elementos antagônicos, concorrentes e complementares;
- 6 - sejam estudados os impactos das práticas informacionais das ONGs e de outras organizações junto aos diferentes grupos sociais, objetivando, a criação de indicadores para sua avaliação.

Estes são alguns dos itens a serem estudados que contribuiriam para ampliar a compreensão sobre as práticas informacionais num contexto de cidadania. Em última análise, o que se pretende, aliás, o que sempre se pretendeu enquanto profissional da informação é promover o acesso/uso de informação do modo mais amplo possível e incrementar ; através de práticas informacionais criativas e democráticas; práticas de cidadania que, por sua vez, venham a auxiliar na efetivação de melhores condições de vida, de trabalho e de realização humana no nível da sociedade brasileira.

SÉTIMA PARTE : ANEXOS

Anexo n. 1 : Declaração do Direitos do Homem e do Cidadão

Anexo n. 2 : Lista de endereços das Organizações Não-Governamentais/ONGs
pesquisadas

Anexo n.3 : Modelos dos questionários utilizados

Anexo n. 4 : Modelo do Roteiro de entrevista semi-estruturada utilizado

**ANEXO N. 1: DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO
CIDADÃO, DE 26 DE AGOSTO DE 1789 (colocada , a
seguir, no início da Constituição de 1791).**

Os representantes do povo francês, constituídos em Assembléia Nacional, considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos infortúnios públicos e da corrupção dos governos, resolveram expor , em uma declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que essa declaração, constantemente presente em todos os membros do corpo social, faça-os lembrar sempre de seus direitos e deveres; a fim de que os atos do poder legislativo e os do poder executivo, podendo ser a todo instante confrontados com o objetivo de toda instituição política, sejam mais respeitados; a fim de que as reivindicações dos cidadãos fundadas doravante sobre princípios simples e incontestáveis, voltem-se sempre para a manutenção da Constituição e para a felicidade de todos. Em conseqüência, a Assembléia Nacional reconhece e declara , na presença e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos do Homem e do Cidadão.

ART. 1: Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem ser fundadas sobre a utilidade comum.

ART. 2: O fim de qualquer associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

ART. 3: O princípio de toda soberania reside na essência da Nação. Nenhum corpo , nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente.

ART.4: A liberdade consiste em poder fazer tudo o que não prejudique o próximo . Assim o exercício dos direitos naturais de cada homem tem como limites apenas os que

asseguram aos outros membros da sociedade o gozo desses mesmos direitos. Esses limites só podem ser determinados pela lei.

ART 5: A lei só tem o direito de proibir as ações prejudiciais à sociedade. Tudo o que não for proibido pela lei não pode ser interditado, e ninguém pode ser obrigado a fazer o que ela não ordenar.

ART.6: A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm direito de concorrer pessoalmente, ou através de seus representantes, para sua formação. Deve ser a mesma para todos seja na proteção, seja na punição. Todos os cidadãos, iguais perante ela, são também admissíveis em todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo sua capacidade e sem outra distinção senão a de suas virtudes e de seus talentos.

ART 7: Nenhum homem pode ser acusado, preso ou detido senão nos casos previstos pela lei e segundo as formas que ela prescreve. Aqueles que solicitam, despacham executam ou mandam executar ordens arbitrárias devem ser punidos; mas todo cidadão convocado ou detido em virtude da lei deve obedecer instantaneamente; torna-se culpado pela resistência.

ART 8: A lei só deve estabelecer penas estrita e evidentemente necessárias, e só se pode punir em virtude de uma lei estabelecida e promulgada anteriormente ao delito, e legalmente aplicada.

ART 9: Todo homem é supostamente inocente até que seja declarado culpado; se for indispensável prende-lo, todo rigor que não seja necessário para esse fim deve ser severamente reprimido pela lei.

ART 10: Ninguém deve ser molestado por suas opiniões , mesmo religiosas, contanto que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.

ART 11: A livre comunicação do pensamento e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem; todo cidadão pode pois falar, escrever, imprimir livremente, tendo de responder pelo abuso dessa liberdade nos casos previstos pela lei.

ART 12: A garantia dos direitos do homem e do cidadão exige uma força pública; essa força então instituída para o interesse de todos , e não para utilidade particular daqueles a quem é confiada.

- ART 13: Para a manutenção da força pública, e para as despesas de administração, uma contribuição comum é indispensável; deve ser igualmente repartida entre todos os cidadãos, em função de suas possibilidades.
- ART 14: Os cidadãos têm direito de constatar, por si próprios ou por seus representantes, a necessidade da contribuição pública, de consenti-la livremente, de acompanhar seu emprego e de determinar-lhe a quantidade, a base a arrecadação e a duração.
- ART 15: A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público de sua administração.
- ART 16: Toda sociedade em que a garantia dos direitos não é assegurada, nem a separação dos poderes determinada não tem constituição.
- ART 17: Sendo a propriedade direito inviolável e sagrado, ninguém pode ser privado dela, senão quando a necessidade pública, legalmente constatada, exige-a evidentemente, e sob condição de justa e prévia indenização.

Fonte: CANIVEZ, P. Educar o cidadão? Campinas: Papirus, 1991. p.173.

ANEXO N. 2: LISTA DE ENDEREÇOS DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS/ONGs PESQUISADAS

REGIÃO NORDESTE:

- Cunhã; Coletivo Feminista

Rua Rodrigues de Aquino, n.480- Centro

João Pessoa /PB

Fone/Fax: (083) 222.39. 47

- Grupo de Mulheres da Ilha

Rua Santo Antônio, n. 226

São Luís/ MA

Fone/Fax: (098) 231. 57.40

REGIÃO CENTRO OESTE

- Grupo Transas do Corpo

Rua 137 esquina com Av. 85, n.556, Ed. da Moda, salas 301-303, Setor Marista

Goiânia GO

Fone/Fax: (062)241.92.57

E-mail: transas@nutecnet.com.br

gtcaess2ax.apc.org

- Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFÊMEA
SCN, Quadra 6, Bloco A, Edifício Venâncio 3.000 , sala 602
Brasília - DF CEP: 70.718-900
Fone: (061)328.16.64/ 328.23.36
E-mail: cfêmea@ax.ibase.org.br

REGIÃO SUDESTE

- ECOS - Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana
Ria Tupinambás. n. 239, Paraíso
São Paulo - SP CEP: 04.104.080
Fone:(011) 570.92.58 e 572.73.59
Fax:(011)573.83.40
E-mail: ecos@ax.apc.org

- Centro de Projetos da Mulher - CEMINA
Rua Álvaro Alvim, n. 21, 16 andar Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP: 20.031-010
Fone:(021) 285.75.10
Fax:(021) 556.33.83
E-mail: redeh@ax.ibase.org

ANEXO N. 3: MODELOS DE QUESTIONÁRIOS UTILIZADOS

QUESTIONÁRIO / DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1.1 - ESCOLARIDADE:

- Primária ()
- Secundária ()
- Graduação ()
- Pós-Graduação ()

Especialização (). Em que área? _____

Mestrado ()

Doutorado ()

1.2 - ÁREA DE GRADUAÇÃO: _____

ÁREA DE PÓS-GRADUAÇÃO: _____

2.0 - PRINCIPAIS ATIVIDADES PROFISSIONAIS:

	Primeira Opção	Segunda Opção
- Trabalho na ONG	()	()
- Docência Universitária	()	()
- Serviço Público	()	()
- Militância Sindical	()	()
- Militância Partidária	()	()
- Outra. Qual? _____		

2.1 - TENDÊNCIA DA ATIVIDADE PROFISSIONAL:

Manter-se na ONG

Docência Universitária

Serviço Público

Outro. Qual? _____

3.0 - IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA:

Sim. Qual? _____ Não

3.1- ORIGEM DA MILITÂNCIA POLÍTICA:

- Movimento Estudantil

- Pastorais

- Partido Político

- Sindicato

- Movimentos Sociais Populares

- Movimento Feminista

- Outros. Qual? _____

3.2 - CONJUNTURA DO INÍCIO DA MILITÂNCIA POLÍTICA:

anos 60

anos 70

anos 80

anos 90

4.0 - FUNÇÃO NA ONG:

- Assessoria de Comunicação

- Pesquisador(a)

- Dirigente

- Membro Fundador

- Coordenador de Projetos

- Outro. Qual? _____

OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO!

QUESTIONÁRIO / DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ONG:

Faça um histórico da ONG (Data de fundação, origem, objetivos, situação atual):

1 - Qual o âmbito de atuação da ONG:

- local regional nacional internacional

2 - Qual a faixa orçamentária anual da ONG?

- abaixo de R\$ 50.000/ pequeno porte
 entre R\$ 50.000 e R\$ 100.000 / médio porte
 de R\$ 100.000 a R\$ 200.000 / grande porte

3 - Quais são as fontes de recursos da ONG?

- Agência Internacional de Cooperação Não-Governamental
 Agência Internacional de Cooperação Governamental
 Agência Nacional de Cooperação Não-Governamental
 Agência Nacional de Cooperação Governamental
 Venda de Serviços
 Doações
 Outras. Quais? _____

4 - Quais as principais atividades desenvolvidas pela ONG?

- Assessoria
 Oficinas
 Palestras
 Pesquisas
 Outras. Quais? _____

5 - Quais são os principais beneficiários das atividades desenvolvidas por esta ONG?

- Outras ONGs
- Grupos Populares (Especificar: _____)
- Movimentos Sociais Populares
- Sindicatos de Trabalhadores (urbanos e rurais)
- Agências Governamentais
- Outros Beneficiários: Quais? _____

6 - Esta ONG edita algum periódico?

- Sim. Cite o título da Publicação? _____
- Não

OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO!

ANEXO N. 4 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1 - PRÁTICAS INFORMACIONAIS / RECEPÇÃO:

- Através de que canais de comunicação esta ONG recebe informação?
- Como esta informação é utilizada pela ONG?
- Existem dificuldades/barreiras no momento de recepção de informação?
- Esta ONG utiliza canais de comunicação eletrônica? Qual a avaliação que você faz desse uso?
- Considerando sua experiência nesta ONG, conceitue o termo : recepção de informação.

2 - PRÁTICAS INFORMACIONAIS / GERAÇÃO:

- Seria correto afirmar que esta ONG gera informações?
- Como se dá essa geração de informação(processos, estratégias, técnicas utilizadas, etc.)?
- Existem dificuldades/barreiras no momento de geração de informação?
- Considerando sua experiência nesta ONG conceitue o termo : geração de informação.

3 - PRÁTICAS INFORMACIONAIS / TRANSFERÊNCIA:

- Através de que processos/estratégias/técnicas esta ONG transfere/dissemina as informações que ela gera? Dê exemplos:
- Existem dificuldades/barreiras no momento de transferência/disseminação de informação?
- Considerando a relação : informação gerada/transferida e beneficiários da ONG, como se dá a verificação dos seguintes aspectos:
 - necessidade de informações dos beneficiários
 - nível de conhecimento dos beneficiários sobre o(s) tema(s) em questão

- nível de utilidade das informações transferidas/disseminadas (avaliação do impacto da informação)
- Considerando a sua experiência nesta ONG conceitue o termo : transferência de informação.

4 - ONGs, PRÁTICAS INFORMACIONAIS E PRÁTICAS DE CIDADANIA

- Partindo do pressuposto de que não existe ação neutra, seria correto afirmar que esta ONG desenvolve suas ações/atividades a partir de um determinada linha de ação política?
- Como esta ONG define sua linha de ação política?
- Seria correto afirmar que esta linha de ação política influencia o sentido dado às informações geradas/transferidas?
- Como você percebe a relação : acesso/uso de informação e cidadania?

5 - DEFINIÇÕES OPERACIONAIS:

Considerando sua vivência nesta ONG, conceitue os seguintes termos:

- Organização Não-Governamental
- Ação Política
- Cidadania
- Informação
- Gênero
- _____ (Nome da ONG entrevistada)

7 - Você gostaria de fazer algum outro comentário sobre a relação : Informação e Cidadania?

OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO!

OITAVA PARTE: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - AGNETA, F. - Organizações Não-Governamentais e Cooperação Para o desenvolvimento na Itália. In: Primeiro Encontro Internacional de ONGs e Agências da ONU. Rio de Janeiro: IBASE, 1991.
- 2 - ARAÚJO, E. A. de. Práticas Informacionais na Cyber-Society; análise do uso de Redes de Comunicação Eletrônica por Organizações Não-Governamentais/ONGs da Região Nordeste do Brasil. In: Anais do III Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO/IBICT, 1997.
- 3 - ARENDT, H. A Condição Humana. 8 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- 4 - BARRETO, A. Valor Agregado à Informação: aspectos conceituais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL VALOR AGREGADO À INFORMAÇÃO. Rio de Janeiro, SENAI/CNI/CIET, 1995.
- 5 - BAYMA, F. et all. O Privado a Serviço do Público; o Terceiro Setor e o Movimento Viva Rio. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, n.º 29, v. 4, p. 182-93, out./dez. 1995.
- 6 - BENEVIDES, M. V. M. A Cidadania ativa; referendo, plebiscito e iniciativa popular, São Paulo: Ática, 1991.
- 7 - BERGER, P.; LUCKMANN, T. A Construção Social da Realidade. Petrópolis: Vozes, 1985.

- 8 - BOBBIO, N. Dicionário de Política. Ed. UnB, v. 2, 1992.
- 9 - BOGOMELETZ, D. Crise de Cidadania: Paroxismo da individualidade. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, v. 100, p. 31-52, jan./mar.
- 10 - BOURDIEU, P. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.
- 11 _____ . Sociologia. Organizado por Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983.
- 12 - BOVONE, L. Teorias da Cotidianidade; busca de sentido ou perda de sentido? Trad. M. C. S. Teixeira. Revista Studi di Sociologia. Milão, v. 24, jan./mar., p. 20-36, 1986.
- 13 - BROOKES, B. C. The Foundations of Informations Science. Journal of Information Science. v. 2, p. 209-221, 1980.
- 14 - CABRAL, A. M. C. A Vez e a Voz da Classes Populares em Minas. São Paulo: ECA/USP, 1995. Tese (Doutorado em Ciência da Informação).
- 15 - CALHOUM, C. Nationalism and Civil Society; democracy, diversity and self-determination. International Sociology. v. 8, n.º 4, dec., 1993.
- 16 - CANIVEZ, P. Educar o Cidadão? Campinas: Papirus, 1991.
- 17 - CARDOSO, F. H. A Democracia Necessária. 3 ed., Campinas, Papirus, 1985.
- 18 - CARVALHO, I. M. M de C; LANIADO, R. N. Transição Democrática, Políticas Públicas e Movimentos Sociais. In: MOURA, A. S. (Org.) O Estado e as Políticas Públicas na Transição Democrática. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais: Fundação Joaquim Nabuco, p. 108-133, 1989.

- 19 - CARVALHO, J. M. Interesses contra a cidadania. In: Brasileiro - Cidadão? São Paulo: Cultura, 1992 - p. 87-125.
- 20- CASTORIADIS, C. Reflexões sobre o desenvolvimento e a “racionalidade”. In: As Encruzilhadas do Labirinto 2: Os Domínios do Homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 135-159.
- 21 - CEBOTAREV, E. Novas Ferramentas Para a comunicação Intercultural: Pesquisa Participativa e Tecnologia Apropriada. Viçosa: UFG, 1983, 20 p.
- 22 - COSTA, S. Esfera pública, redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil. São Paulo, Novos Estudos; CEBRAP. n. 38, mar., 1994.
- 23 - COUTINHO, C. N. A Democracia como valor universal e outros ensaios. 2 ed., Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- 24 - CURVO, P. F. Analyses of the informal communication patterns among professionals in Agricultural Research and Extension Service Activities. Cleveland, Case Western Reserve University, 1982, 246 p. Tese (Doctorate on Information Science - PHD).
- 25 - DAGNINO, E. Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania. In: Anos 90; Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- 26 - DE CERTAU, M. A Invenção do Cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1994.
- 27 - DEMO, P. Cidadania e Emancipação. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n.º 100, p. 53-72, jan./mar., 1990.
- 28 - DEMO, P. Cidadania Menor: algumas indicações quantitativas da nossa pobreza política. Petrópolis: Vozes, 1992.

- 29 - DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- 30 - FARRADANE, J. Relation Indexing; Part. I. Journal of Information Science. v. 1, p. 267-76, 1980.
- 31 - _____. Relation Indexing; Part. II. Journal of Information Science. v. 1, p. 313-24, 1980.
- 32 - FAUSTO, B. Pequenos Ensaio da História da República. (1889/1945). São Paulo: CEBRAP, 1979, 55 p.
- 33 - FEICHAS, S. A. Q. Proposta de reestruturação organizacional de uma ONG e processo de aprendizado de mão-dupla. Revista de Administração Pública, n.º 29, v. 2, abr./jun., p. 164-83, 1995.
- 34 - FERNANDES, R. C. Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- 35 - FERNANDES, _____. Sem Fins Lucrativos. In: LANDIN, L. (ONG). Sem Fins Lucrativos. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos de Religion/ISER, 1988.
- 36 - FERNANDES, R.C; CARNEIRO, L. P. ONGs nos Anos 90: a opinião dos dirigentes brasileiros. Textos de Pesquisa. Rio de Janeiro: ISER, 1991.
- 37 - FERREIRA, D. V. Transferência de informação. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 1980. Salvador. Anais. Salvador: FEBAB, 1980, v. 1, p. 547-57
- 38 - FIGUEIREDO, N. O Processo de transferência de informação. Ciência da Informação. Rio de Janeiro, v. 9, n.º 2, p. 119-138, 1979.
- 39 - FRANCO, R. Revendo o autoritarismo, repensando a democracia. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, v. 2, p. 52-60, jul., 1983.

- 40 - FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- 41 - FREITAG, B. et all. Jurgen Habermas; 60 anos. Revista Tempo Brasileiro. 2 ed., Rio de Janeiro, n.º 98, jul./set., 1989.
- 42 - GIDDENS, A. As Conseqüências da Modernidade. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- 43 - GLASER, B. G., STRAUSS, A. The Discovery of Ground Theory: strategies for qualitative research. Chicago, Aldine Publishing, 1967.
- 44 - GOMES, M. Y. F; SCHLEYER, J. R. Transferência de informação e democracia. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 1, 1980, Salvador. Anais. Salvador: CAPES, 1980, v. 2, p. 647-678.
- 45 - GOMEZ, M. N. G. de. Informação e Conhecimento. Brasília: Ciência da Informação, v. 13, n. 2, p. 107-14, jul./dez, 1984.
- 46 _____ . O objeto de estudo da Ciência da Informação: Paradoxos e Desafios. Ciência da Informação. v. 19, n. 2, p. 117-122, jul./dez, 1990.
- 47 - GONZALEZ, L. E. Pensando em Las Redes... Sin Enredarse Demasiado. In: ENCONTRO REDES DE MUJERES HACIA HABITAT II, Santa Fé de Bogotá, março, 1995.
- 48 - HAGUETTE, M. T. F. Metodologia qualitativa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 1995.
- 49 - HALORAN, J. D. Information and communication; information is the aswer, but what is the question? Journal of Information Science. v. 7, p. 159-167, 1983.

- 50 - HANECKER, M. Os conceitos do materialismo histórico. São Paulo: Global, 1982.
- 51 - HJORLAND, B. ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon information science: domain analyses. Journal of American Society of Information Science. v. 46, p. 400-425, 1995.
- 52 - INGWERSEN, P. Conceptions of Informations Science. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CONCEPTIONS OF LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE: historical, empirical and theoretical perspectives. University of Tampere, Finland, August, 26-28, 1981.
- 53 - JELIN, E. Construir a Cidadania: Uma Visão Desde Baixo. Revista Lua Nova, n.º 33, p. 39-57, 1994.
- 54 - LANDIM, L. A Invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, 1993. Tese (Doutorado em Antropologia).
- 55 - _____ (Org.) Sem Fins Lucrativos. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos de Religião/ISER, 1988.
- 56 - _____; COTRIM, L. L. ONGs - Um Perfil; Cadastro das filiadas a Associação Brasileira de ONGs. ABONG/ISER, 1996.
- 57 - LIEVROVW, L. A. Information resources and democracy; understanding the paradox. Journal of the American Society for Information Science/JASIS, v. 45, n.º 6, july, 1994, p. 352.
- 58 - LIMA, M. J. C. de. Documentação Popular: A trajetória dos que redefiniram seus próprios caminhos; uma visão crítica a partir da experiência do CEDOP- Centro de Documentação e Publicação Popular da Paraíba. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/UFPB/Dep. de Biblioteconomia e Doc., 1996. (Diss. de Mestrado).

- 59 - LONGO, R. M. J. *The role of information transfer in the adaption of agricultural innovations: The Case of District Federal of Brazil.* Sheffield: University of Sheffield, 1985. Tese (Doctorate on Information Science - PHD).
- 60 - LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D.; WALDOW, V. R. (ORGS). *Gênero e Saúde.* Porto Alegre: Artes Médicas, p. 7-18, 1996.
- 61 - LYOTARD, J. F. *O que é o Pós-Moderno.* 3 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.
- 62 - MARILAC, L. de; CORDEIRO, R. L. M. Um encontro entre Educação Popular e Gênero na CENAP. In: *Tecendo Idéias.* Recife: CENAP, 1995, p. 19-28.
- 63 - MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status.* Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- 64 - MARGHLAMI, M.; MUHAMMAD, A. Factors affecting information technology tranfer in developing countries. *Libri,* v. 37, n.º 3, p. 239-245, sept. 1987.
- 65 - MARTELETO, R. Cultura informacional; construindo o objeto informacional pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. Brasília, *Ciência da Informação,* v. 24, n.º 1, p. 89-93, jan./abril, 1995.
- 66 - MASSUDA, Y. *A Sociedade da Informação como sociedade pós-moderna.* Brasília: ESF/Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- 67 - MATTA, R. da. Reflexões sobre a cidadania no Brasil. In: *Brasileiro: Cidadão?* Curitiba, 1991.
- 68 - _____. Um indivíduo sem rosto. In: *Brasileiro: Cidadão?* São Paulo: Cultura, 1992.

- 69 - MATOS, O. F. *A Escola de Frankfurt; luzes e sombras do Iluminismo*. São Paulo: Moderna, 1993.
- 70 - MATOS, J. M. *A Sociedade do conhecimento*. Brasília: ESAF/Ed. da Universidade de Brasília, 1982.
- 71 - MINAYO, M. C. *O Desafio do conhecimento; pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1992.
- 72 - MOISÉS, J. A. *Lições de liberdade e opressão; os trabalhadores e a luta pela democracia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982 (Coleção Estudos Brasileiros, v. 56).
- 73- NEELEMEGHAN, A . Some issues in informations transfer; A third world perspective. *IFLA Journal*. v. 7, n.º 1, p. 8-18, 1981.
- 74 - NORA, S; MINC, A. L. *L' Information de La Societé*. Paris: La Documentation: Loyola, 1993.
- 75 - OLIVEIRA, M. *Ética e Racionalidade Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- 76 - OLVERA, A.; AVRITZER, L. El concepto de la sociedad civil em el studio de la transición democrática. *Revista Mexicana de Sociologia*, n.º 4, 1992.
- 77 - ORLANDI, E. P. *A Linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1996.
- 78 - ORTIZ, R. *A Moderna Tradição Brasileira; cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- 79 - PAIVA, D. W. *Transferência de informações em tecnologias apropriadas ao pequeno produtor rural; um estudo do Núcleo Rural de Planaltina*. Brasília: UNB/CID, 1990. (Dissertação de Mestrado em Biblioteconomia e Documentação).

- 80 - PONTUAL, P. Os Centros de Educação Popular na conjuntura brasileira. (1964\1986). São Paulo: CEPIS, n.º 192, jun./jul., 1984.
- 81 - RAMALHO, J. R. ONGs na Paraíba; as bases da ação propositiva. João Pessoa: UFPB, 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia).
- 82 - REIS, E. O Estado Nacional como Ideologia: o caso brasileiro. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, v. 1, 2, jun./dez. 1988.
- 83 - RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social; métodos e técnicas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- 84 - RILKE, R. M. Carta a um Jovem Poeta. 16 ed. Rio de Janeiro: Global, 1989.
- 85 - SÁ, C. P. Núcleo Central das Representações Sociais. Petrópolis: Vozes, 1996.
- 86 - SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena; experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970/1980). 2 ed./ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- 87 - _____. Um Rumor de botas; a militarização do Estado na América Latina. São Paulo. Pólis, 1982.
- 88 - SALOMON, L; ANHEIER, H. In Search of Non-Profit Sector: The Question of Definitions. Voluntas, v. 3, n.º 2, 1992.
- 89 - SAHLINS, M., Cultura e Razão Política. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- 90 - SCHERER-WARREN, I. Organizações Não-Governamentais na América Latina; trajetória e perfil. In: Meio Ambiente, Desenvolvimento, Cidadania; desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Florianópolis: Cortez/Edusfc, 1995.

- 91 - _____ . Organizações Não-Governamentais na América-Latina; seu papel na construção da sociedade civil. São Paulo em perspectiva. v. 8, n.º 3, 1994, 11 p.
- 92 - SOUZA, H. Democracia e Cidadania. In: RODRIGUES, C. (Org.) Democracia: cinco princípios e um fim. São Paulo: Moderna, 1996, p. 65-75.
- 93-TAYLOR, R. Value-added Processes in Informations Systems. Norwood/New Jersey: Ablex Publishing Corp., 1986, p. 12-22.
- 94 - TEIXEIRA, M. C. S. Antropologia, Cotidiano, Educação. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- 95 - TOCQUIVILLE, A de A. A Democracia na América. São Paulo: Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1977.
- 96 - TRIVINÕS, A.,N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- 97 - WEBER, M. Economia e Sociedade; fundamentos da Sociologia Compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen E. Barbosa. Brasília, Ed. da UnB, 1991.
- 98 - WERSIG, G. Information Science needs a Theory of a Information Actions. Social Science Information Studies. v. 5, p. 11-23, 1985.
- 99 - _____ . Informations Science and Theory: A weaver bird perspectives. University of Tampere, Finlãud, 1991, p. 26-28.
- 100 - WELFORT, F. Discurso. In: CICLO DE PALESTRAS: Brasileiro: Cidadão? Curitiba, 1991. P. 4.
- 101 - WOLFE, A. Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, Estado e Sociedade Civil. In: Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs. Rio de Janeiro: IBASE/PNUD, 1992.

- 102 - VIEIRA, L. *Cidadania e Globalização*. Rio de Janeiro: Record. 1997.
- 103 - VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. *Elementos de Estatística*. São Paulo: Ed. Atlas, 1990.
- 104 - YONG, C. S. Tecnologias de Informação. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 32, n.º 1, jan./mar., pg. 78-87, 1992.